



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
*Secretaria do Planejamento
e Gestão*

RELATÓRIO

**Informações Relativas ao
Cumprimento do Indicador PforR:
Percentual de projetos de assistência
à família financiados pelo FECOP com
marco lógico.**

Junho/2016

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 3

1. Relação dos Projetos com Marco Lógico, 5

1.1 Projetos da Secretaria da Cultura – SECULT

1.1.1 Agentes de leitura, 6

1.2 Projetos do Gabinete do Governador – GABGOV

1.2.1 Pro-Jovem urbano 5, 22

1.2.2 Pró-Jovem campo 3, 36

1.3 Projetos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA

1.3.1 Projetos produtivos para superação da pobreza em assentamentos no Estado do Ceará, 50

1.3.2 Desenvolvimentos produtivos e de capacidade – Projeto Paulo Freire – Componente 2, 63

1.3.3 Desenvolvimentos produtivos e de capacidade – Projeto Paulo Freire – Componente 4, 97

1.4 Projetos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

1.4.1 Projeto idoso sujeito pleno, 126

1.4.2 Projeto sociedade justa e segura, 139

1.4.3 Primeiro passo – Estagiário TRE - Biometria, 164

1.4.4 Fortalecendo o atendimento ao trabalhador em situação de vulnerabilidade, 186

ANEXOS, 204

Anexo 1 - Protocolo do Indicador PforR

Anexo 2 - Resoluções nº 01 a nº 12, de 2016, do CCPIS, com a relação dos projetos aprovados

Anexo 3 - Relação dos projetos de assistência à família (geral)

Anexo 4 - Relação dos projetos de assistência à família (selecionados)

APRESENTAÇÃO

O presente documento trata acerca da construção do Indicador “Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico”, relativo ao primeiro semestre de 2016, compreendido no âmbito do Programa para Resultados – PforR, de responsabilidade da Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social – CCOPI, da Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG.

O Protocolo do Indicador aludido prevê como Meta, para o período citado, a realização do Marco Lógico correspondente a 55% (cinquenta e cinco por cento) do total de Projetos de assistência às famílias, financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, tomando como base o número de Projetos de assistência à família, existentes no ano de referência, aprovados pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS.

Nesta terceira edição do cumprimento da Meta, para se chegar ao número de Projetos, a serem apresentados com Marco Lógico, adotou-se, como parâmetros, a relação de Projetos aprovados, no decorrer do período de 12 de janeiro a 11 de maio de 2016, submetidos que foram à apreciação e deliberação do Augusto Conselho, instância máxima de decisão, no âmbito da gestão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP.

Com efeito, do universo de Projetos aprovados, à luz das Resoluções de nº 01 até a de nº 12, de 2016, decorrem um total de 179 (cento e setenta e nove) Projetos. Ato contínuo, foram classificados 60 (sessenta) Projetos, sobre os quais, calculando 55% (cinquenta e cinco por cento) da meta, para o primeiro semestre de 2016, incidindo este percentual sobre o montante apontado, resulta-se numa parcial de 33 (trinta e três) Projetos. Considerando que já foram trabalhados 26, com marcos lógicos construídos em 2015, fica uma base quantitativa de 07 (sete) Projetos. Porém, a Coordenadoria entendeu por trabalhar com uma margem de 10 (dez) Projetos, na construção dos respectivos Marcos Lógicos.

Assim, destes 10 (dez) Projetos quantificados, foram selecionados: 01 (um), da Secretaria da Cultura – SECULT; 02 (dois), do Gabinete do Governador; 03 (três), da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA; e, 04 (quatro), da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, cuja construção dos Marcos Lógicos foi desencadeada mediante um cronograma de atividades, contando com a realização de oficinas, orientações e revisões, tendo como público alvo os Técnicos dos respectivos órgãos setoriais, responsáveis pelos Projetos selecionados, conduzidas pela Coordenadoria, com a assessoria do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE.

Durante este processo, constatou-se que a construção de determinado marco lógico, em dado Projeto, termina por aplicar-se, também, de forma válida, a outro Projeto, a exemplo do que foi

construído para o Projeto Pro-Jovem Urbano 5 (Mapp 102), e, que, por sua vez, replica-se, por correlação, ao Projeto Pro-Jovem Campo 3 (Mapp 103), ambos egressos do Gabinete do Governador. Da mesma forma, ocorreu em relação ao que foi construído para o Projeto Desenvolvimentos produtivos e de capacidade – Projeto Paulo Freire – Componente 2 (Mapp 452), replicado, por correlação, ao Desenvolvimentos produtivos e de capacidade – Projeto Paulo Freire – Componente 4 (Mapp 454), sendo estes oriundos da Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA.

Oportuno registrar que, quando da primeira edição do cumprimento da Meta, ocorrida no primeiro semestre de 2015, alcançou-se o correspondente a 22,5% (vinte e dois vírgula cinco por cento), tendo como base a relação de 113 (cento e treze) Projetos aprovados pelo Conselho, por ocasião da primeira reunião ocorrida em 27 de fevereiro daquele ano, consubstanciada na Resolução nº 01, de 2015, a partir da qual restaram classificados 68 Projetos, tendo sido incidido o aludido percentual neste quantitativo, chegando-se ao resultado inicial de 15 (quinze) Projetos, para fins de construção do Marco Lógico. Foram consolidados um total 17 (dezessete) Projetos com matrizes lógicas devidamente constituídas.

Ademais, quando da segunda edição do cumprimento da Meta, realizada no segundo semestre de 2015, foram alcançados 45% (quarenta e cinco por cento) do total de Projetos, com base nas Resoluções de nº 02 até a de nº 08, de 2015, compreendidas no período de 28 de fevereiro a 06 de julho do referido ano, diante das quais ficaram aprovados um total de 174 (cento e setenta e quatro) Projetos, sendo ali classificados 97 (noventa e sete) de assistência à família, inferindo-se, com a incidência daquele percentual, 44 (quarenta e quatro) Projetos a serem trabalhados. Deste universo, pelo menos, 17 (dezessete) já contaram com as suas matrizes lógicas construídas. Ficaram, assim, 27 (vinte e sete) Projetos, com Marcos Lógicos prontamente construídos.

Neste sentido, portanto, observadas as considerações acima esposadas, aliadas às informações consubstanciadas no presente Relatório, apresenta-se, por meio do presente instrumento, o demonstrativo do pronto cumprimento da Meta do Indicador Primário, do Programa para Resultado – PforR: “Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico” (55%), prevista para o primeiro semestre de 2016.

RELAÇÃO DOS PROJETOS COM MARCO LÓGICO



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria da Cultura do Estado do Ceará**

PROJETO: AGENTE DE LEITURA DO CEARÁ

MAPP 68

“SECULT”

Março - 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará
Programa (PPA)	044 - Promoção de acesso e fomento à produção e difusão da cultura.
Mapp (Nº e Denominação)	068 – Agentes de Leitura
Período de Execução	Fevereiro a dezembro
Categoria	Estruturante - Cultura

1. Descrição do Projeto

O projeto Agentes de Leitura está inserido na categoria de Projetos Estruturantes na área da Cultura. Desenvolve atividades de dinamização de acervo literário junto a famílias que se encontram abaixo da linha da pobreza e inscritas no Cadastro Único do Governo Federal. Essa dinamização é realizada por jovens selecionados por edital e acompanhados por um Agente Articulador, também selecionado por Edital, que após formados são designados, respectivamente de Agente de Leitura e Agente de Leitura Articulador. A metodologia utilizada para a dinamização do acervo é: rodas de leitura, contação de histórias, empréstimos de livros, gincanas literárias etc. O Agente de Leitura pode usar ferramentas inspiradas em outras linguagens como: dança, teatro, vídeos etc. Os Agentes de Leitura percorrem os municípios em seus distritos, vilas, sítios, bairros e ruas, para atendimentos domiciliares às famílias beneficiadas pelo projeto. Nas visitas, os Agentes leem em voz alta, dramatizam, emprestam livros, movimentam o acervo bibliográfico com o objetivo de despertar o interesse pela leitura de forma prazerosa, crítica, dinâmica e reflexiva

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No Plano Plurianual (PPA) 2016/2019, o projeto inscreve-se na área temática Cultura, no âmbito do Programa, 044 - Promoção do Acesso e Fomento à Produção e Difusão da Cultura Cearense; Iniciativa 18233 – Ampliação da difusão do livro, leitura e literatura; Ação – Promoção dos Agentes de Leitura, que tem como finalidade conceder 232 bolsas para Agentes de Leitura, sendo 195 Agentes de Leitura e 37 agente de leitura articuladores, em 36 municípios de alto Índice de Focalização de Agentes de Leitura – IFAL. Aquisição de acervo literário, equipamentos, materiais diversos e realização de seleção, formação e concessão de bolsas. Na Matriz de Gestão por Resultados do Estado do Ceará – GPR, contribui para o resultado setorial “ Índice de acesso a bens e serviços culturais ” e tem suas realizações registradas através do indicador “Número de Livros Trabalhados junto às pessoas, cadastradas no Cadastro Único do Governo Federal, com pelo menos um dos membros cursando o segundo ou quinto e/ou nono anos do Ensino Fundamental, ou terceiro ano do Ensino Médio e/ou um dos seus membros maiores de 15 anos analfabetos. No PPA 2016-2019, o Projeto Agentes de Leitura insere-se no Eixo Governamental 5 – Ceará do Conhecimento, Tema Estratégico 5.05 – Cultura, com Resultado Temático - Cultura cearense valorizada em sua transversalidade e diversidade. O Indicador de Resultado está descrito em Índice de acesso a bens e serviços culturais, utilizando-se da unidade Percentual com o valor de 1,28% tendo 2014 como o ano de Referência. O Projeto Agentes de Leitura do Ceará está incluído: Programa 044 – Promoção do Acesso e Fomento à produção e difusão da cultura cearense. Assim descritos: Iniciativa: 044.1.19 - Ampliação da

difusão do livro, leitura e literatura. Ações: 18232 - Promoção e Difusão do Livro e da Leitura SECULT e 18233 - Promoção dos Agentes de Leitura. Produtos: SECULT 468 – Projeto cultural apoiado e 84 – Bolsa concedida; Objetivo 044.1 - Democratizar o acesso aos bens, serviços e o uso de equipamentos e espaços culturais, bem como fomentar os processos de criação, produção, difusão, formação, pesquisa, intercâmbio e fruição das expressões artísticas e culturais cearenses, com ênfase nas políticas afirmativas e de acessibilidade para promoção da cidadania cultural e desenvolvimento da economia da cultura no Estado.

3. Diagnóstico

O livro é um instrumento universal de educação e, portanto, se faz necessário que todos tenham acesso a ele. Assim, livro é cultura, educação, ferramenta imprescindível para a formação cidadã de uma população. Mas, a função social do livro só acontece quando ele é aberto e lido. Desta forma adquirimos conhecimentos, ampliamos nossos horizontes e desenvolvemos nosso senso crítico nos possibilitando crescermos como cidadão e como profissional competente. Para ser esse leitor é necessário a presença de um mediador que atue diretamente no ambiente familiar, transformando pessoas em cidadãos e cidadãs por meio da leitura. A pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, 2012, Instituto Pró-Livro, coloca o ambiente familiar leitor como um dos três ambientes que mais se correlacionam com a formação de leitores. Borges, Assagra e Alda, 2010, comenta em seu livro Leitura: o mundo além das palavras o seguinte: “Em um século onde saber expressar-se – fazer-se entender e ser entendido nos mais diferentes contextos e situações – é sinônimo de sobrevivência e inclusão social”. Com essa afirmativa e associada aos dados revelados pela pesquisa Retratos da Leitura no Brasil de que o brasileiro leu 9,1% a menos em 2012 em relação à pesquisa anterior, 2008. O projeto Agentes de Leitura nascido em 2006, interfere diretamente no ambiente onde se propicia e se promove o gosto da leitura em todas as suas dimensões. O Estado do Ceará possui 15,8% da sua população acima de 15 anos que não sabe ler e escrever, segundo o PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios) 2014. Esta mesma pesquisa revela que a taxa de escolarização entre crianças de 4 e 5 anos é de 81,2%, um crescimento de 3,1% em relação à pesquisa de 2012, uma boa notícia. O Estado possui bibliotecas públicas nos 184 municípios, com todas elas localizadas nas sedes dos municípios. O acesso ao livro, fora da sede do município se dá exclusivamente por meio das escolas, mas nem todas possuem bibliotecas escolares e quando existem, atendem prioritariamente a comunidade estudantil. O IFAL criado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégias Econômicas do Ceará (ver Nota Técnica 48 www.ipece.ce.gov.br) revela que há 60 municípios que apresentam cenário onde a leitura deve ser focada enquanto política de estado. O projeto Agentes de Leitura vem ao encontro dessa necessidade, quando se propõe incentivar a fruição desse bem cultural, incitando o consumo literário entre as camadas de baixo poder aquisitivo, no âmbito familiar, em 36 municípios, abrangendo 10 das 14 macrorregiões do estado com 195 Agentes de Leitura e 37 Agentes de Leitura Articulador.

4. Justificativa

O Fundo Estadual de Combate à Pobreza tem como principal critério de elegibilidade para seleção de seu público alvo a renda per capita familiar, porém, considera

também o conceito multidimensional da pobreza. Para Crespo, Antônio Pedro Albernaz e Gurovitz, Elaine a definição de pobreza é algo complexo por considerar “um juízo de valor, em termos absolutos e relativos”. Para Crespo e Gurovitz, “a pobreza deve ser entendida como a privação de vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm”. Isso significa que para reduzir a pobreza é preciso aumentar suas capacidades humanas. Dentre essas capacidades, além das básicas como erradicar a fome e ter um mínimo de escolaridade, incluem saber se expressar e ter participação política, caso em que a leitura se revela um dos instrumentos mais eficazes para expansão das capacidades humanas. À medida que o sujeito se apropria de conhecimentos literatos, seu mundo se amplia e se antes vivia à margem dele, passa a nele inserir-se e participar. A pobreza na sua multidimensionalidade também é tida enquanto privação de acesso ao conhecimento de bens simbólicos, como o entretenimento e a alegria. Já a leitura é considerada o meio lúdico mais acessível de entretenimento, que tem a magia de transformar uma consciência ingênua em consciência crítica, e não se limita a apenas a decodificar signos, mas apreendê-los, abstraí-los e transformá-los em instrumentos de contribuição e luta para uma qualidade de vida mais dignificante. É sabido, ainda, que a pobreza tem múltiplas causas, sendo uma delas a falta de informação, que é suprida não apenas pela comunicação de massa, mas também por políticas unificadas de estímulo à leitura, principalmente a literária. A leitura deve ser agregada a fatores afetivos, cognitivos, sociais, econômicos e legais. Tal concepção coloca-se em consonância com a Constituição Brasileira e com o Estatuto da Criança e do Adolescente, que defende que todo indivíduo, desde criança, deve ter, dentre outros, direito ao lazer, à cultura e à educação. Por isso, garantir o acesso ao livro, ou contar com a atuação de alguém (no caso, os Agentes de Leitura) que o apresente de forma prazerosa, não supre todos os direitos assegurados por lei, mas representa um bom começo, visto que a leitura nos torna cidadãos críticos capazes de questionar, conhecer o diferente, fortalecer nossa identidade, acompanhar e transformar a história da humanidade. Garantir acesso ao livro e desenvolver o gosto pela leitura, desde criança, é uma importante forma de contribuição para a formação de cidadãos capazes de conhecer e lutar por seus direitos e, consequentemente, contribuir para minimização dessa situação social. Nesse contexto a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULT reapresenta o projeto Agentes de Leitura do Ceará com 195 Agentes de Leitura e 37 Agentes de Leitura Articuladores em 36 municípios assim distribuídos: a) Região 1 Cariri - Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Assaré, Farias Brito, Mauriti, Porteiras, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas. b) Região 2 Centro Sul – Acopiara, Cariús, Quixelô e Saboeiro. c) Região 3 Grande Fortaleza – Fortaleza. d) Região 5 Litoral Norte – Barroquinha, Chaval, Granja e Uruóca. e) Região 7 Maciço de Baturité – Itapiúna. f) Região 8 Serra da Ibiapaba – Croatá e Viçosa do Ceará. g) Região 9 Sertão Central – Deputado Irapuã Pinheiro, Milhã e Pedra Branca. h) Região 11 Sertão de Sobral – Cariré, Coreaú, Reriutaba e Santana do Acaraú. i) Região 12 Sertão de Crateús – Ararendá, Ipaporanga, Novo Oriente e Poranga. j) Região 13 Sertão dos Inhamuns – Aiuaba, Parambu e Quiterianópolis. Os municípios selecionados foram por indicação do IPECE segundo o IFAL, não obedecendo categoricamente o *ranking* devido alguns municípios não terem demonstrado interesse em participar do projeto em edições anteriores.

5. Histórico

O projeto Agentes de Leitura do Ceará, pioneiro no Brasil, é uma ação desenvolvida pela Secretaria da Cultura do Estado (SECULT) com o apoio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) que desde 2006 vem promovendo a democratização do acesso ao livro e à leitura, por meio de atividades mediadoras ancoradas em acervos bibliográficos que, posteriormente, são integrados ao acervo das bibliotecas públicas municipais e/ou comunitárias. De 2012 a 2014 o projeto funcionou no seguinte formato: pagamento de bolsas no valor de R\$ 400,00 para jovens que cursaram o ensino médio, e no valor de R\$ 1.140,00 para os articuladores, pessoas graduadas em Letras e/ou Pedagogia. O projeto lhes fornecia todo o material necessário ao desenvolvimento do trabalho (mochilas, blusas, bonés, bicicleta) e disponibilizava acervo bibliográfico. Incluíam-se nos custos, ainda, a realização de encontros periódicos dos Agentes, com o objetivo de troca de experiências exitosas e discussão de problemas e entraves. O projeto teve início em 2006, contando com o apoio financeiro do FECOP e, nesse ano, atendeu a 15 municípios cearenses - usando como critério o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o baixo Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM) e em 5 bairros de Fortaleza utilizando do Índice de Desenvolvimento de Bairros (IDB). Desde sua criação, utiliza o sistema de Edital Público para seleção dos Agentes de Leitura e realiza capacitação para os agentes selecionados, visando instrumentalizá-los para o desempenho de suas funções, em duas fases: Habilitação e Avaliação Técnica. Em 2007, foram disponibilizadas bolsas para 131 agentes, que atuaram em 14 municípios. Em 2008, foram oferecidas bolsas para 313 agentes e o projeto abrangeu 31 municípios. Em 2009, foram bolsas para 356 agentes, enquanto o projeto atuou em 30 municípios. Já em 2010, 369 agentes obtiveram bolsas, tendo o projeto 31 municípios e 9 bairros da capital como área de abrangência, totalizando 32 municípios. Em 2011, foi feito um estudo pelo IPECE sobre o projeto Agentes de Leitura que resultou em mudanças estruturais, desde a elegibilidade dos municípios à atuação dos Agentes de Leitura junto às famílias assistidas. Como resultado deste estudo foi criado o Índice de Focalização dos Agentes de Leitura (IFAL), apresentando à Secretaria da Cultura 60 municípios com necessidade de um trabalho focalizado na leitura. Nesse ano, foram disponibilizadas 290 bolsas, sendo 280 para Agentes de Leitura e 10 para Agentes de Leitura Articuladores. Em 2012, o projeto apresentava como indicadores a nota do SPAECE-ALFA e a nota escolar de membros das famílias leitoras, o que se revelou um equívoco na fase de execução. Afinal, o acompanhamento de desempenho escolar requer conhecimentos didáticos pedagógicos para intervenções no processo de ensino/aprendizagem. Para o exercício dessa competência é necessária formação pedagógica específica, já que os Agentes de Leitura, pessoas com escolarização em nível de ensino médio, não possuem. Além disso, não é competência da SECULT, nem do Projeto, se inserir na tarefa e na missão das Secretarias de Educação (Estadual e Municipais).

Ano	Valor FECOP (R\$)	Valor (outras fontes) (*)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários (**)
2007	334.610,72		334.610,72	17.679
2008	1.978.920,18		1.978.920,18	22.720
2009	1.771.602,29		1.771.602,29	18.595
2010	2.094.787,16		2.094.787,16	41.375
2011	570.438,40		570.438,40	0,00
2012	1.500.000,00		1.500.000,00	33.375

2013	1.137.019,09		1.137.019,09	32.000
2014	900.261,64		900.261,64	20.250
2015	492.638,36		492.638,36	13.625
TOTAL	10.780.277,84		10.780.277,84	199.619

(**) Considera-se o indicador 5 pessoas por família beneficiada

6. Público Alvo

- Famílias em situação de pobreza

6.1. Critérios Adotados para Seleção dos Beneficiários

- Famílias inscritas no Cadastro Único do Governo Federal;
- Renda per capita familiar até meio salário mínimo;
- Nas áreas atendidas no município de Fortaleza (áreas do Ceará Pacífico), a família deve ter pelo menos um membro fora da escola;
- Nas áreas atendidas no interior do Estado as Famílias devem ter pelo menos um de seus membros cursando 2º, 5º e/ou 9º ano do ensino fundamental, ou 3º ano do ensino médio.

6.2. Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

- Número do NIS.

7. Objetivos (Geral e Específico)

7.1 Geral:

- Ampliar a formação leitora das famílias beneficiadas

7.2. Específicos:

- Democratizar para seus beneficiários o acesso ao livro e à leitura;
- Fortalecer as bibliotecas públicas e comunitárias;
- Dotar os Agentes de Leitura de formação cultural;
- Contribuir para o Programa Ceará Pacífico, por meio da incorporação dos Agentes de Leitura nas áreas de vulnerabilidade.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

- Realização de chamada pública referente ao edital de Seleção para Agentes de Leitura de 2014 dos municípios do interior atendidos;
- Formação continuada dos Agentes de Leitura;
- Seleção e formação dos Agentes de Leitura do bairro Vicente Pizon no município de Fortaleza.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

a) Seleção e Formação dos Agentes de Leitura por meio do edital de 2016

Lançamento do Edital de seleção dos Agentes de Leitura em 36 (trinta e seis) municípios cearenses

b) Aquisição do Material de Apoio

- Livros - A aquisição será por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico. Serão utilizados livros das publicações da Secretaria da Cultura que por meio de Edital de incentivo as artes, edital Mecenas do Ceará (Os beneficiados desses editais doam a título de contrapartida 20% das suas publicações) e Livros do Programa Alfabetização na Idade Certa;
- Mochilas - A aquisição será por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico;
- Bonés - A aquisição será por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico;
- Protetores solar - A aquisição será por meio de processo licitatório na modalidade pregão eletrônico.

c) Concessão de bolsas – pagamento das bolsas aos Agentes de Leitura

Todos os Agentes de Leitura recebem uma bolsa mensal no valor de R\$440,00. Os bolsistas abrem uma conta bancária e os valores são depositados mensalmente.

d) Realizar o VII encontro Agentes de Leitura.

Evento de Formação Literária e Cultural realizado em Fortaleza com a participação de todos os Agentes de Leitura, do interior. O evento acontece durante três dias e os Agentes de Leitura do interior ficam hospedados em Fortaleza durante o evento. O deslocamento e a alimentação também são custeados pela SECULT. Este evento acontecerá em novembro de 2016.

e) Apresentar o projeto Agentes de Leitura à comunidade beneficiada

Após o evento de formação os Agentes de Leitura apresentam a proposta do Projeto nas localidades (escolas e/ou associações, entre outras) para divulgar e agregar novas famílias.

f) Apresentar projeto às famílias

Os Agentes de Leitura realizam visitas domiciliares às famílias que atendam aos critérios de participação estabelecidos pelo projeto. Para as famílias que já participaram do projeto em anos anteriores, as visitas servem para retomar as atividades leitoras, caso ainda seja do interesse dos membros. Serão selecionadas 25 famílias por cada agente de leitura para continuidade das atividades leitoras. Deste modo a previsão é que sejam atendidos famílias em 2016.

g) Realizar a leitura e empréstimos dos livros para os beneficiários

As famílias participantes do projeto recebem as visitas dos Agentes de Leitura e os livros são disponibilizados para empréstimos por um período de 15 dias, sendo possível a renovação por mais 15 dias. Os agente de leitura também fazem a contação de histórias e roda de leitura para as famílias. Reunindo várias famílias da comunidade, os agentes promovem eventos literários e culturais.

i) Disponibilização de Livros para as Bibliotecas Públicas e Comunitárias

Após a conclusão do Ciclo de dois anos os livros utilizados nas atividades do projeto serão disponibilizados para as bibliotecas públicas e comunitária. Iniciado um novo

ciclo livros com novas histórias são adquiridos.

j) Aplicação do Teste de Proficiência Leitora

Os Agentes de Leitura aplicarão o Teste de Proficiência Leitora com dois ou mais membros das famílias beneficiadas. Os testes são aplicados no início das atividades e no final de cada ano. A Nota de Proficiência Leitora e o Consumo Literário é um indicador utilizado pela SECULT para aferir os resultados do projeto. O primeiro trata-se de um instrumental, conhecido na literatura pedagógica como Cloze, em que é apresentado um texto lacunado para que o leitor preencha os espaços com as palavras que faltam. O segundo trata-se de entrevista com perguntas abertas sobre o acesso ao livro e os livros lidos.

k) Os Agentes de leitura apresentam relatórios quantitativos

Afinal de cada ano, os Agentes de Leitura enviam para a Secretaria da Cultura instrumental contendo número de membros existentes nas famílias atendidas, número de pessoas atendidas diretamente pelo projeto Agentes de Leitura, números de livros trabalhados, número de pessoas que não leem em cada família atendida, gerando um relatório quantitativo do projeto Agentes de Leitura.

8.3 Atividades Previstas para Anos Posteriores

De acordo com o Plano Estadual de Cultura, Capítulo IX, art 16, inciso 2, meta 9: universalizar o projeto Agentes de Leitura para os 184 municípios cearenses até o ano de 2025 e para garantir o atendimento a essa Meta é necessário que o Projeto Agentes de Leitura do Ceará mantenha o crescimento de acordo com a tabela abaixo explicitada (Tabela 1) que trata da Proporcionalidade de crescimento do Projeto até o ano de 2025. Até a conclusão do PPA 2016-2019 projeta-se o crescimento de 51,63% de ocupação do território cearense.

Tabela 1

Proporcionalidade de crescimento do Projeto Agentes de Leitura até 2025

ANO	Universe de 184 Municípios atendidos	% de crescimento com base na ocupação territorial	% de crescimento anual
2015	27	14,67	14,67
2016	36	21,74	4,891
2017	51	29,89	8,152
2018	70	38,04	10,326
2019	88	51,63	9,783
2020	106	59,78	9,783
2021	124	64,13	9,783
2022	138	70,65	7,609
2023	155	80,43	9,239

2024	170	90,22	8,152
2025	184	100	7,609

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Seleção de Agentes de Leitura	232	Lista de publicação no D.O.E
Agentes Formados	232	Lista de frequência do Evento de Formação
Famílias beneficiadas com acesso ao livro	4.875	Lista de frequência das visitas domiciliares e dos eventos na comunidade
Bibliotecas Públicas e Comunitárias beneficiadas	36	Termo de Entrega de Acervo

10. Metas

- Beneficiar 4.875 famílias com acesso ao livro;
- Selecionar 195 Agentes de Leitura;
- Selecionar 37 Agentes de Leitura Articulador;
- Capacitar 232 Agentes de Leitura;
- Beneficiar 232 Agentes de Leitura com bolsa no valor de 440,00;
- Realizar 1 Evento de Formação Básica dos Agentes de Leitura em 9 macrorregiões;
- Realizar 1 encontro de Formação Continuada denominado VII Encontro Agentes de Leitura do Ceará;
- Beneficiar 36 bibliotecas com acervo literário;
- Beneficiar 36 municípios.

11. Resultados Esperados

- Ampliar a formação Leitora das famílias beneficiadas;
- Melhorar o nível de compreensão de Leitura das famílias leitoras.

12. Integração de Ações

O projeto é desenvolvido de forma integrada com as administrações municipais dos municípios de sua área de abrangência com Secretarias estratégicas de governo que desenvolvam ações de Inclusão Social, tais: Secretaria da Educação, Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, Secretaria de Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.

13. Monitoramento

O Monitoramento consiste em visitas técnicas aos Municípios de áreas de abrangência do projeto para verificação do desenvolvimento das atividades dos Agentes de Leitura junto ao público-alvo, beneficiado pelo Projeto Agentes de Leitura do Ceará, considerando aspectos qualitativos e quantitativos do Projeto. O Monitoramento será realizado mensalmente pelo bolsista Agente de Leitura Articulador do Município e, de forma aleatória por técnicos da Coordenadoria de Políticas de Livro, Leitura e Acervo (SECULT/COPLA), pelo menos duas vezes durante a execução do Projeto. Os produtos gerados pelo Projeto são os Relatórios Quantitativo e Qualitativo, estes apresentados ao FECOP como Relatório de Desempenho Semestral. O Relatório de Proficiência Leitora é um outro produto resultante de instrumentais aplicado junto às famílias leitoras.

13.1 Dados Utilizados

- a) Avaliação do Projeto pelos Agentes em Encontro de Formação;
- b) Aplicação de Teste de Proficiência Leitora duas vezes durante a execução do Projeto;
- c) Compilação de atividades desenvolvidas pelos Agentes de Leitura a partir de relatórios enviados;
- d) Sistematização e tabulação em planilhas do excel;
- e) Elaboração de relatório final sistematizado;
- f) Visitas técnicas aos municípios.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários são cadastrados pelos Agentes de Leitura e o Cadastro da Família ficam sob a guarda da SECULT em formato de planilha eletrônica.

14. Pressupostos de Risco

- não cumprimento dos termos de Cooperação Técnica e do contrato, por parte dos municípios e dos Agentes de Leitura, respectivamente;
- A resistência das famílias em responder aos instrumentais de monitoramento do projeto.
- A localização geográfica das famílias selecionadas pelo município, com dificuldade de acesso dos Agentes de Leitura.
- A desistência espontânea do Agente de Leitura.

15. Orçamento - 2016

(R\$1,00)

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Material de Consumo			

Elemento de Despesa (339030)	374.912,00		374.912,00
1.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (339039)	289.840,00		289.840,00
1.3. Serviços de Terceiros - Pessoa Física (bolsa)			
Elemento de Despesa (339036)	918.720,00		918.720,00
TOTAL	1.583.472,00		1.583.472,00

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP

Item de Despesa	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro
Despesas Correntes:	409.552,00	102.080,00	187.146,67	102.080,00	187.146,67	102.080,00	102.080,00
339036/3390							
39/3359030			Dezembro				
	102.080,00	102.080,00	187.146,66				
	Total Geral R\$ 1.583.472,00						

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Pessoas Beneficiárias
1	1	ABAIARA	R\$ 40.951,86		626
2	1	ALTANEIRA	R\$ 40.951,86		626
3	1	ANTONINA DO NORTE	R\$ 40.951,86		626
4	1	ASSARE	R\$ 40.951,86		626
5	1	FARIAS BRITO	R\$ 40.951,86		626
6	1	MAURITI	R\$ 40.951,86		626
7	1	PORTEIRAS	R\$ 40.951,86		626
8	1	SALITRE	R\$ 40.951,86		626
9	1	SANTANA DO CARIRI	R\$ 40.951,86		626
10	1	TARRAFAS	R\$ 40.951,86		626
11	2	ACOPIARA	R\$ 40.951,86		626
12	2	CARIÚS	R\$ 40.951,86		626
13	2	QUIXELÔ	R\$ 40.951,86		626
14	2	SABOEIRO	R\$ 40.951,86		626
15	3	FORTALEZA	R\$ 150.156,90		1.2540
16	5	BARROQUINHA	R\$ 40.951,86		626
17	5	CHAVAL	R\$ 40.951,86		626
18	5	GRANJA	R\$ 40.951,86		626
19	5	URUOCA	R\$ 40.951,86		626
20	7	ITAPIÚNA	R\$ 40.951,86		626
21	8	CROATÁ	R\$ 40.951,86		626

22	8	VIÇOSA DO CEARÁ	R\$ 40.951,86		626
23	9	DEP. IRAPUAN PINHEIRO	R\$ 40.951,86		626
24	9	MILHÃ	R\$ 40.951,86		626
25	9	PEDRA BRANCA	R\$ 40.951,86		626
26	11	CARIRÉ	R\$ 40.951,86		626
27	11	COREAÚ	R\$ 40.951,86		626
28	11	RERIUTABA	R\$ 40.951,86		626
29	11	SANTANA DO ACARAU	R\$ 40.951,86		626
30	12	ARARENDÁ	R\$ 40.951,86		626
31	12	IPAPORANGA	R\$ 40.951,86		626
32	12	NOVO ORIENTE	R\$ 40.951,86		626
33	12	PORANGA	R\$ 40.951,86		626
34	13	AIUABA	R\$ 40.951,86		626
35	13	PARAMBU	R\$ 40.951,86		626
36	13	QUITERIANÓPOLI S	R\$ 40.951,86		626
			1.583.472,00		23.164

O cálculo de beneficiários é feito pelo nº de Agentes de Leitura + o nº de famílias atendidas (considerando um número médio de 5 membros por família) + o nº de articulador de cada município)

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria de Políticas de Livros e Acervos (COPLA)	Maria do Socorro Sampaio Flores (Mileide Flores)
Técnico Responsável	Antonia Norma Cascia Costa Santana
E-mail	socorro.flores@secult.ce.gov.br / mileide.secult@gmail.com normasantana@secult.ce.gov.br
Telefone	(85) 3101 6794

ANEXO I
Marco Lógico do Projeto

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Elevar o número de Pessoas com acesso a bens culturais	Nº de pessoas com acesso a bens culturais	Pesquisa qualitativa	Metodologia aplicada à pesquisa
Resultados	Elevar a proficiência leitora das famílias beneficiadas, com base em testes realizados pela Secretaria da Cultura	Nota do Teste de Proficiência Leitora	Teste de Proficiência Leitora	Família não aceitar a realização do teste.
Produtos	a) 232 bolsas concedidas b) 13.920 mil livros doados c) Cursos de formação com carga horária de 40 horas c) Bibliotecas Públicas e Comunitárias beneficiadas	a) Nº de Agentes com bolsas b) Nº de livros lidos pelos agentes nas famílias beneficiadas. c) Nº de agentes beneficiados d) Nº Bibliotecas Públicas e Comunitárias beneficiadas	a) Relatórios enviados, b) Relatório de livros lidos por família c) Relatório de desempenho do agente de leitura d) Termos de doação	a) Não envio do relatório de frequência b) Não envio de livros lidos por família c) Não Relatório de desempenho do agente de leitura d) Não envio dos termos de doação.
Atividades	a) Realizar seleção de 232 Agentes b) Renovar bolsas de 2 Agentes de Leitura c) Conceder 232 bolsas sendo: 197 de Agentes de Leitura e 35 de Agentes de Leitura Articuladores c) Realizar as formações dos Agentes de Leitura e Agentes de Leitura Articulador (básica e continuada - VII Encontro Agentes de Leitura do Ceará d) Disponibilizar livros para as famílias; e) Realizar teste de proficiência leitora	a) Nº de pessoas selecionadas b) Número de renovação de bolsas c) Nº de bolsas concedidas Número de formações realizadas	a) Publicação D.O.E. b) Publicação D.O.E. c) Contratos assinados Lista de presença	Desistência de Agentes de Leitura; Licitações não realizadas
Insumos	Recurso FECOP Recursos da SECULT (livros contrapartidas de editais) Recursos SEDUC (livros da coleção PAIC Prosa e Poesia)	Números e Livros disponibilizados	Termos de recebimentos	



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
GABINETE DO GOVERNADOR - GABGOV**

PROJETO: Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem Urbano (5)

MAPP - 102

“GABGOV”

Fevereiro/2016

SECRETARIA (Proponente)	Gabinete do Governador
PROGRAMA (PPA)	021 – Promoção da Juventude
MAPP (Nº e Denominação)	102 – ProJovem Urbano 05
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Fevereiro a Março de 2016
CATEGORIA	Estruturante – Educação de Jovens e Adultos Qualificação Profissional Inicial

1. Descrição do Projeto

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano é um Programa do Governo Federal em Parceria com o Governo do Estado do Ceará, que garante a jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever e que não concluíram o ensino fundamental, ações de elevação de escolaridade, na forma de curso, qualificação profissional inicial e participação cidadã. A Resolução CD/FNDE nº 08 de 16 de abril de 2014, estabelece os critérios e as normas para a transferência automática de recursos financeiros ao Distrito Federal, aos estados e aos municípios para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Urbano, para o ingresso de estudantes a partir de 2014. Os documentos também reforçam a importância do Programa, destacando as seguintes necessidades: promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo educacional, de modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; aproximar e articular as políticas e ações para a juventude, bem como disseminar informações sobre os bens e serviços públicos disponibilizados no território; criar oportunidades para os jovens atendidos pelo Programa por meio do acesso aos bens e equipamentos públicos de cultura, esporte, assistência social e saúde existentes no território, fortalecendo a integração entre as políticas públicas para a juventude e ampliando as possibilidades de informação e de participação dos alunos do Programa nesses espaços públicos; atender aos jovens catadores de resíduos sólidos; ampliar ações voltadas à elevação de escolaridade de jovens de 18 a 29 anos nas unidades dos sistemas prisionais, especialmente de jovens mulheres, devido ao crescente índice populacional carcerário feminino no último triênio, segundo o Sistema de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (Infopen/MJ-2011). O ProJovem Urbano 05, atenderá 5.050 jovens em 26 municípios do Estado. Com duração de 18 meses de curso, os jovens atendidos recebem uma bolsa-auxílio mensal do valor de R\$ 100,00, mediante o cumprimento de 75% de frequência e entrega de trabalhos escolares. Sendo assim, as ações do Programa, em nível Estadual, elevarão os índices: Educacionais, com a conclusão do Ensino Fundamental, comprovada por certificado emitido pelo Ministério da Educação (MEC) de 1.080 h/a; Trabalho e Renda, através de atividades de Qualificação Profissional Inicial, comprovada por certificado emitido pelo MEC de 360h/a; Socioassistenciais, com a dimensão de Participação Cidadã, que promoverá o resgate social do jovem, possibilitando o estímulo à consciência crítica e à práticas de intervenção social, trazendo o debate sobre a questão social e suas múltiplas refrações, proporcionando a identificação dos principais desafios enfrentados pelas comunidades atendidas, permitindo a construção de um Plano de Ação Comunitária – PLA. No Estado do Ceará, o ProJovem Urbano será gerenciado pelo Gabinete do Governador (GABGOV),

através da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (COJUV), que firmará Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria da Educação do Estado (SEDUC), e celebrará Contrato de Gestão com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), objetivando garantir as metas definidas.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No âmbito do Plano Plurianual – PPA 2016/2019, está vinculado ao Programa de Governo 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: Objetivo: 054.1 - Contribuir para a efetividade das políticas públicas referentes à promoção e defesa dos direitos dos segmentos vulneráveis; Iniciativa: 054.1.04 – Formação integral para emancipação dos grupos vulneráveis; Ação: 18401 – Capacitação de jovens pelo ProJovem Urbano Executado por meio do Contrato de Gestão; Meta: Ofertar 5.050 vagas, em 26 municípios, de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens de 18 a 29 anos, residentes no meio urbano, que não concluíram o ensino fundamental. O projeto está vinculado ao resultado estratégico setorial 11000000 (Gabinete do Governador), indicador 11100008 (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude) inscrito no eixo de governo Ceará Acolhedor.

3. Diagnóstico

A recuperação econômica e o investimento em políticas públicas alteraram significativamente indicadores que relatam a situação vivida pelos jovens no país, sobretudo no que diz respeito ao acentuado processo de elevação do acesso à educação. No entanto, a dívida social com as jovens gerações ainda está longe de ser sanada e persistem situações graves de exclusão e precariedade que precisam ser enfrentadas. Propor políticas públicas para integrar as novas gerações é condição necessária para o sucesso de projeto de desenvolvimento que amplie a democracia, a participação social, o potencial científico e tecnológico do país e prossiga com o compromisso de erradicar a pobreza extrema e promover a igualdade. A juventude, como uma etapa do ciclo de vida, caracteriza-se por um intenso processo de definições, escolhas e arranjos para a construção de uma trajetória de inserção e autonomia. As condições em que é vivido esse processo e a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis para a composição dessa equação definem, em grande medida, a qualidade da inclusão e da participação social que o jovem pode realizar nesse processo de transição para a vida adulta. Em função das inúmeras diferenças e desigualdades na situação dos jovens, coexistem diferenciadas maneiras de processar a transição; no contexto histórico atual, no qual as trajetórias juvenis se fazem em sequências múltiplas e não lineares de eventos demarcadores de passagens para a vida adulta, novas dificuldades se apresentam para o processo de emancipação, e aumenta o número de jovens que têm suas biografias marcadas por várias entradas e saídas no sistema escolar e no mundo do trabalho, sendo muitos os que vivenciam inéditas situações de exclusão e violência. Com respeito ao perfil demográfico da juventude brasileira, dados preliminares do Censo 2010 apontam para uma população jovem em torno de 50 milhões de pessoas, o que caracteriza o Brasil ainda como um país essencialmente jovem, não obstante a mesma pesquisa também indique uma redução sistemática, em termos relativos, dos segmentos etários mais jovens. Considerando dados sobre juventude levantado na PNAD/IBGE 2009, relativos à raça /cor, constata-se, por exemplo, que

a taxa de analfabetismo entre os negros é duas vezes maior do que entre brancos: 3,4% contra 1,4%. A situação repete-se com relação ao ensino médio, onde a quantidade de negros com idade entre 15 e 17 anos é bastante inferior à de alunos brancos: 43,5% contra 60,3%. Com relação ao ensino superior, observa-se ainda que a frequência líquida é cerca de três vezes maior entre os brancos. Com respeito à renda, 70% dos jovens pobres são negros e os brancos são cerca de 78% dos não-pobres. Em relação à educação para os jovens com deficiência, levantamento feito em 2008 pelo Ministério da Educação (MEC), relatou que 70,64% da população brasileira fora da escola são de crianças, adolescentes e jovens com deficiência. Segundo o Banco Mundial, grande parte das pessoas com deficiência, cerca de 80%, vive na pobreza. Quando é feito um recorte regional nos dados da mesma pesquisa referente à juventude, verifica-se que 54% dos jovens da região Nordeste estão na pobreza, percentual maior que das outras regiões. Constatam-se, ainda, que as regiões Norte e Nordeste têm os mais baixos índices de jovens de 15 a 17 anos estudando na série adequada: apenas 39,1% e 39,2% da população nessa faixa etária, respectivamente, cursam o ensino médio. No Sudeste, o número sobe para 60,5%. Situação semelhante repete-se com relação ao analfabetismo entre jovens de 15 a 29 anos. Enquanto Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam taxas em torno de 1,1%; Norte e Nordeste atingem percentuais de 2,8% e 5,3% respectivamente. Outro aspecto importante e recorrente nas pesquisas é a preocupação dos jovens com o desemprego. Se por um lado 69,6% do grupo entre 15 e 29 anos participa do mercado de trabalho, o mesmo não se verifica quanto à qualidade da ocupação: no grupo de 25 a 29 anos apenas 42,6% trabalham com carteira assinada; no grupo de 18 a 24 anos a taxa cai para 34,0%; já no grupo de 15 a 17 anos a taxa é de apenas 2,56%, sendo que, destes, 6,38% realizam trabalhos não remunerados. A PNAD 2009 mostra ainda que o desemprego juvenil é quase três vezes maior que a taxa de desemprego adulto, o que coloca a juventude como segmento vulnerável no mundo do trabalho. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Juventude e Trabalho: Alguns Aspectos do Cenário Brasileiro Contemporâneo* (Carla Coelho de Andrade, 2008), enfatiza que as oportunidades de trabalho normalmente oferecidas aos jovens são de curta duração e baixa remuneração, não possibilitando aos jovens adequado desenvolvimento profissional. Nesse sentido, pensar a ação do governo para a juventude implica, necessariamente, pensar ações transversais, intersetoriais, que envolvam distintas abordagens como territorialidade, federalismo, regionalidade e que considerem a multiplicidade, desigualdade e diversidade do público juvenil, seus aspectos culturais, étnico-raciais, territoriais (regional, urbano e rural), ambientais, de classe social, de gênero, de orientação sexual, das pessoas com deficiência e dos povos e comunidades tradicionais. Em todos os campos apresenta-se o grande desafio de efetivar os direitos já garantidos em lei e ampliar as conquistas, sobretudo no que diz respeito às especificidades dos jovens no conjunto das políticas universais. Também se impõe o desafio de contemplar nos desenhos dos programas as especificidades locais e regionais, levando em consideração as variáveis necessárias ao entendimento de cada formação, suas conexões com fatores vinculados à cultura, ao mundo do trabalho, às condições de clima e sazonalidade, à inserção social, à expectativa dos jovens, dentre outras. Coloca-se como desafio importante para os governos buscar estender aos diferentes segmentos juvenis, assim como aos diferentes territórios de que é composto o país, os avanços alcançados no campo das políticas de juventude, ampliando o acesso dos jovens aos programas existentes, estimulando a formulação de novas ações e programas que respondam às demandas existentes, tornando assim mais efetiva a

garantia dos direitos da juventude.

4. Justificativa

De acordo com a Resolução CD/FNDE, a implementação do Programa surge da necessidade de promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo educacional, de modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; da necessidade de aproximar e articular as políticas e ações para a juventude, bem como disseminar informações sobre os bens e serviços públicos disponibilizados no território; da necessidade de criar oportunidades para os jovens atendidos pelo Programa por meio do acesso aos bens e equipamentos públicos de cultura, esporte, assistência social e saúde existentes no território, fortalecendo a integração entre as políticas públicas para a juventude e ampliando as possibilidades de informação e de participação dos alunos do Programa nesses espaços públicos; da necessidade de atendimento aos jovens catadores de resíduos sólidos; da necessidade de ampliar ações voltadas à elevação de escolaridade de jovens de 18 a 29 anos nas unidades dos sistemas prisionais, especialmente de jovens mulheres, devido ao crescente índice populacional carcerário feminino no último triênio, segundo o Sistema de Informações Penitenciárias do Ministério da Justiça (Infopen/MJ-2011). O ProJovem Urbano, através do seu Projeto Pedagógico Integrado (PPI), proporciona ao jovem o atendimento integral das suas demandas sociais, por meio da Educação Básica, Qualificação Profissional Inicial e Participação Cidadã. O Programa, executado pelo Governo do Estado do Ceará desde 2009, permite ser um agente transformador do jovem em situação de vulnerabilidade social, pois promove o resgate educacional, qualifica profissionalmente, além de incentivar práticas de caráter social nas comunidades que este jovem vive. Nas experiências anteriores de execução do ProJovem Urbano, existem diversos relatos de transformação do jovem atendido pelo Programa, como: melhor acesso ao mercado formal de trabalho evitando a precarização do trabalho juvenil conforme orientações da OIT, reinclusão no processo educacional com acesso ao ensino médio, técnico e profissionalizante, garantia de segurança alimentar, considerando que o Programa paga uma bolsa mensal oriunda do recurso Federal. Além de todas as transformações subjetivas que fortalecem o sentimento de cidadania.

5. Histórico

O Estado do Ceará executa o ProJovem Urbano desde o ano de 2009, atendendo 31.450 jovens, fortalecendo o resgate socioeducacional e possibilitando ao Estado a melhoria direta dos índices sociais. As edições anteriores do ProJovem Urbano foram financiadas pela Fonte 00 (Tesouro), Fonte 10 (Fecop) e Fonte 82 (Governo Federal).

Ano	Valor FECOP(R\$)	Valor outras Fontes (*) (R\$)		Valor Aplicado (R\$)	Nº de Beneficiados
		Fonte 82 Federal (R\$)	Fonte 00 Tesouro (R\$)		
2009	-	9.171.073,26	2.522.501,68	11.693.574,94	3.000
2010	-	28.200.445,72	9.908.264,71	38.108.710,43	9.400

2012	-	16.518.600,00	6.220.686,51	22.739.286,51	5.400
2013	11.933.185,63	27.392.400,00	-	39.325.585,63	8.600
2015	5.612.368,00	16.490.700,00	-	22.103.068,00	5.050
Total	17.545.553,63	97.773.218,98	18.651.452,90	133.970.225,51	31.450

(*) Fonte 82 – Federal, e Fonte 00 – Tesouro

6. Público Alvo

O Público Alvo do ProJovem Urbano são jovens na faixa etária de 18 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler escrever.

6.1 Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

- Jovens na faixa etária de 18 a 29 anos;
- Saber ler e escrever;
- Não ter concluído o Ensino Fundamental.

São jovens em situação de vulnerabilidade social:

- egressos do sistema penitenciário; envolvidos com drogas ilícitas;
- sem acesso às políticas públicas básicas;
- com deficiência no acesso ao planejamento familiar, resultando na gravidez precoce;
- jovens negros que historicamente foram vítimas de exclusões sociais, tendo permanecido à margem das políticas públicas.

7. Objetivos

Geral:

- Elevar o grau de escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.

Específicos:

- Promover o resgate social do jovem através das práticas de cidadania consciente;
- proporcionar prática profissional que permita a capacitação e o melhor acesso ao mercado formal de trabalho;
- reinserir o jovem no processo educacional;
- resgatar e fortalecer o sentimento de pertencimento do jovem dentro da sua comunidade;
- incentivar às práticas que disseminam as estratégias de planejamento familiar entre as jovens mães.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

a) Celebrar Contrato de Gestão com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT. O Contrato de Gestão será celebrado com o IDT, Organização Social qualificada conforme Decreto nº 25.019 de 03 de julho de 1998, através de Dispensa de Licitação fundamentada na expertise obtida pela execução de Contratos de Gestão nº 18/2008, 09/2009, 01/2010, 10/2012, 15/2012 e 26/2013; capilaridade e

viabilidade de soluções para o desenvolvimento do trabalho e empreendedorismo visando à inclusão social. O Gabinete do Governador será o responsável por viabilizar todos os trâmites para a celebração do Contrato.

b) Capacitar os Educadores do ProJovem Urbano

Por tratar-se de um Programa para um público específico, o ProJovem Urbano possui uma metodologia peculiar. Assim, os Educadores passarão trimestralmente por formações pedagógicas para que possam absorver a proposta do Programa, totalizando 6 formações, em que cada uma abordará as temáticas propostas pelo Ministério da Educação:

- I – Juventude e Cultura
- II – Juventude e Cidade
- III – Juventude e Trabalho
- IV – Juventude e Comunicação
- V – Juventude e Tecnologia
- VI – Juventude e Cidadania

Ao final de todas as formações, os Educadores serão certificados pela Universidade Regional do Cariri (entidade credenciada nacionalmente para ministrar as formações do ProJovem Urbano). O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, será o responsável por viabilizar todos os trâmites para a capacitação desses Educadores.

c) Capacitar os jovens

Capacitar 5.050 jovens, em 26 municípios, por meio da elevação de escolaridade, qualificação profissional inicial e participação cidadã.

O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, será o responsável por viabilizar todos os trâmites para a capacitação dos jovens.

8.1 – Atividades Realizadas em Anos Anteriores

a) Foi celebrado entre o GABGOV e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, o Contrato de Gestão nº 07/2015, publicado no Diário Oficial do dia 21 de maio de 2015;

b) Foi celebrado o Aditivo do Contrato de Gestão nº 07/2015, que ampliou a meta de jovens atendidos de 4.800 para 5.050 jovens; sendo que esses 250 são jovens que encontram-se em situação de privação de liberdade em unidades prisionais;

c) Foi realizada a Formação Continuada dos Educadores do Programa ProJovem Urbano 5. Os 342 (trezentos e quarenta e dois) profissionais (educadores e técnicos) da edição foram formados nas Unidades: I – Juventude e Cultura; e II – Juventude e Cidade;

8.2 – Atividades a Serem Realizadas no Ano

a) Serão realizadas as Formações Continuadas dos Educadores do ProJovem Urbano abordando os Eixos: III – Juventude e Trabalho; IV – Juventude e Comunicação; V – Juventude e Tecnologia; VI – Juventude e Cidadania

8.3 – Atividades Previstas para Anos Posteriores

a) Conclusão do curso, que permitirá a elevação de escolaridade dos 5.050 jovens,

em nível fundamental e qualificação profissional inicial;

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Capacitação de Educadores	6	Relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Avaliação de Metas Físicas e Listas de Frequência
Educadores com Formação Pedagógica	110	Relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Avaliação de Metas Físicas e Listas de Frequência
Jovens Capacitados	5.050	Relatórios trimestrais emitidos pelo IDT, com registros fotográficos; e Relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Avaliação de Metas Físicas

Obs: Ressalta-se que como o Programa tem a duração de 24 meses, o número de jovens capacitados só poderão ser mensurados com o término do Programa;

10. Metas

- Capacitar 5.050 jovens por meio da conclusão do ensino fundamental, de qualificação profissional inicial e do desenvolvimento de experiências de participação cidadã, em 26 (vinte e seis) municípios Estado do Ceará;
- Capacitar 110 Educadores nas Formações Continuidas ministradas pela URCA.

11. Resultados Esperados

- 90% dos jovens concludentes com grau de escolaridade elevados;
- Implementar o Plano de Ação Comunitária (PLA) nos municípios, através do levantamento das principais fragilidades sociais da comunidade;
- Realizar atividades práticas de Qualificação Profissional, de acordo com o Arco Ocupacional do município;
- Certificar 90% dos jovens concludentes em Qualificação Profissional Inicial.

12. Integração de Ações

A proposta pedagógica do ProJovem Urbano de integrar as ações de elevação de escolaridade, qualificação profissional inicial e participação cidadã, oportuniza um grande leque de possibilidades de integrar o Programa a outros que tenham como foco Educação, Mundo do Trabalho e Assistência Social. É importante ressaltar que o ProJovem Urbano dos Estados, atua em municípios com população inferior a 100.000 habitantes. Quando da definição dos municípios contemplados, são feitas

visitas a todas as Secretarias Municipais, em especial Educação, Assistência Social e Juventude, para que os gestores municipais possam conhecer o Programa e promover ações de integração com outros projetos municipais. Outra integração bastante concreta nos municípios, é a parceria com fábricas, lojas e serviço público, para que os alunos possam realizar visitas e ampliar o olhar sobre o mundo do trabalho, fortalecendo as ações de Qualificação Profissional.

13. Monitoramento

O monitoramento será realizado trimestralmente pela Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria e publicada em Diário Oficial, acompanhando e avaliando o desenvolvimento do Programa, por meio de Reunião. Serão realizadas visitas mensais aos municípios, para reafirmar as parcerias com os entes municipais, acompanhar a metodologia utilizada em sala de aula pelos Educadores, verificar todos os aspectos que envolvem o Programa, desde o abastecimento da merenda escolar, até os índices de evasão dos alunos. Estas visitas mensais serão de responsabilidade da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, OS contratada para operacionalizar as ações do Programa, ficará responsável pelas visitas quinzenais, com o objetivo de monitorar as ações do Programa e acompanhar os planejamentos pedagógicos dos Educadores. Todos os acompanhamentos serão verificados por meio de Relatórios e Registro fotográfico.

13.1 Dados Utilizados

Informações coletadas	Fontes de verificação	Periodicidade
Realização das Formações de Educadores	Visitas as formações, Listas de Frequência e Relatórios Trimestrais emitidos pelo IDT	Trimestral
Entrega dos Kits Escolares dos alunos	Visitas aos municípios	Mensal
Abastecimento da merenda escolar	Visitas aos municípios	Mensal
Índice de Evasão dos alunos	Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral
Infraestrutura das Escolas	Visitas aos municípios e Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral
Regularidade do transporte dos alunos	Visitas aos municípios e Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral
Currículo Integrado	Visitas aos municípios e Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral

13.2 Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários do Programa serão cadastrados no ato da matrícula, no Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Urbano – SIMEC.

14. Pressupostos de Riscos

- atrasos nos repasses de recursos;
- não comprometimento das Prefeituras dos municípios no fornecimento do transporte aos educandos;
- não engajamento do núcleo gestor da escola no programa;
- vulnerabilidade do público do programa.

15. Orçamento - 2016

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DAS DESPESAS			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA(335039)	1.900.710,40	12.872.870,24	14.773.580,64

(*) Fonte 82 Governo Federal

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Set	Out	Nov	Dez	Total
1.1 Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	X	217.000,00	1.683.710,40	X	X	X	X	X	X	X	X	1.900.710,40

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Valor FECOP (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	1 – CARIRI	ASSARÉ	509.816,64	75.275,66	200
2		BARBALHA	509.816,64	75.275,66	200
3		BARRO	509.816,64	75.275,66	200
4	2 – CENTRO SUL	JUAZEIRO DO NORTE (unidade prisional)	203.926,66	30.110,26	80
5		MISSÃO VELHA	509.816,64	75.275,66	200
6		CEDRO ICÓ	509.816,64	75.275,66	200
7	3 – GRANDE FORTALEZA	AQUIRAZ (unidade prisional)	216.672,07	31.992,16	85
8		PACATUBA (unidade prisional)	216.672,07	31.992,16	85
9		PACATUBA	509.816,64	75.275,66	200

ANEXO I
Marco Lógico do Projeto

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Reinserção dos jovens na educação básica e com acesso à qualificação profissional Redução dos riscos sociais como: gravidez não planejada; reincidência de jovens em conflito com a lei; jovens em situação de violência doméstica e drogadição; e desemprego Ampliar a cultura do empreendedorismo e economia criativa Aumento da ocupação e renda dos jovens;	Nº de pessoas inseridas no mercado de trabalho Nº de jovens que participaram de ações do Plano de Ação Comunitária (PLA) Nº de empreendimentos criados % de aumento do nível educacional municipal	Pesquisa qualitativa Relatórios técnicos emitidos pelo IDT e Listas de Frequência	Metodologia aplicada à pesquisa
Resultados	Jovens concluintes com grau de escolaridade elevados e certificação de Qualificação Profissional Inicial Plano de Ação Comunitária (PLA) implementados nos municípios Atividades práticas de Qualificação Profissional, realizadas de acordo com o Arco Ocupacional do município	Nº de jovens concluintes Nº Plano de Ação Comunitária (PLA) implementados Nº de atividades realizadas	Relatórios técnicos emitidos pelo IDT e Listas de Frequência	Evasão, infrequência, atraso do auxílio do aluno (bolsa) Rescisão de contratos de professores
Produtos	a) Formação dos 110 Educadores b) Capacitação de 5.050 Jovens;	a) Nº de educadores formados b) Nº de jovens certificados	Relatórios técnicos emitidos pelo IDT e Listas de Frequência Certificados emitidos	Evasão, infrequência, atraso do auxílio do aluno (bolsa) Rescisão de contratos de professores
Atividades	a) Avaliação e definição dos municípios a serem contemplados b) Seleção, contratação e capacitação de educadores c) Matricular alunos nos municípios d) Realizar Formações Continuas dos Educadores e) Certificar os alunos que atingirem os pontos	a) Municípios aptos a receberem o programa; b) Nº de jovens matriculados c) Nº de educadores capacitados d) Nº de formações realizadas e) Nº de jovens aptos a serem	a) Relatório de Visitas Técnicas aos municípios b) Sistema de Gestão do ProJovem c) Frequência das Formações de Educadores d) Diários de classe e atas	a) Problemas estruturais e de caráter político com as gestões municipais b) realidade sazonal (festividades/eleições/trabalhos temporários/transporte escolar/entre outros) c) dificuldade dos

	necessários, 75% de frequência e/ou aprovados pelo Conselho de Classe	certificados	do Conselho de Classe	educadores em compreender e aplicar a metodologia de integração curricular
Insumos	Recurso Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação – FNDE Recursos Humanos do GABGOV e do IDT Coordenação Estadual, Coord. Executiva, Assistentes Administrativos, Analistas Administrativos, Educadores, Monitores infantis, Aux. de Serv. de Alimentação, Interprete Educacional, Menor Aprendiz, Motorista, recepcionista e equipe de apoio Instalações utilizadas: escolas municipais; Sede da Coordenação Executiva no IDT; e Sede da Coordenação Estadual no GABGOV	% de execução financeira	Sistema de Acompanhamento de Programas e Projetos – SIAP Relatório de Visitas Técnicas aos municípios	Atraso no repasse do recurso Federal Problemas estruturais e de caráter político com as gestões municipais



**GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
GABINETE DO GOVERNADOR - GABGOV**

PROJETO: ProJovem Campo 3 - “Saberes da Terra”

MAPP 103

“GABGOV”

Fevereiro - 2016

SECRETARIA (Ponente)	GABINETE DO GOVERNADOR - GABGOV
PROGRAMA (PPA)	021 – PROMOÇÃO DA JUVENTUDE
MAPP Nº	103 – ProJovem Campo 03 - 1.200 jovens
PERÍODO DE EXECUÇÃO	Fevereiro a Março de 2016
CATEGORIA	Estruturante – Educação de Jovens e Adultos / Qualificação Social e Profissional

1. Descrição do Projeto

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Campo “Saberes da Terra” é um Programa do Governo Federal em Parceria com o Governo do Estado do Ceará, que garante a jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever e que não concluíram o ensino fundamental, ações de elevação de escolaridade, na forma de curso e qualificação social e profissional. A Resolução CD/FNDE/MEC Nº 11 de 16 de abril de 2014, estabelece os critérios e as normas para a transferência de recursos financeiros ao Distrito Federal, aos estados e aos municípios para o desenvolvimento de ações do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem Campo “Saberes da Terra”. O documento também reforça a importância do Programa, destacando as seguintes necessidades: promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo educacional, de modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; aproximar e articular as políticas e ações para a juventude, bem como disseminar informações sobre os bens e serviços públicos disponibilizados no território; criar novas oportunidades para os jovens atendidos pelo Programa por meio do acesso aos bens e equipamentos públicos de cultura, esporte, assistência social e saúde existentes no território, fortalecendo a integração entre as políticas públicas para a juventude e ampliando as possibilidades de informação e de participação dos alunos do Programa nesses espaços públicos; assegurar formação continuada específica para os profissionais envolvidos no Projovem Campo - Saberes da Terra. O Projovem Campo, atenderá 1.200 jovens em 20 municípios do Estado. Com duração de 24 meses de curso, os jovens atendidos recebem uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 100,00 a cada 2 meses, mediante o cumprimento de 75% de frequência e entrega de trabalhos escolares. Sendo assim, as ações do Programa, em nível Estadual, elevarão os índices: Educacionais, com a conclusão do Ensino Fundamental, comprovada por certificado emitido pelo Ministério da Educação (MEC); Trabalho e Renda, através de atividades de Qualificação Social e Profissional Inicial, comprovada por certificado emitido pelo MEC; Socioassistenciais, promovendo o resgate social do jovem, possibilitando o estímulo à consciência crítica e à práticas de intervenção social, trazendo o debate sobre a questão social e suas múltiplas refrações, proporcionando a identificação dos principais desafios enfrentados pelas comunidades atendidas. No Estado do Ceará, o Projovem Campo “Saberes da Terra” será gerenciado pelo Gabinete do Governador (GABGOV), através da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude (COJUV), que firmará Termo de Cooperação Técnica com a Secretaria da Educação do Estado (SEDUC), e celebrará Contrato de Gestão com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), objetivando garantir as metas definidas.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No âmbito do Plano Plurianual – PPA 2016/2019, está vinculado ao Programa de Governo 054 – PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: Objetivo: 054.1 - Contribuir para a efetividade das políticas públicas referentes à promoção e defesa dos direitos dos segmentos vulneráveis; Iniciativa: 054.1.04 – Formação integral para emancipação dos grupos vulneráveis; Ação: 18402 – Capacitação de jovens pelo ProJovem Campo executado por meio do Contrato de Gestão; Meta: Ofertar 1.200 vagas, em 17 municípios, de qualificação profissional com formação inicial e escolarização para jovens de 18 a 29 anos, residentes na zona rural, que não concluíram o ensino fundamental. O projeto está vinculado ao resultado estratégico setorial 11000000 (Gabinete do Governador), indicador 11100008 (Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude) inscrito no eixo de governo Ceará Acolhedor.

3. Diagnóstico

A recuperação econômica e o investimento em políticas públicas alteraram significativamente indicadores que relatam a situação vivida pelos jovens no país, sobretudo no que diz respeito ao acentuado processo de elevação do acesso à educação. No entanto, a dívida social com as jovens gerações ainda está longe de ser sanada e persistem situações graves de exclusão e precariedade que precisam ser enfrentadas. Propor políticas públicas para integrar as novas gerações é condição necessária para o sucesso de projeto de desenvolvimento que amplie a democracia, a participação social, o potencial científico e tecnológico do país e prossiga com o compromisso de erradicar a pobreza extrema e promover a igualdade. A juventude, como uma etapa do ciclo de vida, caracteriza-se por um intenso processo de definições, escolhas e arranjos para a construção de uma trajetória de inserção e autonomia. As condições em que é vivido esse processo e a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis para a composição dessa equação definem, em grande medida, a qualidade da inclusão e da participação social que o jovem pode realizar nesse processo de transição para a vida adulta. Em função das inúmeras diferenças e desigualdades na situação dos jovens, coexistem diferenciadas maneiras de processar a transição; no contexto histórico atual, no qual as trajetórias juvenis se fazem em sequências múltiplas e não lineares de eventos demarcadores de passagens para a vida adulta, novas dificuldades se apresentam para o processo de emancipação, e aumenta o número de jovens que têm suas biografias marcadas por várias entradas e saídas no sistema escolar e no mundo do trabalho, sendo muitos os que vivenciam inéditas situações de exclusão e violência. Com respeito ao perfil demográfico da juventude brasileira, dados preliminares do Censo 2010 apontam para uma população jovem em torno de 50 milhões de pessoas, o que caracteriza o Brasil ainda como um país essencialmente jovem, não obstante a mesma pesquisa também indique uma redução sistemática, em termos relativos, dos segmentos etários mais jovens. Considerando dados sobre juventudes levantadas na PNAD/IBGE 2009, relativos à raça /cor, constata-se, por exemplo, que a taxa de analfabetismo entre os negros é duas vezes maior do que entre brancos: 3,4% contra 1,4%. A situação repete-se com relação ao ensino médio, onde a quantidade de negros com idade entre 15 e 17 anos é bastante inferior à de alunos brancos: 43,5% contra 60,3%. Com relação ao ensino superior, observa-se ainda que a frequência líquida é cerca de três vezes maior entre os brancos. Com respeito à renda, 70% dos jovens pobres são negros e os brancos são cerca de 78% dos não-pobres. Em relação à educação para os jovens com deficiência, levantamento

feito em 2008 pelo Ministério da Educação (MEC), relatou que 70,64% da população brasileira fora da escola são de crianças, adolescentes e jovens com deficiência. Segundo o Banco Mundial, grande parte das pessoas com deficiência, cerca de 80%, vive na pobreza. Quando é feito um recorte regional nos dados da mesma pesquisa referente à juventude, verifica-se que 54% dos jovens da região Nordeste estão na pobreza, percentual maior que das outras regiões. Consta-se, ainda, que as regiões Norte e Nordeste têm os mais baixos índices de jovens de 15 a 17 anos estudando na série adequada: apenas 39,1% e 39,2% da população nessa faixa etária, respectivamente, cursam o ensino médio. No Sudeste, o número sobe para 60,5%. Situação semelhante repete-se com relação ao analfabetismo entre jovens de 15 a 29 anos. Enquanto Sul, Sudeste e Centro-Oeste apresentam taxas em torno de 1,1%; Norte e Nordeste atingem percentuais de 2,8% e 5,3% respectivamente. Outro aspecto importante e recorrente nas pesquisas é a preocupação dos jovens com o desemprego. Se por um lado 69,6% do grupo entre 15 e 29 anos participa do mercado de trabalho, o mesmo não se verifica quanto à qualidade da ocupação: no grupo de 25 a 29 anos apenas 42,6% trabalham com carteira assinada; no grupo de 18 a 24 anos a taxa cai para 34,0%; já no grupo de 15 a 17 anos a taxa é de apenas 2,56%, sendo que, destes, 6,38% realizam trabalhos não remunerados. A PNAD 2009 mostra ainda que o desemprego juvenil é quase três vezes maior que a taxa de desemprego adulto, o que coloca a juventude como segmento vulnerável no mundo do trabalho. Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Juventude e Trabalho: Alguns Aspectos do Cenário Brasileiro Contemporâneo* (Carla Coelho de Andrade, 2008), enfatiza que as oportunidades de trabalho normalmente oferecidas aos jovens são de curta duração e baixa remuneração, não possibilitando aos jovens adequado desenvolvimento profissional. Nesse sentido, pensar a ação do governo para a juventude implica, necessariamente, pensar ações transversais, intersetoriais, que envolvam distintas abordagens como territorialidade, federalismo, regionalidade e que considerem a multiplicidade, desigualdade e diversidade do público juvenil, seus aspectos culturais, étnico-raciais, territoriais (regional, urbano e rural), ambientais, de classe social, de gênero, de orientação sexual, das pessoas com deficiência e dos povos e comunidades tradicionais. Em todos os campos apresenta-se o grande desafio de efetivar os direitos já garantidos em lei e ampliar as conquistas, sobretudo no que diz respeito às especificidades dos jovens no conjunto das políticas universais. Também se impõe o desafio de contemplar nos desenhos dos programas as especificidades locais e regionais, levando em consideração as variáveis necessárias ao entendimento de cada formação, suas conexões com fatores vinculados à cultura, ao mundo do trabalho, às condições de clima e sazonalidade, à inserção social, à expectativa dos jovens, dentre outras. Coloca-se como desafio importante para os governos buscar estender aos diferentes segmentos juvenis, assim como aos diferentes territórios de que é composto o país, os avanços alcançados no campo das políticas de juventude, ampliando o acesso dos jovens aos programas existentes, estimulando a formulação de novas ações e programas que respondam às demandas existentes, tornando assim mais efetiva a garantia dos direitos da juventude.

4. Justificativa

De acordo com a Resolução CD/FNDE/MEC Nº11 de 16 de abril de 2014, a implementação do Programa surge da necessidade de promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo

educacional, de modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; da necessidade de aproximar e articular as políticas e ações para a juventude, bem como disseminar informações sobre os bens e serviços públicos disponibilizados no território; da necessidade de criar oportunidades para os jovens atendidos pelo Programa por meio do acesso aos bens e equipamentos públicos de cultura, esporte, assistência social e saúde existentes no território, fortalecendo a integração entre as políticas públicas para a juventude e ampliando as possibilidades de informação e de participação dos alunos do Programa nesses espaços públicos; da necessidade de assegurar formação continuada específica para os profissionais envolvidos no Projovem Campo - Saberes da Terra. O Projovem Campo, através do seu Projeto Pedagógico Integrado (PPI), proporciona ao jovem o atendimento integral das suas demandas sociais, por meio da Educação Básica e a Qualificação Social e Profissional. O Programa, executado pelo Governo do Estado do Ceará desde 2009, permite ser um agente transformador do jovem em situação de vulnerabilidade social, pois promove o resgate educacional, qualifica profissionalmente, além de incentivar práticas de caráter social nas comunidades que este jovem vive. Nas experiências anteriores de execução do Projovem Campo, existem diversos relatos de transformação do jovem atendido pelo Programa, como: melhor acesso ao mercado formal de trabalho evitando a precarização do trabalho juvenil conforme orientações da OIT, reinclusão no processo educacional com acesso ao ensino médio, técnico e profissionalizante, garantia de segurança alimentar, considerando que o Programa paga uma bolsa mensal oriunda do recurso Federal. Além de todas as transformações subjetivas que fortalecem o sentimento de cidadania.

5. Histórico

O Estado do Ceará executa o Projovem Campo “Saberes da Terra” desde o ano de 2009, atendendo 9.500 jovens em 103 municípios, fortalecendo o resgate socioeducacional e possibilitando ao Estado a melhoria direta dos índices sociais. As edições anteriores do Programa foram financiadas pela Fonte 00 (Tesouro) e Fonte 82 (Governo Federal).

Ano	Valor FECOP (R\$)	Valor outras Fontes (R\$)		Valor Aplicado (R\$)	Nº de Beneficiados
		Fonte 82 Federal (R\$)	Fonte 00 Tesouro (R\$)		
2009	-	2.664.061,09	5.520.000,00	7.790.396,75	2.300
2012	-	6.900.909,30	14.400.000,00	21.300.909,30	6.000
2015	2.079.360,00	9.856.800,00	-	11.936.160,00	1.200
Total	2.079.360,00	19.421.770,39	19.920.000,00	41.027.466,05	9.500

6. Público Alvo

O Público Alvo do Projovem Campo “Saberes da Terra” são jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler escrever.

6.1 Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

Jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos;
Saber ler e escrever;
Não ter concluído o Ensino Fundamental

São jovens em situação de vulnerabilidade social:

- egressos do sistema penitenciário;
- envolvidos com drogas ilícitas;
- sem acesso às políticas públicas básicas;
- com deficiência no acesso ao planejamento familiar, resultando na gravidez precoce;
- negros que historicamente foram vítimas de exclusões sociais, tendo permanecido à margem das políticas públicas.

7. Objetivos

Geral:

- Elevar o grau de escolaridade de jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental e que saibam ler e escrever.

Específicos:

- promover o resgate social do jovem através das práticas de cidadania consciente;
- proporcionar prática profissional que permita a capacitação e o melhor acesso ao mercado formal de trabalho;
- reinserir o jovem no processo educacional;
- resgatar e fortalecer o sentimento de pertencimento do jovem dentro da sua comunidade;
- promover ações que permitam reafirmar a importância da cultura do Campo, debatendo suas especificidades;
- incentivar às práticas que disseminam as estratégias de Planejamento Familiar entre as jovens mães.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

a) Celebrar Contrato de Gestão com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT.

O Contrato de Gestão será celebrado com o IDT, Organização Social qualificada conforme Decreto nº 25.019 de 03 de julho de 1998, através de Dispensa de Licitação fundamentada na expertise obtida pela execução de Contratos de Gestão nº 18/2008, 09/2009, 01/2010, 10/2012, 15/2012 e 26/2013; capilaridade e viabilidade de soluções para o desenvolvimento do trabalho e empreendedorismo visando à inclusão social. O Gabinete do Governador será o responsável por viabilizar todos os tramites para a celebração do Contrato.

b) Capacitar os Educadores do Projovem Campo “Saberes da Terra”

Por tratar-se de um Programa para um público específico, o Projovem Campo possui uma metodologia peculiar. Assim, os Educadores passarão por formações

pedagógicas para que possam absorver a proposta do Programa, abordando as temáticas propostas pelo Ministério da Educação, por meio dos eixos temáticos:

- I – Agricultura Familiar: cultura, identidades, etnia e gênero;
- II – Economia Solidária;
- III – Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo;
- IV – Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial;
- V – Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas;
- VI – Juventude e Cidade.

Ao final de todas as formações, os Educadores serão certificados pela Universidade Regional do Cariri (entidade credenciada nacionalmente para ministrar as formações do ProJovem Campo). O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, será o responsável por viabilizar todos os trâmites para a capacitação desses Educadores.

c) Capacitar os Jovens

Capacitar 1.200 jovens, em 17 municípios, por meio da elevação de escolaridade e qualificação social e profissional.

O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT será o responsável por viabilizar todos os trâmites para a capacitação dos jovens.

8.1 – Atividades Realizadas em Anos Anteriores

a) Foi celebrado entre o GABGOV e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, o Contrato de Gestão nº 04/2015, publicado no Diário Oficial do dia 21 de maio de 2015;

b) Foi realizada a Formação Continuada dos Educadores do Programa ProJovem Campo 3. Os 120 (cento e vinte) profissionais (educadores e técnicos) da edição foram formados nas Unidades: I – Agricultura Familiar: cultura, identidades, etnia e gênero; e II – Economia Solidária;

8.2 – Atividades a Serem Realizadas no Ano

a) Serão realizadas as Formações Continuadas dos Educadores do ProJovem Campo abordando os Eixos: III – Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo; IV – Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial; V – Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas;

8.3 – Atividades Previstas para Anos Posteriores

a) Conclusão do curso, que permitirá a elevação de escolaridade dos 1.200 jovens, em nível fundamental e qualificação profissional inicial;

b) Será realizada a última etapa das Formações Continuadas dos Educadores do ProJovem Campo abordando os Eixos: VI – Juventude e Cidadania

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Capacitação dos Educadores	6	Relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Avaliação de Metas

		Físicas e Listas de Frequência
Educadores com Formação Pedagógica	83	Relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Avaliação de Metas Físicas e Listas de Frequência
Jovens Capacitados	1.200	Relatórios trimestrais emitidos pelo IDT, com registros fotográficos; e Relatórios técnicos emitidos pela Comissão de Avaliação de Metas Físicas

Obs: Ressalta-se que como o Programa tem a duração de 24 meses, o número de jovens capacitados só poderão ser mensurados com o término do Programa, assim como a Formação dos Educadores.

10. Metas

- Capacitar 83 educadores no Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Campo;
- Elevar o grau de escolaridade de 1.200 jovens agricultores.

11. Resultados Esperados

- 80% dos jovens certificados com elevação de escolaridade;
- 80% dos jovens certificados com Qualificação Social e Profissional;
- 100% dos Educadores certificados pela Universidade Regional do Cariri (URCA) por terem participado das Formações de Educadores.

12. Integração de Ações

A proposta pedagógica do ProJovem Campo “Saberes da Terra” de integrar as ações de elevação de escolaridade e qualificação social e profissional, oportuniza um grande leque de possibilidades de integrar o Programa a outros que tenham como foco Educação, Mundo do Trabalho e Assistência Social. É importante ressaltar que a Resolução do Programa prevê a adesão direta dos Estados e dos municípios que possuam Territórios da Cidadania e maior número de Escolas do Campo. Quando da definição dos municípios contemplados, são feitas visitas a todas as Secretarias Municipais, em especial Educação, Assistência Social, Juventude e Agricultura, para que os gestores municipais possam conhecer o Programa e promover ações de integração com outros projetos municipais. Outra integração bastante concreta nos municípios é a parceria com fábricas, lojas e serviço público, para que os alunos possam realizar visitas e ampliar o olhar sobre o mundo do trabalho, fortalecendo as ações de Qualificação Social e Profissional.

13. Monitoramento

O monitoramento será realizado trimestralmente pela Comissão de Avaliação, nomeada por Portaria e publicada em Diário Oficial, acompanhando e avaliando o desenvolvimento do Programa, por meio de Reunião. Serão realizadas visitas mensais aos municípios, para reafirmar as parcerias com os entes municipais, acompanhar a metodologia utilizada em sala de aula pelos Educadores, verificar

todos os aspectos que envolvem o Programa, desde o abastecimento da merenda escolar, até os índices de evasão dos alunos. Estas visitas mensais serão de responsabilidade da Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude. O Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT, OS contratada para operacionalizar as ações do Programa, ficará responsável pelas visitas quinzenais, com o objetivo de monitorar as ações do Programa e acompanhar os planejamentos pedagógicos dos Educadores. Todos os acompanhamentos serão verificados por meio de Relatórios e Registro fotográfico.

13.1 Dados Utilizados

Informações coletadas	Fontes de verificação	Periodicidade
Realização das Formações de Educadores	Visitas as formações, Listas de Frequência e Relatórios Trimestrais emitidos pelo IDT	Trimestral
Entrega dos Kits Escolares dos alunos	Visitas aos municípios	Mensal
Abastecimento da merenda escolar	Visitas aos municípios	Mensal
Índice de Evasão dos alunos	Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral
Infraestrutura das Escolas	Visitas aos municípios e Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral
Regularidade do transporte dos Educadores	Visitas aos municípios e Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral
Currículo Integrado	Visitas aos municípios e Relatório Trimestral emitido pelo IDT	Trimestral

13.2 Cadastro dos Beneficiários

Os beneficiários do Programa serão cadastrados no ato da matrícula, no Sistema de Matrícula, Acompanhamento de Frequência e Certificação do ProJovem Campo “Saberes da Terra” – SIMEC.

14. Pressupostos de Riscos

- Atrasos nos repasses de recursos;
- não comprometimento das Prefeituras dos municípios no fornecimento do transporte aos educadores;
- não engajamento do núcleo gestor da escola no Programa e vulnerabilidade do público do Programa.

15. Orçamento - 2016

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DAS DESPESAS			
1. DESPESAS CORRENTES			

1.1. Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos Jurídica (335039)	623.808,00	4.750.389,03	5.374.197,03
Total (R\$)	623.808,00	4.750.389,03	5.374.197,03

(*) Outras Fontes: Governo Federal (82)

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Set	Out	Nov	Dez	Total (R\$)
Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos Jurídica (335039)	X	X	623.808,00	X	X	X	X	X	X	X	X	623.808,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Valor FECOP (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	1 – CARIPI	ARARIPE	475.038,03	62.380,80	120
2		MAURITI	237.519,45	31.190,40	60
3	3 – GRANDE FORTALEZA	CAUCAIA	475.038,03	62.380,80	120
4		GUAIUBA	237.519,45	31.190,40	60
5		CASCADEL	237.519,45	31.190,40	60
6		PINDORETAMA	237.519,45	31.190,40	60
7	4 – LITORAL LESTE	SÃO LUÍS DO CURU	237.519,45	31.190,40	60
8		ARACATI	237.519,45	31.190,40	60
9		FORTIM	237.519,45	31.190,40	60
10		ICAPUÍ	237.519,45	31.190,40	60
11	8 – SERRA DA IBIAPABA	JAGUARUANA	237.519,45	31.190,40	60
12		TIANGUÁ	237.519,45	31.190,40	60
13	9 – SERTÃO	QUIXERAMOBIM	237.519,45	31.190,40	60

	CENTRAL					
14	11 – SERTÃO DE SOBRAL	PIRES FERREIRA	237.519,45	31.190,40	60	
15	12 – SERTÃO DE CRATEÚS	ARARENDÁ	237.519,45	31.190,40	60	
16		CRATEÚS	237.519,45	31.190,40	60	
17		IPUEIRAS	475.038,03	62.380,80	120	
Total			4.750.389,03	623.808,00	1.200	

(*) Outras Fontes: Governo Federal(82)

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria/Gerência	Gabinete do Governador – Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Juventude
Técnico Responsável	David Barros Araújo
E-mail	david.barros@gabgov.ce.gov.br
Fone	(85) 3133.3737 / 31333701

ANEXO I
Marco Lógico do Projeto

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Reinserção dos jovens na educação básica e com acesso à qualificação profissional Redução dos riscos sociais como: gravidez não planejada; reincidência de jovens em conflito com a lei; jovens em situação de violência doméstica e drogadição; e desemprego Ampliar a cultura do empreendedorismo e economia criativa Aumento da ocupação e renda dos jovens;	Nº de pessoas inseridas no mercado de trabalho Nº de jovens que participaram de ações do Plano de Ação Comunitária (PLA) Nº de empreendimentos criados % de aumento do nível educacional municipal	Pesquisa qualitativa Relatórios técnicos emitidos pelo IDT e Listas de Frequência	Metodologia aplicada à pesquisa
Resultados	Jovens concluintes com grau de escolaridade elevados e certificação de Qualificação Profissional Inicial Plano de Ação Comunitária (PLA) implementados nos municípios Atividades práticas de Qualificação Profissional, realizadas de acordo com o Arco Ocupacional do município	Nº de jovens concluintes Nº Plano de Ação Comunitária (PLA) implementados Nº de atividades realizadas	Relatórios técnicos emitidos pelo IDT e Listas de Frequência	Evasão, infrequência, atraso do auxílio do aluno (bolsa) Rescisão de contratos de professores
Produtos	a) Formação dos 110 Educadores b) Capacitação de 5.050 Jovens;	a) Nº de educadores formados b) Nº de jovens certificados	Relatórios técnicos emitidos pelo IDT e Listas de Frequência Certificados emitidos	Evasão, infrequência, atraso do auxílio do aluno (bolsa) Rescisão de contratos de professores
Atividades	a) Avaliação e definição dos municípios a serem contemplados b) Seleção, contratação e capacitação de educadores c) Matricular alunos nos municípios d) Realizar Formações Continuas dos Educadores e) Certificar os alunos que atingirem os pontos	a) Municípios aptos a receberem o programa; b) Nº de jovens matriculados c) Nº de educadores capacitados d) Nº de formações realizadas e) Nº de jovens aptos a serem	a) Relatório de Visitas Técnicas aos municípios b) Sistema de Gestão do ProJovem c) Frequência das Formações de Educadores d) Diários de classe e atas	a) Problemas estruturais e de caráter político com as gestões municipais b) realidade sazonal (festividades/eleições/trabalh os temporários/transporte escolar/entre outros) c) dificuldade dos

	necessários, 75% de frequência e/ou aprovados pelo Conselho de Classe	certificados	do Conselho de Classe	educadores em compreender e aplicar a metodologia de integração curricular
Insumos	Recurso Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação – FNDE Recursos Humanos do GABGOV e do IDT Coordenação Estadual, Coord. Executiva, Assistentes Administrativos, Analistas Administrativos, Educadores, Monitores infantis, Aux. de Serv. de Alimentação, Interprete Educacional, Menor Aprendiz, Motorista, recepcionista e equipe de apoio Instalações utilizadas: escolas municipais; Sede da Coordenação Executiva no IDT; e Sede da Coordenação Estadual no GABGOV	% de execução financeira	Sistema de Acompanhamento de Programas e Projetos – SIAP Relatório de Visitas Técnicas aos municípios	Atraso no repasse do recurso Federal Problemas estruturais e de caráter político com as gestões municipais



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA**

PROJETO: Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará

MAPP 434

"SDA"

Fevereiro/2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA
Programa (PPA)	029 – Desenvolvimento Agropecuário Familiar
Mapp (Nº e Denominação)	434 – Projetos Produtivos para Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará.
Período de Execução	Janeiro a Dezembro de 2016
Categoria	Estruturante – Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto

O Projeto Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará – MAPP 434 constitui-se na implantação de projetos produtivos (Apicultura, Caprinocultura leiteira, Fruticultura irrigada, Galinha caipira, Quintais produtivos e Forragicultura irrigada), cursos de capacitação e acompanhamento técnico em assentamentos rurais do Estado do Ceará. Por meio de convênio firmado de nº 781425/2012 assinado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA serão adquiridos, via processo licitatório, equipamentos e animais para projetos produtivos adequados à convivência com o semiárido e integrados aos princípios da agroecologia e da sustentabilidade econômica, social e ambiental, beneficiando 1.911 famílias assentadas no Estado do Ceará. Os recursos destinados a este fim virão do Governo Federal e, concomitantemente à implantação destes projetos, será prestada assistência técnica continuada e ministrado cursos às famílias beneficiadas, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP. A execução do Projeto é realizada em parceria com o IDACE, INCRA, FETRAECE e MST.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto colabora para a política governamental de fortalecimento da agricultura familiar. No Plano Plurianual 2016 / 2019, o projeto inscreve-se no Eixo Ceará de Oportunidades, no Tema Estratégico: Agricultura Familiar e Agronegócio, Resultado Temático: Economia rural fortalecida, sustentável, solidária e competitiva, registrando-se suas realizações por meio do indicador valor bruto da produção da agricultura. Situa-se no âmbito do Programa de Governo 029 – Desenvolvimento da Agropecuária Familiar. Atende neste Programa ao Objetivo 029.1 – Incentivar o aumento da produtividade nas atividades econômicas da agropecuária de base familiar, garantindo um desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo; 029.1.07 – Iniciativa Apoio à implantação de projetos produtivos de irrigação para famílias assentadas.

3. Diagnóstico

O Estado do Ceará é formado por 184 municípios, tendo como capital Fortaleza. Seu território é dividido em 14 (quatorze) Macrorregiões de Planejamento. De acordo com o Censo 2010, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a população total é de 8.448.051 habitantes, sua taxa de urbanização é de 75,09%. A distribuição populacional do Estado não é homogênea, havendo uma maior concentração no município de Fortaleza, o qual deteve 28,97% da população do

Estado no ano de 2010. Os municípios com maior contingente populacional no ano de 2010 foram Fortaleza (2.447.409 hab.), Caucaia (324.738 hab.), Juazeiro do Norte (249.936 hab.), Maracanaú (209.748 hab.) e Sobral (188.271 hab.). Conforme Censo, 6.343.990 de pessoas residem em áreas urbanas e 2.104.065 em áreas rurais no Estado do Ceará, em termos quantitativos. O Ceará possui 341.510 estabelecimentos da agricultura familiar englobando uma área total de 3.492.848 ha. Esta área inclui 838 assentamentos de programas de reforma agrária estaduais ou federais onde residem 31.399 famílias. A área por eles ocupada é de 1.156.183 ha correspondendo a 33,10% da área dos estabelecimentos familiares do Estado e representando 9,19% do total de estabelecimentos da agricultura familiar. O Estado do Ceará apresenta o seguinte quadro na estrutura de assentamentos:

TIPO	NÚMERO	FAMÍLIAS (Nº)	AREA (ha)
Assistidos pelo IDACE	40	698	29.226
Cédula da Terra	114	2.000	72.484
São José	44	694	23.622
FETRAECE	50	870	102.750
INCRA / MST	436	25.238	896.231
Crédito Fundiário	129	1.145	27.480
Perímetros Públicos e Agrovilas	25	754	4.390
TOTAL	838	31.399	1.156.183

Observa-se, entretanto, que apenas a posse da terra não tem sido suficiente para que as famílias assentadas tenham efetivamente melhorado suas condições de vida e este fato se comprova sempre que o Estado passa por condições climáticas adversas. Os assentados, talvez pelo seu processo de organização em função da luta pela terra, são os primeiros a se manifestarem na busca de soluções de apoio. No entanto, apesar dos esforços da ação governamental, não se tem conseguido tornar os assentamentos sustentáveis diante das intempéries climáticas. Os recursos aportados não tem se refletido na estruturação produtiva das áreas assentadas, talvez por serem alocados na visão de projetos pontuais, e até o momento não tem apresentado o impacto necessário e desejado para que os assentamentos consigam sua sustentabilidade social, econômica e ambiental. Outro fator relevante é a falta de assistência e acompanhamento técnico de qualidade que desenvolva com as comunidades envolvidas um processo participativo de elaboração e desenvolvimento de atividades de produção e gestão adequadas à realidade local. Esta deficiência acaba por contribuir para que os projetos implantados não se sustentem por não expressar as potencialidades locais e dos indivíduos, fortalecendo assim a forma cartesiana de pensar. Na última década, o Governo do Ceará vem trabalhando nas potencialidades regionais do Estado, desenvolvendo ações para fortalecer as cadeias produtivas locais, aumentar a escala de produção, induzir a industrialização e ampliar a infraestrutura das cidades, formatando um modelo de gestão pública alçado na sustentabilidade, que propiciou avanços significativos no combate a extrema pobreza e na inclusão social das comunidades isoladas do Estado. Mesmo assim, muitos desafios ainda precisam ser superados. É necessário o desenvolvimento de planos e ações que gerem segurança alimentar e renda para os agricultores familiares no período de estiagem para evitar que nestas ocasiões as pessoas e os animais não sejam tão prejudicados como estão sendo nesse momento. Desta forma, o governo Estadual por meio da SDA

vem desenvolvendo projetos para convivência com o semiárido com a necessidade de ampliar as atividades conhecidas dos agricultores cearenses, principalmente nos assentamentos, de maneira otimizada, adaptadas às intempéries climáticas e sustentável.

4. Justificativa

Este projeto apresenta uma visão diferente e busca alicerçar os assentamentos de forma produtiva, com tecnologias adequadas às condições locais e que propiciem aumento da escala de produção, melhoria dos processos de produção e de gestão, inserção no mercado convencional e institucional, com o intuito de que as famílias assentadas mudem efetivamente seus padrões de ocupação e renda. Os projetos produtivos a serem implantados e desenvolvidos contribuirão para que as comunidades beneficiárias alcance o maior grau de autonomia possível acumulando o capital que está sendo inicialmente investido e criando condições para que, ao final do horizonte temporal do projeto, elas possam ter possibilidades de, pelo menos, efetuar as reposições de investimentos. No entanto, para que esse quadro se efetive a capacitação dos agricultores e uma ATER continuada, refletindo socialmente sobre a realidade e contribuindo na solução de problemas concretos, faz avançar o projeto, pois orienta, difunde e consolida inovações tecnológicas necessárias à organização do trabalho, ao melhoramento dos processos produtivos e à boa gestão dos assentamentos. Diante do quadro apresentado, o Governo do Estado do Ceará através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário vem elaborando alguns Projetos Produtivos para Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará e capacitação dos beneficiários através da assistência técnica e extensão rural – ATER. Serão beneficiários nesta ação, assentados da reforma agrária de programas estaduais ou federais no Estado do Ceará e que estão ligados ao Movimento dos Sem Terra – MST, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura do Estado do Ceará – FETRAECE, Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará – IDACE e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.

5. Histórico

O projeto foi aprovado na 1ª Reunião Ordinária do CCPIS de 2014 com um valor de R\$ 4.140.235,91 da Fonte 10 (FECOP). Este recurso tinha como destino Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER às famílias assentadas beneficiadas pelo convênio entre Governo do Estado e o INCRA. Entretanto, como o Pregão Presencial relativo à contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de assessoria técnica não foi concluído ao final do ano, não houve a correspondente execução financeira em 2014. Vale frisar que o Governo do Estado do Ceará, através da Fonte 10 (FECOP), disponibilizou para realização dos trabalhos de Acompanhamento Técnico dos beneficiários no ano de 2015, R\$ 298.020,02, para 2016, R\$ 1.342.215,89 e para 2017 R\$ 2.500.000,00, totalizando R\$ 4.140.235,91. As aquisições e implantações dos projetos serão efetivadas via processo licitatório através da Fonte 82 (Governo Federal), de um grande número de materiais e animais com abrangência em várias regiões do Estado do Ceará, na qual a Secretaria tomou o cuidado de verificar, junto às 1.911 famílias beneficiárias, a realidade local e as condições técnicas de implantação dos projetos produtivos. O recrudescimento do período seco em nosso Estado exigiu dos elaboradores do Plano de Trabalho e dos assentados seguidas mudanças de

projetos na tentativa de adequá-los as reais condições de cada assentamento no atual momento; para isso foram realizadas visitas aos 73 assentamentos beneficiados com apoio do MST, FETRAECE, IDACE e INCRA. O recurso utilizado para este fim foi de R\$ 298.020,02 da fonte FECOP. Por esse e outros motivos referentes ao processo licitatório, a execução dos demais trabalhos de que tratam este projeto e o objeto do convênio não foram realizados em 2015, sendo remanejado os saldos das fontes 82 e 10 para 2016.

Ficava então assim distribuído:

(R\$)				
Ano	Valor FECOP	Valor (Governo Federal)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários *
2015	298.020,02	0,00	298.020,02	617
TOTAL	298.020,02	0,00	298.020,02	617

- *Acompanhamento e Orientação Técnica em dois anos.

6. Público Alvo

Agricultores de base familiar

6.1. Critérios adotados para a seleção dos beneficiários

O critério considerado para seleção dos beneficiários exige que os mesmos sejam agricultores familiares beneficiários do II Plano Nacional de Reforma Agrária, beneficiários de projetos de assentamentos no Estado do Ceará com perfil do Bolsa-Família. A coordenação do Projeto será da Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) em parceria com o INCRA.

- Assentados da Reforma Agrária;
- Renda familiar per capita de até ½ salário mínimo.

6.2 Documentos comprobatórios da Situação de Pobreza

Para adequações futuras, o comprovante de inscrição dos benefícios assistenciais e o comprovante de rendimentos deverão ser apresentados caso haja necessidade. A quantidade de famílias beneficiadas por assentamento rural e os tipos de projetos por ela almejados foram selecionados pelas instituições parceiras (INCRA, IDACE, FETRAECE, MST), totalizando 1.911 famílias em 73 assentamentos no Estado.

7. Objetivos

7.1 Geral

Contribuir para o processo de estruturação dos assentamentos rurais no Estado do

Ceará, subsidiando o acompanhamento e a implantação de projetos produtivos integrados aos princípios da agroecologia e da sustentabilidade econômica, social e ambiental.

7.2. Específicos

- Garantir assistência técnica continuada aos assentamentos selecionados e respectivas famílias assentadas, sob a supervisão da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e o acompanhamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA);
- Gerar, com sustentabilidade, ocupação e renda nos assentamentos e assentados envolvidos, com a consequente melhoria das condições de produção e dos processos produtivos;
- Ampliar a escala de produção das cadeias produtivas selecionadas por meio do apoio a implantação dos projetos produtivos;
- Estimular a inserção da produção das famílias assentadas atendidas pelo projeto nos mercados convencional e institucional (PAA E PNAE).

8. Atividades / Detalhamento das atividades

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

8.1.1 Reunião de mobilização

Reunião de mobilização com as associações beneficiadas para promover um diagnóstico juntamente com as famílias sobre condições favoráveis para a implantação dos projetos produtivos do convênio nº 781425/2012.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

8.2.1 Reunião de Sensibilização

A Reunião de Sensibilização consiste em uma atividade planejada, em grupo, dos agentes de ATER com os/as Assentados/as. E tem como propósito promover a sensibilização dos beneficiários/as dos serviços de ATER, além de formular subsídios para o planejamento das atividades de implantação dos projetos produtivos referentes ao convênio nº 781452/2012 firmado entre o INCRA e o Governo do Estado do Ceará.

8.2.2 Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF)

A atualização do Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar (UPF) consiste na realização de um conjunto de procedimentos metodológicos participativos (entrevistas, levantamento de dados, diagnósticos, entre outros) que tem por objetivo identificar a situação atual da unidade produtiva familiar, considerando aspectos sobre o trabalho familiar, o patrimônio, as atividades produtivas, a renda, os elementos ambientais, a infraestrutura disponível, o acesso ao mercado e aos programas públicos, carências e potencialidades. Na elaboração do Diagnóstico são consideradas as especificidades sociais e culturais, de gênero e geração. Estes procedimentos podem ser executados

por meio de visitas técnicas e eventos de sensibilização. O Diagnóstico da Unidade de Produção Familiar permitirá identificar, num período de tempo determinado, o avanço nas condições econômicas e sociais das famílias atendidas pelos serviços de ATER. Será possível também indicar a implementação de políticas públicas complementares necessárias para as famílias atendidas.

8.2.3. Acompanhamento e Orientação Técnica.

A atividade contemplará as famílias beneficiárias conforme convênio nº 781452/2012 onde serão realizadas orientações técnicas acerca das atividades desenvolvidas no Projeto de Estruturação Produtiva da Unidade de Produção Familiar – UPF junto com a implementação dos Projetos Produtivos de Estruturação.

8.2.4. Avaliação Final das Atividades

Serão realizadas reuniões de avaliações da qualidade dos serviços de assessoria técnica abrangendo todos os territórios contemplados na proposta, com a participação de, pelo menos, um membro de cada família beneficiária. A contratada deverá apresentar relatório dos resultados alcançados pelas famílias no primeiro ano de atividades. Cada reunião deverá ter a participação de aproximadamente 20 famílias não ultrapassando o limite máximo de 30 famílias, ao final da atividade todas as famílias beneficiadas deverão ter participado desta atividade.

8.3. Atividades Previstas para Anos Posteriores

8.3.1 Relatórios Periódicos de Andamento

Este relatório terá seu formato e conteúdo acordado com a **SDA** e deverá ser elaborado a cada 30 (trinta) dias, com a finalidade de manter a administração informada a respeito do andamento da execução dos serviços, destacando os fatos relevantes, a fim de que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias. Descreverá, portanto, as atividades da contratada no período, indicando eventuais dificuldades surgidas. Os relatórios mensais de andamento deverão ser entregues em até 10 (dez) dias após o final do período de referência.

8.3.2. Relatório de Encerramento do Projeto

O Relatório de Encerramento do Projeto compreenderá uma consolidação dos relatórios de andamento elaborados anteriormente, abrangendo todos os serviços executados até o final da implementação do Projeto. Conterá, considerações gerais sobre as atividades desenvolvidas, focalizando os problemas surgidos durante a execução, a análise física e financeira da implementação do projeto, observações e conclusões sobre diferenças entre o projetado e o efetivamente executado, além de considerações finais a respeito de assuntos considerados oportunos e relevantes.

9. Produtos

Produtos	2016	Fontes de Verificação
Famílias atendidas pelo projeto	1.350	Visitas e Relatórios de Supervisão

		da empresa contratada e dos técnicos da SDA.
--	--	--

10. Metas

- Prestar serviços de ATER nos 73 assentamentos beneficiados pelo projeto beneficiando 1.350 famílias/5.400 pessoas beneficiadas;
- Implantar 1.350 projetos produtivos (apicultura, caprinocultura, galinha caipira, quintal produtivo, kit irrigação e pastagem).

11. Resultados Esperados

- Reestruturação Produtiva nos assentamentos atendidos;
- Melhoria do padrão alimentar e nutricional das famílias beneficiadas;
- Ampliação da renda advinda da comercialização do excedente produzido.

12. Integração de Ações

O projeto será realizado em conjunto pelas coordenadorias da SDA: Coordenadoria de Desenvolvimento da Agricultura Familiar – CODAF e Coordenadoria de Apoio as Cadeias Produtivas da Pecuária – COAPE e contará também com o apoio das instituições de responsáveis pelo assentamento e/ou assistência das famílias, tais como INCRA, FETRAECE, IDACE e MST.

Ações deste projeto complementarão as atividades relacionadas ao Convênio SICONV Nº 781425/2012 firmado entre o INCRA/Governo do Estado através da Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA. Os parceiros visam estimular a inserção da produção das famílias assentadas atendidas pelo projeto nos mercados convencional e institucional (PAA E PNAE).

13. Monitoramento

O monitoramento desta ação terá como foco principal a sustentabilidade dos projetos implantados e a independência financeira e organizacional dos beneficiários. Assim, objetiva-se que cada beneficiário ao término da execução do projeto possa caminhar sem a tutela do Estado, podendo entre outras coisas, ampliar seu negócio por iniciativa própria. O monitoramento será realizado pelas equipes responsáveis da SDA através de visitas, reuniões e avaliações dos relatórios mensais emitidos pelas equipes de ATER.

13.1. Dados Utilizados

Os técnicos que prestarão a assistência técnica das famílias deverão enviar à SDA relatórios semestrais com dados como: pessoas capacitadas, cursos executados e projetos implantados. Os técnicos da SDA também acompanharão a execução do projeto.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

No decorrer do projeto serão cadastrados os dados dos beneficiários tais como: Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF. Estas informações serão armazenadas em sistemas informatizados ou em planilha eletrônica de modo que permita a consulta para efeito de avaliação.

14. Pressupostos de Risco

A mobilização, seleção, implantação e capacitação para os projetos Produtivos têm, entre outras, as seguintes restrições abaixo relacionadas:

- A pouca organização e articulação dos agricultores (as), dificultando o planejamento de suas demandas;
- A rotatividade de técnicos na prestação da assistência técnica.

15. Orçamento 2016

Detalhamento	Valor FECOP – 2016 (R\$)	Valor Outras Fontes 2016 (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (335039)			
Acompanhamento Técnico.	1.190.215,89	0,00	1.190.215,89
1.2. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (339039)			
Capacitação, mobilização e cadastramento	152.000,00	215.840,00	367.840,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Equipamentos e Material Permanente (449052)			
Kit de irrigação, Equipamentos e insumos (mudas, sementes, animais e adubo)	0,00	10.780.790,00	10.780.790,00
TOTAL	1.342.215,89	10.996.630,00	12.338.845,89

*INCRA – Governo Federal – Administração direta

16. Cronograma de Desembolso - Fonte FECOP 2016

Item de Despesa	Março	Julho	Total
1.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (335039)	800.000,00	390.215,89	1.190.215,89
1.2. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (339039)	0,00	152.000,00	152.000,00
2.1. Equipamentos e Material Permanente (449052)	0,00	0,00	0,00

TOTAL	800.000,00	542.215,89	1.342.215,89
--------------	-------------------	-------------------	---------------------

*Valores expressos em Real.

Vimos, por meio deste, solicitar a mudança de elemento de despesa, tendo em vista que o valor alocado, na rubrica Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (339039), para Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (335039), no projeto aprovado de R\$ 1.342.215,89, sendo este composto de acompanhamento técnico e capacitação, mobilização e cadastramento das famílias beneficiadas. No projeto será realizado o acompanhamento técnico dos projetos através de Contrato de Gestão com o Instituto Agropolos do Ceará no elemento de despesa 335039 no valor R\$ 1.190.215,89. Já o valor de R\$ 152.000,00 é referente a contratação de empresa para realizar as capacitações, mobilizações e cadastramento das famílias beneficiadas com a política pública. Salientamos que não houve mudança na meta programada e aprovada por este Conselho.

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas beneficiadas
01 – Cariri	Antonina do Norte	43.297,30	45.833,56	27
	Jati	43.297,30	763.743,60	300
02 – Centro Sul	Icó	43.297,30	346.362,28	191
03 – Grande Fortaleza	Cascavel	43.297,30	763.135,00	43
	Chorozinho	43.297,30	89.174,08	35
04 – Litoral Leste	Guaiúba	43.297,30	84.168,08	171
	Beberibe	43.297,30	210.116,64	320
	Jaguaruana	43.297,30	301.989,70	211
05 – Litoral Norte	Acaraú	43.297,30	68.245,56	39
	Granja	43.297,30	510.844,48	300
	Itarema	43.297,30	185.078,08	119
06 – Litoral Oeste/Vale do Curú	Irauçuba	43.297,30	384.899,32	99
	Miraíma	43.297,30	190.114,16	71
	Umirim	43.297,30	174.632,60	207
07 – Maciço do Baturité	Aratuba	43.297,30	66.880,56	31
	Baturité	43.297,30	72.646,04	27
	Ocara	43.297,30	163.936,16	91
	Redenção	43.297,30	106.663,08	47
08 – Serra da Ibiapaba	Tianguá	43.297,30	298.916,98	207
	Viçosa do Ceará	43.296,89	139.020,56	91
09 – Sertão Central	Quixeramobim	43.297,30	823.851,96	300
10 – Sertão de Canindé	Boa Viagem	43.297,30	183.575,72	103
	Canindé	43.297,30	805.858,00	331
	Madalena	43.297,30	638.082,24	300

11 – Sertão de Sobral	Massapê	43.297,30	94.164,08	39
	Sobral	43.297,30	434.990,32	307
12 – Sertão de Crateús	Crateús	43.297,30	629.016,72	391
	Independência	43.297,30	308.592,74	143
	Monsenhor Tabosa	43.297,30	735.421,44	300
	Santa Quitéria	43.297,30	930.470,50	259
	Tamboril	43.297,30	446.205,76	300
TOTAL	31	1.342.215,89	10.996.630,00	5.400

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenador de Apoio às Cadeias Produtivas da Pecuária - COAPE
Técnico	Márcio José Alves Peixoto
E-mail	marcio.peixoto@sda.ce.gov.br
Fone	3101.8085 / 3101.8084

Anexo I Marco Lógico

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Melhoria da qualidade de vida da população beneficiária por meio do desenvolvimento produtivo sustentável e ambiental Fortalecimento das Cadeias Produtivas prioritárias para o Estado a nível local.	Percentual de agricultores com renda familiar per capita acima da linha de pobreza.	Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE. Avaliação final baseada nos diagnósticos aplicados às famílias beneficiadas.	Situação de não empoderamento das famílias beneficiárias. Dificuldade de acesso a crédito de custeio.
Resultados	Aumento da renda da população beneficiária por meio do desenvolvimento produtivo sustentável por meio de práticas agroecológicas Agricultores familiares e outros pequenos produtores inseridos de forma sustentável por meio de práticas agroecológicas e rentável nas cadeias produtivas e mercados. Acesso aos mercados, incluindo mercados institucionais/compras públicas, e às políticas públicas para a agricultura familiar.	Percentual de aumento na renda média das famílias beneficiadas por assessoria técnica e investimentos produtivos. Percentual de aumento na venda dos produtos excedentes dos beneficiários, resultado dos investimentos produtivos. Percentual das famílias beneficiadas pelos investimentos produtivos que acessam os mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite, etc).	Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE. Avaliação final baseada nos diagnósticos aplicados às famílias beneficiadas. Parecer Técnico de Implantação de Projetos. Relatórios mensais das atividades.	Descontinuidade das políticas públicas nacionais e estaduais de apoio à agricultura familiar. Recessão econômica do país e do estado. Desprovimento pelo governo de infraestruturas básicas e sociais. Secas ou mudanças climáticas sem medidas de adaptação adequadas. Preços agrícolas desfavoráveis para os agricultores familiares.
Produtos	Acompanhamento e orientação técnica especializada. Implantação de Projetos Produtivos das cadeias produtivas prioritárias.	Número de famílias beneficiadas com acompanhamento técnico. Número de projetos produtivos implantados	Avaliação final baseada nos diagnósticos aplicados às famílias beneficiadas. Parecer Técnico de Implantação de Projetos. Relatórios mensais das atividades.	Baixo interesse e participação das comunidades e das organizações produtivas nos processos inerentes ao projeto. Descontinuidade nas atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria técnica e extensão. Instabilidades climáticas severas e consecutivas.

Atividades	Sensibilização e mobilização das famílias beneficiadas Implantação e supervisão dos Projetos Produtivos. Acompanhamento (visitas técnicas), monitoramento e avaliação (diagnósticos aplicados junto às famílias)	Número de Reuniões de Sensibilização. Número de famílias beneficiadas diretamente pelo Projeto. Percentual de Projetos Produtivos implantados Número de Diagnósticos aplicados.	Avaliação final baseada nos diagnósticos aplicados às famílias beneficiadas. Parecer Técnico de Implantação de Projetos. Relatórios mensais das atividades.	Falta de interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações produtivas. Descontinuidade nas atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria técnica e extensão.
	Insumos	Recursos do FECOP Recursos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA Recursos Humanos	Sistema de acompanhamento e monitoramento do Estado (WebMapp).	Escassez de recursos financeiros e operacionais.



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário**

**PROJETO: Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades
(Projeto Paulo Freire)**

MAPP 453

“SDA”

Mai - 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
Programa (PPA)	031 - Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural
MAPP (Nº e Denominação)	MAPP 451 - Projeto Paulo Freire / FIDA - Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades
	MAPP 452 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental
	MAPP 453 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 3 - Gestão do Projeto
	MAPP 454 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 4 - Gerência de Monitoramento e Avaliação
Período de Execução	Janeiro a Dezembro de 2016
Categoria	Estruturante / Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto



O projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades, também denominado Projeto Paulo Freire, executado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), tem como finalidade reduzir de 43% para 28% o índice de extrema pobreza do conjunto dos municípios de sua área de abrangência, elevando até 2019 o padrão de vida de 60 mil famílias rurais. O projeto tem por área de atuação os seguintes municípios:

- Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas (Cariri);
- Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá (Sertão dos Inhamuns);
- Coreaú, Frecheirinha, Graça, Massapê, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Senador Sá, Sobral e Varjota (Sertão de Sobral);
- Irauçuba (Litoral Oeste / Vale do Curu);
- Ipú (Serra da Ibiapaba); e
- Hidrolândia e Ipueiras (Sertão de Crateús).

Em sua concepção global o Projeto Paulo Freire tem como objetivo melhorar o padrão de vida dos agricultores(as) familiares beneficiados, com foco prioritário nos jovens e mulheres, através do aumento da renda obtida por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas. É estruturado em quatro componentes que se complementam.

Componente 1 - Fortalecer as capacidades da população rural e das suas lideranças para identificar priorizar e solucionar seus problemas e potencialidades, fortalecendo suas organizações e ampliando sua participação nos processos locais de decisão.

Componente 2 - Apoiar atividades que permitam incrementar e intensificar a produção das unidades familiares beneficiadas numa perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais. Financiar investimentos para aumentar o capital produtivo dos agricultores familiares e melhorar ou implantar infraestruturas associativas de beneficiamento.

Componente 3 - Gestão do Projeto: Este componente financiará o funcionamento da UGP e consiste em 3 subcategorias: equipamento e veículos, pessoal da UGP e dos Escritórios Regionais do Projeto-ERP's, e custo operacional. Os custos de equipamentos e veículos serão financiados totalmente pelo Governo do Ceará; os custos de pessoal e de operação serão financiados 80% pelo Governo e 20% pelo FIDA.

Componente 4 - Monitoramento e Avaliação do Projeto: O monitoramento tem a função de acompanhar permanentemente as atividades do Projeto no contexto do Marco Lógico e seus indicadores, como também orientará a execução do mesmo, na direção, na avaliação e na gestão dos objetivos propostos, promovendo ações de correção, quando necessário, orientando à alocação eficiente dos recursos e fornecendo elementos e dados confiáveis para divulgação de resultados.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2016 / 2019, o projeto encontra-se ligado ao Eixo - Ceará , Tema Estratégico - Trabalho e Renda.

O projeto relativos aos MAPP's 451, 453 e 454 incluem-se no âmbito do Programa 031 - Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural. As ações previstas no Componentes 3 e 4 colaboram para o alcance do Objetivo 031.1 - Viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo, Iniciativa 031.1.06 - Desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar.

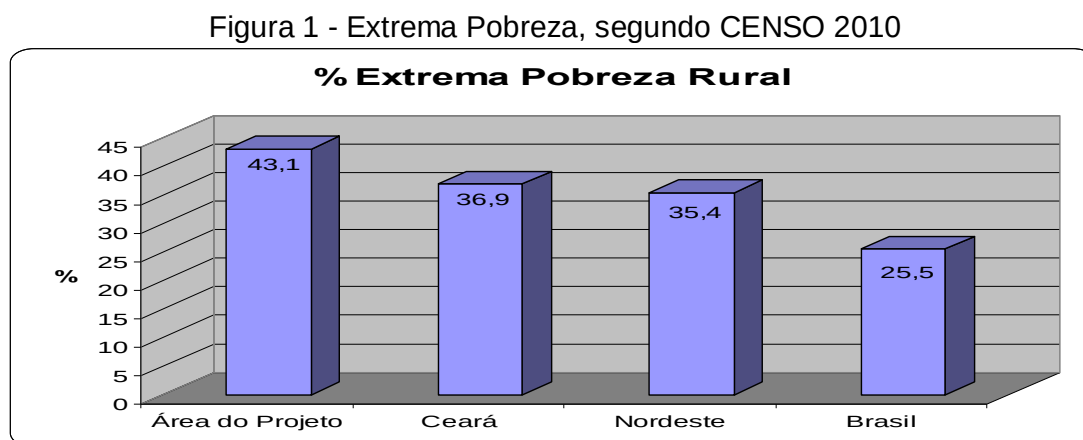
O projeto no MAPP 452 inclui-se no PPA 2016 / 2019 no âmbito do mesmo Programa 031 - Desenvolvimento Agropecuário. As ações previstas no Componente 2 colaboram para o alcance do Objetivo 031.1 - Viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo, mudando apenas a referência à Iniciativa: 031.1.05 - Apoio à implantação de projetos produtivos sustentáveis.

O projeto, em seu conjunto, vincula-se ao Eixo 3 - Ceará de Oportunidades, Tema Estratégico 3.06 - Trabalho e Renda, contribuindo para o alcance do Resultado Temático "População com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas" e suas realizações podem ser aferidas por meio do

indicador “Taxa de variação do rendimento médio do trabalhador rural”.

3. Diagnóstico

Embora as condições econômicas e sociais tenham melhorado significativamente nos últimos 15 (quinze) anos, o Brasil ainda é um país de fortes contrastes, existindo ainda uma marcada desigualdade, que é mais acentuada nas áreas rurais, e nas regiões do Norte e do Nordeste. Os índices de pobreza e extrema pobreza evidenciam estas desigualdades. Com base no CENSO 2010, a Figura 1 ilustra os índices de extrema pobreza na área de atuação do Projeto Paulo Freire, no Ceará, Nordeste e Brasil.



A população total da área de atuação do projeto era, em 2010 (Censo Demográfico/IBGE), de 755.839 habitantes, dos quais 271.374 (36%) é considerada rural. Ainda segundo o último Censo, os dados revelam que 85% da população (rural e urbana) da área do projeto é considerada pobre, ou seja, possuem rendimento domiciliar *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Considerando somente a população rural, 43% encontra-se em estado de pobreza extrema, quer dizer com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de até R\$ 70. Em 7 municípios da área do projeto esse percentual é acima de 49%, sendo o município de Senador Sá (56,4%) com maior percentual de pobreza extrema.

4. Justificativa

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em colaboração com o Governo Federal, o compromisso de promover a inclusão social e produtiva de 776 mil habitantes rurais que vivem na extrema pobreza no Ceará. Nesse sentido, o projeto Paulo Freire propõe colaborar para este esforço através de três linhas de ação:

- Apoio às atividades de fortalecimento da produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas;

- Incentivo às iniciativas e práticas inovadoras; e
- Promoção de atividades de proteção e recuperação dos recursos naturais.

Representa mais um esforço do Governo do Estado no sentido de diminuir a incidência da pobreza no meio rural. Alia-se às políticas de transferência de renda e foi desenhado para ser um instrumento que potencialize este esforço num conjunto de municípios que têm uma situação de especial necessidade.

5. Histórico

O Projeto iniciou suas atividades de campo em abril de 2014 com a identificação das comunidades e organizações produtivas nos 31 municípios da sua área de atuação. Esse processo foi concluído com posterior seleção das primeiras 62 comunidades. Em 2014 para a realização das Oficinas de Elaboração dos DRP's não foram utilizados recursos do FECOP, mesmo assim foram beneficiadas 783 famílias, correspondendo a 3.226 pessoas. O processo de contratação da Assessoria Técnica Contínua (ATC) fora concluído em outubro de 2015 em que as empresas estão em campo atuando junto às 62 comunidades. Em 2015 foram realizados e concluídos nos municípios atendidos pelo Projeto Paulo Freire: 37 DRP's, 33 Planos de Desenvolvimento e 07 Planos de Negócios.

MAPP 451 - Componente 1

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	2.308.896,89	2.206.978,02	4.515.874,91	6.386
TOTAL	2.308.896,89	2.206.978,02	4.515.874,91	6.386

* FIDA

MAPP 452 - Componente 2

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	53.410,00	55.590,00	109.000,00	6.386
TOTAL	53.410,00	55.590,00	109.000,00	6.386

* FIDA

Em relação aos componentes de Gestão e Monitoramento, o Projeto teve sua execução no início de 2014 com utilização de recursos da fonte Tesouro Estadual e no final de 2015 tivemos aporte de recursos FECOP.

MAPP 453 - Componente 3

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	0,00	577.581,28	577.581,28	4.097
2015	478.443,70	1.573.855,72	2.052.299,42	6.386
TOTAL	478.443,70	2.151.437,00	2.629.880,70	10.483

* Tesouro e FIDA

MAPP 454 - Componente 4

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	361.883,20	48.098,40	409.981,60	6.386
TOTAL	361.883,20	48.098,40	409.981,60	6.386

* FIDA

Quadro Geral do Histórico Financeiro

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	-	577.581,28	577.581,28	4.097
2015	3.202.633,79	3.884.522,14	7.087.155,93	6.386
TOTAL	3.202.633,79	4.462.103,42	7.664.737,21	10.483

* Tesouro e FIDA

6. Público Alvo

Agricultores(as) familiares em condições de pobreza, elegíveis ao PRONAF e que residam na zona rural dos municípios beneficiados pelo Projeto.

6.1 Critérios adotados para seleção dos beneficiários:

- Famílias consideradas pobres e extremamente pobres;
- Famílias chefiadas por mulheres;
- Famílias com potencial produtivo;
- Famílias que participem de processos de organização já existentes;
- Famílias com acesso ou possibilidades de acesso às políticas públicas e iniciativas em vigor;
- Famílias com jovens na faixa etária entre 16 e 29 anos; e
- Famílias participantes de comunidades quilombolas e indígenas.

7. Objetivos

7.1 Geral

- Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios cearenses por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres.

7.2 Específicos

Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades (MAPP 451)

- Planejar e executar as ações necessárias para enfrentar os desafios na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- Fortalecer as capacidades dos comitês locais, das equipes de assessoria técnica, mobilizadores sociais e entidades parceiras, para que possam atuar com qualidade junto às famílias beneficiárias;
- Fortalecer e desenvolver as capacidades das famílias rurais para gestão sustentável dos recursos naturais, baseada nos princípios da agroecologia.

Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental (MAPP 452)

- Financiar investimentos produtivos e ações de recuperação ambiental dos agricultores familiares beneficiados;
- Financiar infraestruturas associativas de beneficiamento com o objetivo de agregar valor, gerar renda e novos empregos.

Componente 3 - Gestão do Projeto (MAPP 453)

- Compor as equipes regionais do Projeto, que serão sediadas nos municípios de Tauá, Campos Sales e Sobral;
- Reforçar a equipe de gestão da UGP em Fortaleza;
- Dotar a estrutura operacional para execução do Projeto;

Componente 4 - Monitoramento e Avaliação (MAPP 454)

- Definir e implantar o sistema de monitoramento e avaliação do projeto; e
- Realizar Estudo de Linha de Base do Projeto.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

Seleção das Comunidades: Em 2016, serão selecionadas 238 comunidades, perfazendo um total de 300 trabalhadas, sendo comunidades por município, com uma média de 25 famílias por comunidade.

Identificação das organizações econômicas: Serão feitas visitas de campo para coleta de informações junto a prefeituras, sindicatos, EMATERCE, colegiados territoriais.

Oficinas de elaboração dos Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento, Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados: Serão realizadas oficinas de elaboração dos Diagnósticos e Planos de Desenvolvimento. Tendo por base os Planos de Desenvolvimento, serão preparados os Planos de Negócios, que serão os instrumentos orientadores dos financiamentos a ser efetuado pelo Projeto Paulo Freire. Para implantação de Unidades de Aprendizagem e Ações de Recuperação Ambiental serão elaborados Planos de Trabalhos Simplificados.

Celebração dos convênios com organizações econômicas e de iniciativa

comunitária: As comunidades e organizações econômicas que ao longo da execução do Projeto tenham seus Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados aprovados pela SDA e FIDA, serão contempladas com recursos financeiros mediante celebração de convênio, com base na legislação aplicável.

Implementação e supervisão dos Planos: Será realizada pela Assessoria Técnica Contínua e supervisionada pela SDA, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP).

Seleção, contratação e supervisão de mobilizadores (as) sociais: Serão recrutados nas comunidades, referendados pelas famílias (das comunidades selecionadas), sob a coordenação e supervisão da UGP e com apoio de organizações representativas dos beneficiários, dentro dos seguintes critérios: ter concluído o Ensino Fundamental; ter disponibilidade de tempo para realizar o trabalho; residir nos territórios, preferencialmente, nos municípios e comunidades de atuação do Projeto; conhecer a realidade do semiárido, principalmente a do Ceará; ter experiência com trabalhos de cunho produtivo e sociais com famílias rurais. Será promovida uma seleção, com base nas normas do FIDA, de entidade que detenha expertise na temática (Mobilização Social).

Seleção e contratação de Assessoria Técnica Especializada (ATE): A Assessoria Técnica Especializada será disponibilizada de acordo com as demandas do Projeto, através de cooperação técnica internacional e/ou contratação de consultoria para definição dos conteúdos a serem trabalhados nas comunidades e preparação de material didático para qualificação e fortalecimento das equipes de assessoria técnica e mobilizadores sociais, se e quando necessário.

Capacitação das equipes de Assessoria Técnica Contínua e Mobilizadores Sociais: As equipes e os mobilizadores receberão as qualificações complementares necessárias para que tenham uma visão compartilhada da estratégia e da metodologia para implementação das atividades previstas, de modo a prestar um serviço de qualidade, coerente com a concepção do Projeto Paulo Freire, trabalhando tanto os aspectos produtivos, quanto os econômicos, organizativos e sociais de forma participativa. Para a realização destas sessões de formação serão contratados consultores especializados ou entidades (Universidades, ONGs) que tenham as qualificações necessárias. No caso específico das políticas públicas, as equipes do Projeto que tratarão este tema terão a tarefa de atualizar os conhecimentos das equipes de Assessoria Técnica Contínua.

Capacitação dos produtores para acesso às Políticas Públicas: Realização de oficinas de informação e capacitação sobre o tema do acesso às Políticas Públicas, e que estejam associadas a um trabalho de apoio às equipes técnicas locais (ATC, Mobilizadores Sociais e equipe da UGP) que têm responsabilidades de incentivar e orientar o acesso destas políticas. Nesta etapa, a equipe do Projeto fará uma ampla divulgação das políticas públicas de desenvolvimento rural e de seus principais programas e projetos. A divulgação terá como objetivo orientar os (as) agricultores (as) quanto aos requisitos e procedimentos de acesso, facilitando o contato com as agências responsáveis e apoiando na preparação da documentação necessária. Ao participarem dos processos de aprendizagem, capacitação e formação, espera-se que os (as) agricultores (as) familiares tenham suas capacidades fortalecidas para

acessar as Políticas Públicas Vigentes (PRONAF, PAA, PNAE, PAA Leite, Garantia Safra, etc.), buscando e criando as soluções possíveis para os problemas existentes em suas comunidades.

Definição e implantação do sistema de monitoramento e avaliação do projeto:

Conceber e implantar um sistema para acompanhamento das atividades, ações e produtos da Unidade de Gerenciamento do Projeto e Equipes Locais, em que será verificado experiência *“in locum”* de outros projetos na avaliação e monitoramento de suas atividades. Para a atividade, a contratação de Assessoria Técnica Especializada será disponibilizada de acordo com as demandas do Projeto, através de cooperação técnica internacional e/ou contratação de consultoria para levantamento de requisitos e dimensionamento do conteúdo da consultoria para esta finalidade;

Contratação de Assessoria Técnica Especializada (ATE) para realização de estudo de Linha de Base do Projeto: A Assessoria Técnica Especializada será contratada através de licitação para a contratação de um sistema de avaliação de impacto através do estabelecimento da linha de base do projeto, desenho do questionário para coleta de informação e sistema de TI&C para processamento dos dados.

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

Seleção das Comunidades: No ano de 2014 foram selecionadas 62 comunidades sendo 2 comunidades para cada município, já em 2015 não foram selecionadas nenhuma comunidade;

Oficinas de elaboração dos Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento, Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados:

No ano de 2014 foram realizados 21 DRP's.

Em 2015: foram realizados 41 DRP's, 36 PD's e 11 PN's;

Capacitação das equipes de Assessoria Técnica Contínua

Em 2015 foram contratadas 03 entidades de Assessoria Técnica Contínua - ATC para atuarem nas 62 comunidades selecionadas em 2014;

As equipes técnicas das ATC's contratadas em 2015 foram capacitadas através de uma oficina de Balizamento Técnico Metodológico, juntamente com as equipes da UGP e ERP's. Também foram realizadas oficinas de capacitação sobre elaboração de PD, PN e MIP - Manual de Implementação do Projeto.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano de 2016

Seleção das Comunidades: Em 2016, serão selecionadas 238 comunidades, perfazendo um total de 300 comunidades.

Identificação das organizações econômicas: No ano de 2016 a UGP conjuntamente com os ERP's e as ATC's farão visitas de campo para identificação e seleção das organizações econômicas existentes.

Oficinas de elaboração dos Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento, Planos

de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados: Serão realizadas oficinas para elaboração de 238 Diagnósticos e 238 Planos de Desenvolvimento nas comunidades selecionadas. Baseados nos Planos de Desenvolvimento, serão preparados em torno de 100 Planos de Negócios.

Celebração dos convênios com organizações econômicas e de iniciativa comunitária: Para o ano de 2016 estão previstos a celebração de pelo menos 04 convênios com organizações econômicas.

Implementação e supervisão dos Planos: Será realizada pela Assessoria Técnica Contínua e supervisionada pela SDA, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP).

Seleção, contratação e supervisão de mobilizadores (as) sociais:

Para o ano de 2016 serão recrutados 31 mobilizadores sociais em 62 comunidades.

Seleção e contratação de Assessoria Técnica Especializada (ATE): A Assessoria Técnica Especializada será contratada de acordo com as demandas identificadas nos Planos de Negócios.

Capacitação das equipes de Assessoria Técnica Contínua e Mobilizadores Sociais: Em 2016 realizadas 02 oficinas de capacitação para as ATC's contratadas no ano de 2016 que atenderão as 238 comunidades selecionadas em 2016.

Capacitação dos produtores para acesso às Políticas Públicas:

Para 2016 em torno de 7.500 produtores em acesso a políticas públicas

8.3. Atividades Previstas para os Anos Posteriores

Para os anos subsequentes, serão selecionadas mais 300 comunidades, serão contratadas novas ATC's as quais serão capacitadas. Nas 300 comunidades serão realizadas oficinas para elaboração de DRP's, PD's e PN's. Todas as demais atividades previstas no projeto tais como: Identificação de Organizações Econômicas, Celebração dos Convênios com as Organizações Econômicas, e de iniciativa comunitárias, bem como implementação e supervisão dos Planos de Negócios, Contratação de ATE. Quanto a capacitação de produtores para acesso a Políticas Públicas, Fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças, Desenvolvimento de capacidades para a produção, Desenvolvimento Organizacional e capacitação para gestão e comercialização, formação de jovens para atividades econômicas e acesso à terra bem como serão realizadas até o ano de 2019, período de execução do projeto. Vale destacar que todas as comunidades selecionadas no decorrer do projeto terão acompanhamento e assessoria técnica no período de 03 anos.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Famílias beneficiadas com Assessoria Técnica Contínua*	7.500	Relatório de execução do projeto

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Comunidades atendidas por Mobilizadores Sociais	300	Relatório de execução do projeto.
Famílias capacitadas em acesso às Políticas Públicas*	7.500	Relatórios das Oficinas, certificados e folha de frequência dos participantes.
Técnicos da assessoria técnica contínua e mobilizadores sociais capacitados	300	Relatórios dos cursos, certificados e folha de frequência dos participantes.
Planos de Negócios e Planos de Trabalhos Simplificados elaborados	92	Planos elaborados
Projetos produtivos implantados	92	Projetos implantados
Gerenciamento do Projeto	01	Projeto Gerenciado
Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projeto	01	Sistema implantado
Estudo de Linha de base do projeto	01	Linha de Base elaborada

(*) Em 2016 serão beneficiadas, em média, 241 famílias por município, correspondendo aproximadamente 7.500 famílias nos 31 municípios que integram a área de atuação do Projeto. Adicionalmente, serão capacitadas equipes de Assessoria Técnica Contínua e os Mobilizadores Sociais, criteriosamente selecionados para a implementação do Projeto, bem como os técnicos das Instituições Parceiras.

10. Metas

Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades (MAPP 451)

- Atender, em média, 241 famílias/município com atividades de Assessoria Técnica Contínua, correspondendo a 30.900 pessoas;
- Capacitar em média 241 famílias, por município, na temática relacionada ao acesso às políticas públicas, correspondendo a 30.900 pessoas beneficiadas;
- Capacitar 150 técnicos para melhorar a qualidade da prestação de Assessoria Técnica Contínua junto às comunidades selecionadas pelo Projeto; e
- Capacitar 150 mobilizadores sociais para no campo da organização e mobilização das comunidades envolvidas.

Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental (MAPP 452)

- Elaborar 92 Planos de Negócios / Planos de Trabalhos Simplificados; e
- Instalar 92 projetos produtivos.

Componente 3 - Gestão do Projeto (MAPP 453)

- Gerenciar 01 Projeto.

Componente 4 - Monitoramento e Avaliação (MAPP 454)

- Elaborar 01 Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projeto; e
- Elaborar 01 Estudo da Linha de Base para Avaliação do Projeto.

11. Resultados Esperados

- Redução no índice de extrema pobreza na área de abrangência do projeto (de 43% para 28% em 06 anos).

12. Integração de Ações

O Projeto Paulo Freire conta com dois componentes principais, que trabalharão com o desenvolvimento de capacidades (Componente 1) e com o apoio ao desenvolvimento produtivo e à sustentabilidade ambiental (Componente 2). Os objetivos do Projeto serão alcançados por meio da ação coordenada e complementar destes dois componentes. A ação terá como base três ferramentas principais: a assessoria técnica, a facilitação do acesso a políticas públicas e o financiamento de investimentos produtivos e ambientais. O Projeto buscará criar sinergia com as diversas instituições, através das parcerias que podem contribuir neste sentido, incluindo diferentes órgãos governamentais e não governamentais. Assim, a procura de parcerias com entidades públicas e com organizações da sociedade civil será uma marca do Projeto. A estratégia de implementação do Projeto pressupõe a parceria com organizações públicas e privadas, com capacidade técnica e operacional para fornecer serviços de assessoria técnica contínua e especializada às famílias, comunidades e organizações econômicas participantes do Projeto Paulo Freire. O Projeto conta com a participação efetiva das Coordenadorias da SDA, e suas vinculadas (EMATERCE, IDACE e CEASA), bem como a Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado, Projeto São José III, IPECE, ADAGRI, Bancos Públicos, Sindicatos, Prefeituras Municipais e suas Secretarias de Agricultura e Ação Social, dentre outras instituições e programas afins.

13. Monitoramento

As informações para o monitoramento são fornecidas pelo Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A), em fase de concepção, que deverá conter indicadores que servirão como instrumentos de monitoramento das ações planejadas. O acompanhamento desses indicadores permitirá observar a execução do planejado de modo a identificar possíveis desvios para posterior tomada de decisões. Assim sendo, o Projeto contará com indicadores de impacto que determinarão o seu grau de alcance, a partir da linha de base (a ser estabelecida a partir da seleção das comunidades), com indicadores de desempenho quantitativos que medirão os resultados alcançados e indicadores qualitativos que expressarão grandezas que não podem ser traduzidas em números, mas que serão registradas através de descrições ou interpretações. Assim, a ação de monitoramento do Projeto incorporará os resultados do processo de planejamento, avaliação e replanejamento que acontecerá anualmente com a participação direta das comunidades e organizações comunitárias e econômicas participantes do Projeto, através de entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica.

13.1 Dados Utilizados

Os dados utilizados serão através de relatórios emitidos pelo Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A). As informações do Componente de Desenvolvimento de Capacidades serão registrados, através de relatórios de resultados das ações de capacitação realizadas, pelas equipes técnicas de ATC, dados tais como: pessoas capacitadas, cursos, oficinas, intercâmbios, reuniões, dia de campo, seminários realizados, grau de satisfação dos(as) envolvidos(as), lições aprendidas, observando também o percentual estabelecido pelo Projeto referente a participação dos beneficiários mulheres, jovens, quilombolas e indígenas (50%). Referente ao Componente de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental serão registradas através de relatórios de resultados das ações de assessoria técnica realizadas pelas equipes técnicas.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

No decorrer do projeto serão cadastrados os dados dos beneficiários tais como: Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF, estas informações serão armazenadas em sistemas informatizados ou em planilha eletrônica de modo que permita a consulta para efeito de avaliação.

14. Pressupostos de Risco

As atividades poderão ter as seguintes restrições, abaixo relacionadas:

- As especificidades estabelecidas pelo calendário eleitoral, podendo interferir no calendário de realização das atividades do Projeto;
- Equipes técnicas de assessoria contínua não correspondem às necessidades do Projeto (formação e experiência em abordagem de ATER)
- As previsões da quadra chuvosa para 2016, segundo a FUNCEME, que podem interferir negativamente em ações que podem demandar esforços não previstos pelo Projeto.
- A pouca organização e articulação dos agricultores (as) dificultando o planejamento de suas demandas;
- Limitação na documentação dos beneficiários, inclusive no acesso à terra e quanto a adimplência no acesso ao crédito.
- A rotatividade de técnicos na prestação da assistência técnica.
- A não efetivação do Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A), comprometerá consideravelmente toda a estrutura pensada para acompanhamento e correções de percurso do projeto.

15. Orçamento – 2016

MAPP 451

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
2. DESPESAS DE CAPITAL			

2.1. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Elemento de despesa - 44903900	2.118.375,26	5.052.940,82	7.171.316,09
2.2. Serviços de Consultoria			
Elemento de despesa - 44903500	4.147.566,85	5.170.438,39	9.318.005,21
TOTAL	6.265.942,11	10.223.379,21	16.489.321,30

(*) Recursos do FIDA (Fonte 64)

MAPP 452

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Elemento de despesa - 44903900	221.104,39	235.429,53	456.533,92
2.2. Contribuições-Transferências			
Elemento de despesa - 44504200	7.869.361,61	8.185.259,57	16.054.621,20
TOTAL	8.090.466,00	8.420.689,10	16.511.155,10

(*) Recursos do FIDA (Fonte 64)

MAPP 453

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
Elemento de despesa - 33503900	800.000,00	200.000,00	1.000.000,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1 Material de Consumo			
Elemento de despesa - 44903000	24.000,00	6.000,00	30.000,00
2.2 Serviço de Internet			
Elemento de despesa - 44913900	8.000,00	2.000,00	10.000,00

2.3 Serviços de Terceiros			
Elemento de despesa - 44903900	582.261,50	4.946.645,66	5.528.907,16
TOTAL	1.414.261,50	5.154.645,66	6.568.907,16

(*) Tesouro e FIDA

A reapresentação se justifica, tendo em vista a reprogramação realizada pelo Sr. Governador no Sistema WebMapp, que reduziu o(s) valor(es) anteriormente estabelecido(s), fato este ocorrido após a realização da 2ª Reunião Ordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, ocorrida em 21/03/2016.

MAPP 454

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Elemento de despesa - 44903900	200.919,36	50.229,84	251.149,19
2.2. Serviços de Consultoria			
Elemento de despesa - 44903500	778.210,06	236.924,92	1.015.134,98
TOTAL	979.129,42	287.154,76	1.266.284,18

(*) Recursos do FIDA (Fonte 64)

Obs.: O prazo previsto para implementação do Projeto Paulo Freire é de 6 anos, com um custo total de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 40 milhões de empréstimos do FIDA outorgado ao Governo do Ceará com a garantia do Governo Federal e US\$ 40 milhões do Governo Estadual como contrapartida.

Consolidado

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
Elemento de despesa - (335039)	800.000,00	200.000,00	1.000.000,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1 Material de Consumo			

Elemento de despesa - (449030)	24.000,00	6.000,00	30.000,00
2.2 Serviço de Internet			
Elemento de despesa - (449139)	8.000,00	2.000,00	10.000,00
2.3 Serviços de Terceiros			
Elemento de despesa - (449039)	3.122.660,51	10.285.245,85	13.407.906,36
2.4 Serviços de Consultoria			
Elemento de despesa - (449035)	4.925.776,91	5.407.363,31	10.333.140,22
2.5 Contribuições - Transferências			
Elemento de despesa - (445042)	7.869.361,61	8.185.259,57	16.054.621,20
TOTAL	16.749.799,03	24.085.868,73	40.835.667,76

* Tesouro (MAPP 453) e FIDA

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

MAPP 451

Item de Despesa	FEV	JUL	Total (R\$)
2.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.059.187,63	1.059.187,63	2.118.375,26
2.2. Serviços de Consultoria	2.073.783,43	2.073.783,42	4.147.566,85
Total (R\$)	3.132.971,06	3.132.971,05	6.265.942,11

MAPP 452

Item de Despesa	FEV	JUL	Total (R\$)
2.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	221.104,39		221.104,39
2.2. Contribuições-Transferências	3.934.680,80	3.934.680,81	7.869.361,61
Total (R\$)	4.155.785,19	3.934.680,81	8.090.466,00

MAPP 453

Item de Despesa	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	Total (R\$)
1. DESPESA CORRENTE	-	-	-	-	-	200.000,00	200.000,00
2. DESPESA DE CAPITAL	55.131,23	55.131,23	295.131,23	55.131,23	55.131,23	698.605,35	1.214.261,50
Total (R\$)	55.131,23	55.131,23	295.131,23	55.131,23	55.131,23	898.605,35	1.414.261,50

Justificativa: A reapresentação se justifica, tendo em vista a reprogramação realizada, pelo Sr. Governador no Sistema WebMapp, que reduziu o(s) valor(es) anteriormente estabelecido(s), fato este ocorrido após a realização da 2ª Reunião Ordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, ocorrida em 21/03/2016. A redução do valor financeiro não provocará redução na meta por se tratar de despesas de custeio operacional do Projeto Paulo Freire.

MAPP 454

Item de Despesa	ABR	JUL	SET	Total (R\$)
2.1. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200.919,36	-	-	200.919,36
2.2. Serviços de Consultoria	259.403,35	259.403,35	259.403,36	778.210,06
Total (R\$)	460.322,71	259.403,35	259.403,36	979.129,42

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

MAPP 451

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	03 - Sertão de Sobral	Coreaú	202.127,16	329.786,43	997
2		Frecheirinha	202.127,16	329.786,43	997
3		Graça	202.127,16	329.786,43	997
4		Massapé	202.127,16	329.786,43	997
5		Moraújo	202.127,16	329.786,43	997
6		Mucambo	202.127,16	329.786,43	997
7		Pacujá	202.127,16	329.786,43	996
8		Pires Ferreira	202.127,16	329.786,43	997
9		Reritaba	202.127,16	329.786,43	996
10		Senador Sá	202.127,16	329.786,43	996
11		Sobral	202.127,16	329.786,43	997
12		Varjota	202.127,16	329.786,43	997
13	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	202.127,16	329.786,43	996
14	08 - Serra da Ibiapaba	Ipú	202.127,16	329.786,43	997
15		Aiuaba	202.127,16	329.786,43	996
16	13 - Sertão dos Inhamuns	Arneiroz	202.127,16	329.786,43	997
17		Parambu	202.127,16	329.786,43	997
18		Quiterianópolis	202.127,16	329.786,43	997

19		Tauá	202.127,16	329.786,43	997
20	12 - Sertão de Crateús	Hidrolândia	202.127,16	329.786,43	997
21		Ipueiras	202.127,16	329.786,43	997
22		Altaneira	202.127,16	329.786,43	997
23	01 - Cariri	Antonina do Norte	202.127,16	329.786,43	997
24		Araripe	202.127,16	329.786,43	997
25		Assaré	202.127,16	329.786,43	997
26		Campos Sales	202.127,16	329.786,43	997
27		Nova Olinda	202.127,16	329.786,43	997
28		Potengi	202.127,16	329.786,43	996
29		Salitre	202.127,16	329.786,43	997
30		Santana do Cariri	202.127,16	329.786,43	997
31		Tarrafas	202.127,16	329.786,43	996
Total			6.265.942,11	10.223.379,21	30.900

MAPP 452

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Benef.
01		Coreaú	260.982,77	271.635,13	997
02		Frecheirinha	260.982,77	271.635,13	997
03		Graça	260.982,77	271.635,13	997
04	03 - Sertão de Sobral	Massapé	260.982,77	271.635,13	997
05		Moraújo	260.982,77	271.635,13	997
06		Mucambo	260.982,77	271.635,13	997

07		Pacujá	260.982,77	271.635,13	996
08		Pires Ferreira	260.982,77	271.635,13	997
09		Reriutaba	260.982,77	271.635,13	996
10		Senador Sá	260.982,77	271.635,13	996
11		Sobral	260.982,77	271.635,13	997
12		Varjota	260.982,77	271.635,13	997
13	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	260.982,77	271.635,13	996
14	08 - Serra da Ibiapaba	Ipú	260.982,77	271.635,13	997
15		Aiuaba	260.982,77	271.635,13	996
16		Arneiroz	260.982,77	271.635,13	997
17	13 - Sertão dos Inhamuns	Parambu	260.982,77	271.635,13	997
18		Quiterianópolis	260.982,77	271.635,13	997
19		Tauá	260.982,78	271.635,13	997
20	12 - Sertão de Crateús	Hidrolândia	260.982,78	271.635,13	997
21		Ipueiras	260.982,78	271.635,13	997
22		Altaneira	260.982,78	271.635,13	997
23		Antonina do Norte	260.982,78	271.635,13	997
24		Araripe	260.982,78	271.635,13	997
25	01 - Cariri	Assaré	260.982,78	271.635,14	997
26		Campos Sales	260.982,78	271.635,14	997
27		Nova Olinda	260.982,78	271.635,14	997
28		Potengi	260.982,78	271.635,14	996
29		Salitre	260.982,78	271.635,14	997

30		Santana do Cariri	260.982,78	271.635,14	997
31		Tarrafas	260.982,78	271.635,14	996
Total			8.090.466,00	8.420.689,10	30.900

MAPP'S 453 e 454

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	03 - Grande Fortaleza*	Fortaleza	1.414.261,50	5.130.645,60	-
02		Coreaú	31.584,82	9.263,06	997
03		Frecheirinha	31.584,82	9.263,06	997
04		Graça	31.584,82	9.263,06	997
05		Massapê	31.584,82	9.263,06	997
06		Moraújo	31.584,82	9.263,06	997
07	11 - Sertão de Sobral	Mucambo	31.584,82	9.263,06	997
08		Pacujá	31.584,82	9.263,06	996
09		Pires Ferreira	31.584,82	9.263,06	997
10		Reriutaba	31.584,82	9.263,06	996
11		Senador Sá	31.584,82	9.263,06	996
12		Sobral	31.584,82	9.263,06	997
13		Varjota	31.584,82	9.263,06	997
14	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	31.584,82	9.263,06	996
15	08 - Serra da	Ipú	31.584,82	9.263,06	997

	Ibiapaba					
16	13 - Sertão dos Inhamuns	Aiuaba	31.584,82	9.263,06		996
17		Arneiroz	31.584,82	9.263,06		997
18		Parambu	31.584,82	9.263,06		997
19		Quiterianópolis	31.584,82	9.263,06		997
20	12 - Sertão de Crateús	Tauá	31.584,82	21.263,06		997
21		Hidrolândia	31.584,82	9.263,06		997
22		Ipueiras	31.584,82	9.263,06		997
23		Altaneira	31.584,82	9.263,06		997
24	01 - Cariri	Antonina do Norte	31.584,82	9.263,06		997
25		Araripe	31.584,82	9.263,06		997
26		Assaré	31.584,82	9.263,06		997
27		Campos Sales	31.584,82	21.263,06		997
28		Nova Olinda	31.584,82	9.263,06		997
29		Potengi	31.584,82	9.263,06		996
30		Salitre	31.584,82	9.263,06		997
31		Santana do Cariri	31.584,82	9.263,06		997
32		Tarrafas	31.584,82	9.263,06		996
Total			2.393.390,92	5.441.800,36		30.900

(*) OBS: Na região Grande Fortaleza não terá família beneficiada.

CONSOLIDADA

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	03 - Grande	Fortaleza	1.414.261,50	5.130.645,60	-

	Fortaleza*					
02	11 - Sertão de Sobral	Coreaú	494.694,75	611.044,62	997	
03		Frecheirinha	494.694,75	611.044,62	997	
04		Graça	494.694,75	611.044,62	997	
05		Massapê	494.694,75	611.044,62	997	
06		Moraújo	494.694,75	611.044,62	997	
07		Mucambo	494.694,75	611.044,62	997	
08		Pacujá	494.694,75	611.044,62	996	
09		Pires Ferreira	494.694,75	611.044,62	997	
10		Reriutaba	494.694,75	611.044,62	996	
11		Senador Sá	494.694,75	611.044,62	996	
12		Sobral	494.694,75	611.044,62	997	
13		Varjota	494.694,75	611.044,62	997	
14	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	494.694,75	611.044,62	996	
15	08 - Serra da Ibiapaba	Ipú	494.694,75	611.044,62	997	
16	13 - Sertão dos Inhamuns	Aiuaba	494.694,75	611.044,62	996	
17		Arneiroz	494.694,75	611.044,62	997	
18		Parambu	494.694,75	611.044,62	997	
19		Quiterianópolis	494.694,75	611.044,62	997	
20		Tauá	494.694,75	622.684,62	997	
21	12 - Sertão de Crateús	Hidrolândia	494.694,75	611.044,62	997	
22		Ipueiras	494.694,75	611.044,62	997	
23	01 - Cariri	Altaneira	494.694,75	611.044,62	997	

24	Antonina do Norte Araripe Assaré Campos Sales Nova Olinda Potengi Salitre Santana do Cariri Tarrafas	494.694,75	611.044,62	997
25		494.694,75	611.044,62	997
26		494.694,75	611.044,62	997
27		494.694,75	622.684,62	997
28		494.694,75	611.044,62	997
29		494.694,75	611.044,62	996
30		494.694,75	611.044,62	997
31		494.694,75	611.044,62	997
32		494.694,75	611.044,62	996
Total		16.749.799,03	24.085.868,73	30.900

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	/	UGP PAULO FREIRE / FIDA
Técnico		Maria Iris Tavares Farias (Coordenadora); Eveline Nogueira Augusto (Assessora do Componente 1 – Desenvolvimento de Capacidades); Regina Regia (Supervisora do Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental) Silvio Roberto Andrade Siqueira (Gerente Administrativo-Financeiro); e Francisca Lúcia Ferreira de Sousa (Gerente de Monitoramento e Controle)
E-mail		iris.tavares@sda.ce.gov.br eveline.augusto@sda.ce.gov.br regina.regia@sda.ce.gov.br silvio.siqueira@sda.ce.gov.br lucia.ferreira@sda.ce.gov.br
Fone		(85) 3101-8076 / 8048/ 8054

Anexo I

Marco Lógico (ML)

Cadeia Lógica dos Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Risco
IMPACTO	Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios do semiárido do Estado do Ceará (CE).	% de redução na pobreza extrema ao final do Projeto.	- Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE - Linha de base - Avaliação final.	Situação de não empoderamento das famílias beneficiárias;
RESULTADOS	Aumento da renda e da qualidade de vida da população beneficiária por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável, com foco prioritário em jovens e mulheres;	% de aumento nos ativos das famílias atendidas pelo projeto por capacitações, assessoria técnica e investimentos produtivos. - Nº de famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto com capacitação em acesso a políticas públicas. - Nº de famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto com capacitação, assessoria técnica e investimentos produtivos. % de famílias atendidas por capacitação, assessoria técnica e investimentos produtivos que aumentaram sua renda média. % de mulheres e/ou jovens beneficiários diretos do projeto; % das organizações comunitárias e econômicas fortalecidas e sustentáveis; % dos beneficiários da assessoria técnica e investimentos acessam às políticas públicas;	- Linha de base - Avaliação final - Dados estatísticos oficiais do IBGE e do IPECE - Relatórios do Sistema de M&A (Monitoramento e Avaliação) - Relatórios RMS (Relatório de Impacto-FIDA) - Pesquisas entre os beneficiários do Projeto; - Informações estatutárias das organizações e associações; - Registros das organizações beneficiárias; - Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais	- Descontinuidade na execução das políticas públicas de apoio à agricultura familiar; - Redução no crescimento econômico do país e do estado; - Mercados não absorvem a produção incremental; - Infraestruturas básicas e sociais não continuam a ser proporcionadas pelo governo; - O Projeto não aplica um bom sistema de focalização e implementa com sucesso suas atividades; - Secas ou mudanças climáticas não são geridas com medidas de adaptação adequadas; - Dificuldade de acesso a crédito de custo; - Os preços agrícolas não se mantêm favoráveis para os agricultores familiares; - Interferência na execução das atividades durante o período eleitoral. - Indisponibilidade de equipes de assessoria técnica para garantir serviços de qualidade;

	Agricultores familiares, outros pequenos produtores e suas organizações comunitárias e produtivas têm suas capacidades fortalecidas; Agricultores familiares e outros pequenos produtores se inserem de forma sustentável e rentável nas cadeias produtivas e mercados	- Nº de famílias beneficiárias de investimentos produtivos financiados pelo Projeto; - Nº de famílias que acessam financiamento para investimentos produtivos de outras fontes (não oriundas do Projeto); - Nº de famílias que recebem investimentos para pequenos sistemas de irrigação; % dos empreendimentos associativos liderados por mulheres.		Falta de interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas.
			- Linha de base; - Avaliação final; - Relatórios do Sistema de M&A; - Relatórios RIMS; - Informações estatutárias das organizações e associações; - Registros das organizações beneficiárias; - Entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica;	- Indisponibilidade de equipes de assessoria técnica para garantir serviços de qualidade; - A assessoria técnica não responde às necessidades do mercado; - Pouco interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas; - Descontinuidade das atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria
PRODUTOS		- Nº de famílias que recebem capacitação em acesso às políticas públicas; - Nº de famílias beneficiárias de assessoria técnica (contínua e/ou especializada); - Nº de famílias rurais que recebem assessoria técnica contínua em fortalecimento organizativo, produção agrícola e não agrícola, gestão de negócios e acesso a mercados; - Nº de famílias rurais que recebem		

	- assessoria técnica especializada - Nº de famílias jovens que recebem assessoria técnica; - Nº de líderes comunitários capacitados; % de mulheres e/ou jovens líderes comunitários capacitados; - Nº de organizações comunitárias e econômicas fortalecidas, com devida estrutura, governança e sistemas de gestão; - Nº de Planos de Desenvolvimento elaborados de maneira participativa; - Nº de Planos de Negócios elaborados e submetidos para consideração e financiamento do Projeto e de outras fontes; - Nº de jovens rurais que recebem capacitação e apoio para iniciar ou fortalecer iniciativas econômicas; - Nº de jovens capacitados para instalar-se como agricultores pleiteando acesso à terra; - Nº de profissionais provedores de assessoria técnica que recebem capacitação para melhoria dos serviços que fornecem; % de profissionais provedores de assessoria técnica são mulheres; % de aumento no volume da produção nas unidades familiares beneficiadas por investimento produtivo; % dos produtos gerados pelos investimentos produtivos passam por algum estágio de agregação de valor;	- Registros de produção e de vendas dos beneficiários; - Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais.	técnica e extensão rural; - Mercados não absorvem a produção incremental; - Deficiência na infraestrutura básica para chegar aos mercados; - Pouco interesse e participação das comunidades e das organizações produtivas.
Organizações dos beneficiários fortalecidas para a produção, gestão e acesso a mercados	Jovens rurais desenvolvem suas capacidades para tornarem-se empreendedores e acessarem a terra;	Provedores de assessoria técnica têm suas qualificações melhoradas para prover um serviço de qualidade;	Os beneficiários do Projeto logram aumento da produção e produtividade, agregação de valor, melhora da qualidade dos produtos, diversificação, inovação e introdução de métodos de irrigação

	Os beneficiários do Projeto melhoram seu acesso aos mercados, incluindo mercados institucionais/compras públicas, e às políticas públicas para a agricultura familiar	% de aumento na venda dos produtos dos beneficiários, resultado dos investimentos produtivos; % das famílias beneficiadas pelos investimentos produtivos acessam às políticas públicas como PRONAF (financiamento), Garantia Safra e/ou mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite, etc);		
	Agricultores familiares adotam práticas agroecológicas inovadoras e técnicas de produção sustentáveis	% dos investimentos realizados aplicam práticas agroecológicas, de conservação dos solos ou de manejo sustentável do bioma caatinga.		
INSUMOS	Recurso FECOP; Recurso Tesouro; Recurso FIDA; Recurso de outras fontes; Compra de equipamentos (carros, computadores e mobiliário); Contratação de pessoal (UGP e Escritórios Regionais).	% de recurso investido por fonte; Nº de veículos adquiridos; Nº de computadores adquiridos; Mobiliário adquirido; Nº de técnicos contratados.	- Sistema de Gerenciamento Financeiro; - WEB MAPP; Relatórios Internos	- Falta de recursos de outras fontes; - Baixa Execução; - Inadimplência.

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	/	UGP PAULO FREIRE / FIDA
Técnico		Maria Iris Tavares Farias (Coordenadora); Eveline Nogueira Augusto (Assessora do Componente 1 – Desenvolvimento de Capacidades); Regina Regia (Supervisora do Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental) Silvio Roberto Andrade Siqueira (Gerente Administrativo-Financeiro); e Francisca Lúcia Ferreira de Sousa (Gerente de Monitoramento e Controle)
E-mail		iris.tavares@sda.ce.gov.br eveline.augusto@sda.ce.gov.br regina.regia@sda.ce.gov.br silvio.siqueira@sda.ce.gov.br lucia.ferreira@sda.ce.gov.br
Fone		(85) 3101-8076 / 8048/ 8054

Anexo I

Marco Lógico (ML)

Cadeia Lógica dos Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Risco
IMPACTO	Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios do semiárido do Estado do Ceará (CE).	% de redução na pobreza extrema ao final do Projeto.	- Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE - Linha de base - Avaliação final.	Situação de não empoderamento das famílias beneficiárias;
	Aumento da renda e da qualidade de vida da população beneficiária por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável, com foco prioritário em jovens e mulheres;	% de aumento nos ativos das famílias atendidas pelo projeto por capacitações, assessoria técnica e investimentos produtivos. - Nº de famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto com capacitação em acesso a políticas públicas. - Nº de famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto com capacitação, assessoria técnica e investimentos produtivos. % de famílias atendidas por capacitação, assessoria técnica e investimentos produtivos que aumentaram sua renda média. % de mulheres e/ou jovens beneficiários diretos do projeto; % das organizações comunitárias e econômicas fortalecidas e sustentáveis; % dos beneficiários da assessoria técnica e investimentos acessam às políticas públicas;	- Linha de base - Avaliação final - Dados estatísticos oficiais do IBGE e do IPECE - Relatórios do Sistema de M&A (Monitoramento e Avaliação) - Relatórios RMS (Relatório de Impacto-FIDA) - Pesquisas entre os beneficiários do Projeto; - Informações estatutárias das organizações e associações; - Registros das organizações beneficiárias; - Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais	- Descontinuidade na execução das políticas públicas de apoio à agricultura familiar; - Redução no crescimento econômico do país e do estado; - Mercados não absorvem a produção incremental; - Infraestruturas básicas e sociais não continuam a ser proporcionadas pelo governo; - O Projeto não aplica um bom sistema de focalização e implementa com sucesso suas atividades; - Secas ou mudanças climáticas não são geridas com medidas de adaptação adequadas; - Dificuldade de acesso a crédito de custo; - Os preços agrícolas não se mantêm favoráveis para os agricultores familiares; - Interferência na execução das atividades durante o período eleitoral. - Indisponibilidade de equipes de assessoria técnica para garantir serviços de qualidade;
RESULTADOS				

	Agricultores familiares, outros pequenos produtores e suas organizações comunitárias e produtivas têm suas capacidades fortalecidas; Agricultores familiares e outros pequenos produtores se inserem de forma sustentável e rentável nas cadeias produtivas e mercados	- Nº de famílias beneficiárias de investimentos produtivos financiados pelo Projeto; - Nº de famílias que acessam financiamento para investimentos produtivos de outras fontes (não oriundas do Projeto); - Nº de famílias que recebem investimentos para pequenos sistemas de irrigação; % dos empreendimentos associativos liderados por mulheres.		Falta de interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas.
			- Linha de base; - Avaliação final; - Relatórios do Sistema de M&A; - Relatórios RIMS; - Informações estatutárias das organizações e associações; - Registros das organizações beneficiárias; - Entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica;	- Indisponibilidade de equipes de assessoria técnica para garantir serviços de qualidade; - A assessoria técnica não responde às necessidades do mercado; - Pouco interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas; - Descontinuidade das atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria
PRODUTOS		- Nº de famílias que recebem capacitação em acesso às políticas públicas; - Nº de famílias beneficiárias de assessoria técnica (contínua e/ou especializada); - Nº de famílias rurais que recebem assessoria técnica contínua em fortalecimento organizativo, produção agrícola e não agrícola, gestão de negócios e acesso a mercados; - Nº de famílias rurais que recebem		

		assessoria técnica especializada • Nº de famílias jovens que recebem assessoria técnica; • Nº de líderes comunitários capacitados; • % de mulheres e/ou jovens líderes comunitários capacitados; • Nº de organizações comunitárias e econômicas fortalecidas, com devida estrutura, governança e sistemas de gestão; • Nº de Planos de Desenvolvimento elaborados de maneira participativa; • Nº de Planos de Negócios elaborados e submetidos para consideração e financiamento do Projeto e de outras fontes; • Nº de jovens rurais que recebem capacitação e apoio para iniciar ou fortalecer iniciativas econômicas; • Nº de jovens capacitados para instalar-se como agricultores pleiteando acesso à terra; • Nº de profissionais provedores de assessoria técnica que recebem capacitação para melhoria dos serviços que fornecem; • % de profissionais provedores de assessoria técnica são mulheres; • % de aumento no volume da produção nas unidades familiares beneficiadas por investimento produtivo; • % dos produtos gerados pelos investimentos produtivos passam por algum estágio de agregação de valor;	• Registos de produção e de vendas dos beneficiários; • Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais.	técnica e extensão rural; • Mercados não absorvem a produção incremental; • Deficiência na infraestrutura básica para chegar aos mercados; • Pouco interesse e participação das comunidades e das organizações produtivas.
Organizações dos beneficiários fortalecidas para a produção, gestão e acesso a mercados	Jovens rurais desenvolvem suas capacidades para tornarem-se empreendedores e acessarem a terra;	Provedores de assessoria técnica têm suas qualificações melhoradas para prover um serviço de qualidade;		
Os beneficiários do Projeto logram aumento da produção e produtividade; agregação de valor, melhora da qualidade dos produtos, diversificação, inovação e introdução de métodos de irrigação				

	Os beneficiários do Projeto melhoram seu acesso aos mercados, incluindo mercados institucionais/compras públicas, e às políticas públicas para a agricultura familiar	% de aumento na venda dos produtos dos beneficiários, resultado dos investimentos produtivos; % das famílias beneficiadas pelos investimentos produtivos acessam às políticas públicas como PRONAF (financiamento), Garantia Safra e/ou mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite, etc);		
	Agricultores familiares adotam práticas agroecológicas inovadoras e técnicas de produção sustentáveis	% dos investimentos realizados aplicam práticas agroecológicas, de conservação dos solos ou de manejo sustentável do bioma caatinga.		
INSUMOS	Recurso FECOP; Recurso Tesouro; Recurso FIDA; Recurso de outras fontes; Compra de equipamentos (carros, computadores e mobiliário); Contratação de pessoal (UGP e Escritórios Regionais).	% de recurso investido por fonte; Nº de veículos adquiridos; Nº de computadores adquiridos; Mobiliário adquirido; Nº de técnicos contratados.	- Sistema de Gerenciamento Financeiro; - WEB MAPP; Relatórios Internos	- Falta de recursos de outras fontes; - Baixa Execução; - Inadimplência.



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Desenvolvimento Agrário**

**PROJETO: Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades
(Projeto Paulo Freire)**

MAPP 454

“SDA”

Mai - 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA
Programa (PPA)	031 - Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural
MAPP (Nº e Denominação)	MAPP 451 - Projeto Paulo Freire / FIDA - Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades
	MAPP 452 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental
	MAPP 453 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 3 - Gestão do Projeto
	MAPP 454 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 4 - Gerência de Monitoramento e Avaliação
Período de Execução	Janeiro a Dezembro de 2016
Categoria	Estruturante / Inclusão Produtiva Rural

1. Descrição do Projeto



O projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades, também denominado Projeto Paulo Freire, executado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), tem como finalidade reduzir de 43% para 28% o índice de extrema pobreza do conjunto dos municípios de sua área de abrangência, elevando até 2019 o padrão de vida de 60 mil famílias rurais. O projeto tem por área de atuação os seguintes municípios:

- Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Campos Sales, Nova Olinda, Potengi, Salitre, Santana do Cariri e Tarrafas (Cariri);
- Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá (Sertão dos Inhamuns);
- Coreaú, Frecheirinha, Graça, Massapê, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Senador Sá, Sobral e Varjota (Sertão de Sobral);
- Irauçuba (Litoral Oeste / Vale do Curu);
- Ipú (Serra da Ibiapaba); e
- Hidrolândia e Ipueiras (Sertão de Crateús).

Em sua concepção global o Projeto Paulo Freire tem como objetivo melhorar o padrão de vida dos agricultores(as) familiares beneficiados, com foco prioritário nos jovens e mulheres, através do aumento da renda obtida por meio do desenvolvimento de atividades agrícolas e não agrícolas. É estruturado em quatro componentes que se complementam.

Componente 1 - Fortalecer as capacidades da população rural e das suas lideranças para identificar priorizar e solucionar seus problemas e potencialidades, fortalecendo suas organizações e ampliando sua participação nos processos locais de decisão.

Componente 2 - Apoiar atividades que permitam incrementar e intensificar a produção das unidades familiares beneficiadas numa perspectiva de uso sustentável dos recursos naturais. Financiar investimentos para aumentar o capital produtivo dos agricultores familiares e melhorar ou implantar infraestruturas associativas de beneficiamento.

Componente 3 - Gestão do Projeto: Este componente financiará o funcionamento da UGP e consiste em 3 subcategorias: equipamento e veículos, pessoal da UGP e dos Escritórios Regionais do Projeto-ERP's, e custo operacional. Os custos de equipamentos e veículos serão financiados totalmente pelo Governo do Ceará; os custos de pessoal e de operação serão financiados 80% pelo Governo e 20% pelo FIDA.

Componente 4 - Monitoramento e Avaliação do Projeto: O monitoramento tem a função de acompanhar permanentemente as atividades do Projeto no contexto do Marco Lógico e seus indicadores, como também orientará a execução do mesmo, na direção, na avaliação e na gestão dos objetivos propostos, promovendo ações de correção, quando necessário, orientando à alocação eficiente dos recursos e fornecendo elementos e dados confiáveis para divulgação de resultados.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

No PPA 2016 / 2019, o projeto encontra-se ligado ao Eixo - Ceará , Tema Estratégico - Trabalho e Renda.

O projeto relativos aos MAPP's 451, 453 e 454 incluem-se no âmbito do Programa 031 - Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural. As ações previstas no Componentes 3 e 4 colaboram para o alcance do Objetivo 031.1 - Viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo, Iniciativa 031.1.06 - Desenvolvimento de capacidades para famílias da agricultura familiar.

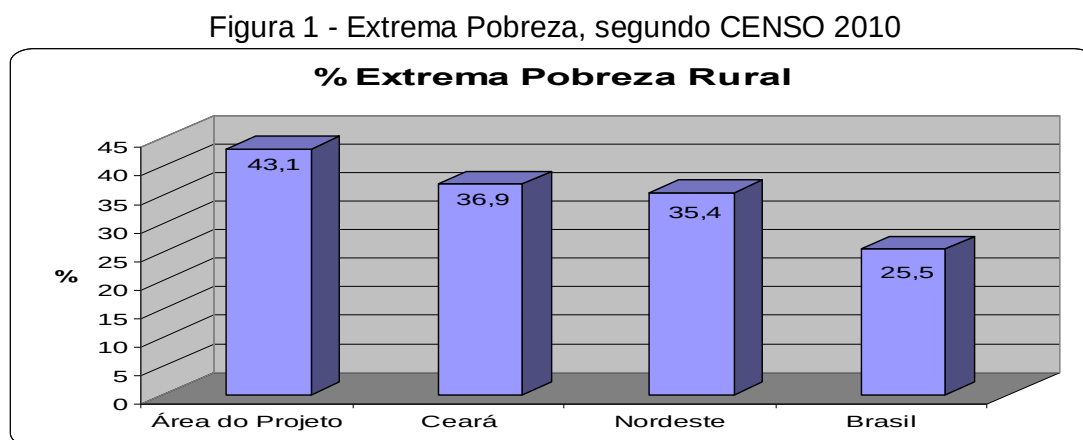
O projeto no MAPP 452 inclui-se no PPA 2016 / 2019 no âmbito do mesmo Programa 031 - Desenvolvimento Agropecuário. As ações previstas no Componente 2 colaboram para o alcance do Objetivo 031.1 - Viabilizar o acesso à estrutura básica produtiva para desenvolvimento de negócios rurais e acesso aos mercados, gerando oportunidades de trabalho e renda, buscando a permanência das famílias no campo, mudando apenas a referência à Iniciativa: 031.1.05 - Apoio à implantação de projetos produtivos sustentáveis.

O projeto, em seu conjunto, vincula-se ao Eixo 3 - Ceará de Oportunidades, Tema Estratégico 3.06 - Trabalho e Renda, contribuindo para o alcance do Resultado Temático "População com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas" e suas realizações podem ser aferidas por meio do

indicador “Taxa de variação do rendimento médio do trabalhador rural”.

3. Diagnóstico

Embora as condições econômicas e sociais tenham melhorado significativamente nos últimos 15 (quinze) anos, o Brasil ainda é um país de fortes contrastes, existindo ainda uma marcada desigualdade, que é mais acentuada nas áreas rurais, e nas regiões do Norte e do Nordeste. Os índices de pobreza e extrema pobreza evidenciam estas desigualdades. Com base no CENSO 2010, a Figura 1 ilustra os índices de extrema pobreza na área de atuação do Projeto Paulo Freire, no Ceará, Nordeste e Brasil.



A população total da área de atuação do projeto era, em 2010 (Censo Demográfico/IBGE), de 755.839 habitantes, dos quais 271.374 (36%) é considerada rural. Ainda segundo o último Censo, os dados revelam que 85% da população (rural e urbana) da área do projeto é considerada pobre, ou seja, possuem rendimento domiciliar *per capita* igual ou inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Considerando somente a população rural, 43% encontra-se em estado de pobreza extrema, quer dizer com rendimento nominal mensal domiciliar *per capita* de até R\$ 70. Em 7 municípios da área do projeto esse percentual é acima de 49%, sendo o município de Senador Sá (56,4%) com maior percentual de pobreza extrema.

4. Justificativa

A Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) assumiu, em colaboração com o Governo Federal, o compromisso de promover a inclusão social e produtiva de 776 mil habitantes rurais que vivem na extrema pobreza no Ceará. Nesse sentido, o projeto Paulo Freire propõe colaborar para este esforço através de três linhas de ação:

- Apoio às atividades de fortalecimento da produção, beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas;

- Incentivo às iniciativas e práticas inovadoras; e
- Promoção de atividades de proteção e recuperação dos recursos naturais.

Representa mais um esforço do Governo do Estado no sentido de diminuir a incidência da pobreza no meio rural. Alia-se às políticas de transferência de renda e foi desenhado para ser um instrumento que potencialize este esforço num conjunto de municípios que têm uma situação de especial necessidade.

5. Histórico

O Projeto iniciou suas atividades de campo em abril de 2014 com a identificação das comunidades e organizações produtivas nos 31 municípios da sua área de atuação. Esse processo foi concluído com posterior seleção das primeiras 62 comunidades. Em 2014 para a realização das Oficinas de Elaboração dos DRP's não foram utilizados recursos do FECOP, mesmo assim foram beneficiadas 783 famílias, correspondendo a 3.226 pessoas. O processo de contratação da Assessoria Técnica Contínua (ATC) fora concluído em outubro de 2015 em que as empresas estão em campo atuando junto às 62 comunidades. Em 2015 foram realizados e concluídos nos municípios atendidos pelo Projeto Paulo Freire: 37 DRP's, 33 Planos de Desenvolvimento e 07 Planos de Negócios.

MAPP 451 - Componente 1

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	2.308.896,89	2.206.978,02	4.515.874,91	6.386
TOTAL	2.308.896,89	2.206.978,02	4.515.874,91	6.386

* FIDA

MAPP 452 - Componente 2

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	53.410,00	55.590,00	109.000,00	6.386
TOTAL	53.410,00	55.590,00	109.000,00	6.386

* FIDA

Em relação aos componentes de Gestão e Monitoramento, o Projeto teve sua execução no início de 2014 com utilização de recursos da fonte Tesouro Estadual e no final de 2015 tivemos aporte de recursos FECOP.

MAPP 453 - Componente 3

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	0,00	577.581,28	577.581,28	4.097
2015	478.443,70	1.573.855,72	2.052.299,42	6.386
TOTAL	478.443,70	2.151.437,00	2.629.880,70	10.483

* Tesouro e FIDA

MAPP 454 - Componente 4

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	361.883,20	48.098,40	409.981,60	6.386
TOTAL	361.883,20	48.098,40	409.981,60	6.386

* FIDA

Quadro Geral do Histórico Financeiro

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)*	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2014	-	577.581,28	577.581,28	4.097
2015	3.202.633,79	3.884.522,14	7.087.155,93	6.386
TOTAL	3.202.633,79	4.462.103,42	7.664.737,21	10.483

* Tesouro e FIDA

6. Público Alvo

Agricultores(as) familiares em condições de pobreza, elegíveis ao PRONAF e que residam na zona rural dos municípios beneficiados pelo Projeto.

6.2 Critérios adotados para seleção dos beneficiários:

- Famílias consideradas pobres e extremamente pobres;
- Famílias chefiadas por mulheres;
- Famílias com potencial produtivo;
- Famílias que participem de processos de organização já existentes;
- Famílias com acesso ou possibilidades de acesso às políticas públicas e iniciativas em vigor;
- Famílias com jovens na faixa etária entre 16 e 29 anos; e
- Famílias participantes de comunidades quilombolas e indígenas.

7. Objetivos

7.1 Geral

- Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios cearenses por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres.

7.2 Específicos

Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades (MAPP 451)

- Planejar e executar as ações necessárias para enfrentar os desafios na perspectiva do desenvolvimento sustentável;
- Fortalecer as capacidades dos comitês locais, das equipes de assessoria técnica, mobilizadores sociais e entidades parceiras, para que possam atuar com qualidade junto às famílias beneficiárias;
- Fortalecer e desenvolver as capacidades das famílias rurais para gestão sustentável dos recursos naturais, baseada nos princípios da agroecologia.

Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental (MAPP 452)

- Financiar investimentos produtivos e ações de recuperação ambiental dos agricultores familiares beneficiados;
- Financiar infraestruturas associativas de beneficiamento com o objetivo de agregar valor, gerar renda e novos empregos.

Componente 3 - Gestão do Projeto (MAPP 453)

- Compor as equipes regionais do Projeto, que serão sediadas nos municípios de Tauá, Campos Sales e Sobral;
- Reforçar a equipe de gestão da UGP em Fortaleza;
- Dotar a estrutura operacional para execução do Projeto;

Componente 4 - Monitoramento e Avaliação (MAPP 454)

- Definir e implantar o sistema de monitoramento e avaliação do projeto; e
- Realizar Estudo de Linha de Base do Projeto.

8. Atividades / Detalhamento das atividades

Seleção das Comunidades: Em 2016, serão selecionadas 238 comunidades, perfazendo um total de 300 trabalhadas, sendo comunidades por município, com uma média de 25 famílias por comunidade.

Identificação das organizações econômicas: Serão feitas visitas de campo para coleta de informações junto a prefeituras, sindicatos, EMATERCE, colegiados territoriais.

Oficinas de elaboração dos Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento, Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados: Serão realizadas oficinas de elaboração dos Diagnósticos e Planos de Desenvolvimento. Tendo por base os Planos de Desenvolvimento, serão preparados os Planos de Negócios, que serão os instrumentos orientadores dos financiamentos a ser efetuado pelo Projeto Paulo Freire. Para implantação de Unidades de Aprendizagem e Ações de Recuperação Ambiental serão elaborados Planos de Trabalhos Simplificados.

Celebração dos convênios com organizações econômicas e de iniciativa comunitária: As comunidades e organizações econômicas que ao longo da execução do Projeto tenham seus Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados aprovados pela SDA e FIDA, serão contempladas com recursos financeiros mediante celebração de convênio, com base na legislação aplicável.

Implementação e supervisão dos Planos: Será realizada pela Assessoria Técnica Contínua e supervisionada pela SDA, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP).

Seleção, contratação e supervisão de mobilizadores (as) sociais: Serão recrutados nas comunidades, referendados pelas famílias (das comunidades selecionadas), sob a coordenação e supervisão da UGP e com apoio de organizações representativas dos beneficiários, dentro dos seguintes critérios: ter concluído o Ensino Fundamental; ter disponibilidade de tempo para realizar o trabalho; residir nos territórios, preferencialmente, nos municípios e comunidades de atuação do Projeto; conhecer a realidade do semiárido, principalmente a do Ceará; ter experiência com trabalhos de cunho produtivo e sociais com famílias rurais. Será promovida uma seleção, com base nas normas do FIDA, de entidade que detenha expertise na temática (Mobilização Social).

Seleção e contratação de Assessoria Técnica Especializada (ATE): A Assessoria Técnica Especializada será disponibilizada de acordo com as demandas do Projeto, através de cooperação técnica internacional e/ou contratação de consultoria para definição dos conteúdos a serem trabalhados nas comunidades e preparação de material didático para qualificação e fortalecimento das equipes de assessoria técnica e mobilizadores sociais, se e quando necessário.

Capacitação das equipes de Assessoria Técnica Contínua e Mobilizadores Sociais: As equipes e os mobilizadores receberão as qualificações complementares necessárias para que tenham uma visão compartilhada da estratégia e da metodologia para implementação das atividades previstas, de modo a prestar um serviço de qualidade, coerente com a concepção do Projeto Paulo Freire, trabalhando tanto os aspectos produtivos, quanto os econômicos, organizativos e sociais de forma participativa. Para a realização destas sessões de formação serão contratados consultores especializados ou entidades (Universidades, ONGs) que tenham as qualificações necessárias. No caso específico das políticas públicas, as equipes do Projeto que tratarão este tema terão a tarefa de atualizar os conhecimentos das equipes de Assessoria Técnica Contínua.

Capacitação dos produtores para acesso às Políticas Públicas: Realização de oficinas de informação e capacitação sobre o tema do acesso às Políticas Públicas, e que estejam associadas a um trabalho de apoio às equipes técnicas locais (ATC, Mobilizadores Sociais e equipe da UGP) que têm responsabilidades de incentivar e orientar o acesso destas políticas. Nesta etapa, a equipe do Projeto fará uma ampla divulgação das políticas públicas de desenvolvimento rural e de seus principais programas e projetos. A divulgação terá como objetivo orientar os (as) agricultores (as) quanto aos requisitos e procedimentos de acesso, facilitando o contato com as agências responsáveis e apoiando na preparação da documentação necessária. Ao participarem dos processos de aprendizagem, capacitação e formação, espera-se

que os (as) agricultores (as) familiares tenham suas capacidades fortalecidas para acessar as Políticas Públicas Vigentes (PRONAF, PAA, PNAE, PAA Leite, Garantia Safra, etc.), buscando e criando as soluções possíveis para os problemas existentes em suas comunidades.

Definição e implantação do sistema de monitoramento e avaliação do projeto:

Conceber e implantar um sistema para acompanhamento das atividades, ações e produtos da Unidade de Gerenciamento do Projeto e Equipes Locais, em que será verificado experiência “*in locum*” de outros projetos na avaliação e monitoramento de suas atividades. Para a atividade, a contratação de Assessoria Técnica Especializada será disponibilizada de acordo com as demandas do Projeto, através de cooperação técnica internacional e/ou contratação de consultoria para levantamento de requisitos e dimensionamento do conteúdo da consultoria para esta finalidade;

Contratação de Assessoria Técnica Especializada (ATE) para realização de estudo de Linha de Base do Projeto: A Assessoria Técnica Especializada será contratada através de licitação para a contratação de um sistema de avaliação de impacto através do estabelecimento da linha de base do projeto, desenho do questionário para coleta de informação e sistema de TI&C para processamento dos dados.

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

Seleção das Comunidades: No ano de 2014 foram selecionadas 62 comunidades sendo 2 comunidades para cada município, já em 2015 não foram selecionadas nenhuma comunidade;

Oficinas de elaboração dos Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento, Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados:

No ano de 2014 foram realizados 21 DRP's.

Em 2015: foram realizados 41 DRP's, 36 PD's e 11 PN's;

Capacitação das equipes de Assessoria Técnica Contínua

Em 2015 foram contratadas 03 entidades de Assessoria Técnica Contínua - ATC para atuarem nas 62 comunidades selecionadas em 2014;

As equipes técnicas das ATC's contratadas em 2015 foram capacitadas através de uma oficina de Balizamento Técnico Metodológico, juntamente com as equipes da UGP e ERP's. Também foram realizadas oficinas de capacitação sobre elaboração de PD, PN e MIP - Manual de Implementação do Projeto.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano de 2016

Seleção das Comunidades: Em 2016, serão selecionadas 238 comunidades, perfazendo um total de 300 comunidades.

Identificação das organizações econômicas: No ano de 2016 a UGP conjuntamente com os ERP's e as ATC's farão visitas de campo para identificação e seleção das organizações econômicas existentes.

Oficinas de elaboração dos Diagnósticos, Planos de Desenvolvimento, Planos de Negócios e Planos de Trabalho Simplificados: Serão realizadas oficinas para elaboração de 238 Diagnósticos e 238 Planos de Desenvolvimento nas comunidades selecionadas. Baseados nos Planos de Desenvolvimento, serão preparados em torno de 100 Planos de Negócios.

Celebração dos convênios com organizações econômicas e de iniciativa comunitária: Para o ano de 2016 estão previstos a celebração de pelo menos 04 convênios com organizações econômicas.

Implementação e supervisão dos Planos: Será realizada pela Assessoria Técnica Contínua e supervisionada pela SDA, por meio da Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP).

Seleção, contratação e supervisão de mobilizadores (as) sociais:

Para o ano de 2016 serão recrutados 31 mobilizadores sociais em 62 comunidades.

Seleção e contratação de Assessoria Técnica Especializada (ATE): A Assessoria Técnica Especializada será contratada de acordo com as demandas identificadas nos Planos de Negócios.

Capacitação das equipes de Assessoria Técnica Contínua e Mobilizadores Sociais: Em 2016 realizadas 02 oficinas de capacitação para as ATC's contratadas no ano de 2016 que atenderão as 238 comunidades selecionadas em 2016.

Capacitação dos produtores para acesso às Políticas Públicas:

Para 2016 em torno de 7.500 produtores em acesso a políticas públicas

8.3. Atividades Previstas para os Anos Posteriores

Para os anos subsequentes, serão selecionadas mais 300 comunidades, serão contratadas novas ATC's as quais serão capacitadas. Nas 300 comunidades serão realizadas oficinas para elaboração de DRP's, PD's e PN's. Todas as demais atividades previstas no projeto tais como: Identificação de Organizações Econômicas, Celebração dos Convênios com as Organizações Econômicas, e de iniciativa comunitárias, bem como implementação e supervisão dos Planos de Negócios, Contratação de ATE. Quanto a capacitação de produtores para acesso a Políticas Públicas, Fortalecimento da iniciativa local e desenvolvimento de lideranças, Desenvolvimento de capacidades para a produção, Desenvolvimento Organizacional e capacitação para gestão e comercialização, formação de jovens para atividades econômicas e acesso à terra bem como serão realizadas até o ano de 2019, período de execução do projeto. Vale destacar que todas as comunidades selecionadas no decorrer do projeto terão acompanhamento e assessoria técnica no período de 03 anos.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Famílias beneficiadas com Assessoria Técnica Contínua*	7.500	Relatório de execução do projeto
Comunidades atendidas por Mobilizadores Sociais	300	Relatório de execução do projeto.
Famílias capacitadas em acesso às Políticas Públicas*	7.500	Relatórios das Oficinas, certificados e folha de frequência dos participantes.
Técnicos da assessoria técnica contínua e mobilizadores sociais capacitados	300	Relatórios dos cursos, certificados e folha de frequência dos participantes.
Planos de Negócios e Planos de Trabalhos Simplificados elaborados	92	Planos elaborados
Projetos produtivos implantados	92	Projetos implantados
Gerenciamento do Projeto	01	Projeto Gerenciado
Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projeto	01	Sistema implantado
Estudo de Linha de base do projeto	01	Linha de Base elaborada

(*) Em 2016 serão beneficiadas, em média, 241 famílias por município, correspondendo aproximadamente 7.500 famílias nos 31 municípios que integram a área de atuação do Projeto. Adicionalmente, serão capacitadas equipes de Assessoria Técnica Contínua e os Mobilizadores Sociais, criteriosamente selecionados para a implementação do Projeto, bem como os técnicos das Instituições Parceiras.

10. Metas

Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades (MAPP 451)

- Atender, em média, 241 famílias/município com atividades de Assessoria Técnica Contínua, correspondendo a 30.900 pessoas;
- Capacitar em média 241 famílias, por município, na temática relacionada ao acesso às políticas públicas, correspondendo a 30.900 pessoas beneficiadas;
- Capacitar 150 técnicos para melhorar a qualidade da prestação de Assessoria Técnica Contínua junto às comunidades selecionadas pelo Projeto; e
- Capacitar 150 mobilizadores sociais para no campo da organização e mobilização das comunidades envolvidas.

Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental (MAPP 452)

- Elaborar 92 Planos de Negócios / Planos de Trabalhos Simplificados; e
- Instalar 92 projetos produtivos.

Componente 3 - Gestão do Projeto (MAPP 453)

- Gerenciar 01 Projeto.

Componente 4 - Monitoramento e Avaliação (MAPP 454)

- Elaborar 01 Sistema de Monitoramento e Avaliação do Projeto; e
- Elaborar 01 Estudo da Linha de Base para Avaliação do Projeto.

11. Resultados Esperados

- Redução no índice de extrema pobreza na área de abrangência do projeto (de 43% para 28% em 06 anos).

12. Integração de Ações

O Projeto Paulo Freire conta com dois componentes principais, que trabalharão com o desenvolvimento de capacidades (Componente 1) e com o apoio ao desenvolvimento produtivo e à sustentabilidade ambiental (Componente 2). Os objetivos do Projeto serão alcançados por meio da ação coordenada e complementar destes dois componentes. A ação terá como base três ferramentas principais: a assessoria técnica, a facilitação do acesso a políticas públicas e o financiamento de investimentos produtivos e ambientais. O Projeto buscará criar sinergia com as diversas instituições, através das parcerias que podem contribuir neste sentido, incluindo diferentes órgãos governamentais e não governamentais. Assim, a procura de parcerias com entidades públicas e com organizações da sociedade civil será uma marca do Projeto. A estratégia de implementação do Projeto pressupõe a parceria com organizações públicas e privadas, com capacidade técnica e operacional para fornecer serviços de assessoria técnica contínua e especializada às famílias, comunidades e organizações econômicas participantes do Projeto Paulo Freire. O Projeto conta com a participação efetiva das Coordenadorias da SDA, e suas vinculadas (EMATERCE, IDACE e CEASA), bem como a Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado, Projeto São José III, IPECE, ADAGRI, Bancos Públicos, Sindicatos, Prefeituras Municipais e suas Secretarias de Agricultura e Ação Social, dentre outras instituições e programas afins.

13. Monitoramento

As informações para o monitoramento são fornecidas pelo Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A), em fase de concepção, que deverá conter indicadores que servirão como instrumentos de monitoramento das ações planejadas. O acompanhamento desses indicadores permitirá observar a execução do planejado de modo a identificar possíveis desvios para posterior tomada de decisões. Assim sendo, o Projeto contará com indicadores de impacto que determinarão o seu grau de alcance, a partir da linha de base (a ser estabelecida a partir da seleção das comunidades), com indicadores de desempenho quantitativos que medirão os resultados alcançados e indicadores qualitativos que expressarão grandezas que não podem ser traduzidas em números, mas que serão registradas através de descrições ou interpretações. Assim, a ação de monitoramento do Projeto incorporará os resultados do processo de planejamento, avaliação e replanejamento que acontecerá anualmente com a participação direta das comunidades e organizações comunitárias e econômicas participantes do Projeto, através de

entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica.

13.1 Dados Utilizados

Os dados utilizados serão através de relatórios emitidos pelo Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A). As informações do Componente de Desenvolvimento de Capacidades serão registrados, através de relatórios de resultados das ações de capacitação realizadas, pelas equipes técnicas de ATC, dados tais como: pessoas capacitadas, cursos, oficinas, intercâmbios, reuniões, dia de campo, seminários realizados, grau de satisfação dos(as) envolvidos(as), lições aprendidas, observando também o percentual estabelecido pelo Projeto referente a participação dos beneficiários mulheres, jovens, quilombolas e indígenas (50%). Referente ao Componente de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental serão registradas através de relatórios de resultados das ações de assessoria técnica realizadas pelas equipes técnicas.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

No decorrer do projeto serão cadastrados os dados dos beneficiários tais como: Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF, estas informações serão armazenadas em sistemas informatizados ou em planilha eletrônica de modo que permita a consulta para efeito de avaliação.

14. Pressupostos de Risco

As atividades poderão ter as seguintes restrições, abaixo relacionadas:

- As especificidades estabelecidas pelo calendário eleitoral, podendo interferir no calendário de realização das atividades do Projeto;
- Equipes técnicas de assessoria contínua não correspondem às necessidades do Projeto (formação e experiência em abordagem de ATER)
- As previsões da quadra chuvosa para 2016, segundo a FUNCEME, que podem interferir negativamente em ações que podem demandar esforços não previstos pelo Projeto.
- A pouca organização e articulação dos agricultores (as) dificultando o planejamento de suas demandas;
- Limitação na documentação dos beneficiários, inclusive no acesso à terra e quanto a adimplência no acesso ao crédito.
- A rotatividade de técnicos na prestação da assistência técnica.
- A não efetivação do Sistema de Monitoria e Avaliação (M&A), comprometerá consideravelmente toda a estrutura pensada para acompanhamento e correções de percurso do projeto.

15. Orçamento – 2016

MAPP 451

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
---------------------	----------------------------------	--	----------------------------------

NATUREZA DA DESPESA			
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Elemento de despesa - 44903900	2.118.375,26	5.052.940,82	7.171.316,09
2.2. Serviços de Consultoria			
Elemento de despesa - 44903500	4.147.566,85	5.170.438,39	9.318.005,21
TOTAL	6.265.942,11	10.223.379,21	16.489.321,30

(*) Recursos do FIDA (Fonte 64)

MAPP 452

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Elemento de despesa - 44903900	221.104,39	235.429,53	456.533,92
2.2. Contribuições-Transferências			
Elemento de despesa - 44504200	7.869.361,61	8.185.259,57	16.054.621,20
TOTAL	8.090.466,00	8.420.689,10	16.511.155,10

(*) Recursos do FIDA (Fonte 64)

MAPP 453

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
Elemento de despesa - 33503900	800.000,00	200.000,00	1.000.000,00
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1 Material de Consumo			
Elemento de despesa - 44903000	24.000,00	6.000,00	30.000,00

2.2 Serviço de Internet			
Elemento de despesa - 44913900	8.000,00	2.000,00	10.000,00
2.3 Serviços de Terceiros			
Elemento de despesa - 44903900	582.261,50	4.946.645,66	5.528.907,16
TOTAL	1.414.261,50	5.154.645,66	6.568.907,16

(*) Tesouro e FIDA

A reapresentação se justifica, tendo em vista a reprogramação realizada pelo Sr. Governador no Sistema WebMapp, que reduziu o(s) valor(es) anteriormente estabelecido(s), fato este ocorrido após a realização da 2ª Reunião Ordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, ocorrida em 21/03/2016.

MAPP 454

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1. Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica			
Elemento de despesa - 44903900	200.919,36	50.229,84	251.149,19
2.2. Serviços de Consultoria			
Elemento de despesa - 44903500	778.210,06	236.924,92	1.015.134,98
TOTAL	979.129,42	287.154,76	1.266.284,18

(*) Recursos do FIDA (Fonte 64)

Obs.: O prazo previsto para implementação do Projeto Paulo Freire é de 6 anos, com um custo total de US\$ 80 milhões, sendo US\$ 40 milhões de empréstimos do FIDA outorgado ao Governo do Ceará com a garantia do Governo Federal e US\$ 40 milhões do Governo Estadual como contrapartida.

Consolidado

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$) *	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
Elemento de despesa - (335039)	800.000,00	200.000,00	1.000.000,00

2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1 Material de Consumo			
Elemento de despesa - (449030)	24.000,00	6.000,00	30.000,00
2.2 Serviço de Internet			
Elemento de despesa - (449139)	8.000,00	2.000,00	10.000,00
2.3 Serviços de Terceiros			
Elemento de despesa - (449039)	3.122.660,51	10.285.245,85	13.407.906,36
2.4 Serviços de Consultoria			
Elemento de despesa - (449035)	4.925.776,91	5.407.363,31	10.333.140,22
2.5 Contribuições - Transferências			
Elemento de despesa - (445042)	7.869.361,61	8.185.259,57	16.054.621,20
TOTAL	16.749.799,03	24.085.868,73	40.835.667,76

* Tesouro (MAPP 453) e FIDA

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

MAPP 451

Item de Despesa	FEV	JUL	Total (R\$)
2.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1.059.187,63	1.059.187,63	2.118.375,26
2.2. Serviços de Consultoria	2.073.783,43	2.073.783,42	4.147.566,85
Total (R\$)	3.132.971,06	3.132.971,05	6.265.942,11

MAPP 452

Item de Despesa	FEV	JUL	Total (R\$)
2.1. Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	221.104,39		221.104,39
2.2. Contribuições-Transferências	3.934.680,80	3.934.680,81	7.869.361,61
Total (R\$)	4.155.785,19	3.934.680,81	8.090.466,00

MAPP 453

Item de Despesa	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	Total (R\$)
1. DESPESA CORRENTE	-	-	-	-	-	200.000,00	200.000,00
2. DESPESA DE CAPITAL	55.131,23	55.131,23	295.131,23	55.131,23	55.131,23	698.605,35	1.214.261,50
Total (R\$)	55.131,23	55.131,23	295.131,23	55.131,23	55.131,23	898.605,35	1.414.261,50

Justificativa: A reapresentação se justifica, tendo em vista a reprogramação realizada, pelo Sr. Governador no Sistema WebMapp, que reduziu o(s) valor(es) anteriormente estabelecido(s), fato este ocorrido após a realização da 2ª Reunião Ordinária, do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, ocorrida em 21/03/2016. A redução do valor financeiro não provocará redução na meta por se tratar de despesas de custeio operacional do Projeto Paulo Freire.

MAPP 454

Item de Despesa	ABR	JUL	SET	Total (R\$)
2.1. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	200.919,36	-	-	200.919,36
2.2. Serviços de Consultoria	259.403,35	259.403,35	259.403,36	778.210,06
Total (R\$)	460.322,71	259.403,35	259.403,36	979.129,42

17. Distribuição dos Recursos por Municípios em 2016

MAPP 451

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
1	03 - Sertão de Sobral	Coreaú	202.127,16	329.786,43	997
2		Frecheirinha	202.127,16	329.786,43	997
3		Graça	202.127,16	329.786,43	997
4		Massapé	202.127,16	329.786,43	997
5		Moraújo	202.127,16	329.786,43	997
6		Mucambo	202.127,16	329.786,43	997
7		Pacujá	202.127,16	329.786,43	996
8		Pires Ferreira	202.127,16	329.786,43	997
9		Reritaba	202.127,16	329.786,43	996
10		Senador Sá	202.127,16	329.786,43	996
11		Sobral	202.127,16	329.786,43	997
12		Varjota	202.127,16	329.786,43	997
13	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	202.127,16	329.786,43	996
14	08 - Serra da Ibiapaba	Ipú	202.127,16	329.786,43	997
15		Aiuaba	202.127,16	329.786,43	996
16	13 - Sertão dos Inhamuns	Arneiroz	202.127,16	329.786,43	997
17		Parambu	202.127,16	329.786,43	997
18		Quiterianópolis	202.127,16	329.786,43	997

19		Tauá	202.127,16	329.786,43	997
20	12 - Sertão de Crateús	Hidrolândia	202.127,16	329.786,43	997
21		Ipueiras	202.127,16	329.786,43	997
22		Altaneira	202.127,16	329.786,43	997
23	01 - Cariri	Antonina do Norte	202.127,16	329.786,43	997
24		Araripe	202.127,16	329.786,43	997
25		Assaré	202.127,16	329.786,43	997
26		Campos Sales	202.127,16	329.786,43	997
27		Nova Olinda	202.127,16	329.786,43	997
28		Potengi	202.127,16	329.786,43	996
29		Salitre	202.127,16	329.786,43	997
30		Santana do Cariri	202.127,16	329.786,43	997
31		Tarrafas	202.127,16	329.786,43	996
Total			6.265.942,11	10.223.379,21	30.900

MAPP 452

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Benef.
01		Coreaú	260.982,77	271.635,13	997
02		Frecheirinha	260.982,77	271.635,13	997
03		Graça	260.982,77	271.635,13	997
04	03 - Sertão de Sobral	Massapê	260.982,77	271.635,13	997
05		Moraújo	260.982,77	271.635,13	997
06		Mucambo	260.982,77	271.635,13	997

07		Pacujá	260.982,77	271.635,13	996
08		Pires Ferreira	260.982,77	271.635,13	997
09		Reriutaba	260.982,77	271.635,13	996
10		Senador Sá	260.982,77	271.635,13	996
11		Sobral	260.982,77	271.635,13	997
12		Varjota	260.982,77	271.635,13	997
13	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	260.982,77	271.635,13	996
14	08 - Serra da Ibiapaba	Ipú	260.982,77	271.635,13	997
15		Aiuaba	260.982,77	271.635,13	996
16		Arneiroz	260.982,77	271.635,13	997
17	13 - Sertão dos Inhamuns	Parambu	260.982,77	271.635,13	997
18		Quiterianópolis	260.982,77	271.635,13	997
19		Tauá	260.982,78	271.635,13	997
20	12 - Sertão de Crateús	Hidrolândia	260.982,78	271.635,13	997
21		Ipueiras	260.982,78	271.635,13	997
22		Altaneira	260.982,78	271.635,13	997
23		Antonina do Norte	260.982,78	271.635,13	997
24		Araripe	260.982,78	271.635,13	997
25	01 - Cariri	Assaré	260.982,78	271.635,14	997
26		Campos Sales	260.982,78	271.635,14	997
27		Nova Olinda	260.982,78	271.635,14	997
28		Potengi	260.982,78	271.635,14	996
29		Salitre	260.982,78	271.635,14	997

30		Santana do Cariri	260.982,78	271.635,14	997
31		Tarrafas	260.982,78	271.635,14	996
Total			8.090.466,00	8.420.689,10	30.900

MAPP'S 453 e 454

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	03 - Grande Fortaleza*	Fortaleza	1.414.261,50	5.130.645,60	-
02		Coreaú	31.584,82	9.263,06	997
03		Frecheirinha	31.584,82	9.263,06	997
04		Graça	31.584,82	9.263,06	997
05		Massapê	31.584,82	9.263,06	997
06		Moraújo	31.584,82	9.263,06	997
07	11 - Sertão de Sobral	Mucambo	31.584,82	9.263,06	997
08		Pacujá	31.584,82	9.263,06	996
09		Pires Ferreira	31.584,82	9.263,06	997
10		Reiutaba	31.584,82	9.263,06	996
11		Senador Sá	31.584,82	9.263,06	996
12		Sobral	31.584,82	9.263,06	997
13		Varjota	31.584,82	9.263,06	997
14	06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	31.584,82	9.263,06	996
15	08 - Serra da	Ipú	31.584,82	9.263,06	997

	Ibiapaba					
16	13 - Sertão dos Inhamuns	Aiuaba	31.584,82	9.263,06		996
17		Arneiroz	31.584,82	9.263,06		997
18		Parambu	31.584,82	9.263,06		997
19		Quiterianópolis	31.584,82	9.263,06		997
20	12 - Sertão de Crateús	Tauá	31.584,82	21.263,06		997
21		Hidrolândia	31.584,82	9.263,06		997
22		Ipueiras	31.584,82	9.263,06		997
23		Altaneira	31.584,82	9.263,06		997
24	01 - Cariri	Antonina do Norte	31.584,82	9.263,06		997
25		Araripe	31.584,82	9.263,06		997
26		Assaré	31.584,82	9.263,06		997
27		Campos Sales	31.584,82	21.263,06		997
28		Nova Olinda	31.584,82	9.263,06		997
29		Potengi	31.584,82	9.263,06		996
30		Salitre	31.584,82	9.263,06		997
31		Santana do Cariri	31.584,82	9.263,06		997
32		Tarrafas	31.584,82	9.263,06		996
Total			2.393.390,92	5.441.800,36		30.900

(*) OBS: Na região Grande Fortaleza não terá família beneficiada.

CONSOLIDADA

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	03 - Grande	Fortaleza	1.414.261,50	5.130.645,60	-

	Fortaleza*				
02	11 - Sertão de Sobral	Coreaú	494.694,75	611.044,62	997
03		Frecheirinha	494.694,75	611.044,62	997
04		Graça	494.694,75	611.044,62	997
05		Massapê	494.694,75	611.044,62	997
06		Moraújo	494.694,75	611.044,62	997
07		Mucambo	494.694,75	611.044,62	997
08		Pacujá	494.694,75	611.044,62	996
09		Pires Ferreira	494.694,75	611.044,62	997
10		Reriutaba	494.694,75	611.044,62	996
11		Senador Sá	494.694,75	611.044,62	996
12		Sobral	494.694,75	611.044,62	997
13		Varjota	494.694,75	611.044,62	997
14		06 - Litoral Oeste/Vale do Curu	Irauçuba	494.694,75	611.044,62
15	08 - Serra da Ibiapaba	Ipú	494.694,75	611.044,62	997
16	13 - Sertão dos Inhamuns	Aiuaba	494.694,75	611.044,62	996
17		Arneiroz	494.694,75	611.044,62	997
18		Parambu	494.694,75	611.044,62	997
19		Quiterianópolis	494.694,75	611.044,62	997
20		Tauá	494.694,75	622.684,62	997
21	12 - Sertão de Crateús	Hidrolândia	494.694,75	611.044,62	997
22		Ipueiras	494.694,75	611.044,62	997
23	01 - Cariri	Altaneira	494.694,75	611.044,62	997

24	Antonina do Norte Araripe Assaré Campos Sales Nova Olinda Potengi Salitre Santana do Cariri Tarrafas	494.694,75	611.044,62	997
25		494.694,75	611.044,62	997
26		494.694,75	611.044,62	997
27		494.694,75	622.684,62	997
28		494.694,75	611.044,62	997
29		494.694,75	611.044,62	996
30		494.694,75	611.044,62	997
31		494.694,75	611.044,62	997
32		494.694,75	611.044,62	996
Total		16.749.799,03	24.085.868,73	30.900

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria Gerência	/	UGP PAULO FREIRE / FIDA
Técnico		Maria Iris Tavares Farias (Coordenadora); Eveline Nogueira Augusto (Assessora do Componente 1 – Desenvolvimento de Capacidades); Regina Regia (Supervisora do Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental) Silvio Roberto Andrade Siqueira (Gerente Administrativo-Financeiro); e Francisca Lúcia Ferreira de Sousa (Gerente de Monitoramento e Controle)
E-mail		iris.tavares@sda.ce.gov.br eveline.augusto@sda.ce.gov.br regina.regia@sda.ce.gov.br silvio.siqueira@sda.ce.gov.br lucia.ferreira@sda.ce.gov.br
Fone		(85) 3101-8076 / 8048/ 8054

Anexo I

Marco Lógico (ML)

Cadeia Lógica dos Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Risco
IMPACTO	Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios do semiárido do Estado do Ceará (CE).	% de redução na pobreza extrema ao final do Projeto.	- Dados estatísticos oficiais do IBGE e IPECE - Linha de base - Avaliação final.	Situação de não empoderamento das famílias beneficiárias;
RESULTADOS	Aumento da renda e da qualidade de vida da população beneficiária por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável, com foco prioritário em jovens e mulheres;	% de aumento nos ativos das famílias atendidas pelo projeto por capacitações, assessoria técnica e investimentos produtivos. - Nº de famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto com capacitação em acesso a políticas públicas. - Nº de famílias de agricultores familiares e outros pequenos produtores rurais beneficiárias diretas do projeto com capacitação, assessoria técnica e investimentos produtivos. % de famílias atendidas por capacitação, assessoria técnica e investimentos produtivos que aumentaram sua renda média. % de mulheres e/ou jovens beneficiários diretos do projeto; % das organizações comunitárias e econômicas fortalecidas e sustentáveis; % dos beneficiários da assessoria técnica e investimentos acessam às políticas públicas;	- Linha de base - Avaliação final - Dados estatísticos oficiais do IBGE e do IPECE - Relatórios do Sistema de M&A (Monitoramento e Avaliação) - Relatórios RMS (Relatório de Impacto-FIDA) - Pesquisas entre os beneficiários do Projeto; - Informações estatutárias das organizações e associações; - Registros das organizações beneficiárias; - Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais	- Descontinuidade na execução das políticas públicas de apoio à agricultura familiar; - Redução no crescimento econômico do país e do estado; - Mercados não absorvem a produção incremental; - Infraestruturas básicas e sociais não continuam a ser proporcionadas pelo governo; - O Projeto não aplica um bom sistema de focalização e implementa com sucesso suas atividades; - Secas ou mudanças climáticas não são geridas com medidas de adaptação adequadas; - Dificuldade de acesso a crédito de custo; - Os preços agrícolas não se mantêm favoráveis para os agricultores familiares; - Interferência na execução das atividades durante o período eleitoral. - Indisponibilidade de equipes de assessoria técnica para garantir serviços de qualidade;

	Agricultores familiares, outros pequenos produtores e suas organizações comunitárias e produtivas têm suas capacidades fortalecidas; Agricultores familiares e outros pequenos produtores se inserem de forma sustentável e rentável nas cadeias produtivas e mercados	• Nº de famílias beneficiárias de investimentos produtivos financiados pelo Projeto ; • Nº de famílias que acessam financiamento para investimentos produtivos de outras fontes (não oriundas do Projeto); • Nº de famílias que recebem investimentos para pequenos sistemas de irrigação ; • % dos empreendimentos associativos liderados por mulheres.		• Falta de interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas.
			• Linha de base; • Avaliação final; • Relatórios do Sistema de M&A; • Relatórios RIMS; • Informações estatutárias das organizações e associações; • Registros das organizações beneficiárias; • Entrevistas com beneficiários sobre a frequência e qualidade da assessoria técnica.	• Indisponibilidade de equipes de assessoria técnica para garantir serviços de qualidade; • A assessoria técnica não responde às necessidades do mercado; • Pouco interesse, participação e mobilização social das comunidades e das organizações econômicas; • Descontinuidade das atuais políticas de fortalecimento dos serviços públicos de assessoria
	Os beneficiários do projeto e suas organizações recebem assessoria técnica contínua e especializada;	• Nº de famílias que recebem capacitação em acesso às políticas públicas; • Nº de famílias beneficiárias de assessoria técnica (contínua e/ou especializada); • Nº de famílias rurais que recebem assessoria técnica contínua em fortalecimento organizativo, produção agrícola e não agrícola, gestão de negócios e acesso a mercados; • Nº de famílias rurais que recebem		
PRODUTOS				

	- assessoria técnica especializada - Nº de famílias jovens que recebem assessoria técnica; - Nº de líderes comunitários capacitados; % de mulheres e/ou jovens líderes comunitários capacitados; - Nº de organizações comunitárias e econômicas fortalecidas, com devida estrutura, governança e sistemas de gestão; - Nº de Planos de Desenvolvimento elaborados de maneira participativa; - Nº de Planos de Negócios elaborados e submetidos para consideração e financiamento do Projeto e de outras fontes; - Nº de jovens rurais que recebem capacitação e apoio para iniciar ou fortalecer iniciativas econômicas; - Nº de jovens capacitados para instalar-se como agricultores pleiteando acesso à terra; - Nº de profissionais provedores de assessoria técnica que recebem capacitação para melhoria dos serviços que fornecem; % de profissionais provedores de assessoria técnica são mulheres; % de aumento no volume da produção nas unidades familiares beneficiadas por investimento produtivo; % dos produtos gerados pelos investimentos produtivos passam por algum estágio de agregação de valor;	- Registros de produção e de vendas dos beneficiários; - Estudos qualitativos sobre a incorporação de novas tecnologias produtivas e manejo sustentável de recursos naturais.	técnica e extensão rural; - Mercados não absorvem a produção incremental; - Deficiência na infraestrutura básica para chegar aos mercados; - Pouco interesse e participação das comunidades e das organizações produtivas.
Organizações dos beneficiários fortalecidas para a produção, gestão e acesso a mercados	Jovens rurais desenvolvem suas capacidades para tomarem-se empreendedores e acessarem a terra;	Provedores de assessoria técnica têm suas qualificações melhoradas para prover um serviço de qualidade;	Os beneficiários do Projeto logram aumento da produção e produtividade, agregação de valor, melhora da qualidade dos produtos, diversificação, inovação e introdução de métodos de irrigação

	Os beneficiários do Projeto melhoram seu acesso aos mercados, incluindo mercados institucionais/compras públicas, e às políticas públicas para a agricultura familiar Agricultores familiares adotam práticas agroecológicas inovadoras e técnicas de produção sustentáveis	% de aumento na venda dos produtos dos beneficiários, resultado dos investimentos produtivos; % das famílias beneficiadas pelos investimentos produtivos acessam às políticas públicas como PRONAF (financiamento), Garantia Safra e/ou mercados institucionais/compras públicas (PNAE, PAA, PAA Leite, etc); % dos investimentos realizados aplicam práticas agroecológicas, de conservação dos solos ou de manejo sustentável do bioma caatinga.	- Sistema de Gerenciamento Financeiro; - WEB MAPP; Relatórios Internos	- Falta de recursos de outras fontes; - Baixa Execução; - Inadimplência.
INSUMOS	Recurso FECOP; Recurso Tesouro; Recurso FIDA; Recurso de outras fontes; Compra de equipamentos (carros, computadores e mobiliário); Contratação de pessoal (UGP e Escritórios Regionais).	% de recurso investido por fonte; Nº de veículos adquiridos; Nº de computadores adquiridos; Mobiliário adquirido; Nº de técnicos contratados.		



Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

PROJETO: Idoso Sujeito Pleno

MAPP 43

“STDS”

Março – 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Programa (PPA)	072 – Proteção Social Especial
Mapp (Nº e Denominação)	043 – Idoso Sujeito Pleno
Período de Execução (em 2016)	Março a Novembro
Categoria	Assistencial (Proteção Social Especial)

1. Descrição do Projeto

O presente projeto destina-se ao acolhimento de idosos em situação de abandono, vítimas de violência patrimonial, doméstica ou aqueles em situação de rua com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. O serviço integra a rede de Unidades da alta complexidade, da proteção social especial que oferta atendimento especializado às famílias e indivíduos em situações de risco pessoal e social, cujos direitos tenham sido violados; e/ou em situação de rompimento dos laços familiares e comunitários, em decorrência de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras. A proteção social especial funciona de modo hierarquizado, estando dividida em média e alta complexidade. A média complexidade tem como público-alvo os indivíduos e famílias com direitos violados, mas com os vínculos familiares e comunitários preservados. Esse nível de proteção tem como unidade de referência para oferta de seus serviços, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. A alta complexidade destina-se ao atendimento de famílias e de indivíduos em situação de violação de direitos cujos vínculos familiares e/ou comunitários foram rompidos ou pessoas que se encontram em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

Os Projetos financiados pelo Fundo de Combate à Pobreza – FECOP – objetivam a proteção social especial de crianças, adolescentes, idosos, mulheres e pessoas com deficiência que se encontram com seus direitos ameaçados ou violados, oferecendo-lhes proteção integral nas Unidades de Acolhimento Institucional vinculados à Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, através da Coordenadoria da Proteção Social Especial e executados pela Célula de Atenção à Alta Complexidade. Conforme o Plano Plurianual – PPA de 2016/2019 do Governo do Estado do Ceará, o Projeto se insere no Eixo Ceará Acolhedor; Programa 072 – Proteção Social Especial; Tema Estratégico- Assistência Social Objetivo: Garantir a oferta de serviços de proteção social especial no âmbito do SUAS, para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos e / ou rompimento de vínculos familiares e comunitários. Resultado Temático: Famílias em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com acesso aos direitos socioassistenciais garantidos. Indicador de Resultado temático: Percentual de Municípios com Serviços Socioassistenciais da Proteção Social Especial Cofinanciados. Iniciativa: 072.1.08 Manutenção da oferta de serviços especializados de Alta Complexidade.

3. Diagnóstico

Com base nos dados do Censo 2010, divulgados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a pirâmide etária brasileira se alterou sobremaneira nas últimas décadas. Em 1960, a porcentagem de Idosos equivalia a 4,7% da população. Já no ano 2000, os idosos representavam 8,5% da população total e em 2010 esta porcentagem subiu para 10,8% (www.fundep.com.br-Censo 2010- Aponta envelhecimento da população), tendendo a se ampliar cada vez mais. Em 50 anos, o percentual de Idosos mais que dobrou no Brasil. No estado do Ceará não tem sido diferente, a tendência de envelhecimento de sua população vem evoluindo. De acordo com o IBGE, do total de 8.452.381 de habitantes, 10,79% são representados por idosos - pessoas com mais de 60 anos - o que em números absolutos corresponde a um total de 909.475 pessoas 4,81% de homens e 5,95% de mulheres (IBGE 2010). A esse aumento são atribuídos dois fatores: o aumento da expectativa de vida, intimamente relacionado com a qualidade de vida; e a redução da taxa de natalidade no país. A expectativa de vida dos brasileiros, que é de 75 anos em 2013, saltará para 81 anos em 2060, sendo a média para mulheres de 84,4 anos e para homens 78,03 anos. As mulheres brasileiras têm menos filhos hoje do que há 10 anos. É o que indica levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. A taxa de fecundidade brasileira passou de 2,14 filhos por mulher, em 2004, para 1,74, em 2014, queda de 18,6%, aponta a Síntese de Indicadores Sociais 2015. O aceleração deste processo de envelhecimento populacional traz uma série de questões cruciais, que exigem investimentos em políticas públicas que permitam um envelhecimento saudável a este segmento, ou seja, viver mais e melhor. O Estatuto do Idoso, de 2003, vem na esteira dessas políticas que visam a garantia de condições dignas de vida e respeito à pessoa idosa. No pacto pela vida, de 2006, foi discutido o ciclo de envelhecimento populacional. Em Fortaleza, são 161.387 idosos, o que corresponde à 6,58% da população da capital, pelo censo de 2010. De acordo com dados do Ministério Público do Estado do Ceará, foram registrados 4.287 atendimentos de casos de idosos vitimizados por diversos tipos de violências, no período de 2006 a 2012, número que vem aumentando ano a ano (Fonte: Ministério Público do Estado do Ceará – Promotoria Geral de Justiça). Apesar dos indicadores, os direitos deste grupo etário emergente, como saúde, habitação, saneamento básico, trabalho e alimentação não vêm sendo assegurados como deveriam. Aliadas a estes fatores existem questões relacionadas à convivência familiar, locus privilegiado de proteção e acolhida que nem sempre conta com pessoas preparadas e disponíveis para esta função, considerando que a composição familiar e doméstica foi marcada por mudanças significativas que interferem nas questões psicossociais e relacionais dos seus membros. Referidas mudanças no país e no sistema familiar, inevitavelmente, diminuirão o número de familiares disponíveis para cuidar dos idosos, devido a redução das taxas de fertilidade, o número crescente de mulheres estudando e engajadas no mercado de trabalho, sem disponibilidade para este tipo de cuidado. A violência doméstica e patrimonial agrava ainda mais a vivência intrafamiliar. As mudanças operadas no interior da família, gerando, principalmente nas classes pauperizadas, a convivência transgeracional, impondo aos idosos, a convivência com bebês, crianças e adolescentes de forma intensa, leva a conflitos intrafamiliares muito intensos, no que tange aos hábitos de vida e valores. Isso contribui também para a situação de abandono e ruptura familiar a que muitos idosos estão sujeitos. Portanto, olhar a situação da pessoa idosa requer uma reflexão sobre o envelhecimento. Contudo,

pensar o envelhecer não é tarefa fácil, ocorrendo ainda grande desinformação sobre suas particularidades em nosso meio social. Poucas escolas no país, por exemplo, criaram cursos para auxiliar as pessoas mais velhas, e uma prova disso é que há bem pouco tempo o profissional que quisesse se especializar em Geriatria precisaria buscar conhecimentos específicos em países da Europa. O tratamento da questão apresentada neste projeto torna-se mais complexo quando percebemos que, paralelamente aos desafios culturais e ao referido crescimento demográfico, aumenta também o número de pessoas idosas expostas às mais diversas violações de seus direitos. A violência contra pessoas idosas apresenta-se como um dos mais graves problemas. Apresenta-se sob várias formas e em diferentes situações, dentre outros, como atos violentos sofridos no seio familiar, abandono em abrigos, perda de direitos próprios ao exercício da cidadania, segregação por idade, ostracismo e exclusão social. A literatura especializada aponta a omissão, negligência, impunidade, falta de conhecimento e de condições econômicas e psicossociais, bem como a precariedade das políticas públicas como fatores preponderantes no aumento da incidência de violação dos direitos da pessoa idosa. Ainda mais, cresce um tipo específico de violência, a violência financeira, dado à realidade de crescente endividamento de idosos por razão de empréstimos consignados. Esta realidade também está diretamente relacionada à situação de precariedade social e econômica, fruto da desigualdade social, que ainda atinge profundamente o país. A problemática da velhice, portanto, não está desvinculada da luta pelo reconhecimento dos direitos humanos, civis, sociais, políticos, bem como, e principalmente, da questão social mediada por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais. Nesta perspectiva, a pessoa idosa transforma-se gradativamente no contexto do desenvolvimento da sociedade capitalista em questão pública, requerendo políticas públicas efetivas do Estado, com participação de segmentos da sociedade civil organizada.

4. Justificativa

O projeto ora apresentado se configura como um dos serviços de atenção à alta complexidade e, como tais, garantidores de proteção integral - “moradia, alimentação, higienização, e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou, comunitário.” (Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004). O atendimento de assistência prestada ao idoso está regulamentado na Resolução nº109 do dia 11 de novembro de 2009 (Tipificação dos Serviços Socioassistenciais) sendo desenvolvido em duas modalidades: Unidade residencial e Instituições de Longa Permanência para Idosos – ILPIs. A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS propõe a continuidade da manutenção de uma ILPIs no âmbito da competência do Governo Estadual, visando serviços de acolhimento à população idosa vítima de violação de direitos (violência psicológica, física, patrimonial, abandono e negligência). O Estatuto da Pessoa Idosa, sancionado em 1º de outubro de 2003, através da Lei 10.741, regula os direitos assegurados às pessoas maiores de sessenta anos, materializados através de ações, serviços e programas que garantam os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais deste segmento. A Unidade de Abrigo segue as normatizações desse Estatuto, no que tange ao capítulo II, artigo 48 à 50, referente às responsabilidades do atendimento ao Idoso, que devem ser efetivadas em parceria com entidades não governamentais na modalidade de Acolhimento Institucional.

Diante do exposto, o Projeto ora apresentado prevê a manutenção da Instituição de Longa Permanência - ILPIs, Unidade de Abrigo dos Idosos, o qual acolhe pessoas idosas com direitos ameaçados ou violados, apresentando diferentes graus de dependência e necessidades, garantindo-lhes a convivência com familiares, quando existir algum vínculo, ou com pessoas de referência. A Unidade em epígrafe segue as normas de Vigilância Sanitária, assegurando a melhoria da qualidade de vida de seus usuários, dispensando-lhes uma atenção personalizada. Salienta-se que está em conclusão a construção de um espaço mais amplo, seguindo todas as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT de acessibilidade, segurança e salubridade. Estudos comprovam que, manter o idoso ativo ajuda a preservar funções cognitivas, além de preservar a autonomia em relação às atividades do dia a dia, tais como: cuidados com a saúde, com a higiene pessoal e da casa. Portanto, é importante oportunizar acesso às atividades culturais, educativas, lúdicas e de lazer na comunidade, considerando a necessidade de manter o idoso ativo e participante da vida comunitária.

5. Histórico

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes) (*)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2007	954.169,67	-	954.169,67	197
2008	1.840.691,89	-	1.840.691,89	203
2009	1.557.361,09	-	1.557.361,09	188
2010	1.681.190,70	-	1.681.190,70	182
2011	1.752.453,87	-	1.752.453,87	174
2012	1.811.773,31	-	1.811.773,31	152
2013	2.000.000,00	-	1.977.024,72	138
2014	1.999.185,89	-	1.999.177,54	134
2015	2.977.512,00	-	1.942.745,35	99
TOTAL	16.574.338,42	-	15.516.588,14	1467

6. Público Alvo

- Atender 110 Idosos vítimas de violência intrafamiliar, negligência e abandono, encaminhados pelo Ministério Público.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

- Idosos vítimas de violência doméstica, patrimonial e abandonados, encaminhados pelo Ministério Público.

6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

- A Assistência Social é uma Política Pública ofertada de forma universal a quem dela necessitar, face a determinadas situações sociais e quando identificadas as demandas legítimas de proteção. Com base nisto, a comprovação da situação de pobreza não é fator determinante para que o idoso seja acolhido, não sendo a sua condição financeira critério que defina a necessidade de sua proteção integral, e sim a submissão à situação de

violação de direitos e ruptura de vínculo familiar.

7. Objetivos (Geral e Específico)

Geral:

- Acolher idosos em situação de abandono e violação de direitos assegurando-lhes assistência integral.

Específicos:

- Acolher idosos, oferecendo-lhes assistência integral em Instituição de Longa Permanência;
- Promover, quando possível, a reinserção familiar dos idosos;
- Garantir o acesso às atividades de lazer, cultura, pedagógica e ocupacional;
- Garantir atendimento psicossocial e de saúde;
- Articular os serviços em rede socioassistencial, de educação e saúde.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades:

8.1. Atividades realizadas em anos anteriores

a) Elaboração de Termo de Referência

A Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social abriu Edital de chamada Pública para selecionar entidades objetivando gerenciamento da Unidade executora do serviço.

b) Realização do acolhimento dos idosos

Recepção e acolhimento dos idosos com direitos ameaçados ou violados, apresentando diferentes graus de dependência e necessidades, garantindo-lhes a convivência com familiares, quando existe algum vínculo, ou com pessoas de referência.

c) Acompanhamento às famílias

Realização de reuniões e visitas familiares, sempre que necessário, pelos profissionais do Serviço Social da Unidade, com vistas à manutenção de vínculo entre os idosos e seus familiares.

d) Acompanhamento aos acolhidos

Realização de atendimentos individuais, proporcionando escuta qualificada com participação de toda equipe multidisciplinar para melhor encaminhamento do caso. Desenvolvimento de atividades de lazer e cultura, visando a convivência familiar e comunitária, interação social e elevação da autoestima, através de acompanhamento técnico da Unidade, prestando apoio psicossocial e pedagógico.

e) Articulação com a rede socioassistencial, de saúde e de justiça

Efetuada visitas institucionais no intuito de fortalecer e articular parcerias, solucionar e esclarecer casos, bem como conhecer diferentes instituições e a fim de melhor compreender o trabalho desenvolvido por cada uma, objetivando o engajamento dos idosos no que for pertinente. Encaminhado idosos para o sistema de justiça, a saber, ao Ministério Público, sempre que necessário, visando superação da situação de acolhimento

f) Firmar parceria com a sociedade civil

Estabelecido parcerias com órgãos não governamentais para realização de atividades lúdicas, recreativas com os acolhidos.

8.2. Atividades a serem realizadas no ano de 2016

Por ser um Projeto de continuidade, não haverá alteração nas atividades a serem realizadas, devendo, portanto, permanecerem as mesmas dos anos anteriores.

8.3. Atividades previstas para anos posteriores

Por ser um Projeto de continuidade, não haverá alteração nas atividades a serem realizadas, devendo, portanto, permanecerão as mesmas.

9. Produtos

Produtos	Quantidades	Fontes de Verificação
Idosos Acolhidos	110	Livro de Registro
Acompanhamento às famílias	24	Relatórios e livro de registro
Acompanhamento aos acolhidos	110	Estatística do serviço, relatórios e livro de registros
Articulação com a rede socioassistencial, de saúde e de justiça	114	Relatórios e Estatística do serviço e relatórios
Parceria com a sociedade civil	04	Estatística do serviço

10. Metas (2016)

- 01 Termo de Referência elaborado;
- 110 Idosos acolhidos no Abrigo do Idoso;
- 24 Famílias acompanhadas;
- 114 Articulações com a rede socioassistencial, de saúde e de justiça, 04 Parcerias com a Sociedade Civil.

11. Resultados Esperados

- Idosos com direitos ameaçados/violados protegidos integralmente, através de assistência integral em Instituição de Longa Permanência;
- Reinserção familiar dos idosos;
- Atividades de lazer, cultural, pedagógica e ocupacional dirigidas aos acolhidos;

- Garantia de atendimento aos idosos, quanto aos serviços da rede socioassistencial, de educação e saúde.

12. Integração de Ações

As ações desenvolvidas na Unidade de Acolhimento de Idosos são integradas às diversas ações da própria Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, através da intersectorialidade entre as demais políticas públicas desenvolvidas, como segurança alimentar, trabalho e a proteção social básica. Com relação às setoriais do Estado envolve em suas atividades a Secretaria de Saúde do Estado e município, Secretaria de Educação, Secretaria da Cultura, considerando que os atendimentos no abrigo devem ser, preferencialmente, na comunidade, conforme consta no Estatuto do Idoso, “o atendimento deve ser preferencialmente na comunidade” art.49, inciso IV. As parcerias não se encerram com os órgãos governamentais, chegam à sociedade civil organizada, empresas privadas e particulares que se mobilizam, no sentido de proporcionarem uma acolhida prazerosa aos idosos. Ressalta-se ainda a parceria com as universidades públicas e privadas do Estado, sendo campo de estágio para universitários. As ONG's Risonho e Sorriso Grisalho (UFC) realizam um trabalho sistemático na Unidade, respectivamente na área de esporte e odontologia. Recentemente, foi assinado um termo de cooperação técnica entre a Associação Braços Abertos e o abrigo.

13. Monitoramento

O monitoramento na Unidade de Acolhimento Abrigo do Idoso constituem-se uma responsabilidade dos assessores da Célula de Atenção à Alta Complexidade, vinculada à Coordenadoria da Proteção Social Especial. São realizadas visitas mensais de acompanhamento a esta Unidade, as quais são registradas em um questionário semiestruturado que posteriormente é transformado em relatório técnico para avaliação do desempenho do projeto, possibilitando aos gestores identificar e tomar medidas corretivas nas áreas técnicas e administrativa, contribuindo para a eficácia, eficiência e efetividade dos serviços. Mensalmente são encaminhadas estatísticas à STDS, com dados referentes às atividades desenvolvidas com os idosos admitidos e desligados, sendo feita análise destes dados pela equipe da Célula.

13.1. Dados Utilizados

A Coleta de Dados dos Serviços de Acolhimento Institucional é realizada através do Núcleo de Informação e Cadastro vinculado à Assessoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – ADINS. As informações são encaminhadas mensalmente pela unidade, através do preenchimento dos formulários estatísticos. O referido Núcleo condensa as informações e publiciza pela internet, dando transparência à sociedade dos dados referentes às Unidades de Acolhimento Institucional e atendimentos socioeducativos. Será implantado um sistema de monitoramento em todas as Unidades dos Serviços de Acolhimento Institucionais com dados referentes a cada acolhido e sua família, que modernizará a coleta de dados e disponibilizará informações diversificadas sobre o serviço e seus usuários.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

Os idosos recebidos no Abrigo do Idoso são cadastrados em um prontuário onde constam informações pessoais e familiares necessárias ao desenvolvimento do trabalho, tais como: nome, idade, escolaridade, se é beneficiário de algum programa social, nome e endereço de familiares, números dos documentos como CPF e RG, etc. A anamnese é alimentada à medida que surgem novas informações e sempre que necessário. Cada setor da Unidade mantém registro acerca das necessidades do acolhido, bem como grau de dependência, medicações e procedimentos médicos necessários. Os prontuários são arquivados na própria Unidade.

14. Pressupostos de Risco

- Número de acolhimento/encaminhamento maior do que a capacidade da unidade;
- Encaminhamentos fora do perfil de acolhimento.

15. Orçamento - 2016

(R\$1,00)

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1. Material de Consumo			
Elemento de Despesa (339030)	124.820,80	-	124.820,80
1.2. Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (339039)	98.529,16	-	98.529,16
1.3. Contribuições-Transferências			
Repasse para Entidade (335041)	1.726.650,04	-	1.726.650,04
TOTAL	1.950.000,00	-	1.950.000,00

16.Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jan R\$	Fev R\$	Mar R\$	Abr R\$	Mai R\$	Jun R\$
Despesas correntes Cod. (339030) Cod. (339039) Cod. (335041)	-	-	487.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00
Total (R\$)	-	-	487.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00

Jul R\$	Ago R\$	Set R\$	Out R\$	Nov R\$	Dez R\$	Total R\$
162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	325.000,00	-	1.950.000,00
162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	325.000,00	-	1.950.000,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (*) (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	Região 3 Grande Fortaleza	Fortaleza	1.950.000,00	-	110
Total			1.950.000,00	-	110

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria da Proteção Social Especial – CPSE / Célula de Atenção à Alta Complexidade - CAAC
Técnico Responsável	Rita de Cássia Sidney Marques
E-mail	rita.marques@stds.ce.gov.br
Fone	3101 4608
Articuladora	Glória Francisca Burlamaqui Carvalho
E-mail	gloria.burlamaqui@stds.ce.gov.br
Fone	3101 4568

ANEXO I

Marco Lógico do Projeto

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	- Redução do nº de idosos em situação de violação e ameaça de direitos. - Idosos reintegrados à família. - Idosos com suas funções cognitivas preservadas.	- Número de idosos em situação de violação e ameaça de direitos acolhidos - Número de Idosos que retornaram à família. - Número de Idosos hígidos.	- Estatísticas mensais. - CEMARIS. - Relatórios de acompanhamento. - Avaliação de saúde.	- Demanda superior à meta atendida.
Resultados	- Idosos acolhidos e protegidos integralmente.	- Número de Idosos acolhidos.	- Estatísticas mensais. - Relatórios de acompanhamento.	- Não adesão ao acolhimento.
Produtos	- Encaminhamentos realizados com a rede socioassistencial, de saúde e sistema de justiça.	- Número de acolhidos atendidos pela rede socioassistencial, de saúde e sistema de justiça.	- Relatórios de acompanhamento.	- Falta de atendimento na rede Socioassistencial, de saúde e sistema de justiça.
Atividades	- Realizar acompanhamento dos Idosos.	- Número de acompanhamentos realizados.	- Estatísticas mensais. - Relatórios de	- Impossibilidade na localização de familiares

	-Acompanhar as famílias. -Estabelecer parcerias com a sociedade civil.	- Número de famílias acompanhadas. - Número de parceiros estabelecidos com a sociedade civil.	acompanhamento.	dos acolhidos.
Insumos	-Recursos Humanos. -Recursos financeiros do FECOP. Abrigo mantido	-Número de profissionais envolvidos com o projeto. -% de execução dos recursos programados. Número de abrigo mantido	-Frequências mensais. Prestação de contas. Registros do abrigo	-Recursos insuficientes frente a demanda maior que a oferta de vagas.



Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS

PROJETO: Sociedade Justa e Segura

MAPP 262

“STDS”

Fevereiro - 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Programa (PPA)	072 – Proteção Social Especial
Mapp (Nº e Denominação)	262 Projeto Sociedade Justa e Segura
Período de Execução	Março a Dezembro de 2016
Categoria	Projeto Assistencial – Proteção Social Especial

1. Descrição do Projeto

O Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta é uma instituição localizada em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, com atuação também nos municípios de Itaitinga e Limoeiro do Norte. Há 42 anos oferece as condições básicas de sobrevivência e desenvolvimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade econômica e social da periferia de Fortaleza e de vários municípios cearenses. As condições básicas são a proteção social especial de média e alta complexidade, a educação básica (ensino fundamental e médio) e educação para a qualificação profissional do nível básico ao técnico, além da incorporação em seu quadro de funcionários de alguns alunos com reconhecida aprendizagem e amadurecimento, oportunizando a aquisição da primeira experiência de trabalho. Ao longo de quatro décadas sempre buscou inovar na prestação de serviços relevantes aos mais jovens, impactando fortemente não apenas nos setores da economia (educação, metalmecânica, informática, agrozootecnia, música, etc.), mas principalmente, nas regiões de intervenção. Incontáveis são as áreas de atividade produtiva e as localidades nas quais é possível encontrar ex-alunos que iniciaram, desenvolveram-se e se formaram profissionais qualificados no Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta. O diferencial do trabalho realizado pelo Piamarta é a dedicação prioritária aos mais vulneráveis socialmente e economicamente – contingente de maior expressão e com o qual, desde que incluídos ao invés de excluídos, espera-se um desenvolvimento ainda maior da atividade econômica –, e a certeza de que todos tem potencial para desenvolver capacidades e habilidades. É com esse espírito de trabalho e compromisso social que o Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta busca estabelecer uma parceria estratégica com o Governo do Estado do Ceará, através do Pacto por um Ceará Pacífico –, a fim de conseguir apoio para impactar positivamente a realidade do município de Fortaleza, através da educação, qualificação profissional e efetivação de Direitos, visando a melhoria dos indicadores sociais. O presente projeto intervirá no município de Fortaleza e Região Metropolitana com elevados índices de pobreza e criminalidade, apresentando ações educativas e sociais como medida de prevenção à violência. A população de Fortaleza vivencia contextos de violência e pobreza interligados e no centro desta problemática estão adolescentes e jovens com precárias condições de desenvolvimento. Ainda que tenham ocorrido avanços sociais e econômicos nas políticas públicas, os níveis de desigualdade permanecem condicionando os indicadores de criminalidade, nos quais os adolescentes se inserem em menor proporção como autores e em grande parte como principais vítimas. Na mídia de massa, a repetição de notícias sensacionalistas sobre crimes cometidos por adolescentes e jovens ofuscam a realidade das

estatísticas que apontam esse grupo social como o mais vulnerável à violência, sendo a letalidade por arma de fogo a principal causa de morte de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos. O fortalecimento de ações do Estado em parceria com instituições sociais e famílias favorece a implementação de medidas preventivas e efetivação de medidas socioeducativas que possam resgatar o potencial de adolescentes como cidadãos reprodutores de uma Cultura de Paz nas comunidades onde vivem. Neste sentido, o Piamarta reafirma o papel fundamental da Educação como transformadora da realidade sobre a qual atua. A proposta apresentada aqui tem como objetivo atender 200 adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade social e econômica, através do Programa de Tempo Integral, proporcionando acesso à Educação Básica de qualidade, qualificação profissional, atividades artísticas e acompanhamento socioassistencial. O grande diferencial desta proposta é a garantia de 50 vagas destinadas a adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e outros 50 em cumprimento de Liberdade Assistida, para os quais serão proporcionadas 10 vagas em acolhimento institucional. A metodologia inclusiva, priorizando o sigilo e atenção necessários a esse público, favorecerá o processo de socialização e desenvolvimento pessoal dos mesmos. Não obstante o apoio fundamental do Governo do Estado, o projeto contará com a ajuda direta da equipe técnica e, além da própria Instituição proponente, com a ajuda de parceiros como a Operazione Lieta ONLUS. Com investimentos de R\$ R\$ 1.244.223,06 e com tempo de um ano de intervenção, espera-se que o projeto possa transformar positivamente a realidade social em que se encontram os adolescentes no município de Fortaleza, ao mesmo tempo em que se fortalece para continuar por muitos anos o trabalho de prevenção e garantia de direitos. É, pois, com um plano e uma certeza que o Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta espera, ao lado do Governo do Estado do Ceará busca focar cada momento como oportunidade irrevogável para a construção de uma sociedade melhor.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto terá um impacto importante para efetivação de políticas públicas na área de Desenvolvimento Social do Governo do Estado do Ceará inserindo-se no eixo Ceará Acolhedor pela diretriz setorial de População em situação de vulnerabilidade e risco com garantia de Assistência Social, contribuindo para os indicadores de adolescentes e jovens com oportunidade de inserção social. As ações previstas no projeto estão vinculadas ao Programa 072 Proteção Social Especial – Assistência Social, objetivando garantir a oferta de serviços de proteção social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS para famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social por violação de direitos e/ou rompimento de vínculos familiares e comunitários. Atuará diretamente com prevenção de situações de risco social e inclusão de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa (L.A.) e também destinará atividades específicas às famílias e autoridades de segurança pública locais, visando à sensibilização para temáticas pautadas nas ações intersetoriais do Pacto pelo Ceará Pacífico do Governo do Estado do Ceará. O projeto favorecerá a conscientização de agentes sociais para o combate à violência através da promoção da Cultura de Paz e Garantia de Direitos ao invés da privação da liberdade. As ações implementadas possibilitarão efeitos positivos nos numerosos aspectos da vida social dos territórios de intervenção. As atividades de formação para os adolescentes moradores dos bairros com alto índice de criminalidade

contribuirão para a transformação desta realidade ao oferecer alternativas diferentes e saudáveis para suas vidas. Espera-se como resultado a internalização, por parte dos beneficiários, de valores éticos, conscientização de seus direitos e deveres e maior responsabilidade na forma como se socializam nas comunidades em que vivem. A experiência amadurecida pela proponente até hoje, no âmbito da Educação e de intervenções sociais, em especial com os públicos mais vulneráveis do Município de Fortaleza, faz com que toda atividade prevista pelo projeto seja realizada com foco no desenvolvimento de uma sociedade mais justa e com alternativas sustentáveis de desenvolvimento para os mais desfavorecidos.

3. Diagnóstico

O Art. 227, Capítulo VII da Constituição Federal de 1988, estabelece que toda criança e adolescente possui direitos fundamentais que possibilitam a vida, o convívio em sociedade e o pleno desenvolvimento das capacidades a partir da educação e da profissionalização, e que a educação, disposta no Art. 205, Capítulo III, deve visar também a qualificação para o trabalho. Não obstante toda garantia normatizada pela Constituição aos mais jovens, presente também no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sabe-se que o Brasil é marcado por fortes desigualdades sociais entre regiões, estados e cidades, entre as áreas urbana e rural, etc. A região Nordeste possui os piores índices de desenvolvimento humano em comparação com as outras regiões brasileiras, esse dado implica na escassez de condições adequadas para uma vida boa e justa, assim como indica, ao mesmo tempo, que as condições da educação são igualmente desfavoráveis aos adolescentes. No que concerne à situação econômica e considerando os dados do PNAD 2007, 50,2 milhões é a população jovem do Brasil (faixa etária de 15 a 29 anos), 30% dos jovens são pobres e veem de famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo e 54% vivem em famílias com renda inferior a dois salários mínimos. Já com relação à educação, os dados do PNAD 2009 revelam que, no Brasil, entre a população com 15 anos ou mais, o índice de analfabetismo é maior na região Nordeste – quase o dobro do nacional –, ainda que de 2007 a 2011 este índice tenha sofrido queda de 19,9% a 19,4%. Segundo dados do Censo 2010, no Estado do Ceará 1.502.924 famílias possuem rendimento mensal per capita igual ou inferior a R\$ 70,00, o que indica que 17,8% da população cearense encontra-se em situação de extrema pobreza. Do total de extremamente pobres no Ceará, cerca de 1,5 milhão de pessoas, Fortaleza reúne por volta de 8,9% desse valor, apresentando a maior participação dentre os 184 municípios do Estado. Tais informações confirmam as estimativas de que tanto o jovem em nível de Brasil como, principalmente, aqueles residentes nas regiões mais pobres, encontram-se em difícil situação ainda que seja possível identificar alguns progressos. Fatores como pobreza e baixa escolaridade, bem como as rupturas de vínculos familiares e comunitários colaboram para o agravamento do cenário de violência e criminalidade nas grandes capitais, tendo como público mais vulnerável os adolescentes. Segundo dados do Mapa da violência de 2014, na população não jovem só 2% dos óbitos foram causados por homicídio e entre os jovens os homicídios foram responsáveis por 28,8% das mortes acontecidas no período 1980 a 2012. Ao longo dos diversos mapas que vêm sendo elaborados desde 1998, emerge uma constante: a elevada proporção de mortes entre adolescentes e jovens do sexo masculino nos diversos capítulos da violência letal do país, principalmente quando a causa são os homicídios. As estatísticas do Mapa da Violência de 2012 mostram que pertenciam

ao sexo masculino 91,6% das vítimas de homicídio na população total e, ainda mais entre os jovens, 93,3%. As regiões com os maiores índices de violência foram Nordeste, onde morreram 73,3 jovens a cada 100 mil, e Centro-Oeste, com a média de 65,3. Em relação aos estados, Alagoas, Espírito Santo e Ceará lideram o ranking de mortalidade de pessoas de 16 e 17 anos. Nos casos em que os adolescentes são os autores da violência, surge a problemática da superlotação nas Unidades de Internação e as condições precárias para ressocialização dos internos. Segundo o Fórum Nacional de Segurança Pública, apenas 1% dos homicídios são cometidos por adolescentes. Embora as infrações leves constituam o maior percentual praticado pelos adolescentes (39%) e infrações graves como homicídios (9%), estupro e latrocínios (4%) ocorram em número bem reduzido, os dados do Mapa do Encarceramento de 2012, apontam que, dos 20.500 adolescentes que praticaram atos infracionais, 13.674 destes foram internados em regime de privação de liberdade. Dessa forma, a resposta aos índices de violência é reduzida à punição ignorando como causas que geram o problema as falhas nos investimentos em educação, moradia, trabalho, dentre outros direitos fundamentais. O cenário supracitado é a realidade na qual o projeto busca intervir, mais precisamente sua área de abrangência será o município de Fortaleza e Região Metropolitana.

4. Justificativa

Para “Minayo e Sousa” a violência é um fenômeno que requer a colaboração interdisciplinar e ação multiprofissional, alerta para os riscos de reducionismo e necessidade de uma ação pública. Aqui, não podemos deixar de considerar o abandono e a negligência como formas de violência contra a criança e adolescentes. Fatores como baixa escolaridade, pobreza e estrutura familiar abalada colaboram para agravar o cenário de violência, tendo como público mais vulnerável as crianças e adolescentes. Segundo o Censo de 2010, crianças e adolescentes representam 22,6% da população total de Fortaleza, desse percentual 11,5% na faixa etária de 6 a 14 anos não sabem ler e nem escrever, 50% vivem com menos de $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês e 19,8%, na extrema pobreza. Embora com os avanços de políticas sociais a pobreza tenha diminuindo, grande parte da população permanece em situação de vulnerabilidade e risco social. Haja vista que o crescimento do índice de criminalidade e violência é diretamente proporcional ao índice de crescimento econômico. É nesse cenário que o projeto busca intervir. Em resumo, a questão social trabalhada é o alto índice de violência associado às condições de pobreza e vulnerabilidades em que se encontram adolescentes e jovens do Estado do Ceará. O projeto visa, então, promover a educação, qualificação profissional e atividades artísticas, esportivas e socioeducativas para efetivação de direitos e construção da Cultura de Paz, colaborando para formar uma sociedade mais justa, responsável e segura. Comprometido com a transformação positiva da realidade social, no Ceará, o Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta, há 42 anos, iniciou as suas ações com o objetivo de proporcionar melhores condições de desenvolvimento humano e social para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social promovendo atividades preventivas ao agravamento de situações de negligência, violência, e ruptura de vínculos. Para tanto, busca oferecer a estes adolescentes, educação e promoção social, através de ações continuadas em contra-turno escolar, atividades artísticas, esportivas e socioeducativas, atendendo às suas demandas e contribuindo para a formação de cidadãos com valores sólidos, e uma visão de mundo mais solidário e fraterno. Entre

as experiências mais significativas se destaca o Programa de Assistência Social com proteção social básica e de média e alta complexidade, realizado desde o início e com milhares de crianças e adolescentes atendidos. Nosso Marco referencial/teórico está ancorado nos 3(três) pilares da ação infatigável de nosso educador-fundador, Beato Padre João Piamarta (1841-1913), o qual deve orientar-se no cuidado dos jovens, do mundo do trabalho e da família, bem como de uma ação educativa caracterizada pela boa preparação do ponto de vista da profissão e da relação interpessoal positiva a estabelecer com cada jovem, contribuindo assim, para o desenvolvimento de um fazer pedagógico capaz de unir a ação e reflexão, cuja práxis estimule o estudo, a pesquisa e o conhecimento científico propostos pelas Diretrizes do Ensino Nacional Brasileiro. Em se tratando de formação, procuramos proporcionar o desenvolvimento integral ao público atendido, preparando para uma convivência sadia e um satisfatório desempenho na fase de escolarização em que se encontram, por intermédio de atividades que os tornem mais participativos, responsáveis, independentes, socializados, que gostem do que é belo, com senso estético mais desenvolvido, assumindo uma postura ética, crítica e solidária na sociedade, para transformá-la em seus diversos aspectos.

5. Histórico

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2007	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2009	-	-	-	-
2010	-	-	-	-
2011	-	-	-	-
2012	-	-	-	-
2013	-	-	-	-
2014	-	-	-	-
2015	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

6. Público Alvo

Os beneficiários diretos do Projeto são 200 adolescentes na faixa etária de 12 a 17 anos, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social. Destes, 100 serão selecionados diretamente pela própria entidade e deverão ter renda familiar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo; dos outros 100 adolescentes, 50 são egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e outros 50 em cumprimento de Liberdade Assistida, para os quais serão garantidas 10 vagas para o serviço de acolhimento institucional.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

- Adolescentes de ambos os sexos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal de acordo com a Resolução CNAS 109/2009;

- Cadastro socioeconômico, entrevistas e visitas domiciliares da equipe técnica do Centro Educacional da Juventude Pe. João Piamarta;
- Encaminhamentos do Conselho Tutelar;
- Encaminhamentos do CREAS;
- Encaminhamentos realizados pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS.

6.2. Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

Aos 100 adolescentes selecionados diretamente pela entidade, serão cobrados os seguintes documentos:

- I- fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais;
- II- fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais;
- III- comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal;
- IV- comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário mínimo por membro do núcleo familiar.

À inclusão dos outros 100, encaminhados pela STDS, não se aplicam os critérios supracitados, devendo apenas, para tanto, serem egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo ou estarem em cumprimento de Liberdade Assistida.

7. Objetivos (Geral e Específicos)

7.1 Objetivo Geral:

- Contribuir para a redução do índice de violência e criminalidade entre adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em conflito com a Lei e egressos do Sistema de Atendimento Socioassistencial, oferecendo educação básica, apoio socioassistencial e atividades complementares como medida de prevenção social e segurança pública no Estado do Ceará.

7.2 Objetivos Específicos:

- Oferecer educação básica e cursos profissionalizantes, atividades artísticas, esportivas e socioeducativas para 200 adolescentes do Estado do Ceará, em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, dentre estes, 50 adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e outros 50 em cumprimento de Liberdade Assistida, para os quais serão garantidas 10 vagas em serviço de acolhimento;
- Realizar atividades de Mediação de Conflitos, Garantia de Direitos,

Protagonismo Juvenil, Redução de Danos e Promoção da Cultura de Paz para 200 adolescentes do Estado do Ceará em situação de vulnerabilidade, dentre estes, 50 adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e outros 50 em cumprimento de Liberdade Assistida, estendendo o atendimento aos familiares/responsáveis através de atividades específicas;

8. Atividades / Detalhamento das atividades

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

Observação: O projeto será financiado pela primeira vez em 2016.

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

As ações propostas pelo Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta seguem uma lógica de intervenção fortemente centrada no autodesenvolvimento e na efetivação de direitos. O compromisso em intervenções de caráter educacional e transformador é fruto de uma avaliação dos interesses da proponente, dos beneficiários e de autoridades da área de Segurança Pública. Para tanto, as atividades serão executadas com foco na prevenção da violência, desenvolvendo as temáticas de Mediação de Conflitos e Cultura de Paz junto às famílias e autoridades da área de segurança pública, reservando-se momentos específicos para troca de ideias com o público alvo sobre os temas abordados.

Abaixo segue quadro demonstrativo das atividades.

DETALHAMENTO DAS ATIVIDADES				
Atividade	Forma de execução	Carga Horária	Periodicidade	Responsáveis
Educação Básica e Reforço Escolar:	Acompanhamento diário do rendimento nas atividades do ensino regular.	4h	Diário	Diretora da Escola; Professores; Coordenadora do Sistema de Tempo Integral
Cursos profissionalizantes	Aulas teóricas e práticas do curso em Desenhista Técnico	720h	Semestral	Coordenador de cursos profissionalizantes; Professor de Desenho Técnico
	Aulas teóricas e práticas do curso em Auxiliar de Eletrônica	720h		Coordenador de cursos profissionalizantes; Professor de Auxiliar de Eletrônica
	Aulas teóricas e	720h		Coordenador de cursos

	práticas do curso em Manutenção de Computadores			profissionalizante s; Professor de Manutenção de Computadores
	Aulas teóricas e práticas do curso em Informática Avançada	720h		Coordenador de cursos profissionalizante s; Professor de Informática Avançada
Atividades Artísticas	Atividades de Artesanato, Música, Dança e Teatro realizadas em contra turno escolar, visando o desenvolvimento de habilidade e apreciação de linguagens artísticas, bem como o despertar de potencialidades	8h	Semanal	Coordenadora do Sistema de Tempo Integral; Professores de Artesanato, Música, Dança e Teatro
Atividades Esportivas	Atividades de Capoeira, visando o desenvolvimento físico e lazer através da prática esportiva	8h	Semanal	Coordenadora do Sistema de Tempo Integral; Professor de Capoeira
Atividades Socioeducativas	Oficinas temáticas com foco na Garantia de Direitos, Redução de Danos,	8h	Semanal	Coordenadora do Sistema de Tempo Integral; Palestrante de ONG com expertise específica na área

	Cultura de Paz e Protagonismo Juvenil.			
Mediação de Conflitos	Exposições dialogadas sobre Mediação de Conflitos executadas em grupos, através de debates, dinâmicas e estudos de caso; Atendimentos individuais de acordo com as demandas observadas	4h	Semanal	Coordenadora do Sistema de Tempo Integral; Palestrante de ONG com expertise específica na área
Acompanhamento Socioassistencial	Encaminhamentos a serviços públicos de saúde, educação, proteção, dentre outros, de acordo com as demandas observadas	--	Diário	Coordenadora do Setor de Assistência Social
Atividades Específicas com Beneficiários Indiretos	Atividades temáticas sobre Mediação de Conflitos e Cultura de Paz com os responsáveis dos beneficiários diretos do projeto	3h	Mensal	Coordenadora do Sistema de Tempo Integral; Palestrante de ONG com expertise específica na área
Proporcionar Acolhimento	Proporcionar acolhimento	24h	Diário	Coordenadora do Sistema de Tempo Integral;

	para 10 adolescentes do público egresso do Sistema de Atendimento Socioeducativo e em cumprimento de Liberdade Assistida			Coordenadora do Setor de Assistência Social; Educadores sociais
--	--	--	--	---

8.3 Atividades Previstas para Anos Posteriores

Trata-se de uma ação piloto que poderá ter continuidade em função dos resultados apresentados.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Adolescentes engajados em atividades educativas, profissionalizantes, artísticas, esportivas, e socioeducativas.	200	Listas de frequência; Relatórios de acompanhamento.
Adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e em cumprimento de Liberdade Assistida engajados em serviços de educação, saúde e socioassistencial e lazer.	100	Listas de frequência; Quantidade de encaminhamentos; Relatórios de acompanhamento.
Adolescentes atendidos integralmente em regime de acolhimento institucional.	10	Relatórios de acompanhamento.

10. Metas

- Atender em Sistema de Tempo Integral 200 adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, proporcionando atividades educativas, profissionalizantes, artísticas, esportivas e socioeducativas;
- Atender 100 adolescentes — 50 em cumprimento de Medida Socioeducativa na modalidade Liberdade Assistida e 50 egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo — em serviços e atividades ofertadas pela instituição;
- Acolher 10 adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto (L.A.).

11. Resultados Esperados

- R.1.1 100% de adolescentes concluindo a formação básica com qualidade;
- R.1.2. 100% de adolescentes capacitados profissionalmente;
- R.1.3. 100% de adolescentes sensibilizados em linguagens artísticas;
- R.1.4. 100% dos adolescentes em boas condições físicas e com relações interpessoais melhoradas por meio da prática esportiva;
- R.2.1. 100% de adolescentes empoderados acerca de seus direitos e deveres;
- R.2.2 100% das famílias envolvidas em atividades específicas, como corresponsáveis na construção de uma Cultura de Paz;

12. Integração de Ações

Com experiência comprovada nacionalmente e internacionalmente por órgãos públicos e privados pela eficácia na qualificação dos serviços oferecidos aos seus beneficiários e consequente atuação dos mesmos em âmbitos locais, regionais e nacionais, o Piamarta há 42 anos desenvolve trabalhos sociais na área de educação e garantia de direitos de crianças e adolescentes. A proponente exercitará a função de controle interno sobre a progressiva realização da intervenção, através dos constantes e periódicos controles sobre o cronograma de realização das atividades propostas. O Coordenador das atividades pedagógicas e socioeducativas deverão fazer relatórios descritivos sobre o estado do progresso das ações previstas. A estratégia de monitoramento do projeto referente ao cronograma operativo, prevê específicas missões de monitoramento e avaliações parciais e no final de 1 ano de projeto, com a finalidade de verificar:

- Engajamento e participação dos beneficiários;
- Conteúdos abordados nas atividades temáticas;
- Frequência e participação dos familiares e/ou responsáveis;
- Sistematização de conteúdos socioeducativos e artísticos produzidos durante as oficinas;
- Diálogo com autoridades locais da área da segurança pública para prevenção e sensibilização acerca das temáticas abordadas no projeto (ECA, Cultura de PAZ, Mediação de Conflitos);
- Quantidade e qualidade de encaminhamentos realizados nos âmbitos sociais e profissionais;

A proponente que em todas as fases do programa se ocupará da execução, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas. O papel dos beneficiários envolvidos nas ações do projeto (atores, agentes sociais, grupos de beneficiários e autoridades locais) ficará assim definido:

- **Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta:**

Garantirá o bom funcionamento do projeto e socialização de resultados alcançados;

Manterá as relações formais e substanciais com o Governo (gestão administrativa, relações intermediárias e finais);
Efetuará constante monitoração da ação cuidando para as atividades sejam executadas com qualidade e focadas nos objetivos estabelecidos.

- **Governo de Estado do Ceará:**

Ocupar-se-á da atividade de avaliação através de específicas missões de caráter semestral que consistirão em verificar os resultados das ações;
Inserir as ações do projeto na Agenda do Pacto pelo Ceará Pacífico.

- **Grupos de beneficiários diretos:**

Participação ativa e constante nas atividades do projeto para favorecer o processo de formação, socialização e fortalecimento de vínculos com a escola, familiares.

- **Autoridades locais:**

As autoridades de segurança pública serão convidadas a participar de oficinas específicas com foco na prevenção da violência, que permitirão a interação e diálogo entre os agentes de segurança pública e os beneficiários do projeto possibilitando a promoção de uma Cultura de Paz.

- **Famílias / Responsáveis:**

As famílias participarão de atividades temáticas e serão estimuladas ao acompanhamento direto das ações implementadas junto ao público alvo.

- **Parcerias com Entidades Locais:**

Diálogo com Pastoral do Menor e outras entidades locais, para colaboração em atividades temáticas, em especial Mediação de Conflitos.

É importante ressaltar a participação de todos os atores acima citados também nas fases de estudo de viabilidade e planejamento do presente projeto.

13. Monitoramento

O monitoramento do Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta constitui-se uma responsabilidade dos assessores da Célula de Atenção à Alta Complexidade, vinculada à Coordenadoria da Proteção Social Especial, da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS. Serão realizadas visitas mensais de acompanhamento à entidade, as quais serão registradas em um questionário semi estruturado que posteriormente será transformado em relatório técnico para avaliação do desempenho do projeto, possibilitando aos gestores identificar e tomar medidas corretivas nas áreas técnica e administrativa, contribuindo para a eficácia, eficiência e efetividade do serviço. Mensalmente, serão encaminhados à STDS dados estatísticos referentes às atividades desenvolvidas e o número de adolescentes admitidas e desligadas, sendo feita a análise destes dados pela equipe da Célula.

13.1 Dados Utilizados

Serão utilizados no monitoramento:

- Ficha de Cadastro;
- Relatórios Individuais;
- Estudos de Caso;
- Planos de Aula;
- Listas de Frequência;
- Monitoramento de Atividades;
- Relatório de avaliação anual;
- Relatório de visita domiciliar;
- Registro de entrevistas e rodas de conversa;
- Exame médico e biométrico;
- Avaliações escolares;
- Registros Fotográficos;
- Banco de Dados de monitoramento dos beneficiários;
- Instrumental de avaliação e acompanhamento dos beneficiários.

13.2 Cadastro dos Beneficiários

É obrigação da Entidade executora do projeto registrar as informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente (Nome, CPF, NIS, Inscrição no PRONAF) e nos aspectos inerentes ao que o projeto propõe-se a atender. Estas informações deverão ser armazenadas em sistemas informatizados ou em planilha eletrônica (um beneficiário por linha) que permita a consulta para efeito de avaliação. Os beneficiários deverão ser registrados à medida que forem sendo incluídos no projeto de forma que as informações estejam disponíveis quando solicitadas. Os documentos comprobatórios do estado de pobreza (ver item 6.2) também devem ser guardados junto às fichas dos beneficiários para eventuais consultas por parte da Gerência Executiva do FECOP e de órgãos de controle.

14. Pressupostos de Risco

- Mudanças das Políticas Públicas;
- Baixo desempenho;
- Agravamento da crise econômica;
- Falta de interesse;
- Pouco envolvimento;
- Dificuldades de adaptação;
- Negligência.
- Morosidade no fluxo de comunicação com o Poder Judiciário.
- Atraso na liberação de recursos conforme cronograma de desembolso;

15. Orçamento 2016

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Vencimentos e Vantagens Pessoal / Encargos			
Elemento de Despesa (339030)	504.355,60		504.355,60
1.2 Material de Consumo			
Elemento de Despesa (339030)	337.492,46		337.492,46
1.3 Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica			
Elemento de Despesa (339039)	198.375,00		198.375,00
1.4 Serviços de Terceiro Pessoa Física			
Elemento de Despesa (339036)	142.000,00		142.000,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES	1.182.223,06		1.182.223,06
2. DESPESAS DE CAPITAL			
2.1 Equipamento e Material Permanente			
Elemento de Despesa (449032)	62.000,00		62.000,00
TOTAL DESPESA DE CAPITAL	62.000,00		62.000,00
TOTAL GERAL	1.244.223,06		1.244.223,06

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jan (R\$)	Fev (R\$)	Mar (R\$)	Abr (R\$)	Mai (R\$)	Jun (R\$)	Jul (R\$)	Ago (R\$)	Set (R\$)	Out (R\$)	Nov (R\$)	Dez (R\$)	Total (R\$)
Despesas Correntes			R\$ 394.074,36			R\$ 394.074,35			R\$ 394.074,35				R\$ 1.182.223,06
Despesas de Capital						R\$ 62.000,00							R\$ 62.000,00
Total (R\$)													R\$ 1.244.223,06

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	Região 3 – Grande Fortaleza	Fortaleza	R\$ 1.244.223,06	-	200
Total			R\$ 1.244.223,06		200

18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Mariana Maia P. de Abreu Meneses
Técnico	Rita de Cássia Sidney Marques
E-mail	rita.marques@stds.ce.gov.br
Fone	3101 4608

ANEXO I
MARCO LÓGICO DO PROJETO

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Contribuir para a proteção e mudanças positivas na socialização e qualidade de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.	Percentual de adolescentes que apresentam mudanças positivas na socialização Percentual de adolescentes com permanência na escola Percentual de adolescentes participando de atividades com abordagens de temas e valores relativos à Cultura de Paz	a - Instrumentais de monitoramento de atividades e acompanhamento do público atendido b - Banco de Dados da instituição com informações sobre o público atendido	—
	Permanência dos adolescentes na escola.	a - Percentual de adolescentes frequentando a escola regularmente b - Percentual de adolescentes com notas escolares igual ou acima da média escolar	a - Listas de Frequência b - Resultados de avaliações escolares e comparação dos mesmos com os resultados anteriores ao projeto	Baixo desempenho
	Engajamento de adolescentes em cursos profissionalizantes.	a - Percentual de adolescentes frequentando regularmente os cursos oferecidos b - Percentual de adolescentes concluindo os cursos oferecidos c - Percentual de	a - Lista de frequência b - Certificados emitidos c - Número de contratos efetivados	Agravamento da crise econômica

		adolescentes encaminhados para o trabalho (condição de aprendiz, conforme o ECA)			
	Engajamento de adolescentes em atividades artísticas.	a- Percentual de adolescentes frequentando atividades artísticas	a.1 - Listas de frequência a.2 - Registro fotográfico das produções realizadas durante as atividades a.3 -Relatórios de atividades	Falta de interesse	
	Engajamento de adolescentes em atividades esportivas.	a - Percentual de adolescentes frequentando atividades esportivas	a.1 - Lista de Frequência a.2 - Relatórios técnicos de atividades	Falta de interesse	
	Engajamento de adolescentes em atividades temáticas sobre Direitos e Corresponsabilidade, Cultura de Paz e Mediação de Conflitos.	a - Percentual de adolescentes frequentando oficinas/atividades temáticas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Pouco envolvimento	
	Envolvimento das famílias em atividades específicas, como corresponsáveis na construção de uma Cultura de Paz.	a - Percentual de pais e/ou responsáveis pelos adolescentes atendidos frequentando rodas de conversas e atividades temáticas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Negligência Falta de interesse	
	Acolhida de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto.	a - Percentual de adolescentes acolhidos	a - Relatórios técnicos de acompanhamento	Dificuldades de adaptação	
	Oferta de Ensino regular na Educação Básica, Cursos Profissionalizantes, Oficinas de Arte, Atividades Esportivas, Atividades Temáticas/Socioeducativas	a - Quantidade de adolescentes cadastrados	a - Listas de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Pouco envolvimento	
	Encaminhamentos para serviços de educação, saúde e socioassistencial.	a - Quantidade de encaminhamentos realizados	a - Relatórios técnicos de atividades.	Falta de interesse	
	Oferta de residência para 10 adolescentes.	a - Quantidade de adolescentes cadastrados como residentes	a - Fichas de cadastro de adolescentes	Dificuldade de adaptação	
	Produtos				

Atividades	Oferecer Educação Básica do Ensino Fundamental e Reforço Escolar em contra turno.	Quantidade de aulas/ carga horária - Calendário Escolar	a - Listas de frequência	Baixo desempenho
	Realizar 06 Cursos Profissionalizantes nas áreas de: Desenhista Técnico; Auxiliar de Eletrônica; Manutenção e Computadores; Informática Avançada.	Quantidade de cursos realizados	a - Listas de frequência b - Certificados emitidos c- Número de contratos de trabalho efetivados	Agravamento da crise econômica
	Realizar semanalmente 04 Atividades Artísticas: Artesanato; Música; Dança; Teatro.	Quantidade de oficinas realizadas	a.1 - Listas de frequência a.2 - Registro fotográfico das produções realizadas durante as atividades a.3 -Relatório de desempenho	Falta de interesse
	Realizar semanalmente atividades esportivas de Capoeira.	Quantidades de oficinas realizadas	a.1 - Lista de Frequência a.2 - Relatórios técnicos de atividades	Falta de interesse
	Realizar mensalmente 04 oficinas temáticas sobre Cultura de Paz, Garantia de Direitos, Redução de Danos e Protagonismo Juvenil.	Quantidades de oficinas realizadas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Pouco envolvimento
	Realizar mensalmente 01 oficina sobre Mediação de Conflitos executada em grupos, através de debates, dinâmicas e estudos de casos, bem como prestar atendimento individual de acordo com a demanda observada.	Quantidades de oficinas realizadas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Negligência Falta de interesse
	Realizar acompanhamento socioassistencial.	Quantidade de encaminhamentos realizados.	a - Relatórios técnicos de acompanhamento	Morosidade no fluxo de comunicação/atendimento com a Rede Pública de Garantia de Direitos
	Realizar mensalmente 01 oficina sobre Mediação de Conflitos, Cultura de Paz e Garantia de Direitos com familiares e/ou responsáveis.	Quantidades de oficinas realizadas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Falta de interesse

	Proporcionar acolhimento institucional para 10 adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e em cumprimento de Liberdade Assistida.	Quantidade de adolescentes cadastrados como residentes	a - Relatórios técnicos de acompanhamento	Dificuldades de adaptação
Insumos	Recursos FECOP Instalações Físicas Equipe Técnica	Soma de recursos repassados Quantidade de salas e equipamentos da estrutura física para realização das atividades Quantidade de profissionais envolvidos o Projeto	Prestação de Contas. Registros fotográficos da estrutura física e atividades realizadas. Comprovantes de contratos e prestação de contas.	Recursos insuficientes frente a demanda maior que a oferta de vaga

16. Cronograma de Desembolso Fonte FECOP

Item de Despesa	Jan (R\$)	Fev (R\$)	Mar (R\$)	Abr (R\$)	Mai (R\$)	Jun (R\$)	Jul (R\$)	Ago (R\$)	Set (R\$)	Out (R\$)	Nov (R\$)	Dez (R\$)	Total (R\$)
Despesas Correntes			R\$ 394.074,36			R\$ 394.074,35			R\$ 394.074,35				R\$ 1.182.223,06
Despesas de Capital						R\$ 62.000,00							R\$ 62.000,00
Total (R\$)													R\$ 1.244.223,06

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº	Região Administrativa	Municípios	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Pessoas Beneficiadas
01	Região 3 – Grande Fortaleza	Fortaleza	R\$ 1.244.223,06	-	200
Total			R\$ 1.244.223,06		200

18. Responsável(eis) pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Mariana Maia P. de Abreu Meneses
Técnico	Rita de Cássia Sidney Marques
E-mail	rita.marques@stds.ce.gov.br
Fone	3101 4608

ANEXO I
MARCO LÓGICO DO PROJETO

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Contribuir para a proteção e mudanças positivas na socialização e qualidade de vida de adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social.	Percentual de adolescentes que apresentam mudanças positivas na socialização Percentual de adolescentes com permanência na escola Percentual de adolescentes participando de atividades com abordagens de temas e valores relativos à Cultura de Paz	a - Instrumentais de monitoramento de atividades e acompanhamento do público atendido b - Banco de Dados da instituição com informações sobre o público atendido	—
	Permanência dos adolescentes na escola.	a - Percentual de adolescentes frequentando a escola regularmente b - Percentual de adolescentes com notas escolares igual ou acima da média escolar	a - Listas de Frequência b - Resultados de avaliações escolares e comparação dos mesmos com os resultados anteriores ao projeto	Baixo desempenho
	Engajamento de adolescentes em cursos profissionalizantes.	a - Percentual de adolescentes frequentando regularmente os cursos oferecidos b - Percentual de adolescentes concluindo os cursos oferecidos c - Percentual de	a - Lista de frequência b - Certificados emitidos c - Número de contratos efetivados	Agravamento da crise econômica
Resultados				

		adolescentes encaminhados para o trabalho (condição de aprendiz, conforme o ECA)			
	Engajamento de adolescentes em atividades artísticas.	a- Percentual de adolescentes frequentando atividades artísticas	a.1 - Listas de frequência a.2 - Registro fotográfico das produções realizadas durante as atividades a.3 -Relatórios de atividades	Falta de interesse	
	Engajamento de adolescentes em atividades esportivas.	a - Percentual de adolescentes frequentando atividades esportivas	a.1 - Lista de Frequência a.2 - Relatórios técnicos de atividades	Falta de interesse	
	Engajamento de adolescentes em atividades temáticas sobre Direitos e Corresponsabilidade, Cultura de Paz e Mediação de Conflitos.	a - Percentual de adolescentes frequentando oficinas/atividades temáticas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Pouco envolvimento	
	Envolvimento das famílias em atividades específicas, como corresponsáveis na construção de uma Cultura de Paz.	a - Percentual de pais e/ou responsáveis pelos adolescentes atendidos frequentando rodas de conversas e atividades temáticas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Negligência Falta de interesse	
	Acolhida de adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa em meio aberto.	a - Percentual de adolescentes acolhidos	a - Relatórios técnicos de acompanhamento	Dificuldades de adaptação	
	Oferta de Ensino regular na Educação Básica, Cursos Profissionalizantes, Oficinas de Arte, Atividades Esportivas, Atividades Temáticas/Socioeducativas	a - Quantidade de adolescentes cadastrados	a - Listas de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Pouco envolvimento	
	Encaminhamentos para serviços de educação, saúde e socioassistencial.	a - Quantidade de encaminhamentos realizados	a - Relatórios técnicos de atividades.	Falta de interesse	
	Oferta de residência para 10 adolescentes.	a - Quantidade de adolescentes cadastrados como residentes	a - Fichas de cadastro de adolescentes	Dificuldade de adaptação	
	Produtos				

Atividades	Oferecer Educação Básica do Ensino Fundamental e Reforço Escolar em contra turno.	Quantidade de aulas/ carga horária - Calendário Escolar	a - Listas de frequência	Baixo desempenho
	Realizar 06 Cursos Profissionalizantes nas áreas de: Desenhista Técnico; Auxiliar de Eletrônica; Manutenção e Computadores; Informática Avançada.	Quantidade de cursos realizados	a - Listas de frequência b - Certificados emitidos c- Número de contratos de trabalho efetivados	Agravamento da crise econômica
	Realizar semanalmente 04 Atividades Artísticas: Artesanato; Música; Dança; Teatro.	Quantidade de oficinas realizadas	a.1 - Listas de frequência a.2 - Registro fotográfico das produções realizadas durante as atividades a.3 -Relatório de desempenho	Falta de interesse
	Realizar semanalmente atividades esportivas de Capoeira.	Quantidades de oficinas realizadas	a.1 - Lista de Frequência a.2 - Relatórios técnicos de atividades	Falta de interesse
	Realizar mensalmente 04 oficinas temáticas sobre Cultura de Paz, Garantia de Direitos, Redução de Danos e Protagonismo Juvenil.	Quantidades de oficinas realizadas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Pouco envolvimento
	Realizar mensalmente 01 oficina sobre Mediação de Conflitos executada em grupos, através de debates, dinâmicas e estudos de casos, bem como prestar atendimento individual de acordo com a demanda observada.	Quantidades de oficinas realizadas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Negligência Falta de interesse
	Realizar acompanhamento socioassistencial.	Quantidade de encaminhamentos realizados.	a - Relatórios técnicos de acompanhamento	Morosidade no fluxo de comunicação/atendimento com a Rede Pública de Garantia de Direitos
	Realizar mensalmente 01 oficina sobre Mediação de Conflitos, Cultura de Paz e Garantia de Direitos com familiares e/ou responsáveis.	Quantidades de oficinas realizadas	a - Lista de Frequência b - Relatórios técnicos de atividades	Falta de interesse

	Proporcionar acolhimento institucional para 10 adolescentes egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e em cumprimento de Liberdade Assistida.	Quantidade de adolescentes cadastrados como residentes	a - Relatórios técnicos de acompanhamento	Dificuldades de adaptação
Insumos	Recursos FECOP Instalações Físicas Equipe Técnica	Soma de recursos repassados Quantidade de salas e equipamentos da estrutura física para realização das atividades Quantidade de profissionais envolvidos o Projeto	Prestação de Contas. Registros fotográficos da estrutura física e atividades realizadas. Comprovantes de contratos e prestação de contas.	Recursos insuficientes frente a demanda maior que a oferta de vaga



**Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS**

Projeto: Primeiro Passo – Estagiários TRE

MAPP 307

"STDS"

Janeiro de 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS
Programa (PPA)	078 – Inclusão e desenvolvimento do trabalhador
MAPP (Nº e Denominação)	307 – PRIMEIRO PASSO – ESTAGIÁRIOS DO TRE
Período de Execução (em 2016)	Janeiro a Maio
Categoria	Assistencial (Inclusão Produtiva Urbana)

1. Descrição do Projeto

A Política do Trabalho, Emprego e Renda tem por público-alvo os trabalhadores em geral, porém, na prática, os seus maiores beneficiários são as pessoas socialmente vulneráveis, com menor nível de escolaridade, de qualificação profissional, de renda familiar e, conseqüentemente, com maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho. O Projeto Primeiro Passo foi desenvolvido para atender jovens, com idade entre 16 e 24 anos, cursando o ensino fundamental ou médio, bem como os egressos, todos de ensino público e com renda familiar *per capita*, mensal, inferior a meio ($\frac{1}{2}$) salário-mínimo, qualificando-os para o mercado de trabalho, oportunizando estágios e cursos profissionalizantes. O projeto está dividido em três linhas de ação: Jovem Estagiário (01 ano) – Regulamentado pelo Decreto Estadual nº 29.704/2009, encaminha jovens de 16 a 21 anos para a realização de estágio em empresas privadas e órgãos públicos. A remuneração dos jovens é de responsabilidade do demandante. O jovem recebe fardamento e participa de palestras de Orientação para o mundo do trabalho” em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT. Estágio Remunerado (6 meses) – Regulamentado pelo Decreto Estadual nº 29.704/2009, encaminha jovens de 16 a 21 anos para a realização de estágio em empresas privadas, órgãos públicos e entidades sem fins lucrativos. A remuneração dos jovens é de responsabilidade da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. O jovem recebe fardamento e participa de palestras de “Orientação para o mundo do trabalho” em parceria com o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT. Jovem Bolsista – Capacita jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, através de cursos de qualificação social e profissional, concedendo bolsa aprendizagem. Em 2015, com o objetivo de ampliar o acesso dos jovens com maior risco e vulnerabilidade social, foi criada uma Linha de Ação Especial para o atendimento à jovens em cumprimento de medidas socioeducativas: Transformando Vidas – Capacita jovens em cumprimento de medidas socioeducativas nos centros educacionais da STDS, jovens em privação de liberdade no Sistema Penitenciário da SEJUS e adolescentes participantes de ações em Comunidades Terapêuticas, através de cursos de qualificação social e profissional.

2 . Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto atende às diretrizes da atual gestão, no que se refere à prioridade de atendimento para o segmento da juventude, em especial, jovens com maior vulnerabilidade social, em nosso Estado, inserindo-os no mercado de trabalho, por meio

da qualificação social e profissional e ao alcance do Resultado Estratégico “Desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades dos territórios cearenses. As atividades propostas no projeto, estão devidamente contempladas no PPA 2016-2019, fazendo parte do Eixo “Ceará de Oportunidades”; Tema Estratégico “Trabalho e Renda”; do Resultado Temático/Indicador de Resultado “População com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas” associado ao indicador “Taxa de colocação de jovens (16 a 29 anos) no mercado de trabalho pelo Sistema Público de Emprego”; Programa 078: Inclusão e Desenvolvimento do Trabalhador; Objetivo: 078.1 – Viabilizar maiores e melhores oportunidades de qualificação profissional, colocação no emprego e inserção produtiva, bem como a Iniciativa 078.1.03 – Ampliação das oportunidades de qualificação profissional às pessoas socialmente vulneráveis. Os objetivos e as estratégias da área de educação social e profissional da STDS estão em sintonia com a política de qualificação desenvolvida no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), cujo foco é promover, gradativamente, a universalização do direito dos trabalhadores à qualificação, com vistas a contribuir para o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente, além da participação em processos de geração de oportunidades de trabalho e renda, inclusão social, combate à discriminação, redução da pobreza e da vulnerabilidade da população.

3. Diagnóstico

De acordo com a Proposta de Emenda à Constituição 138/03 - PEC da juventude, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 2010, é jovem no Brasil todo o cidadão que compreende a idade entre 15 e 29 anos, sendo dividido em: jovem-adolescente (15 a 17 anos), jovem-jovem (18 a 24 anos) e jovem-adulto (25 a 29 anos). Posteriormente foi aprovada a Lei nº12.852 de 05 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Conforme os dados do censo demográfico 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ceará possui elevada proporção de sua população com rendimento mensal domiciliar *per capita* de até R\$70,00, sendo esta a linha de extrema pobreza ou miséria adotada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) em 2011. De acordo com estes dados, o Estado do Ceará possui 1.502.924 moradores residentes em domicílios com rendimentos mensais por pessoa que não ultrapassam esse valor. Isso significa que 17,8% da população cearense encontra-se em situação de miséria, com base no parâmetro estabelecido pelo MDS. Em termos proporcionais, o Ceará é o sétimo Estado da federação com maior percentual de pessoas nesta condição. Já em termos de participação relativa, dos 16,3 milhões de brasileiros nesta faixa de renda domiciliar *per capita*, 9,24% estão localizados no Ceará. Isto implica que o Estado é o terceiro do País com maior contingente de pessoas extremamente pobres ou miseráveis, atrás apenas da Bahia (14,80%) e do Maranhão (10,40%). Com base no trabalho técnico realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), em 2010, que classifica e hierarquiza todos os municípios do Estado do Ceará, segundo o índice composto dos indicadores: Taxa de Vulnerabilidade, Taxa de Natalidade, Taxa de Mortalidade e Receita Corrente Líquida *per capita*, apenas 13,5%

dos 184 municípios apresentaram índice abaixo de 2,5, significando que 52% da população do Estado residem nos municípios com índice acima de 2,5, em uma escala que varia de 0 (zero) a 5 (cinco), no sentido de que quanto maior for o valor do índice, maior a vulnerabilidade no município. Quando analisada a situação da população jovem no Ceará, as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2009/2010, sinaliza que a população jovem na faixa etária entre 15 e 24 anos no Ceará representa 19,3% da população cearense. Na conjuntura atual de baixos níveis de atividade econômica e aprofundamento das desigualdades, que resultam na existência de imensas zonas de exclusão, não é tarefa fácil realizar o processo de inserção social desse segmento, que historicamente ficou esquecido na hora de se planejar o desenvolvimento de Políticas Públicas voltadas para o crescimento e desenvolvimento macroeconômico do nosso Estado. Ainda segundo os dados da PNAD (2009/2010), referentes ao universo da população jovem no Estado do Ceará, 49,96% ocupam alguma atividade vinculada ao setor produtivo geradora de renda. Se considerarmos as condições de trabalho comprovamos a presença de um status de precariedade neste contexto de mercado, pois 41% dos jovens ocupados recebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por mês e apenas 21% destes ganham mais do que um salário mínimo mensal. Verifica-se também esta condição quando a pesquisa afirma que 64,2% dos jovens ocupados trabalham mais do que 40 horas semanais, uma taxa elevada considerando as diretrizes das leis trabalhistas. Quanto à informalidade, denotada pela não contribuição com a previdência social, chega ao nível de 64% do total. Estes dados evidenciam que o desemprego é mais incidente sobre a população mais jovem, uma vez que estes não contam com a experiência prévia requerida por empregadores e em grande medida, se lançam ao mercado com baixa escolaridade e sem qualificação profissional adequada. O desemprego não é o mesmo para todos os jovens. As maiores taxas de desemprego juvenil são observadas entre aqueles que têm entre 16 e 17 anos e entre as mulheres jovens. A dificuldade de inserção é mais difícil para os jovens das famílias de baixa renda e os menos escolarizados. Ser mulher e pertencer ao segmento dos jovens pobres e pouco escolarizados é um complicador a mais na hora de conquistar um posto de trabalho. Outro ponto que merece destaque é a questão da raça e etnia, a pesquisa “os negros no Trabalho” realizada pelo Dieese, Fundação Seade e Ministério do Trabalho, através do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), levantou dados sobre a presença de negros no mercado de trabalho, evidenciando a desigualdade entre negros e não-negros. O relatório do Dieese aponta que há menor acesso da população negra à educação. É preciso assinalar, ainda, a diminuição do emprego assalariado ocupado por jovens. Na maioria das vezes, em que escutamos falar em diminuição do desemprego juvenil, é porque houve aumento das ocupações não assalariadas, em geral, precárias e com baixa proteção trabalhista e previdenciária. Se, por um lado, não há diferença significativa na taxa de participação entre jovens e a população acima de 25 anos, por outro, a taxa de desemprego entre jovens chega a ser quase três vezes superior quando comparada à população com mais de 25 anos. Podemos constatar ainda, que são os jovens mais pobres e menos escolarizados que mais encontram dificuldades para a conquista do primeiro emprego. O jovem acaba refletindo no mercado de trabalho, todo o processo de exclusão que sofreu desde sua infância e que levará consigo por toda a sua vida, sempre preso aos limites impostos pela questão social e suas múltiplas refrações. Tratando do universo do que podemos

chamar de trabalho legalmente aceitável, o jovem que busca o primeiro emprego, sem experiência e sem qualificação adequada é jogado no mercado informal de trabalho (sem carteira assinada) ou em trabalhos com baixos salários. Esse problema se agrava de acordo com o grau de pobreza. Assim, quanto mais pobre, mais difícil será o ingresso no mercado de trabalho.

4. Justificativa

De acordo com a CF/1988, art. 6º “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência social, a assistência aos desamparados”. Assim, garantido pela CF/1988, investimento público em educação e qualificação profissional não é importante somente para a vida dos jovens, que é transformada a partir de uma formação crítica e humana, mas, também, para os conhecimentos e experimentações adquiridos dentro e fora da escola. A formação profissional também é uma área estratégica para definir os rumos de todo o País nas próximas décadas. O crescimento econômico e a democratização do consumo demandam a ampliação das ofertas de trabalho e emprego, nos mais diversos segmentos produtivos, colocando a necessidade de criação de mão de obra qualificada e formada em todos os campos do conhecimento. O problema básico é o combate às causas da exclusão dos jovens do mercado de trabalho, com a criação de mecanismos que permitam o acesso dos mesmos, por meio de qualificação social e profissional, ao mercado de trabalho formal. Da mesma forma, promover e fortalecer os jovens que ainda não apresentam condições de acesso ao mercado de trabalho com formação profissional e concessão de bolsas aprendizagem, visando assim o fortalecimento do vínculo familiar e de seu crescimento por meio da melhoria de sua competitividade, de forma a torná-los aptos a responder às exigências que o mercado apresenta. O Projeto Primeiro Passo em suas linhas de ação Estágio Remunerado, Jovem Estagiário e Jovem Bolsista, apresenta uma frente de oportunidades aos jovens atendidos com o projeto, que não se restringe apenas a investimento em cursos de qualificação e profissionalização, destinados a jovens em situação de vulnerabilidade social, mas, também, a oportunidade de inserção destes jovens em vários campos de trabalho da sociedade (educação, saúde, comércio, indústria, administração pública em geral etc.) com uso exclusivo de mão de obra jovem, oportunizando assim a experiência profissional necessária para o início de suas vidas profissionais. Através da integração das diversas políticas públicas direcionadas para os jovens (saúde, educação, trabalho, cultura etc.), com o desenvolvimento das atividades de qualificação profissional nas linhas de ação do Projeto Primeiro Passo, crescem as possibilidades de inclusão digital, de conquistas de emprego, de melhoria das condições de trabalho, nos ganhos salariais e na qualidade de vida dos adolescentes/jovens e consequentemente de sua família. Assim, o Estado do Ceará também ganha com isso, pois terá adolescentes/jovens cada vez mais inseridos na sociedade e na geração de emprego e renda. As ações do projeto serão implementadas de forma integrada, considerando os aspectos da educação cidadã, protagonismo juvenil e da qualificação social e profissional, aliados às políticas públicas integradas e às iniciativas preparatórias de encaminhamento e acesso ao mundo do trabalho, de modo que se possa otimizar os recursos disponíveis, com vistas a romper o ciclo da pobreza entre os mais jovens.

5. Histórico

O Projeto Primeiro Passo é uma ação de qualificação social e profissional de jovens que ao longo do tempo tem se adequado no sentido de melhor oportunizar a geração de emprego e renda como instrumento de autonomia e superação da pobreza em nosso Estado. Até o ano de 2007 o Projeto Primeiro Passo denominava-se Programa de Capacitação Social – PROCAPS. A partir de 2007, o projeto ganhou novas dimensões, ampliação de suas metas e passou a ter a denominação de Projeto Primeiro Passo. Atualmente, apresenta-se como um dos mais importantes componentes de qualificação profissional e inserção de jovens no mercado de trabalho desenvolvido no âmbito da Secretaria de Trabalho e Desenvolvimento Social.

Ano	Valor FECOP	Valor (outras fontes)	Valor Total Aplicado	Nº de Beneficiários
2015	R\$1.260.330,75	0,00	R\$ 430.015,00 (*)	592

(*) A execução do projeto, em 2015, foi prejudicada devido a greve de servidores do TRE, afetando a meta e o recurso previsto.

É importante destacar que a meta de jovens a serem atendidos por município foi repactuada junto ao TRE, devido a meta geral do órgão de cadastrar 50% do eleitorado ter sofrido reajuste, passando a ser apenas 30%. Assim, os municípios passaram a ter uma demanda menor de estagiários para cadastrar os eleitores.

6. Público – Alvo

Beneficiar Jovens na faixa etária de 16 a 21 anos, em situação de vulnerabilidade social, estudantes do Ensino Médio da rede pública de ensino, conforme decreto estadual Nº 29.704 de 08 de abril de 2009.

6.1. Critérios adotados para seleção dos beneficiários

Os beneficiados pelo projeto são estudantes do ensino médio de escolas públicas, pertencentes às famílias com renda *per capita* mensal inferior a (½) salário mínimo e que não estejam engajados em nenhum programa social similar.

6.2. Documentos comprobatórios da situação de pobreza

Dentre os documentos elencados pela Lei nº 14.859, 28 de dezembro de 2010, para comprovação da situação de pobreza, o projeto solicita um dos seguintes documentos, quando da seleção dos beneficiários: fatura de energia elétrica que demonstre o consumo de até 80 kwh mensais; declaração escolar; fatura de água que demonstre o consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais; comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal; comprovante de renda familiar, com *per capita*, mensal, inferior a (½) salário mínimo.

7. Objetivos

Geral

Proporcionar inserção de jovens em atividades de estágio nos postos de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por meio da linha de ação Jovem Estagiário do Programa Primeiro Passo.

Específicos

- Apoiar jovens com acompanhamento profissional e inserção no mercado de trabalho.
- Gerar renda aos beneficiários

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

Atividades a serem realizadas no ano de 2016
a) Divulgação do projeto para os postos de atendimento do TRE;
b) Cadastrar os postos de atendimento do TRE;
c) Divulgação do projeto para os jovens;
d) Iniciar etapa de inscrição e seleção dos jovens;
e) Encaminhamento dos beneficiários;
f) Remuneração do estágio;
g) Acompanhamento e avaliação do estágio.

8.1 Atividades Realizadas em Anos Anteriores

O projeto voltado para o encaminhamento de jovens para estagiar nos postos do TRE foi celebrado no ano de 2015 com objetivo de atender a meta de cadastro biométrico dos eleitores do Estado do Ceará. Em 2016 o projeto terá continuidade até maio, prazo máximo estabelecido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

8.2 Atividades a Serem Realizadas no Ano

a) Divulgação do projeto para os postos de atendimento do TRE;
A divulgação é feita através dos meios de comunicação de grande circulação como televisão, rádio, jornal e internet.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

b) Cadastrar os postos de atendimento do TRE;
A equipe técnica da STDS visita os postos de atendimento e avalia o ambiente das atividades de estágio. Preenchimento da ficha de cadastro e elaboração do Termo de Cooperação Técnica.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

c) Divulgação do projeto para os jovens

A divulgação é feita através das escolas públicas em parceria com a Secretaria da Educação Básica (SEDUC) e das Secretarias de Desenvolvimento Social dos municípios.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

d) Iniciar etapa de inscrição e seleção de educandos;

A inscrição dos jovens ocorrerá através de cadastro junto a STDS, sendo obedecidos aos critérios de atendimento dos jovens selecionados no projeto.

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

e) Encaminhamento dos beneficiários

O jovem é encaminhado ao TRE após assinatura do Termo de Compromisso do Estágio e entrega do fardamento.,

Responsável: Equipe Técnica do Projeto Primeiro Passo

f) Remuneração do Estágio

A remuneração do estagiário dar-se-á por meio de repasse direto da empresa ou órgão conveniado, aos jovens atendidos nesta linha de ação, através de crédito bancário, mediante comprovação de frequência dos jovens. O valor do repasse equivale a R\$387,75/mês, por um período de até 06 meses (o período de estágio com o TRE é de acordo com a demanda).

Responsável: Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

g) Acompanhamento e Avaliação

A equipe técnica realiza um acompanhamento sistemático dos jovens através de telefonemas, e-mail e visitas técnicas às empresas e/ou órgãos. A avaliação será feita por meio de questionários aplicados aos jovens e às empresas/órgãos, cujos dados farão parte do Relatório Final de Avaliação do projeto.

Responsável: Equipe Técnica da CPTR e do Projeto Primeiro Passo.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Jovens inseridos em atividades de estágio	1.436	Termo de Compromisso de Estágio – TCE

10. Metas

- Inserir 1.436 jovens em estágios no TRE no período de Janeiro a Maio de 2016

11. Resultados Esperados

- Ampliação da oferta de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.
- Ampliação da inserção de jovens no mercado de trabalho.

12. Integração das Ações

No âmbito da STDS

Internamente, a intersetorialidade se dá entre a Coordenadoria de Promoção do Trabalho, Emprego e Renda, gestor do projeto, e a Coordenadoria do Empreendedorismo para apoio a empreendimentos individuais e coletivos dos beneficiários do programa; a Coordenadoria de Proteção Especial Básica para inclusão de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

No âmbito estadual

A intersetorialidade se dá, com a Secretaria de Educação Básica – SEDUC, a qual seleciona e encaminha jovens da rede pública de ensino e com o Tribunal Regional Eleitoral-TRE que recebe o jovem, após selecionado, para o estágio de aprendizagem nas suas unidades de atendimento.

13. Monitoramento

A Célula de Educação Social e Profissional, através de seu Núcleo de Acompanhamento às Ações de Capacitação, desenvolve o monitoramento contínuo das ações de qualificação desenvolvidas, buscando a eficiência e eficácia de suas ações. Os instrumentais de monitoramento têm como objetivo identificar:

- o perfil socioeconômico do público atendido;
- o nível de aproveitamento dos cursos realizados e
- a qualidade pedagógica das ações de qualificação executadas.

Recorrendo a Haguette (1999, apud Lazarsfeld, 1969) torna-se importante utilizar uma abordagem qualitativa em nossa pesquisa, visto que o referido modelo pode ser aplicado em situações nas quais simples observações qualitativas são usadas como indicadores do funcionamento complexo de estruturas e organizações complexas que são difíceis de submeter à observação direta. A observação direta, participativa e a entrevista farão parte das estratégias de monitoramento. A observação participante tem o intuito de conhecer a vida do grupo a partir do interior dele mesmo. Por conseguinte, as entrevistas virão com a intenção de obter, com maior profundidade, dados acerca do comportamento dos educandos.

- Coleta de Dados

O monitoramento das ações propostas, ocorrerá por meio de visitas técnicas, mensais, constituídas por profissionais devidamente qualificados, que vão “in loco”, e aplicam questionários junto aos beneficiários e responsáveis pelos estagiários, onde são considerados: a atuação do estagiário, o cumprimento das cláusulas previstas no Termo de Compromisso de Estágio (carga-horária, funções etc), as condições do ambiente de trabalho. Responsável: Equipe Técnica do Projeto.

- Sistematização da base de dados

A sistematização da base de dados, considerada a segunda etapa do monitoramento, constitui-se na estruturação de um modelo de banco de dados a ser utilizado como ferramenta de auxílio à gestão e ao gerenciamento das ações desenvolvidas, sendo capaz de oferecer ao gestor do projeto, subsídios que permitam a análise qualitativa e quantitativa da execução do projeto. Responsável: Equipe Técnica do Projeto.

- Desenvolvimento de indicadores e metas

O monitoramento através da análise sistemática dos dados coletados e do acompanhamento das ações desenvolvidas contribui para a construção de uma intervenção no sentido de subsidiar a avaliação de desempenho institucional, assim como estabelecer metas e indicadores essenciais à eficiência e eficácia da ação proposta. Responsável: Equipe Técnica do Projeto.

- Análise do alcance das metas

O processo de monitoramento versa ainda sobre a análise do alcance das metas propostas, ou seja, estabelecer a diferença entre a meta pactuada e a alcançada, bem como as possíveis ameaças para o alcance das mesmas, subsidiando o gestor do projeto com informações que lhe permitam correções das fragilidades ocorridas durante a execução. Responsável: Equipe Técnica do Projeto.

- Elaboração de ferramentas informacionais

Para o gerenciamento de todas as atividades de acompanhamento aos estágios será utilizado o Sistema gerencial disponibilizado pela STDS. O resultado do monitoramento e avaliação das ações de qualificação subsidiará a equipe técnica do Projeto no sentido de corrigir as “Não Conformidades” encontradas a partir das visitas técnicas realizadas. Também, proporcionarão, não só ao Orientador da Célula de Educação Social e Profissional (CESP), como também aos demais gestores, informações sobre o andamento da execução. Ao final das atividades a gerência do Projeto deverá apresentar um Relatório com o detalhamento das metas executadas, apresentando os indicadores que foram alcançados, principais dificuldades na implementação das atividades propostas, e os avanços que o projeto teve no ano de 2016. Responsável: Equipe Técnica do Projeto

13.1 Dados Utilizados

Os dados coletados através do formulário de constatação objetiva, preenchido pelo técnico, na primeira visita serão analisados e se os dados coletados mostrarem que o estágio não está transcorrendo dentro dos padrões necessários, recomenda-se intervenções nestas situações.

13.2 Cadastro dos Beneficiários

A Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) dispõe de um Sistema Gerencial para o registro das informações referentes aos beneficiários, identificando-os civilmente como: dados pessoais, NIS, documentação (CPF), filiação, endereço dentre

outros aspectos inerentes ao que o projeto propõem-se a atender. Os dados estão organizados por convênio/contrato e ano de execução, permitindo uso de filtros de pesquisa para fins de facilitar futuras avaliações.

14. Pressupostos de Risco

- Atraso na elaboração do Termo de Compromisso de Estágio provocando desgaste junto ao órgão parceiro;
- Atraso no pagamento da bolsa-estágio dos jovens, ocasionado pela burocracia na abertura de contas bancárias.

15 . Orçamento

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Benefícios Assistenciais (Repasse aos Educandos) – Elemento de Despesa (33.90.36)	1.811.607,50	0,00	1.811.607,50
TOTAL	1.811.607,50	0,00	1.811.607,50

16. Cronograma de Desembolso – Fonte FECOP

Item de Despesa	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	TOTAL
33.90.36 - Benefícios Assistenciais (Repasse aos Educandos)	577.747,50	568.441,50	470.728,50	147.345,00	47.345,00	1.811.607,50
Total	577.747,50	568.441,50	470.728,50	147.345,00	47.345,00	1.811.607,50

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº de Ordem	Região Administrativa	Municípios	Valor Fecop (R\$)	Beneficiários
1	1 - Cariri	Altaneira	6.204,00	8
2		Barbalha	46.142,25	33
3		Brejo Santo	49.244,25	35
4		Caririaçu	41.877,00	28
5		Granjeiro	6.204,00	8
6		Jardim	41.877,00	28
7		Jati	16.673,25	11
8		Missão Velha	50.407,50	36
9		Nova Olinda	38.387,25	25
10		Penaforte	9.306,00	12
11		Santana do Cariri	18.612,00	24
12		Várzea Alegre	45.366,75	31
	TOTAL - 1		370.301,25	279
13	2 – Centro Sul	Jucás	35.673,00	24

40			Capistrano	23.265,00	14
41			Guaramiranga	6.204,00	8
42			Ocara	45.366,75	35
43			Pacoti	25.979,25	17
		TOTAL - 7		199.303,50	152
44	8 – Serra da Ibiapaba		Tianguá	44.591,25	31
45			Viçosa do Ceará	45.366,75	33
		TOTAL - 8		89.958,00	64
46	9 – Sertão Central		Banabuiú	27.918,00	16
47			Quixadá	43.040,25	37
		TOTAL - 9		70.958,25	53
48	10 – Sertão de Canindé		Canindé	36.836,25	23
49			Caridade	3.121,75	3
50			Itatira	21.714,00	28
51			Paramoti	12.408,00	16
		TOTAL - 10		74.080,00	70
52	11 – Sertão de Sobral		Cariré	22.489,50	12
		TOTAL - 11		22.489,50	12
53	12 – Sertão de Crateús		Catunda	6.204,00	16
54			Hidrolândia	10.857,00	28
55			Santa Quitéria	54.285,00	42
		TOTAL - 12		71.346,00	86
56	14 – Vale do Jaguaribe		Morada Nova	55.060,50	42
57			Russas	45.366,75	33
		TOTAL - 14		100.427,25	75
		TOTAL GERAL (1-14)		1.811.607,50	1.436

Nota 1: O município de Fortaleza não possui beneficiários mas possui recurso pois se refere ao elemento de despesa: Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (Seguro de vida), o seguro de vida é realizado pelo Projeto Primeiro Passo, através de contratos firmados entre a STDS e empresas contratadas para tal.

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – CPTR
Técnico Responsável	Robertha Arrais
E-mail	robertha.arrais@stds.ce.gov.br
Fone	3101.1559/99612.5512

ANEXO 1
Marco Lógico

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Aumento da inserção e permanência dos jovens egressos, no mercado de trabalho	% dos egressos dos estágios colocados no mercado de trabalho.	Pesquisa com os egressos realizada após 1 ano da conclusão do Estágio	
Resultados	Ampliação da oferta de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.	Número de jovens com registro de conclusão de estágio.	Relatório final do projeto Matriz de Indicadores da Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda(CPTR)	
Produtos	Estágio nos Postos de Atendimento do TRE	Número de jovens inseridos no mercado de trabalho	Termos de Compromisso de Estágio (TCE) Relatório de pagamento Matriz de Indicadores da Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda(CPTR)	Atraso no pagamento da bolsa estágio dos jovens ocasionado pela burocracia para abertura de contas bancárias.
Atividades	Encaminhamento dos jovens	Número de jovens	Termos de Compromisso de	Não captação do número de vagas

	selecionados às Unidades de Atendimento do TRE contempladas com o Projeto; Concessão de Bolsa Estágio Seleção de Jovens para Estágio	encaminhados ao Estágio Número de Jovens recebendo Bolsa Estágio Número de Jovens selecionados	Estágio (TCE)	necessárias para inserção dos jovens Atraso na elaboração do Termo de Compromisso de Estágio, provocando desgaste junto ao TRE
Insumos	Recursos do FECOP Parceria com os municípios Parceria com Tribunal Regional Eleitoral (TRE) Equipe multidisciplinar da STDS	Recursos do FECOP Parceria com os municípios Parceria com TRE Equipe multidisciplinar da STDS	Relatório de execução orçamentária Termo de cooperação técnica	

		TOTAL - 2		35.673,00	24
14			Cascavel	51.958,50	38
			Chorozinho	21.714,00	28
15			Fortaleza*	3.149,94	
16			Guaiuba	24.816,00	32
17			Horizonte	53.897,25	41
18			Itaitinga	54.285,00	38
19			Maranguape	37.224,00	32
20			Pacajus	41.489,25	27
21			Pacatuba	39.162,75	25
			Paraipaba	42.634,56	32
22			São Gonçalo do Amarante	46.142,25	31
		TOTAL - 3		416.473,50	324
23	4 – Litoral Leste		Aracati	38.387,25	33
		TOTAL - 4		38.387,25	33
25			Acaraú	39.162,75	25
26			Bela Cruz	36.836,25	23
27			Cruz	24.816,00	32
28			Itarema	8.520,25	4
29			Jijoca de Jericoacoara	15.510,00	20
		TOTAL - 5		124.845,25	104
30			Amontada	51.570,75	35
31			Itapajé	51.183,00	38
32			Itapipoca	18.612,00	16
33			Miraima	15.510,00	20
35			Tururu	15.510,00	20
36			Uruburetama	44.979,00	32
		TOTAL - 6		197.364,75	161
37			Aracoiaba	40.326,00	26
38			Aratuba	12.408,00	16
39	7 – Maciço do Baturité		Baturité	45.754,50	36

40			Capistrano	23.265,00	14
41			Guaramiranga	6.204,00	8
42			Ocara	45.366,75	35
43			Pacoti	25.979,25	17
			TOTAL - 7	199.303,50	152
44	8 – Serra da Ibiapaba		Tianguá	44.591,25	31
45			Viçosa do Ceará	45.366,75	33
			TOTAL - 8	89.958,00	64
46	9 – Sertão Central		Banabuiú	27.918,00	16
47			Quixadá	43.040,25	37
			TOTAL - 9	70.958,25	53
48	10 – Sertão de Canindé		Canindé	36.836,25	23
49			Caridade	3.121,75	3
50			Itatira	21.714,00	28
51			Paramoti	12.408,00	16
			TOTAL - 10	74.080,00	70
52	11 – Sertão de Sobral		Cariré	22.489,50	12
			TOTAL - 11	22.489,50	12
53	12 – Sertão de Crateús		Catunda	6.204,00	16
54			Hidrolândia	10.857,00	28
55			Santa Quitéria	54.285,00	42
			TOTAL - 12	71.346,00	86
56	14 – Vale do Jaguaribe		Morada Nova	55.060,50	42
57			Russas	45.366,75	33
			TOTAL - 14	100.427,25	75
			TOTAL GERAL (1- 14)	1.811.607,50	1.436

Nota 1: O município de Fortaleza não possui beneficiários mas possui recurso pois se refere ao elemento de despesa: Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (Seguro de vida), o seguro de vida é realizado pelo Projeto Primeiro Passo, através de contratos firmados entre a STDS e empresas contratadas para tal.

18. Responsável pelo Projeto

Coordenadoria / Gerência	Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda – CPTR
Técnico Responsável	Robertha Arrais
E-mail	robertha.arrais@stds.ce.gov.br
Fone	3101.1559/99612.5512

ANEXO 1
Marco Lógico

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Aumento da inserção e permanência dos jovens egressos, no mercado de trabalho	% dos egressos dos estágios colocados no mercado de trabalho.	Pesquisa com os egressos realizada após 1 ano da conclusão do Estágio	
Resultados	Ampliação da oferta de profissionais capacitados para o mercado de trabalho.	Número de jovens com registro de conclusão de estágio.	Relatório final do projeto Matriz de Indicadores da Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda(CPTR)	
Produtos	Estágio nos Postos de Atendimento do TRE	Número de jovens inseridos no mercado de trabalho	Termos de Compromisso de Estágio (TCE) Relatório de pagamento Matriz de Indicadores da Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda(CPTR)	Atraso no pagamento da bolsa estágio dos jovens ocasionado pela burocracia para abertura de contas bancárias.
Atividades	Encaminhamento dos jovens	Número de jovens	Termos de Compromisso de	Não captação do número de vagas

	selecionados às Unidades de Atendimento do TRE contempladas com o Projeto; Concessão de Bolsa Estágio Seleção de Jovens para Estágio	encaminhados ao Estágio Número de Jovens recebendo Bolsa Estágio Número de Jovens selecionados	Estágio (TCE)	necessárias para inserção dos jovens Atraso na elaboração do Termo de Compromisso de Estágio, provocando desgaste junto ao TRE
Insumos	Recursos do FECOP Parceria com os municípios Parceria com Tribunal Regional Eleitoral (TRE) Equipe multidisciplinar da STDS	Recursos do FECOP Parceria com os municípios Parceria com TRE Equipe multidisciplinar da STDS	Relatório de execução orçamentária Termo de cooperação técnica	



Governo do Estado do Ceará
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS

PROJETO: Atendimento ao Trabalhador em Situação de Vulnerabilidade Social

MAPP 312

“STDS”

Março - 2016

Secretaria (Proponente)	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS
Programa (PPA)	078 – Trabalho, Emprego e Renda
Mapp (Nº e Denominação)	312 – Atendimento ao Trabalhador em Situação de Vulnerabilidade Social
Período de Execução	Março a Dezembro de 2016
Categoria	Estruturante – Trabalho e Renda

1. Descrição do Projeto

O Projeto “Atendimento ao Trabalhador em Situação de Vulnerabilidade Social” possibilitará o atendimento ao trabalhador desempregado e subempregado, inclusive jovens à procura do primeiro emprego, pessoas com deficiência e baixa escolaridade, mediante: 1) a realização de turmas de Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs); 2) a viabilização da participação de trabalhadores nas Oficinas de Orientação para o Trabalho ofertadas; 3) turma de formação de facilitadores para as OOTs; 4) a emissão de Carteiras do Trabalho e Previdência Social – CTPSs; 5) o encaminhamento de trabalhadores autônomos cadastrados no Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) para prestação de serviços domiciliares; 6) trabalhadores autônomos intermediados para prestar serviços domiciliares; 7) qualificação para trabalhadores autônomos; 8) participação em eventos de prestação de serviços às comunidades vulneráveis de Fortaleza; 9) participantes em palestras sobre mercado de trabalho para os trabalhadores em espera por atendimento no SINE; e 10) trabalhadores encaminhados para qualificação profissional. As ações acima discriminadas serão parte integrante do Contrato de Gestão celebrado entre o Estado do Ceará e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT) que integram o rol das políticas do trabalho executadas no estado, de modo contínuo e ininterrupto. O Sistema Público de Emprego é responsável pela implementação das ações do Programa SINE, instituído no Brasil, em 1975 (no Ceará, em 1977), seguindo as recomendações e compromissos assumidos pelo governo brasileiro para com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), particularmente no tocante ao cumprimento das disposições contidas na sua Convenção Nº 88, a qual o Brasil é signatário, aprovada em 1948 por aquela instância das Nações Unidas, que trata da organização do serviço público e gratuito de emprego do país. O Sistema em tela é operado em uma relação de parceria ou cooperação técnico financeira mantida entre a União e as Unidades Federadas, e municípios com mais de 200 mil habitantes que municipalizaram as ações do Programa SINE.

2. Contextualização do Projeto no Planejamento Estadual

O projeto “Atendimento ao Trabalhador em Situação de Vulnerabilidade Social” está vinculado à STDS, por intermédio da Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda, responsável pela execução de um conjunto de atividades nas áreas do trabalho, emprego e renda e do desenvolvimento social, especialmente as decorrentes do Convênio 014/2012 MTE/SPPE/CODEFAT, celebrado entre o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o Governo do Estado do Ceará, para operacionalização e manutenção das funções e ações do Sistema Público de Emprego no estado, no âmbito do Sistema Nacional de Emprego. O projeto busca a

melhoria dos sistemas de atendimento disponibilizados à população demandante dos serviços públicos de emprego em nosso estado, especialmente os trabalhadores em situação de vulnerabilidade social e atende à diretriz da atual gestão no tocante ao enfrentamento do desafio de superar as desigualdades sociais e econômicas do Estado, o que implica continuar reduzindo de forma drástica a população que vive em condições de extrema pobreza. Por fim, será executado de forma articulada com as demais ações de governo, potencializando a inserção laboral do público-alvo do projeto e dos trabalhadores, em geral, no mercado de trabalho local. As atividades desenvolvidas no âmbito do projeto contribuem para o alcance do resultado estratégico de Governo, em especial o eixo “Ceará de Oportunidades e Ceará Pacifico” com vistas a superar os entraves encontrados pelos Trabalhadores Cearenses na construção de sua autonomia e na busca pela dignidade e o respeito por meio do trabalho. As ações propostas no projeto fortalecem o Sistema Público de Emprego do Estado do Ceará e contribuirão para o alcance das metas estabelecidas no PPA 2016-2019 do Estado do Ceará, compondo o Eixo: Ceará de Oportunidades, Tema Estratégico: Trabalho e Renda; Resultado Temático: “População com oportunidades de inserção produtiva, trabalho de qualidade e renda ampliadas”, associado aos Indicadores: “taxa de colocação dos trabalhadores no mercado de trabalho formal das vagas captadas pelo Sistema Público de Emprego”; “taxa de colocação no mercado de trabalho formal dos egressos de programas/projetos de qualificação profissional da STDS e/ou instituições parceiras encaminhados pelo Sistema Público de Emprego”; “taxa de colocação de jovens (16 a 29 anos) no mercado de trabalho pelo Sistema Público de Emprego”; “taxa de variação do rendimento médio do trabalhador urbano” e “taxa de colocação das pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelo Sistema Público de Emprego”. O projeto integra o Programa 078: Inclusão e Desenvolvimento do Trabalhador; Objetivo: 078.1 – Viabilizar maiores e melhores oportunidades de qualificação profissional, colocação no emprego e inserção produtiva, bem como a Iniciativa 078.1.02 – Ampliação das oportunidades de prestação de serviços para trabalhadores autônomos.

3. Diagnóstico

Um dos aspectos fundamentais no delineamento das políticas públicas é a definição clara e precisa de seu foco de atuação, o que possibilita não apenas a demarcação do público-alvo de atuação, mas quantificar a sua extensão, bem como sua dinâmica de ampliação ou de retração ao longo do tempo, avaliando os seus impactos. Esse processo de construção é, muitas vezes, permeado por crenças, mitos, preconceitos e estereótipos que se expressam por meio das mais diferentes representações depreciativas, tal como os fenômenos de envelhecimento e de pobreza da população. Em ambos os casos, bem como de outras situações, utiliza-se como alternativa de definição um determinado quantum, seja o marco cronológico da idade ou de padrão de renda, para o atendimento das políticas públicas. O caso da pobreza é exemplar nessa discussão a qual é apresentada como sendo aquela situação em que os indivíduos detêm renda familiar per capita inferior a meio salário-mínimo. Com base nesse tipo de recorte, cabe chamar atenção que quatro em cada dez pessoas residentes no Estado do Ceará são delineadas como pobres, ao não deterem uma renda per capita que ultrapasse meio salário-mínimo, cujo valor, na atualidade, é de R\$ 440,00². Tamanha extensão por si só já seria mais do que

2

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)/IBGE 2013.

suficiente para o desenvolvimento de ações específicas de combate a pobreza ao passo que quase metade da população cearense possa a ser classificada nessa condição. Porém, cabe chamar atenção que há em curso um agravamento dos principais indicadores socioeconômicos – Produto Interno Bruto (PIB), geração de emprego, endividamento das famílias, desemprego, baixos salários dentre outros - aos quais recaem com maior intensidade entre os mais pobres devido ao próprio quadro de vulnerabilidade socioeconômica que estão inseridos. Note-se, por exemplo, que o ritmo de crescimento econômico do Estado cada vez mais diminui, o que sobremaneira, gera impactos significativos nos indicadores do mercado de trabalho local.

4. Justificativa

A conjuntura econômica brasileira tem evidenciado o quadro de fragilidade e de incertezas quanto à capacidade de retomada da economia a curto prazo, considerando que a economia mundial, à exceção de poucas experiências, ainda não superou o prejuízo deixado pela crise de 2008, contaminando as economias nacionais, em especial dos países em desenvolvimento. Nesse contexto, o Brasil assiste atualmente a situações de baixo desempenho da atividade produtiva, menor dinamismo no mercado de trabalho, intensificando uma trajetória de arrefecimento, com elevação do nível de desocupação, perda líquida dos empregos com carteira assinada e ampliação da informalidade. Esta última, em decorrência das relações de trabalho precárias e com total desproteção social. À guisa de exemplificação, dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), indicam a eliminação de 1.542.371 postos de trabalho no país, no exercício de 2015. Nesse mesmo período e considerando a série ajustada do CAGED, com informações declaradas fora do prazo, o Estado do Ceará apresentou decréscimo de 33.411 postos de trabalho. De modo geral, o quadro acima destacado já vinha se delineando desde o ano de 2014, sobretudo a partir do segundo semestre, com sinais claros de desaceleração, gerando incertezas sobre o tempo e os impactos no mercado de trabalho. Acresce que a decisão do governo brasileiro de promover um ajuste fiscal tem levado a uma tendência crescente do desemprego afetando de forma mais acentuada setores como a indústria e a construção civil, atividades intensivas em mão de obra. Até outros setores dinâmicos em contratações, como o comércio e os serviços, já dão sinais de acomodação, o que tem impactado no nível de desocupação que se eleva de forma constante nos últimos meses. Nesse contexto, de que forma o Estado do Ceará, por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS), pode reduzir o impacto no ritmo da economia e social na vida dos cearenses, em especial, os mais pobres e os mais excluídos do processo de riqueza? Como alternativa para amenizar o quadro de desemprego que se avizinha e fortalecer os trabalhadores mais vulneráveis socialmente se faz necessário investir no fortalecimento das ações do Sistema Público de Emprego. Conforme assevera a Convenção nº 88, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a função primordial desse sistema é melhorar a organização do mercado de trabalho como parte integrante de uma política nacional que visa assegurar e manter o pleno emprego. As ações no âmbito da qualificação profissional procuram repassar aos trabalhadores mais vulneráveis, com maior dificuldade de (re) inserção profissional, com baixo nível escolar, a capacitação possível, para atender às exigências do mercado de trabalho, facilitando a sua inserção neste. Dentre estas ações de direcionamento do trabalhador para o mercado de trabalho, dando-lhe condições de acesso à carteira de trabalho ou

mesmo na indicação de serviços domiciliares, prestando serviços autônomos, ou ainda em outras formas de intermediação para o emprego, o fato é que a intermediação pública de mão de obra continua tendo papel central e de referência ao trabalhador que procura uma ocupação, assim como para o empregador que deseja preencher sua vaga de emprego. É por essas e outras que as ações que objetivam o fortalecimento do atendimento ao trabalhador em situação de vulnerabilidade social tornam-se tão necessárias para reduzir o abismo social que ainda se defrontam milhares de trabalhadores cearenses.

5. Histórico

Ano	Valor FECOP (R\$)	Valor (outras fontes) (*) (R\$)	Valor Total Aplicado (R\$)	Nº de Beneficiários
2015	2.389.757,03	-	2.389.757,03	175.054
TOTAL	2.389.757,03	-	2.389.757,03	175.054

6. Público Alvo

- Trabalhadores desempregados e subempregados a procura de oportunidades de emprego, trabalho e renda atendidos nas Unidades da rede SINE-CE/IDT;
- Mulheres chefes de família cadastradas no CADUNICO;
- Jovens à procura do primeiro emprego;
- Pessoas com renda per capita de até ½ salário-mínimo que trabalham na condição autônoma;
- Trabalhadores beneficiários do seguro-desemprego;
- Trabalhadores com deficiência.

6.1. Critérios Adotados para Seleção dos Beneficiários

- Encontrar-se desocupado e procurando trabalho;
- Não ter o documento exigido para formalização de contrato de trabalho, a CTPS;
- Para os autônomos: ser cadastrado no Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) como profissional apto a ser encaminhado para prestar serviços nesta modalidade.

6.2. Documentos Comprobatórios da Situação de Pobreza

- comprovante de obtenção de rendimento mensal inferior a meio salário-mínimo por membro do núcleo familiar;
- fatura de energia – consumo de até 80 kwh mensais;
- fatura de água - consumo de até 10 (dez) metros cúbicos mensais;
- comprovante de inscrição em benefícios assistenciais do Governo Federal.

7. Objetivos (Geral e Específico)

7.1 Geral:

Contribuir para a inserção social e produtiva de trabalhadores desempregados e subempregados, em situação de vulnerabilidade social, visando à (re) inserção destes no mercado de trabalho cearense.

7.2 Específicos:

- Oportunizar o acesso a um conjunto de informações e orientações fundamentais sobre o mundo do trabalho para o público-alvo do Projeto, em especial, para os trabalhadores à procura do primeiro emprego;
- Potencializar e fortalecer o desenvolvimento de alternativas de ocupação e renda para autônomos prestadores de serviços, no âmbito do mercado emergente para esses profissionais, no município de Fortaleza.

8. Atividades / Detalhamento das Atividades

8.1 Atividades Realizadas em anos anteriores (Maio a Dezembro/2015)

8.1.1 Realizar Turmas de Oficinas de Orientação para o Trabalho: Foram realizadas 856 turmas de OOTs, nas Unidades da rede de atendimento SINE-CE/IDT, o equivalente a 97% da meta estipulada, para o período.

8.1.2 Viabilizar a participação dos trabalhadores nas oficinas de orientação para o trabalho ofertadas: Ao todo, participaram 18.677 pessoas das 856 OOTs realizadas, correspondendo a 92% da meta firmada. O total de participantes acima equivaleu a 22 participantes, por Oficina, em média. O público participante teve predominância de jovens desempregados e à procura do primeiro emprego e estudantes de escolas públicas estaduais.

8.1.3 Emissão de Carteiras do Trabalho e Previdência Social (CTPSs): Foram emitidas pela rede de atendimento SINE-CE/IDT 55.528 CTPSs, superando em 37% a meta prevista para o período. O documento em tela é pré-requisito obrigatório para o acesso dos trabalhadores a todos os serviços ofertados pela rede SINE-CE/IDT.

8.1.4 Trabalhadores autônomos intermediados: Foram intermediados para prestar serviços como autônomos pelo Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) 531 trabalhadores/mês, em média, o equivalente a 89% da meta contratual estabelecida para o período.

8.1.5 Serviços autônomos prestados com a intermediação do CTA: Ao todo, foram intermediados, por meio do CTA, 45.465 serviços autônomos, ultrapassando em dois por cento a meta estipulada para este indicador, no período, gerando uma renda nominal de, aproximadamente R\$ 3,4 milhões para autônomos beneficiados.

8.1.6 Encaminhamento para cursos de qualificação profissional ofertados no âmbito do PRONATEC de trabalhadores aptos ao recebimento do seguro-desemprego: Foram encaminhados para cursos ofertados no âmbito do PRONATEC 384 trabalhadores desempregados e em processo de habilitação ao benefício do seguro-desemprego. O resultado acima equivaleu a quatorze por

cento da meta prevista. O elevado déficit registrado deveu-se aos cortes de recursos destinados ao custeio do Programa, que reduziu substancialmente o patamar das vagas pactuadas no Brasil e no Estado para esta clientela, sendo as vagas disponibilizadas pelo MEC somente a partir de agosto e em quantidades insignificantes frente à demanda efetiva por estas oportunidades de qualificação. Para se ter uma idéia da magnitude desta queda, considere-se que, no mesmo período de 2014, quando o programa não sofreu contingenciamento de recursos, foram encaminhados 2.148 segurados.

8.2 – Atividades a Serem Realizadas no Ano

8.2.1 Realizar Turmas de Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs): a realização das OOTs compreende, basicamente, três etapas, quais sejam: a articulação com entidades e empresas parceiras; mobilização do público-alvo, e a realização, propriamente dita das Oficinas, com os seus beneficiários. Elas podem ser ministradas nas dependências das Unidades da rede SINE-CE/IDT ou em outros espaços mais convenientes para a clientela a que se destinam.

8.2.2. Viabilizar a participação dos trabalhadores nas Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs) ofertadas: a participação dos trabalhadores nas OOTs é a resultante da atividade de articulação e oferta das turmas para o público beneficiário. Uma vez formadas as turmas cabe ao facilitador habilitado executar a ação utilizando a metodologia de aprendizagem por ação, que estimula a participação e a construção da aprendizagem.

8.2.3 Realizar turma de formação de facilitadores para as OOTs:

8.2.4 Emissão de Carteiras do Trabalho e Previdência Social (CTPSs): a emissão é feita por atendentes do SINE-CE/IDT credenciados pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-CE), utilizando um terminal que dispõe de um software e um banco de dados específicos para operacionalização da emissão em cada Unidade de Atendimento. A atividade se desdobra nas seguintes etapas: recepção do trabalhador e conferência dos documentos exigidos para a emissão; digitação de dados do requerente do documento no sistema informatizado; confecção da carteira centralizada nas dependências das Unidades da SRTE-CE e entrega da CTPS ao trabalhador.

8.2.5 Serviços autônomos prestados com a intermediação do CTA: os serviços autônomos intermediados pelo CTA segue as seguintes etapas: recepção em um sistema informatizado das demandas por serviços autônomos feita por um serviço de telemarketing disponibilizado pelo CTA ou através do site do IDT; encaminhamento das demandas para os profissionais aptos a atendê-las, através de carta de encaminhamento; prestação dos serviços nos domicílios, em Fortaleza; devolução da carta de encaminhamento ao CTA atestando e avaliando a prestação do serviço demandado.

8.2.6 Trabalhadores autônomos intermediados para prestar serviços domiciliares: a intermediação da prestação de serviços autônomos realizada pela Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) requer a organização de um banco de profissionais aptos ao atendimento das demandas por estes serviços. Para tanto,

estes trabalhadores passam pelas seguintes etapas: inscrição, seleção, treinamento na ocupação pretendida, credenciamento e, por último, encaminhamento para realização dos serviços a partir das solicitações captadas. Esses trabalhadores estão organizados em grupos ocupacionais (a maioria trabalhando como diaristas), que atendem continuamente à clientela do CTA, gerando trabalho e renda para esses profissionais.

8.2.7 Qualificação para trabalhadores autônomos: para manter, ampliar e/ou renovar paulatinamente o banco de profissionais autônomos aptos a prestar serviços nos domicílios, intermediados pelo CTA, este Centro precisa capacitar novas turmas para atender, inclusive, a demanda crescente por serviços prestados nesta modalidade. Para qualificar os profissionais autônomos, o CTA segue as seguintes etapas: inscrição dos trabalhadores interessados em prestar serviços como autônomos, definição dos cursos de formação com maior demanda, execução dos cursos com conteúdos teóricos e práticos, aprovação dos profissionais e credenciamento desses no projeto CTA.

8.2.8 Participação em eventos de prestação de serviços às comunidades vulneráveis de Fortaleza: para atender as demandas pelos serviços do SINE/IDT em atividades externas, seguem-se as seguintes etapas: o solicitante formaliza o pedido à Presidência do IDT e/ou Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social, a demanda é avaliada considerando o público a ser atendido e a finalidade do evento; logo após é dado o devido encaminhamento para atendimento ou não da solicitação. Normalmente são realizados os serviços de emissão da CTPS, cadastramento, verificação e encaminhamentos de trabalhadores para oportunidades de emprego.

8.2.9 Participantes em palestras sobre mercado de trabalho para os trabalhadores em espera por atendimento no SINE: para a consecução desta ação seguem-se as seguintes etapas: sensibilização de trabalhadores em situação de espera por atendimento nos guichês da Unidade de Atendimento do SINE-CE/IDT Centro, em Fortaleza, para participação em palestras com foco em temas relacionados ao mundo do trabalho; reunião dos interessados nas palestras em uma sala de multimeios; participação dos trabalhadores nas palestras ministradas; avaliação dos participantes da ação e retorno para prosseguir seu atendimento.

8.2.10 Trabalhadores encaminhados para qualificação profissional: o encaminhamento de trabalhadores atendidos nas Unidades da rede SINE-CE/IDT para participar de ações de qualificação profissional é uma estratégia perseguida com vistas a aumentar as chances de colocação destes no mercado de trabalho. A ação compreende as seguintes etapas: captação de vagas de treinamento em entidades parceiras e projetos governamentais; identificação de trabalhadores cadastrados no SINE-CE/IDT com perfis compatíveis com as vagas disponibilizadas; encaminhamento dos trabalhadores por meio de formulário impresso para acolhimento nas entidades treinadoras.

8.3 Atividades Previstas para os Anos Posteriores

8.3.1 Realizar Turmas de Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs): a realização das OOTs compreende, basicamente, três etapas, quais sejam: a articulação com entidades e empresas parceiras; mobilização do público-alvo, e a

realização, propriamente dita das Oficinas, com os seus beneficiários. Elas podem ser ministradas nas dependências das Unidades da rede SINE-CE/IDT ou em outros espaços mais convenientes para a clientela a que se destinam.

8.3.2. Viabilizar a participação dos trabalhadores nas Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs) ofertadas: a participação dos trabalhadores nas OOTs é a resultante da atividade de articulação e oferta das turmas para o público beneficiário. Uma vez formadas as turmas cabe ao facilitador habilitado executar a ação utilizando a metodologia de aprendizagem por ação, que estimula a participação e a construção da aprendizagem.

8.3.3 Realizar turma de formação de facilitadores para as OOTs:

8.3.4 Emissão de Carteiras do Trabalho e Previdência Social (CTPSs): a emissão é feita por atendentes do SINE-CE/IDT credenciados pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-CE), utilizando um terminal que dispõe de um software e um banco de dados específicos para operacionalização da emissão em cada Unidade de Atendimento. A atividade se desdobra nas seguintes etapas: recepção do trabalhador e conferência dos documentos exigidos para a emissão; digitação de dados do requerente do documento no sistema informatizado; confecção da carteira centralizada nas dependências das Unidades da SRTE-CE e entrega da CTPS ao trabalhador.

8.3.5 Serviços autônomos prestados com a intermediação do CTA: os serviços autônomos intermediados pelo CTA segue as seguintes etapas: recepção em um sistema informatizado das demandas por serviços autônomos feita por um serviço de telemarketing disponibilizado pelo CTA ou através do site do IDT; encaminhamento das demandas para os profissionais aptos a atendê-las, através de carta de encaminhamento; prestação dos serviços nos domicílios, em Fortaleza; devolução da carta de encaminhamento ao CTA atestando e avaliando a prestação do serviço demandado.

8.3.6 Trabalhadores autônomos intermediados para prestar serviços domiciliares: a intermediação da prestação de serviços autônomos realizada pela Centro do Trabalhador Autônomo (CTA) requer a organização de um banco de profissionais aptos ao atendimento das demandas por estes serviços. Para tanto, estes trabalhadores passam pelas seguintes etapas: inscrição, seleção, treinamento na ocupação pretendida, credenciamento e, por último, encaminhamento para realização dos serviços a partir das solicitações captadas. Esses trabalhadores estão organizados em grupos ocupacionais (a maioria trabalhando como diaristas), que atendem continuamente à clientela do CTA, gerando trabalho e renda para esses profissionais.

8.3.7 Qualificação para trabalhadores autônomos: para manter, ampliar e/ou renovar paulatinamente o banco de profissionais autônomos aptos a prestar serviços nos domicílios, intermediados pelo CTA, este Centro precisa capacitar novas turmas para atender, inclusive, a demanda crescente por serviços prestados nesta modalidade. Para qualificar os profissionais autônomos, o CTA segue as seguintes etapas: inscrição dos trabalhadores interessados em prestar serviços como autônomos, definição dos cursos de formação com maior demanda, execução dos

cursos com conteúdos teóricos e práticos, aprovação dos profissionais e credenciamento desses no projeto CTA.

8.3.8 Participação em eventos de prestação de serviços às comunidades vulneráveis de Fortaleza: para atender as demandas pelos serviços do SINE/IDT em atividades externas, seguem-se as seguintes etapas: o solicitante formaliza o pedido à Presidência do IDT e/ou Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Social, a demanda é avaliada considerando o público a ser atendido e a finalidade do evento; logo após é dado o devido encaminhamento para atendimento ou não da solicitação. Normalmente são realizados os serviços de emissão da CTPS, cadastramento, verificação e encaminhamentos de trabalhadores para oportunidades de emprego.

8.3.9 Participantes em palestras sobre mercado de trabalho para os trabalhadores em espera por atendimento no SINE: para a consecução desta ação seguem-se as seguintes etapas: sensibilização de trabalhadores em situação de espera por atendimento nos guichês da Unidade de Atendimento do SINE-CE/IDT Centro, em Fortaleza, para participação em palestras com foco em temas relacionados ao mundo do trabalho; reunião dos interessados nas palestras em uma sala de multimeios; participação dos trabalhadores nas palestras ministradas; avaliação dos participantes da ação e retorno para prosseguir seu atendimento.

8.3.10 Trabalhadores encaminhados para qualificação profissional: o encaminhamento de trabalhadores atendidos nas Unidades da rede SINE-CE/IDT para participar de ações de qualificação profissional é uma estratégia perseguida com vistas a aumentar as chances de colocação destes no mercado de trabalho. A ação compreende as seguintes etapas: captação de vagas de treinamento em entidades parceiras e projetos governamentais; identificação de trabalhadores cadastrados no SINE-CE/IDT com perfis compatíveis com as vagas disponibilizadas; encaminhamento dos trabalhadores por meio de formulário impresso para acolhimento nas entidades treinadoras.

9. Produtos

Produtos	Quantidade	Fontes de Verificação
Turmas de Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs) realizadas	1.101	Relatórios executivos das OOTs realizadas. Listas de presença dos participantes.
Trabalhadores participantes das OOTs realizadas	22.020	Relatórios executivos das OOTs realizadas. Listas de presença dos participantes devidamente assinada.
Turma de formação de colaboradores para OOT	1	Relatórios executivos das OOTs realizadas. Listas de presença dos participantes devidamente assinada.

Pessoas beneficiadas com Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPSs)	61.951	Relatório emitido pelo software do MTPS utilizado para os registros desta ação. Visitas de supervisão da STDS
Serviços autônomos prestados com a intermediação do CTA	61.000	Relatório emitido pelo software específico utilizado para os registros desta ação.
Trabalhadores autônomos intermediados	600	Relatório emitido pelo software específico utilizado para os registros desta ação.
Turma de qualificação para trabalhadores autônomos - CTA	1	Relatório do facilitador e lista de presença dos participantes devidamente assinadas.
Participação em eventos de prestação de serviços as comunidades vulneráveis de Fortaleza	9	Solicitação formal do demandante
Participantes em palestras sobre Mercado de Trabalho para os trabalhadores em espera por atendimento no SINE	1.000	Listas de presença dos participantes devidamente assinada.
Trabalhadores encaminhados para qualificação profissional	1.300	Lista para controle dos encaminhados

10. Metas

- Realizar 1.101 turmas de Oficinas de Orientação para o Trabalho, com aproximadamente, 20 pessoas, em média, por turma, totalizando 22.020 participantes;
- Assegurar a participação de 22.020 pessoas nas Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs) realizadas;
- Realizar 01 turma de formação de facilitadores das OOTs, com 25 pessoas.
- Emitir 61.951 Carteiras do Trabalho e Previdência Social;
- Intermediar 61.000 serviços autônomos prestados através do Centro do Trabalhador Autônomo – CTA;
- Intermediar 600 trabalhadores na realização de serviços autônomos;
- Realizar 01 turma de qualificação para 25 trabalhadores autônomos – CTA;
- Participar de 09 eventos de prestação de serviços as comunidades vulneráveis de Fortaleza;
- Realizar 67 palestras temáticas sobre Mercado de Trabalho para atender 1.000 trabalhadores em espera por atendimento na Unidade do SINE Centro, em Fortaleza;
- Encaminhar 1.300 trabalhadores para qualificação profissional;

11. Resultados Esperados

- Geração de trabalho e renda para profissionais aptos a prestar serviços domiciliares como autônomos, intermediados pelo CTA, em Fortaleza;
- Inserção ou reinserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, por meio de orientações profissionais;
- Habilitação do trabalhador para o mercado de trabalho formal, através da emissão do documento da Carteira do Trabalho e Previdência Social;
- Qualificação dos facilitadores, tornando-os hábitos a realizar as Oficinas de Orientação para o Trabalho;
- Qualificação dos trabalhadores em situação autônoma que desejam ingressar no Programa CTA.

12. Integração de Ações

A integração das ações contempladas neste projeto ocorre com diversos setores da sociedade e com o Plano de Governo do Ceará. No Ceará de Oportunidades, trabalhamos a inclusão produtiva e geração de emprego e renda, com foco nos segmentos de maior vulnerabilidade social. Trabalhamos em parceria com o sistema S, CDL, Associação das Empresas dos Distritos Industriais, Sebrae, Coelce, ABRH, Cagece, Escolas Públicas Estaduais e Municipais, todos com o objetivo de inclusão social por meio do encaminhamento para o emprego formal e informal, além da qualificação profissional.

13. Monitoramento

O monitoramento será feito através de relatórios mensais, trimestrais e anuais das atividades, elaborados pelo Instituto e entregues à STDS, para fins de acompanhamento e avaliação do cumprimento das metas contratuais. Além desses instrumentos, será de suma importância para o monitoramento em tela a observância dos Relatórios da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, expedidos a cada trimestre, que avaliam o grau de cumprimento das metas pactuadas no Programa de Trabalho do Contrato de Gestão STDS-IDT, com base em metodologia definida e utilizada para este fim precípuo. Por fim, o monitoramento será feito também por meio da rotina de supervisão das ações que são objeto do Contrato de Gestão STDS-IDT, utilizando metodologia construída previamente pela Coordenadoria de Promoção do Trabalho e Renda da STDS, contemplando visitas aos equipamentos sociais que executam as ações, acesso às bases de dados e de gestão de sistemas informatizados e outros meios de verificação dos resultados e de avaliação da execução do Projeto em questão.

13.1 Dados Utilizados

As fontes de informações utilizadas são retiradas do sistema MTE Mais emprego, do Sistema da Carteira Profissional e do Sistema Centro do Trabalhador Autônomo (CTA). A periodicidade será mensal, cujas informações serão repassadas por meio de relatórios de acompanhamento das atividades que são encaminhados para a STDS para análise por meio de uma Comissão de Avaliação de Projetos.

13.2. Cadastro dos Beneficiários

- Cadastro no Sistema MTE Mais Emprego;
- Cadastro no Sistema da Carteira Profissional;

- Cadastro no Sistema CTA.

14. Pressupostos de Risco

- Dificuldade de recrutar pessoas em número suficiente para formar as turmas de OOTs;
- Mudança no sistema operacional de confecção da CTPS para versão 3.0, que é uma prerrogativa exclusiva do Ministério do Trabalho e Previdência Social;
- Falta de treinamento e credenciamento de pessoal para emissão de CTPS, por parte do MTPS;
- Queda na demanda por serviços autônomos decorrente da redução da renda das famílias provocada pela crise econômica;
- Ocorrência de falhas técnicas que provoquem suspensões na operação do software usado nesta ação.

15. Orçamento

Detalhamento	Valor FECOP (R\$)	Valor Outras Fontes (R\$)	Valor Total (R\$)
NATUREZA DA DESPESA			
1. DESPESAS CORRENTES			
1.1 Transferência a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos – Contribuições (33.50.41	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00
TOTAL	3.000.000,00	0,00	3.000.000,00

16. Cronograma de Desembolso – Fonte FECOP

Itens de Despesa	Mês				
	Março	Maio	Julho	Outubro	TOTAL
335041 – Contratação o da Entidade Executora	571.879,39	1.079.164,72	809.373,54	539.582,36	3.000.000,00
TOTAL	571.879,39	1.079.164,72	809.373,54	539.582,36	3.000.000,00

17. Distribuição dos Recursos por Municípios

Nº	Região Administrativa	Municípios	Pessoas Beneficiadas	Valor FECOP (R\$)

1	03 - Grande Fortaleza	Aquiraz	456	
2		Caucaia	3.652	
3		Eusébio	871	
4		Fortaleza	99.220	3.000.000,00
5		Horizonte	2.131	
6		Itaitinga	179	
7		Maracanaú	3.305	
8		Maranguape	1.836	
9		Pacajus	486	
10		Pacatuba	1.494	
11		São Gonçalo do Amarante	2.306	
	1.TOTAL		115.936	3.000.000,00
12	01- CARIRI	Barbalha	288	
13		Crato	761	
14		Juazeiro	7.274	
	2. TOTAL		8.323	
15	04-Litoral Leste	Aracati	678	
16		Cascavel	1.948	
	3. TOTAL		2.626	
17	05-Litoral Norte	Camocim	623	
	4. TOTAL		623	
18	06-Litoral Oeste / Vale do Curu	Posto Itapajé	0	
19		Itapipoca	883	
20		Posto Paracuru	0	
21		Posto Trairi	0	
	5.TOTAL		883	
22	07-Maciço de Baturité	Baturité	1.402	
	6. TOTAL		1.402	
23	08-Serra da Ibiapaba	Tianguá	3.348	
24		Ubajara	1.574	
	7. TOTAL		4.922	
25	09-Sertão Central	Posto Pedra Branca	0	
26		Quixadá	1.852	
27		Quixeramobim	1.923	
	8. TOTAL		3.775	
28	10-Sertão do Canindé	Canindé	279	

	9. TOTAL		279	
29	11-Sertão de Sobral	Sobral	2.820	
	10. TOTAL		2.820	
30	12-Sertão de Crateús	Crateús	1.895	
	11. TOTAL		1.895	
31	13-Sertão dos Inhamuns	Tauá	302	
	12. TOTAL		302	
32	14-Vale do Jaguaribe	Posto Jaguaribe	0	
33		Limoeiro do Norte	2.709	
34		Morada Nova	485	
35		Russas	290	
	13.TOTAL		3.484	
	02-Centro Sul	Posto Icó	0	
		Iguatu	1.183	
	14. TOTAL		1.183	
TOTAL GERAL ESTADO (MR)			148.453	3.000.000,00

18. Responsável (eis) pelo Projeto

Coordenadoria/Gerência	Coordenadoria da Promoção do Trabalho, Emprego e Renda / Célula do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
Técnico Responsável	Márcia Maria Mororó Monteiro Muniz
E-mail	marcia.mororo@stds.ce.gov.br
Fone	3101-2111 / 9953 - 8179

ANEXO I MARCO LÓGICO

Cadeia Lógica de Objetivos	Descrição	Indicadores	Meios de Verificação	Riscos
Impactos	Aumento da renda dos colocados pelo Sistema Público de Emprego (SPE).	Renda média dos colocados pelo SPE no ato da admissão.	Relatórios de acompanhamento. Relatório de avaliação da ação.	Não permanência dos colocados pelo SPE no mercado de trabalho.
	Redução da vulnerabilidade/pobreza dos colocados pelo SPE.	Nº de colocados pelo SPE.		
	Inserção e permanência no mercado de trabalho.			
Resultado	Inserção dos encaminhados pelo SPE no mercado de trabalho.	Nº de trabalhadores colocados pelo SPE.	Relatório final de acompanhamento.	Saída de trabalhadores cadastrados no projeto e Crise econômica.
	Inserção dos jovens encaminhados pelo SPE no mercado de trabalho.	Nº de trabalhadores jovens colocados pelo SPE.	Relatórios de acompanhamento e supervisão.	
	Inserção das pessoas com deficiência (PcDs) encaminhadas pelo SPE no mercado de trabalho.	Nº de PcDs colocadas pelo SPE.		
	Expansão dos serviços domiciliares prestados por autônomos em Fortaleza, encaminhados pelo CTA.	Número de serviços prestados por autônomos encaminhados pelo CTA. Número de trabalhadores autônomos intermediados.	Cadastro do trabalhador inscrito no CTA. Relatório de solicitações atendidas e cadastradas no sistema do CTA.	
Produtos	Oficinas de Orientação para o Trabalho (OOTs).	Nº de turmas de OOTs ofertadas.	Relatórios executivos das turmas de OOTs realizadas	Não formação das turmas de OOTs na quantidade

Participantes nas OOTs ofertadas.	(trimestrais e por Regional).	necessária para o cumprimento da meta.
Carteiras do Trabalho e Previdência Social (CTPS) emitidas.	Listas de presença dos participantes das OOTs.	Evasão das pessoas inscritas para participar das OOTs.
Serviços autônomos intermediados pelo CTA.	Relatórios emitidos pelo software utilizado para os registros da emissão de CTPSs.	Mudança no sistema operacional de confecção da CTPS, gerido pelo MTE.
Facilitadores formados para ministrar as OOT's.	Relatório de solicitações atendidas e cadastradas no sistema do CTA.	Redução na demanda por serviços domiciliares devido a crise econômica.
Trabalhadores autônomos qualificados.	Relatórios executivos das turmas de formação de facilitadores realizadas.	
Participação em eventos de prestação de serviços às comunidades vulneráveis de Fortaleza.	Relatórios executivos das turmas de profissionais autônomos qualificadas pelo CTA.	
Participantes em palestras sobre o mercado de trabalho para trabalhadores em espera por atendimento no SINE.	Relatórios sobre a participação em eventos de prestação de serviços à comunidade.	
Trabalhadores encaminhados para qualificação profissional.	Relatórios das palestras sobre o mercado de trabalho realizadas.	
	Listagens dos trabalhadores encaminhados para as ações de qualificação profissional.	

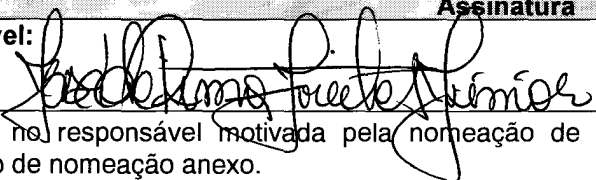
Atividades	Identificar o público demandante e ofertar as OOTs	OOTs ofertadas aos trabalhadores. Pessoas inscritas nas OOTs.	Relatórios de acompanhamento e de supervisão. Cadastro do trabalhador. Relatórios de acompanhamento e de supervisão. Relatórios emitidos pelo software do Sistema de Intermediação do CTA.	Falta de profissionais qualificados para atendimento das demandas.
	Identificar o público demandante da CTPS e viabilizar a emissão do documento. Viabilizar a prestação de serviços autônomos nos domicílios demandantes. Realizar formação de colaboradores para OOTs Realizar curso de qualificação para trabalhadores autônomos Promover ações de orientação para o trabalho. Cadastrar e encaminhar trabalhadores para qualificação profissional	Pedidos de emissão de CTPSs protocolados. Trabalhadores autônomos cadastrados e ativos para a intermediação de serviços, via CTA. % cadastros realizados.		
Insumos	Recursos Financeiros do FECOP. Recursos Humanos do IDT.	Total de recursos liberados pelo FECOP para financiar o Projeto. Nº de trabalhadores do IDT envolvidos na implementação das ações do Projeto.	Relatório de Prestação de Contas	Atraso na Liberação dos Recursos.

ANEXOS

ANEXO 1

ANEXO 1 - Protocolo do Indicador PforR

Protocolo Indicador Programa para Resultados (PforR)		
Nome do Indicador:		
Percentual de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP com marco lógico.		
Tipo de Indicador:		
Tema Projeto: Redução da Pobreza	Macrofunção/Área de Resultado: Assistência à Família	Setorial Envolvida: SEPLAG
Nº Indicador Área de Resultado: 4	Nº Indicador de Desembolso: 6	Data: 29/10/2014
Quanto ao Desembolso: () Ano Zero (X) Primário () Secundário		Quanto ao Resultado: (X) Produto () Intermediário () Resultado
Responsável pelo Indicador		
Nome Responsável (*): José de Lima Freitas Júnior	Área Responsável: Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social - CCOPI	
Email do Responsável: jose.freitas@seplag.ce.gov.br	Telefone do Responsável: 3101 3820	
Programa do PPA e Iniciativa relacionada com o Indicador:		
Programa: Não se Aplica (não há programa do PPA relacionado)		Iniciativa: Não se Aplica (não há iniciativa relacionada)
Descrição do Indicador:		
O marco lógico é uma ferramenta de planejamento que permite definir e construir parâmetros para mensurar o desempenho de um projeto em todas as suas etapas, auxiliando no processo de formulação, execução, acompanhamento e avaliação. Constitui-se numa matriz estruturada com os objetivos, atividades, indicadores, meios de verificação e riscos, a qual será acompanhada de forma sistemática para a verificação dos resultados do projeto. As diretrizes para a elaboração do marco lógico serão divulgadas por meio de um Programa de Treinamento para servidores envolvidos na elaboração, gestão e execução dos projetos financiados pelo Fundo. Deverão também constar posteriormente em um manual sobre os projetos financiados pelo FECOP, no qual será explicitada a metodologia padrão a ser adotada nas etapas de monitoramento e avaliação, cujos processos serão apoiados por um Sistema Informatizado de Monitoramento e Avaliação dos projetos do Fecop (M&A). Tendo em vista a possibilidade de encerramento e de surgimento de novos projetos até 2017, as metas serão calculadas sobre o número de projetos de assistência à família existentes no ano de referência. Para este indicador, considerou-se como projeto de assistência à família aquele cujos objetivos estejam voltados para o grupo familiar de forma geral e também de modo mais restrito (crianças, adolescentes, jovens, adultos, mulheres, idosos, pessoas com deficiência, etc), abrangendo ações de diversas naturezas, como capacitação, assistência técnica e extensão rural, habitação, esporte, cultura, e demais correlacionadas.		
Informações do Indicador:		
Unidade do Indicador: Porcentagem	Fonte da Informação: Executores do Projeto; Gerência Executiva do FECOP; IPECE	
Fórmula de Cálculo: Total de projetos de atendimento às famílias elaborados com Marco Lógico / Total de projetos de atendimento às famílias financiados pelo Fundo		
Periodicidade da Informação: Semestral a partir do Ano 1,5	Data entrega da Informação: Junho e Dezembro	Abrangência Geográfica: Estadual (Ceará)
Metas		
Ano 2012	Linha de Base	
Ano 2013	Ano Zero	
Ano 2014	Ano 0,5 - Primeiro Semestre	
	Ano 1 - Segundo Semestre	

Ano 2015	Ano 1,5 - Primeiro Semestre	22,5%
	Ano 2 - Segundo Semestre	45%
Ano 2016	Ano 2,5 - Primeiro Semestre	55%
	Ano 3 - Segundo Semestre	70%
Ano 2017	Ano 3,5 - Primeiro Semestre	82,5%
	Ano 4 - Segundo Semestre	95%
Assinatura		
Responsável:		Data: 27/05/2015.

(*) Mudança no responsável motivada pela nomeação de um novo coordenador para a CCOPI, conforme ato de nomeação anexo.

ANEXO 2



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 01/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.9.2009, no uso das atribuições que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza durante o exercício de 2016 no seguinte valor:

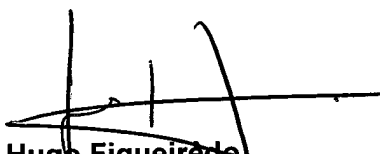
Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	4.968.914,39
TOTAL (R\$)	4.968.914,39

Parágrafo único. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

Art. 2º. Autorizar limite financeiro no exercício de 2015, correspondente a R\$145.294,65, tão somente para efeito de regularização contábil, referente a recurso financeiro egresso da Conta do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, devolvido pela Secretaria do Esporte – SESPORTE, ao Ministério do Esporte – ME, através da Nota de Movimentação Financeira – NMF, nº 62, de 02/10/2015, junto ao Convênio nº 75866/2011, firmado por estes órgãos, de modo a viabilizar, sem qualquer implicação financeira para o citado Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, com que a Secretaria do Esporte – SESPORTE, possa ter o referido limite junto ao MAPP 18 – Projeto Segundo Tempo (PST), com o objetivo de emitir Nota de Empenho, Liquidação e Pagamento Escritural, conforme orientação da Secretaria da Fazenda – SEFAZ, que segue em anexo, como parte integrante desta Resolução.

Art. 3º. Esta Resolução deriva da 01ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada no dia 12/01/2016.

Fortaleza, 12 de janeiro de 2016


Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCOPI Nº 01 DE 12/01/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
1.	Secretaria das Cidades - SCIDADES (2)													
3123	Requalificação da Encosta do Morro Santa Terezinha - Fortaleza - CE	-	-	800.000,00	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	1.800.000,00
258	Obra Emergencial da Adutora de Água Traçada para o Município de Aquidauana - MS	3.168.914,39	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.168.914,39
	Sub-total	3.168.914,39	0,00	800.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.968.914,39
	TOTAL GERAL	3.168.914,39	0,00	800.000,00	0,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.968.914,39

(*) Total de Projetos: (2) = Novo (2)



José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza (Luch) Social
CCOPI / SEPLAG

Zimbra

jose.freitas@seplag.ce.gov.br

Re: Fwd: DEVOLUÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIO (CONTRAPARTIDA FECOP)

De : MARIA DOLORES PEREIRA
<dolores.pereira@sefaz.ce.gov.br>

Qui, 07 de Jan de 2016 16:58

Assunto : Re: Fwd: DEVOLUÇÃO DE RECURSOS DE CONVÊNIO (CONTRAPARTIDA FECOP)

Para : Silvania Costa
<silvania.costa@esporte.ce.gov.br>, Waldir
<waldir.meireles@sefaz.ce.gov.br>, jose
freitas <jose.freitas@seplag.ce.gov.br>,
jarbas mesquita
<jarbas.mesquita@sefaz.ce.gov.br>, naiana
lima <naiana.lima@seplag.ce.gov.br>,
RAIMUNDINHA
<raimunda.medeiros@sefaz.ce.gov.br>,
vania cecai <vania.silva@sefaz.ce.gov.br>

Prezados Senhores,

Informo a todos da regularização referente ao recurso financeiro da conta do FECOP devolvido pela SESPORTE ao MINISTÉRIO DO ESPORTE através da NMF N º 62 DE 02/10/2015 NO VALOR DE R\$ 145.294,65. Porém, a Secretaria precisa da INCLUSÃO de LIMITE FINANCEIRO NO MAPP 18 para poder EMITIR A NOTA DE EMPENHO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO ESCRITURAL.

Ressalto que tais rotinas não implicam financeiramente na conta do FECOP. Pois, o recurso do FECOP supriu a conta específica do Convênio em exercício anterior.

Na fase da prestação de contas, conforme a Portaria Interministerial 507/2011, a devolução dos saldos financeiros remanescentes foi obedecida pela exigência da proporcionalidade estabelecida no Convênio em razão do Estado do Ceará não ter executado o valor total da contrapartida.

Referida regularização é de fundamental importância para o fechamento das Contas do Governador de 2015.

ATENCIOSAMENTE,

MARIA DOLORES PEREIRA
Orientadora de Célula de Adm Fazendária/Contadoria Direta
TELEFONE: 85-3101.9190

Informamos que já efetuamos a regularização, via notas de empenho escritural:

- **CREDOR SEFAZ:** NED nº 3341 (R\$ 62.313,84 + 55.200,46= R\$117.514,30); NED 3252 (R\$ 8.290,40).

- **CREDOR Ministério do Esporte:** NED 3342 (701.336,16 + 621.275,82= R\$1.322.611,98); NED 3243 (R\$93.307,69).

Informamos, ainda, que estamos impossibilitados de concluir tão somente a regularização do valor de **R\$ 145.294,65** referente à **NMF nº62** (saldo de contrapartida), visto não existir Valor Limite no SACC.

Diante do exposto, solicitamos a inclusão no SACC do valor de R\$ 145.294,65 - fonte FECOP, como limite no exercício 2015.

Atenciosamente,

Silvania Costa
3101.4392



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 02/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

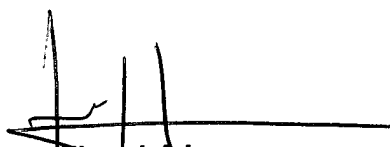
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	26.516.200,12
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	29.668.738,42
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	59.558.164,04
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA	2.100.000,00
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	2.500.000,00
Secretaria da Saúde - SESA	6.854.175,75
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	8.269.106,87
TOTAL (R\$)	135.466.385,20

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 1ª Reunião Ordinária do CCPIS, realizada no dia 29/01/16.

Fortaleza, 29 de janeiro de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOP/SEPLAC

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIIS Nº 02 DE 29/01/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
341	São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	-	6.500.000,00	2.000.000,00	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,22	722.222,24	15.000.000,00
373	Fortalecimento da Cadeia Produtiva da Apicultura.	-	-	400.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00
374	Desenvolvimento da Ovinocaprinocultura no Estado do Ceará	-	-	350.385,06	-	-	-	-	-	-	-	-	-	350.385,06
434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	-	-	500.000,00	-	500.000,00	-	500.000,00	-	500.000,00	-	500.000,00	-	2.500.000,00
451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire)	-	3.882.971,06	-	-	-	-	3.882.971,06	-	-	-	-	-	7.765.942,12
452		-	7.827.906,86	-	-	-	-	7.606.802,47	-	-	-	-	-	15.434.709,33
453		-	1.379.040,19	59.040,19	59.040,19	299.040,19	59.040,19	59.040,19	1.299.040,19	59.040,19	59.040,19	59.040,15	-	3.390.401,86
454		-	-	-	376.364,13	-	-	175.444,77	-	175.444,77	-	-	-	727.253,67
477	Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar.	-	-	700.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	700.000,00
	Sub-total	879.456,00	22.805.374,11	4.888.881,25	2.159.548,18	2.400.718,41	1.938.252,77	13.825.936,71	2.900.718,41	2.336.163,18	1.660.718,41	2.160.718,37	1.601.678,24	59.558.164,04
4. Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (2)														
62	Investimento para a Capacitação Familiar da Associação dos Criadores de Camarão de Irapuá-CE (ACCI)	-	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
98	Apoio à revitalização da piscicultura no Açude Castanhão	-	2.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00
	Sub-total	0,00	2.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.100.000,00
5. Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA (1)														
329	Obras de Implantação da Reserva Indígena Tabá dos Anacés	0,00	2.500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.500.000,00
	Sub-total	0,00	2.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500.000,00
6. Secretaria da Saúde - SESA (1)														
2722	Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica e Medicamentos nas Redes de Atenção à Saúde do Estado do Ceará	-	6.854.175,75	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.854.175,75
	Sub-total	0,00	6.854.175,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.854.175,75
7. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (7)														
170	Construção de Unidade Socioeducativa de Internação no Município de Juazeiro do Norte.	-	-	-	700.244,37	-	-	-	-	-	-	-	-	700.244,37
237	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas no Município de Juazeiro do Norte.	-	-	1.958.875,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.958.875,00
238	Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas de Sobral	-	-	1.998.380,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.998.380,00
240	Estrutura do Acesso, Área de Lazer e Paisiagem do Abrigo de Idosos - (Proteção Social Especial) - Fortaleza-CE	-	-	-	400.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00
241	Recuperação de Instalações Físicas de Unidades de Atendimento para Desenvolvimento de Inclusão Social de Jovens - Ceará Pacífico	-	-	350.000,00	350.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	700.000,00
258	Política Integrada de Economia Solidária	-	-	-	-	40.000,00	-	-	-	530.000,00	-	30.000,00	-	600.000,00
307	Primeiro Passo - Estagiários TRE	577.747,50	568.441,50	470.728,50	147.345,00	147.345,00	-	-	-	-	-	-	-	1.911.607,50
	Sub-total	577.747,50	568.441,50	4.777.983,50	1.597.589,37	187.345,00	0,00	0,00	0,00	530.000,00	0,00	30.000,00	0,00	8.269.106,87
	TOTAL GERAL (*)	7.577.625,32	48.796.078,37	22.526.124,34	12.775.491,49	7.054.113,95	5.186.569,68	16.314.086,84	4.710.016,48	3.784.835,37	2.316.066,22	2.464.026,66	1.961.550,48	135.466.385,20

(*) 47 projetos - sendo 04 novos (Mapp 182 da Cidadades, 329 da Seinfra e 237 e 238 da STDS) e 43 de Continuidade.



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 03/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

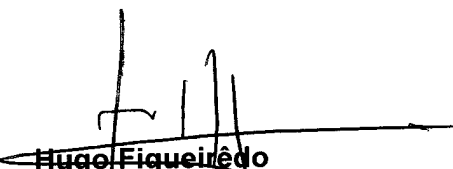
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	19.090.980,38
Gabinete do Governador - GABGOV	2.524.518,40
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	814.923,24
Secretaria da Saúde - SESA	2.375.000,00
TOTAL (R\$)	24.805.422,02

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 2ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada nos dias 26 e 29/02/16.

Fortaleza, 29 de fevereiro de 2016.

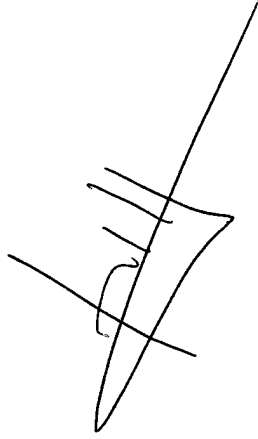

Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS

ANEXO 1
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIs Nº 03 DE 29/02/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Jan	Fev	Mar	Abr	Maio	Jun	Jul	Agosto	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
1.	Secretaria das Cidades - CIDADES (03)													
2	Rio Maranguapinho (Barragem, Dragagem e Urbanização - Trecho I, II e III (PAC I))	-	-	1.000.000,00	900.000,00	910.000,00	900.000,00	790.000,00	500.000,00	-	-	-	-	5.000.000,00
3	Rio Cocó (Barragem, Drenagem e Urbanização)	-	1.820.000,00	2.890.980,38	2.280.000,00	2.700.000,00	1.800.000,00	-	-	-	-	-	-	11.490.980,38
1378	Dentá (Ações Habitacionais)	-	63.577,83	113.334,90	174.560,15	182.816,31	315.384,81	273.902,24	304.451,82	308.803,02	296.742,16	290.523,72	275.903,04	2.600.000,00
	Sub-total	0,00	1.883.577,83	4.004.315,28	3.354.560,15	3.792.816,31	3.015.384,81	1.063.902,24	804.451,82	308.803,02	296.742,16	290.523,72	275.903,04	19.090.980,38
2.	Gabinete do Governador - GABGOV (02)													
102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens Projovem Urbano	-	217.000,00	1.683.710,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.900.710,40
103	Projovem Campo "Saberes da Terra"	-	-	623.808,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	623.808,00
	Sub-total	0,00	217.000,00	2.307.518,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.524.518,40
3.	Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG (01)													
41	Regularização Fundiária e Titularização dos Imóveis Construídos em Regime de Muirão, pela COMAB-CE	0,00	0,00	271.641,08	271.641,08	271.641,08	-	-	-	-	-	-	-	814.923,24
	Sub-total	0,00	0,00	271.641,08	271.641,08	271.641,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	814.923,24
4.	Secretaria da Saúde - SESA (01)													
2788	Apoio às Ações de Vigilância e Controle da Dengue, Zika e Chikungunya	-	2.375.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.375.000,00
	Sub-total	0,00	2.375.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.375.000,00
	TOTAL GERAL	0,00	4.475.577,83	6.583.474,76	3.626.201,23	4.064.457,39	3.015.384,81	1.063.902,24	804.451,82	308.803,02	296.742,16	290.523,72	275.903,04	24.805.422,02

(*) Total de Projetos: 07 = Nova (*) e Continuidade (6)

José de Lima Freitas Junior
Coordenador de Programas e Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPT/SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 04/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

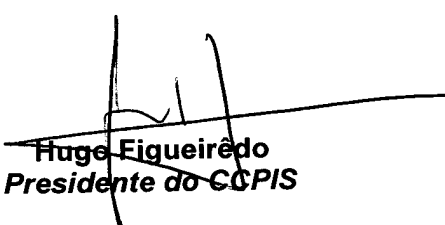
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	42.366.239,40
Secretaria da Educação - SEDUC	67.000.000,00
Secretaria da Cultura - SECULT	1.583.472,00
TOTAL (R\$)	110.949.711,40

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 3ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada no dia 04/03/2016.

Fortaleza, 04 de março de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOP/SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIs Nº 04 DE 04/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (15)														
14	Novos Caminhos para Proteção de Mulheres em Situação de Violência Doméstica - Casa do Caminho	-	-	75.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	50.000,00	-	300.000,00
15	Ampliação de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono-Abriço Desembargador Olívio Câmara - ADOC e Tia Júlia	-	-	1.249.999,98	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	416.666,66	833.333,40	-	5.000.000,00
17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais(ABC's, Círcos e CIP'S)	-	-	1.830.621,42	521.038,62	506.038,62	506.038,62	506.038,62	506.038,62	506.038,62	506.038,62	1.012.108,24	-	6.400.000,00
18	Espaço Viva Gente	-	-	486.246,00	167.082,00	162.082,00	162.082,00	162.082,00	162.082,00	162.082,00	162.082,00	324.180,00	-	1.950.000,00
19	Famílias Desafios e Inclusão Social	-	-	587.981,39	185.956,55	175.956,56	175.956,56	179.024,78	179.024,78	179.024,78	179.024,78	358.049,82	-	2.200.000,00
26	Artesanato Competitivo	-	-	330.000,00	330.000,00	345.000,00	165.000,00	-	195.000,00	-	135.000,00	-	-	1.500.000,00
29	Fortalecimento dos Serviços Oferecidos pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS	-	-	1.525.000,00	508.333,33	508.333,33	508.333,33	508.333,33	508.333,33	508.333,33	508.333,33	1.016.666,69	-	6.100.000,00
43	Idoso Sujeito Pleno	-	-	487.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	162.500,00	325.000,00	-	1.950.000,00
44	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	2.300.456,22	33.000,00	1.473.687,78	318.000,00	318.200,00	1.892.400,00	318.000,00	320.856,00	712.100,00	313.300,00	8.000.000,00
87	Construção do Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC	-	-	25.317,85	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25.317,85
88	Construção e Aquisição de Equipamentos para o Abrigo de Idosos	-	-	269.785,69	-	-	-	-	-	-	-	-	-	269.785,69
222	Reforma e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Socioeducativas (CEPA, CEDB e CECAL)	-	-	3.057.959,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.057.959,50
254	Apoio à Unidades de Proteção Social Especial (Renascença, Nova Vida, Santa Gianna, Casa da Criança, Casa Abrigo, Recanto da Luz, Nossa Casa, Comunidade Terapêutica São Pe. Pio)	-	-	312.889,89	104.296,63	104.296,63	104.296,63	104.296,63	104.296,63	104.296,63	104.296,63	208.593,31	-	1.251.559,61
296	Construção do Centro de Comercialização das Rendeiras da Praia	-	-	136.161,67	204.242,51	272.323,35	272.323,35	272.323,35	136.161,67	68.080,85	-	-	-	1.361.616,75
312	Atendimento ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	-	-	571.879,39	-	1.079.164,72	-	809.373,54	-	-	539.582,35	-	-	3.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	13.246.799,00	2.658.116,30	5.231.049,65	2.816.197,15	3.463.838,91	4.287.503,69	2.450.022,87	3.059.380,37	4.840.031,46	313.300,00	42.366.239,40
2. Secretaria da Educação - SEDUC (01)														
1017	Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional	-	-	22.000.000,00	-	24.900.000,00	-	-	20.100.000,00	-	-	-	-	67.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	22.000.000,00	0,00	24.900.000,00	0,00	0,00	20.100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.000.000,00
3. Secretaria da Cultura - SECULT (01)														
68	Agentes de Leitura	0,00	0,00	409.552,00	102.080,00	187.146,67	102.080,00	187.146,67	102.080,00	102.080,00	102.080,00	102.080,00	187.146,66	1.583.472,00
	Sub-total	0,00	0,00	409.552,00	102.080,00	187.146,67	102.080,00	187.146,67	102.080,00	102.080,00	102.080,00	102.080,00	187.146,66	1.583.472,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	35.656.351,00	2.760.196,30	30.318.196,32	2.918.277,15	3.650.985,58	24.489.583,69	2.552.102,87	3.161.460,37	4.942.111,46	500.446,66	110.949.711,40

(*) Total de Projetos: 17 = Nova Continuidade (17)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

Hugo Figueiredo
Secretário de Planejamento e Gestão



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 05/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social (CCPIS), instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria da Infraestrutura - SEINFRA	40.000.000,00
TOTAL (R\$)	40.000.000,00

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 4ª Reunião Virtual do CCPIS, realizada nos dias 15/03 e 16/03/2016.

Fortaleza, 16 de março de 2016.

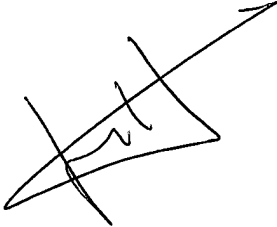
Hugo Figueiredo
Presidente do CCPIS

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCPIS/SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 05 DE 16/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria de Infraestrutura - SEINFRA (01)														
285	Desapropriação de Área da Faixa de Domínio e Estações do VLT Parangaba / Muquiripe			10.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	2.000.000,00	-	40.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	10.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	2.000.000,00	0,00	40.000.000,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	10.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00	2.000.000,00	0,00	40.000.000,00


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promocão de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 06/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003, regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009, no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	1.028.517,00
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	6.765.066,54
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	11.837.577,05
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	6.617.868,86
Secretaria da Saúde - SESA	76.911.042,96
Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG	26.825,84
Secretaria da Educação - SEDUC	39.587.983,00
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	4.729.973,68
TOTAL (R\$)	147.504.854,93

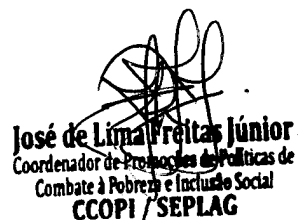
§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Ficam autorizadas as alterações nos orçamentos dos projetos aprovados na 1ª Reunião Ordinária, realizada em 29/01/2016, com as inclusões do "Elemento de Despesas - Despesas de Exercícios Anteriores (DEA)", nos seguintes Projetos: (I) Obras de Implantação da Reserva Indígena Tabá dos Anacés (Mapp 329), da Secretaria da Infraestrutura – SEINFRA, no valor de R\$ 2.500.000,00; (II) Cinturão das Águas do Ceará - Trecho I (Mapp 255), da Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH, no valor de R\$ 3.207.935,29, conforme os termos justificadores, contidos em solicitação formulada pelas referidas pastas.

§ 3º. Esta Resolução deriva da 2ª Reunião Ordinária, realizada no dia 21/03/2016.

Fortaleza - CE, 21 de março de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPS Nº 06 DE 21/03/2016

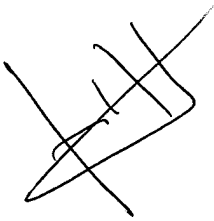
MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Sep	Out	Nov	Dez	TOTAL
1. Secretaria das Cidades - SIDADES (4)														
1438	Rio Maranguapinho (Ações de Urbanização - Trecho Zero - PAC II)	-	-	-	(208.402,52)	-	-	-	-	-	-	-	-	(208.402,52)
2459	Habitação de Interesse Social 60 Unidades Habitacionais no Município de Massapê-CE	-	-	500.000,00	-	-	250.000,00	-	-	250.000,00	-	-	-	1.000.000,00
3213	Projeto Revitalização de Áreas Degradadas - Projeto Joana D'Arc/Pró-Moradia	-	-	-	100.000,00	100.000,00	50.000,00	50.000,00	50.000,00	-	-	-	-	350.000,00
1944	Mobilização e Transporte de Famílias	-	-	-	-	-	(166.104,96)	-	-	(15.877,68)	-	-	68.902,16	(113.080,48)
	Sub-total	0,00	0,00	500.000,00	-108.402,52	100.000,00	133.895,04	50.000,00	50.000,00	234.122,32	0,00	0,00	68.902,16	1.028.517,00
2. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITEC (3)														
69	Construção e Aquecimento do Restaurante Universitário da Universidade Estadual Vale do Acaraú, na Cidade de Sobral	-	-	400.000,00	300.000,00	423.720,07	141.346,47	-	-	-	-	-	-	1.265.066,54
190	Projeto Bolsas de Estudo e Permanência Universitária - UECCE	-	-	555.115,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	492.765,00	5.000.000,00
239	Agentes Digitais	-	-	22.920,00	91.680,00	37.000,00	41.000,00	41.000,00	62.600,00	62.600,00	62.600,00	62.600,00	16.000,00	500.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	988.035,00	884.445,00	953.485,07	675.111,47	533.765,00	555.365,00	555.365,00	555.365,00	555.365,00	508.765,00	6.765.066,54
3. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (5)														
23	Juventude Empreendedora (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	-	682.363,33	-	-	412.327,33	-	-	355.309,33	-	-	1.449.999,99
65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	-	-	126.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	42.000,00	80.000,00	-	500.000,00
93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	1.830.372,56	10.200,00	1.458.184,78	10.200,00	509.697,56	2.042.800,00	352.697,56	10.200,00	1.267.647,54	8.000,00	7.500.000,00
211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	-	-	381.118,00	-	-	381.118,00	-	-	381.118,00	-	-	-	1.143.354,00
262	Sociedade Justa e Segura	-	-	394.074,36	-	-	456.074,35	-	-	394.074,35	-	-	-	1.244.223,06
	Sub-total	0,00	0,00	2.731.564,92	734.563,33	1.500.184,78	889.392,35	964.024,89	2.084.800,00	1.169.889,91	407.509,33	1.347.647,54	8.000,00	11.837.577,05
4. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (5)														
277	Construção de Sistemas de Abastecimento de Águas nas Comunidades Situadas ao Longo dos Trechos I, II e III do Eixo das Águas	-	-	30.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30.000,00
310	Perfuração de Poços Tubulares Profundos pela SOHIDRA.	-	-	890.515,39	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	-	3.265.222,99
314	Instalação de Sistema Simplificado de Poços Profundos no Município de Tauá	-	-	300.000,00	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	-	700.000,00
350	Construção da Adutora de Adrianópolis e Timonha no Município de Granja	-	-	2.210.312,20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.210.312,20
368	Construção e Recuperação de Açudes no Madelena	-	-	206.167,00	-	-	206.166,67	-	-	-	-	-	-	412.333,67
	Sub-total	0,00	0,00	3.636.994,59	496.838,45	496.838,45	503.005,12	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	296.838,45	0,00	6.617.868,86
5. Secretaria da Saúde - SESA (2)														
2722	Reforço no Suprimento de Medicamentos e Materiais Médicos Hospitalares	-	-	11.786.456,05	11.786.456,05	11.786.456,05	11.786.456,10	-	-	-	-	-	-	47.145.824,25
2789	Reforço das Ações de Assistência Farmacêutica, Medicamentos e Insumos para Agência Básica e Secundária	-	-	5.953.043,74	-	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,88	29.765.218,71
	Sub-total	0,00	0,00	17.739.499,79	11.786.456,05	14.762.977,92	14.762.977,97	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,87	2.976.521,88	76.911.042,96
6. Secretaria do Planejamento e Gestão - SEPLAG (1)														
87	Pesquisa Regional Por Amostra de Domicílios do Ceará - PRAD-CE	-	-	-	10.337,64	-	-	-	-	-	-	-	-	26.825,84
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	10.337,64	0,00	0,00	0,00	16.488,20	0,00	0,00	0,00	0,00	26.825,84
7. Secretaria da Educação - SEDUC (4)														
807	Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação	-	-	3.228.982,00	972.707,58	972.707,58	8.106.034,88	5.884.563,88	6.310.567,38	5.557.165,20	423.598,50	543.673,00	-	32.000.000,00
1262	Implantação de Unidades Técnico-Pedagógicas de Produção nas Escolas Agropecuárias do Estado do Ceará - Granja e Lavras da Mangabeira	-	-	284.069,50	-	-	-	-	-	-	-	-	-	284.069,50
1422	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - (EEEP) de São José, no Município de Sobral	-	-	503.913,50	600.000,00	-	600.000,00	-	600.000,00	-	-	-	-	2.303.913,50
1342	Reforma e Ampliação de Escolas da Rede Estadual de Ensino	-	-	1.150.000,00	1.150.000,00	1.350.000,00	1.350.000,00	-	-	-	-	-	-	5.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	5.166.965,00	2.722.707,58	2.322.707,58	10.056.034,88	5.884.563,88	6.910.567,38	5.557.165,20	423.598,50	543.673,00	0,00	39.587.983,00
8. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (8)														
14	Hora de Plantar (Aquisição de Sementes e Mudas)	-	-	1.265.000,00	-	-	-	-	-	-	-	8.000.000,00	7.935.000,00	17.200.000,00
41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	-	-	1.300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.300.000,00
85	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Alagadas por Obras Hídricas	-	-	122.465,64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	122.465,64
183	Fortalecimento das Ações de ATER no Estado do Ceará	-	-	1.500.000,00	-	-	-	-	1.500.000,00	-	-	-	-	4.500.000,00

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPI Nº 06 DE 21/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
477	Modernização de Centrais de Recebimento de Produtos da Agricultura Familiar	-	-	8.142,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.142,00
341	São José III - Componente 2 - Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado	-	(4.000.000,00)	(1.000.000,00)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,21)	(408.260,22)	(8.674.341,90)
434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	-	-	300.000,00	-	(500.000,00)	-	42.215,89	-	(500.000,00)	-	(500.000,00)	-	(1.157.784,11)
451	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire)	-	(750.000,00)	-	-	-	-	(750.000,00)	-	-	-	-	-	(1.500.000,00)
452		-	(3.672.121,67)	-	-	-	-	(3.672.121,66)	-	-	-	-	-	(7.344.243,33)
453		-	-	(3.908,96)	(3.908,96)	(3.908,96)	(3.908,96)	(3.908,96)	-	(3.908,96)	(3.908,96)	(3.908,92)	55.131,28	23.859,64
454		-	-	-	83.958,58	-	-	83.958,58	-	83.958,58	-	-	-	251.875,74
	Sub-total	0,00	-8.422.121,67	3.491.698,68	-328.210,59	587.830,83	-412.169,17	-4.708.116,36	1.091.739,79	-828.210,59	-412.169,17	7.087.830,87	7.581.871,06	4.729.973,68
	TOTAL GERAL	0,00	-8.422.121,67	34.254.757,98	16.198.734,94	20.724.024,63	26.608.247,66	5.997.597,73	13.982.320,69	9.961.692,16	4.247.663,98	12.807.876,73	11.144.060,10	147.504.854,93

(*) Projetos (27) = Novos/Adi./Redução(S) + Acréscimo(3)


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Projetos de Políticas de
Combate à Pobreza / Instituto Social
CCOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 07/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	7.491.663,96
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	2.862.400,00
Conselho Estadual de Educação - CEE	529.600,00
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	1.007.225,56
Secretaria da Educação - SEDUC	641.535,66
TOTAL (R\$)	12.532.425,18

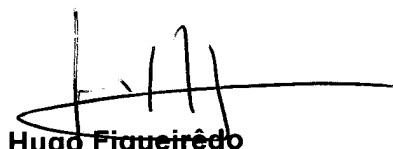
§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Os Projetos relativos aos Mapps 34, 168 e 189, egressos da Secretaria das Cidades – SCIDADES, foram prontamente aprovados, por ocasião da 1ª Reunião Ordinária do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, realizada em 29/01/2016, pelo que ficaram deliberados, respectivamente, os seguintes recursos, a saber: R\$ 3.000.000,00, R\$ 2.000.000,00 e R\$ 674.222,79, cujos Projetos, novamente apresentados, assim o foram tão somente para efeito de aprovação dos correspondentes adicionais solicitados, quais sejam: R\$ 263.908,07, R\$ 9.490,94 e R\$ 300.801,92.

§ 3º. O Projeto relativo ao Mapp 105, oriundo do Conselho Estadual de Educação – CEE, fica aprovado no valor rigorosamente correspondente aos recursos programados no Sistema Monitoramento de Projetos e Ações Prioritárias – WEBMAPP, pelo Exmo. Sr. Governador, em R\$ 129.600,00.

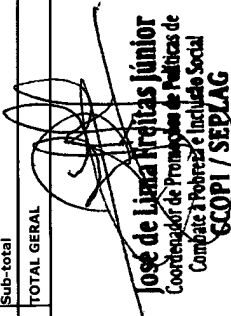
§ 4º. Esta Resolução deriva da 5ª Reunião Virtual, realizada no dia 29/03/2016.

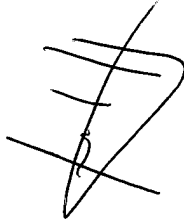
Fortaleza - CE, 29 de março de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCPI / SEPLAG

MAPP	Secretarias/Projetos (*)	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria das Cidades - CIDADES (7)														
16	Implantação das obras dos Sistemas de Abastecimento de Água do Programa Ceará II - KW II	-	-	-	108.874,27	496.288,20	89.720,28	-	-	-	-	-	-	694.882,75
29	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Sub-Bacia SE-2 em Fortaleza	-	-	596.405,05	-	-	-	-	-	-	-	-	-	596.405,05
34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II - KW II	-	-	263.908,07	-	-	-	-	-	-	-	-	-	263.908,07
168	Esgotamento Sanitário do Residencial Lino da Silveira	-	-	9.490,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.490,94
189	PAC 2 Estágio - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água dos Barrios Peripetú, São José e Itirapongá no Município de Juazeiro do Norte - CE	-	(176.229,03)	33.466,65	165.647,91	150.907,36	55.333,50	71.675,53	-	-	-	-	-	300.801,92
194	PAC 2 Estágio - Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do Município de Tauá	-	-	1.213.205,02	200.000,00	200.000,00	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	2.739.130,59
229	Instalação e eletrificação de poços existentes na rede da CAGECE em diversos municípios do Estado do Ceará.	-	-	627.282,23	910.719,02	627.282,23	721.761,16	-	-	-	-	-	-	2.887.044,64
	Sub-total	0,00	-176.229,03	2.743.757,96	1.385.241,20	1.474.477,79	1.027.661,45	232.522,04	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	160.846,51	7.491.663,96
2. Conselho Estadual de Educação - CEE (2)														
38	Formações de Diretores Escolares para a Educação Básica - CEEFB	-	-	57.148,00	57.142,00	57.142,00	57.142,00	57.142,00	57.142,00	57.142,00	-	-	-	400.000,00
105	Incentivo à capacitação de recursos humanos, acompanhamento e consolidação de dados dos Sistemas de Informatização e Simplificação de processos.	-	-	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	19.200,00	14.400,00	-	-	129.600,00
	Sub-total	0,00	0,00	76.348,00	57.142,00	76.342,00	76.342,00	76.342,00	76.342,00	76.342,00	14.400,00	0,00	0,00	529.600,00
3. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (2)														
276	Acompanhamento e Supervisão das Obras da Barragem Germinal - Palmácia	-	-	252.995,21	208.000,00	208.000,00	176.230,35	-	-	-	-	-	-	845.225,56
330	Desapropriação, Construção e Supervisão da Barragem Jucá, no Município de Bombo	-	-	42.000,00	120.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	162.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	294.995,21	328.000,00	208.000,00	176.230,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.007.225,56
4. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SECITECE (1)														
153	Bolsas de Estudo e Permanência Universitária - PBEPU	-	-	241.600,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	2.862.400,00
	Sub-total	0,00	0,00	241.600,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	291.200,00	2.862.400,00
5. Secretaria da Educação - SEDUC (1)														
1218	Construção de EEM de Mauriti, Distrito de Buitinzinho no Município de Mauriti	-	-	241.535,66	200.000,00	-	200.000,00	-	-	-	-	-	-	641.535,66
	Sub-total	0,00	0,00	241.535,66	200.000,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	641.535,66
	TOTAL GERAL	0,00	-176.229,03	3.598.236,83	2.261.583,20	2.050.019,79	1.771.433,80	600.064,04	528.388,51	528.388,51	466.446,51	452.046,51	452.046,51	12.532.425,18


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CLOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 08/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

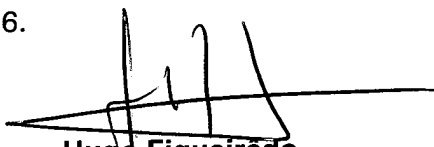
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	7.530.985,01
TOTAL (R\$)	7.530.985,01

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 6ª Reunião Virtual, realizada no dia 30/03/2016.

Fortaleza - CE, 30 de março de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOI / SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPI Nº 08 DE 30/03/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (3)														
50	Assistência Técnica e Extensão Rural Continuada aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará	-	-	1.480.000,00	-	460.000,00	-	-	-	460.000,00	-	-	-	2.400.000,00
32	Titulação de Imóveis Rurais	-	-	113.401,29	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113.401,29
61		-	-	-	400.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	400.000,00
67		-	-	-	1.387.615,06	-	-	-	-	-	-	-	-	1.387.615,06
457	Implantação de Cisternas de Polietileno	-	-	1.614.984,33	-	-	-	1.614.984,33	-	-	-	-	-	3.229.968,66
	Sub-total	0,00	0,00	3.208.385,62	1.787.615,06	460.000,00	0,00	1.614.984,33	0,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	7.530.985,01
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	3.208.385,62	1.787.615,06	460.000,00	0,00	1.614.984,33	0,00	460.000,00	0,00	0,00	0,00	7.530.985,01


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Projetos de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 09/2016

Dispõe sobre a aprovação de limite financeiro para projetos financiados com recursos do FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

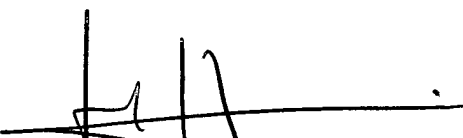
Art. 1º. Conceder limite para execução de projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria da Educação - SEDUC	44.581.840,82
Secretaria da Saúde - SESA	1.558.996,00
TOTAL (R\$)	46.140.836,82

§ 1º. O limite concedido por projeto encontra-se discriminado no Anexo I desta Resolução.

§ 2º. Esta Resolução deriva da 7ª Reunião Virtual, realizada nos dias 05/04 e 06/04/2016.

Fortaleza - CE, 06 de abril de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 09 DE 06/04/2016

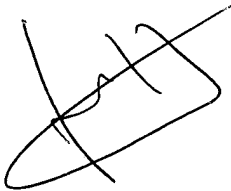
MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Educação - SEDUC (37)														
637	Construção de Centros de Educação Infantil - CEI.	-	-	-	1.402.360,00	557.712,87	429.405,67	-	-	-	-	-	-	2.389.478,54
744	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Palmácia.	-	-	-	202.778,11	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	-	-	502.778,11
745	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Redenção.	-	-	-	300.000,00	600.000,00	-	-	600.000,00	-	755.114,91	-	-	2.255.114,91
747	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Uruaretama.	-	-	-	456.623,01	-	-	-	-	-	-	-	-	456.623,01
1201	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Graças, no Município de Amontada.	-	-	-	300.000,00	286.619,36	-	-	-	-	-	-	-	586.619,36
1202	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Camará, no Município de Aquidauana.	-	-	-	300.000,00	140.445,53	-	-	-	-	-	-	-	440.445,53
1205	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Gurilú, no Município de Camocim.	-	-	-	549.739,07	-	-	-	-	-	-	-	-	549.739,07
1206	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM no Assentamento Santana da Cal, no Município de Canindé.	-	-	-	460.834,82	-	-	-	-	-	-	-	-	460.834,82
1207	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Campos Belo, no Município de Carabaeu.	-	-	-	270.817,93	-	-	-	-	-	-	-	-	270.817,93
1210	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Calçana, no Município de Cruz.	-	-	-	522.234,01	-	-	-	-	-	-	-	-	522.234,01
1214	Construção de Escola de Família Agrícola, no Município de Ipuera.	-	-	-	400.000,00	200.000,00	-	253.031,62	-	-	-	-	-	853.031,62
1223	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Assentamento de Conceição Bonfim, no Município de Santana do Acauá.	-	-	-	533.661,06	-	-	-	-	-	-	-	-	533.661,06
1228	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Caljauçu, no Município de Tianguá.	-	-	-	517.339,69	-	-	-	-	-	-	-	-	517.339,69
1315	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Monte Sion, no Município de Paramoti.	-	-	-	450.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	450.000,00
1316	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Potiretama.	-	-	-	424.703,11	350.000,00	350.000,00	-	-	-	-	-	-	1.124.703,11
1325	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Paramoti.	-	-	-	193.461,58	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	793.461,58
1326	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Pacajus.	-	-	-	300.000,00	129.055,45	-	-	-	-	-	-	-	429.055,45
1341	Prêmio Escola Nota Dez.	-	-	-	2.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	3.000.000,00	4.161.000,00	-	-	-	18.161.000,00
1415	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de General Sampaio.	-	-	-	181.061,13	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	781.061,13
1459	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito Industrial, no Município de Iguaçu.	-	-	-	-	228.501,53	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	428.501,53
1470	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Arneiroz.	-	-	-	485.566,14	-	-	-	-	-	-	-	-	485.566,14
1471	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Logradouro, no Município de Canindé.	-	-	-	301.620,60	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	701.620,60
1473	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de São Paulino, no Município de Acopiara.	-	-	-	300.000,00	-	200.000,00	-	-	300.000,00	-	-	284.600,42	1.084.600,42
1474	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito de Conceição, no Município de Canindé.	-	-	-	355.354,70	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	755.354,70
1485	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Bairro Bom Jardim, no Município de Fortaleza.	-	-	-	224.680,71	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	824.680,71
1487	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Distrito Conselheiro, no Município de Ocara.	-	-	-	355.337,00	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	455.337,00
1503	Construção de Duas Quadras na EEEP Isaias Gonçalves Damascena e na EEM Ministro Antônio Coelho Lima, no Município de São Benedito.	-	-	-	131.208,82	-	-	-	-	-	-	-	-	131.208,82
1506	Construção de Três Quadras na EEFM Governador Gonzaga Mota e EEFM Razes Indígenas no Município de Cratús e na EEFM Coelho Mascarenhas no Município de Novo Oriente.	-	-	-	398.138,30	-	-	-	-	-	-	-	-	398.138,30
1512	Construção de Três Quadras Cobertas com Vestiário no Município de Juazeiro do Norte.	-	-	-	200.000,00	61.365,73	-	-	-	-	-	-	-	261.365,73
1528	Construção do Centro de Educação Infantil - CEI no Distrito de Quinçanda, no Município de Farias Brito.	-	-	-	210.000,00	280.000,00	-	-	-	-	-	-	-	490.000,00
1688	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Bairro Conjunto Ceará, no Município de Fortaleza.	-	-	-	200.000,00	202.226,04	-	-	-	-	-	-	-	402.226,04
1690	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Bairro Vicente Pinzon, no Município de Fortaleza.	-	-	-	263.512,77	250.000,00	250.000,00	150.000,00	-	-	-	-	-	1.063.512,77
1691	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM Jonhson, no Município de Fortaleza.	-	-	-	300.000,00	-	300.000,00	-	-	261.847,73	-	-	-	861.847,73
1695	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM Gentil Barreira, no Município de Fortaleza.	-	-	-	246.181,35	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	-	-	546.181,35
1698	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM Dona Miza Diogo de Oliveira, no Município de Fortaleza.	-	-	-	266.771,89	-	200.000,00	-	-	200.000,00	-	-	200.000,00	866.771,89

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 09 DE 06/04/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1699	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM no Bairro Castelo, no Município de Fortaleza.	-	-	-	270.319,61	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	670.319,61
1717	Projeto Reforma e Ampliação das Escolas: Helênita Mota, Matias Beck e Murilo Borges, Localizadas no Bairro Vicente Pinzon, em Fortaleza.	-	-	-	966.696,73	903.044,76	206.869,06	-	-	-	-	-	-	2.076.610,55
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	15.241.002,14	9.088.969,27	6.836.274,73	3.503.031,62	3.750.000,00	4.922.847,73	755.114,91	0,00	484.600,42	44.581.840,82
	2. Secretaria da Saúde - SESA (1)													
1831	Construção da Policlínica, Tipo II, no Município do Crato	-	-	-	1.558.996,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.558.996,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	1.558.996,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.558.996,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	16.799.998,14	9.088.969,27	6.836.274,73	3.503.031,62	3.750.000,00	4.922.847,73	755.114,91	0,00	484.600,42	46.140.836,82

Total de Projetos: 38


José de Lima Freitas Junior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG





**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 10/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à sua apreciação, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

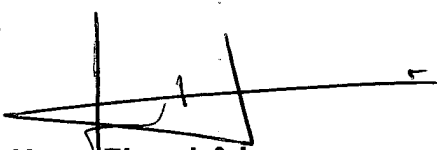
Secretaria	R\$
Secretaria da Educação – SEDUC	34.096.436,40
Secretaria das Cidades – SCIDADES	1.235.000,00
Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH	5.360.289,85
Secretaria da Saúde – SESA	5.253.725,00
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SECITECE	1.600.000,00
TOTAL (R\$)	47.545.451,25

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projeto, no Anexo I desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP – GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal – COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§ 3º. Esta Resolução deriva da 8ª Reunião Virtual, realizada em 08/04/2016.

Fortaleza - CE, 08 de abril de 2016.


Hugo Figueirêdo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOP/SEPLAG

ANEXO I
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CPIS Nº 10 DE 08/04/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Educação - SEDUC (40)														
553	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Carriacou.	-	-	-	367.509,07	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	967.509,07
695	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de União do Norte.	-	-	-	300.000,00	239.672,42	200.000,00	-	-	-	-	-	-	739.672,42
736	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Itararé.	-	-	-	189.309,65	-	-	-	-	-	-	-	-	189.309,65
900	Projeto e-Jovem	-	-	-	-	-	-	2.000.000,00	-	-	2.000.000,00	-	-	4.000.000,00
1213	Construção de Escola Estadual de Ensino Médio - EDEM, em Área Rural, Distrito de Pedrinhas, no Município de Ito.	-	-	-	-	552.662,47	-	552.662,45	-	-	552.662,45	-	-	1.657.987,37
1222	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Quixeré.	-	-	-	84.853,21	-	-	-	-	-	-	-	-	84.853,21
1285	Reforma e Ampliação da Escola São Sebastião Nova Roma, em Tamboril	-	-	-	90.000,00	94.874,09	-	-	-	-	-	-	-	184.874,09
1345	Apelo às Atividades de Aprendizagem dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional.	-	-	-	404.360,00	-	-	-	368.056,12	-	-	-	-	772.416,12
1350	Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro.	-	-	-	4.500.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	4.500.000,00
1382	Apelo às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional	-	-	-	1.488.100,00	211.900,00	-	-	-	-	-	-	-	1.700.000,00
1456	Ampliação da Escola Francisco Lúcio, Distrito de Oliveiras, em Tamboril.	-	-	-	130.000,00	120.900,54	-	-	-	-	-	-	-	250.900,54
1465	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Alto Santo.	-	-	-	540.716,27	-	540.716,27	-	540.716,27	-	540.716,27	-	-	2.162.865,08
1507	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM Dep. Fauto Aguiar, no Município de Pacatuba, Colégio Estadual Alencar, em Maranguape e EEFM Buriti, em Itapipoca.	-	-	-	211.850,36	-	-	-	-	-	-	-	-	211.850,36
1508	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM Governador Adauto Bezerra, no Município de Jardim, EEFM Plácido Adalberto Castelo, em Carriacou e EEFM Adauto Bezerra, no Município de Barbalha.	-	-	-	151.101,64	-	-	-	-	-	-	-	-	151.101,64
1510	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM do Tribo, EEFM de Aprender do Povo Anice e EEFM Índios Tapeba, em Caucaia.	-	-	-	261.507,33	-	-	-	-	-	-	-	-	261.507,33
1511	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM Governador Adauto Bezerra, no Município de Iguatu, EEFM de Adail Barreto, em Carli e EEFM Campos Sales, no Município de Campos Sales.	-	-	-	155.093,99	-	-	-	-	-	-	-	-	155.093,99
1515	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM Antônio Raimundo de Melo, no Município de Carnaúba, EEFM Flávio Rodrigues, em Croatá e EEFM Dona Theresia Odette, em Ipê.	-	-	-	369.189,38	-	-	-	-	-	-	-	-	369.189,38
1533	Construção de Três Quadras Cobertas na Escola de Ensino Médio - EEM Murilo Braga, no Município de Maripóla, Escola de Ensino Médio - EEM Francisco de Almeida Monte, em Alcanar e Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP Dom Wellirio Teixeira Vieira, em Sobral	-	-	-	392.260,94	-	-	-	-	-	-	-	-	392.260,94
1558	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Ararendá.	-	-	-	-	297.602,27	-	200.000,00	-	300.000,00	-	-	300.000,00	1.097.602,27
1560	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Baburité.	-	-	-	-	183.968,80	-	-	-	-	-	-	-	183.968,80
1562	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de São Benedito.	-	-	-	144.188,40	-	-	-	-	-	-	-	-	144.188,40
1563	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Oeiras.	-	-	-	251.362,79	-	150.000,00	-	150.000,00	-	-	-	-	551.362,79
1564	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Horizonte.	-	-	-	285.912,87	-	300.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	985.912,87
1565	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de São Luís do Curú.	-	-	-	232.805,30	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	832.805,30
1566	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Paripaba.	-	-	-	-	249.147,00	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	849.147,00
1568	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Bujica de Jericoacoara.	-	-	-	280.169,67	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	880.169,67
1569	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Senador Pompeu.	-	-	-	223.088,30	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	823.088,30
1570	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Coreaú.	-	-	-	215.287,96	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	-	-	615.287,96
1571	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Farias Brito.	-	-	-	338.060,14	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	938.060,14
1572	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Cratús.	-	-	-	-	221.430,75	-	-	-	-	-	-	-	221.430,75
1573	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Missão Velha.	-	-	-	162.866,08	200.000,00	-	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	762.866,08
1574	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEEP, no Município de Tabuleiro do Norte.	-	-	-	-	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	932.965,73
1576	Construção de Escola, Projeto Padrão para Atender a Escola Estadual de Ensino Médio - EEFM de Adrianópolis, no Município de Granja.	-	-	-	332.965,73	-	200.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	736.411,32
1577	Construção de Escola, projeto padrão para atender Escola de Ensino Médio - EEFM de Parasinho, no Município de Granja.	-	-	-	-	330.305,74	-	300.000,00	-	-	300.000,00	-	-	930.305,74

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 10 DE 08/04/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1580	Construção de Escola, projeto padrão para atender Escola de Ensino Médio - EEM de Sucesso, no Município de Tanburi.	-	-	-	106.869,43	-	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	506.869,43
1567	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEP, no Município de Bela Cruz.	-	-	-	-	195.360,49	200.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	595.360,49
1703	Construção de Escola Estadual de Educação Profissional - EEP, no Município de Solonópolis.	-	-	-	-	264.032,73	-	-	-	-	-	-	-	264.032,73
1743	Construção de Escola Indígena, no Município de Monsenhor Tabosa.	-	-	-	139.520,86	-	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	339.520,86
1745	Construção de Cinco Quadras Cobertas, nas EDPH nos Municípios de Itatambá, Camapuã, São Benedito, Casserô e Tabuleiro do Norte.	-	-	-	405.593,88	-	405.593,06	-	-	405.593,06	-	-	-	1.622.373,06
1777	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, Professora Adalgisa Borlím Soares, em Fortaleza.	-	-	-	-	131.315,52	200.000,00	100.000,00	-	100.000,00	-	-	-	531.315,52
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	12.754.543,25	3.961.378,48	3.996.309,33	3.920.868,11	2.958.772,39	805.593,06	4.993.378,72	405.593,06	300.000,00	34.096.436,40
2. Secretaria da Cidade - SCADE (1)														
835	Fogões Sustentáveis (Fogões com Eficiência Energética)	-	-	-	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,35	-	-	-	1.235.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,33	205.833,35	0,00	0,00	0,00	1.235.000,00
3. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (2)														
102	Projeto Adutora de Itapipoca	-	-	-	442.989,85	-	-	-	-	-	-	-	-	442.989,85
316	Projeto Localização, Perfurção, Bombeario com Análise Físico-Química, e Instalação de 150 Sistemas Simplificados com Chafiz em Poços.	-	-	-	737.595,00	737.595,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	4.917.300,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	1.180.584,85	737.595,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	491.730,00	5.360.289,85
4. Secretaria da Saúde - SESA (1)														
2685	Projeto Aquisição de Equipamentos para a Policlínica, Tipo II, com 13 Especialidades, no Município do Crato.	-	-	-	5.253.725,00	-	-	-	-	-	-	-	-	5.253.725,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	5.253.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.253.725,00
5. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE (2)														
65	Programa Assistência Estudantil da Universidade Estadual Vale do Acaraú, no Município de Sobral	-	-	-	33.333,36	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.333,33	33.330,33	300.000,00
05	Projeto Bolsa Universidade da UVA	-	-	-	236.363,64	236.363,64	118.181,82	118.181,82	118.181,82	118.181,82	118.181,82	118.181,82	118.181,80	1.300.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	269.700,00	269.696,97	151.515,15	151.515,15	151.515,15	151.515,15	151.515,15	151.515,15	151.512,13	1.600.000,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	19.664.386,43	5.174.503,78	4.845.387,81	4.769.946,59	3.807.850,87	1.654.671,56	5.636.623,87	1.048.838,21	943.242,13	47.545.451,25

Total de Projetos: 46

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Produção e Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOP/SEPLAG



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 11/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à sua apreciação, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

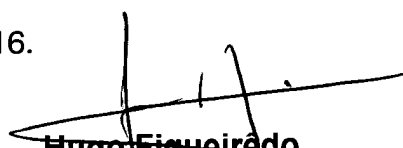
Secretaria	R\$
Secretaria da Educação - SEDUC	18.278.314,24
Secretaria das Cidades - SCIDADES	1.228.728,56
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	4.269.965,18
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	1.456.000,00
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA	92.211,28
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	9.861.740,30
TOTAL (R\$)	35.186.959,56

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projeto, no Anexo I desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP - GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§ 3º. Esta Resolução deriva da 3ª Reunião Ordinária, realizada em 25/04/2016.

Fortaleza - CE, 27 de abril de 2016.


Hugo Figueiredo
Presidente


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

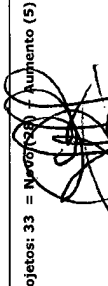
FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP

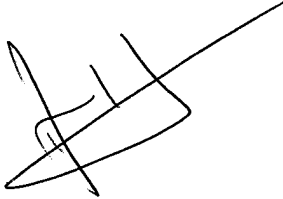
MAP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Educação - SEDUC (23)														
1215	Construção da Escola de Ensino Médio - EEM, Distrito de Barreiros, no Município de Iracema.	-	-	-	-	783.998,47	-	-	-	-	-	-	-	783.998,47
1216	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, Distrito de Cruzab, no Município de Itapipoca.	-	-	-	-	613.717,06	-	-	-	-	-	-	-	613.717,06
1224	Construção de Escola da Família Agrícola, no Município de Santa Quitéria.	-	-	-	-	348.614,80	200.000,00	-	-	-	-	-	-	548.614,80
1225	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, Distrito de Tapirá, no Município de Santa Quitéria.	-	-	-	-	171.110,79	-	200.000,00	-	-	-	-	-	371.110,79
1243	Construção de Quadras, com vestiário(Padrão FNDE) da EEFM José de Borba Vasconcelos, no Município de Maracanau.	-	-	-	188.294,42	-	-	-	-	-	-	-	-	188.294,42
1244	Construção de Quadras, com vestiário(Padrão FNDE) da EEFM José Leopoldino da Silva, no Município de Fortaleza.	-	-	-	328.192,46	-	-	-	-	-	-	-	-	328.192,46
1257	Construção de Quadras, com vestiário(Padrão FNDE) da EEFM José Milton de Vasconcelos Dias, no Município de Maracanau.	-	-	-	196.189,14	-	-	-	-	-	-	-	-	196.189,14
1259	Construção de Quadras, com vestiário(Padrão FNDE) da EEFM Manuel Ferreira, no Município de Eusebio.	-	-	-	271.297,12	-	-	-	-	-	-	-	-	271.297,12
1464	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEP, no Município de Caridade.	-	-	-	323.829,94	300.000,00	300.000,00	-	-	-	-	-	-	923.829,94
1466	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEP, no Município de São Gonçalo do Amarante.	-	-	-	382.162,65	300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	682.162,65
1495	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM Vicente Ribeiro do Amaral, na EEFM Povo Cacatero Diferenciado, no Município de Monsenhor Tabosa e EEFM Edite Alcântara, no Município de General Sampaio.	-	-	-	82.296,22	-	-	-	-	-	-	-	-	82.296,22
1505	Construção de Duas Quadras Cobertas com Vestiário(25,80x38) na EEFM Povo Cacatero Diferenciado, no Município de Monsenhor Tabosa, e Quadra Poliesportiva Coberta (20x30) na EEP- Governador Virgílio Távora, no Município de Crato.	-	-	-	186.184,64	-	-	-	-	-	-	-	-	186.184,64
1534	Construção de Três Quadras Cobertas na EEFM, no Município de Itarema.	-	-	-	321.573,06	-	-	-	-	-	-	-	-	321.573,06
1553	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEP, no Município de Itaitira.	-	-	-	-	320.058,44	-	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	720.058,44
1554	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEP, no Município de Reritiba.	-	-	-	204.891,99	-	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	-	504.891,99
1555	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEP, no Município de Itapui.	-	-	-	309.839,15	-	300.000,00	-	300.000,00	-	-	-	-	909.839,15
1556	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEP, no Município de Russas.	-	-	-	204.891,99	-	150.000,00	-	150.000,00	-	-	-	-	504.891,99
1559	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEP, no Município de General Sampaio.	-	-	-	-	361.187,15	300.000,00	-	200.000,00	-	200.000,00	-	-	1.061.187,15
1561	Construção da Escola Estadual de Educação Profissional - EEP, no Município de Monsenhor Tabosa.	-	-	-	-	321.430,75	-	-	300.000,00	-	300.000,00	300.000,00	-	1.221.430,75
1578	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, no Município de Chorozinho.	-	-	-	-	300.000,00	-	259.676,28	-	-	-	-	-	559.676,28
1579	Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, Sítio Queimadas, no Município de Campo Sales.	-	-	-	113.350,75	-	200.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	513.350,75
1774	Construção de Escola Diferenciada Indígena, Aldeia Tapuya Kanri, no Município de São Benedito.	-	-	-	185.526,97	-	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	-	385.526,97
1805	Programa Aprendizagem na Idade Certa - MAIS PAIC	-	-	-	1.183.306,84	903.333,00	1.712.942,58	710.735,25	1.478.602,67	411.079,66	-	-	-	6.400.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	4.481.827,34	4.723.450,46	3.412.942,58	1.820.411,53	2.628.602,67	411.079,66	500.000,00	300.000,00	0,00	18.278.314,24
2. Secretaria da Cidade - SCIDADE (3)														
187	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água da Localidade de Capuan, no Município de Caucaia.	-	-	-	580.647,14	-	-	-	-	-	-	-	-	580.647,14
190	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades Córrego dos Rodrigues, Pontal, Naporandá e Quabas, no Município de Aracati-CE	-	-	-	116.027,14	116.027,14	116.027,14	-	-	-	-	-	-	348.081,42
1485	Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	-	-	-	300.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	300.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	996.674,28	116.027,14	116.027,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.228.728,56
3. Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura - SEAPA (1)														
62	Investimento para a Carcinicultura Familiar da Associação dos Cradiores de Camarão de Icapuí-CE - (ACCI)	-	-	-	-	92.211,28	-	-	-	-	-	-	-	92.211,28
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	92.211,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	92.211,28
4. Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH (2)														
422	Aquisição de Tubos e Acessórios para Adutoras de Montagem Rápida para o Município de Acopiara.	-	-	-	1.340.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	2.680.000,00
264	Instalação de Sistemas Simplificados de Abastecimento D'Água com Chafariz para Poços, em Comunidades do Interior do Estado do Ceará	-	-	-	-	1.589.965,18	-	-	-	-	-	-	-	1.589.965,18

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 11 DE 25/04/2016

MAPP	Secretarias/Projetos	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	1.340.000,00	2.929.965,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.269.965,18
5. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (3)														
249	Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento Infantil - Praças Mais Infância, Brinquedopraça e Brinquedocriche	-	-	-	-	2.241.050,00	2.089.440,30	-	-	-	-	-	-	4.330.490,30
23	Cofinanciamento de Benefícios Eventuais para Famílias e Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social	-	-	-	708.000,00	177.000,00	177.000,00	38.000,00	-	-	-	-	-	1.100.000,00
25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família(PAIF)	-	-	-	2.710.000,00	573.750,00	573.750,00	573.750,00	-	-	-	-	-	4.431.250,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	3.418.000,00	2.991.800,00	2.840.190,30	611.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.861.740,30
6. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (1)														
56	Projeto Estratégico de Ações Complementares de Governança Fundiária no Estado do Ceará: Regularização Fundiária Estratégia - I ETAPA	-	-	-	456.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	456.000,00
104		-	-	-	1.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	1.456.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.456.000,00
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	11.692.501,62	10.853.454,06	6.369.160,02	2.432.161,53	2.628.602,67	411.079,66	500.000,00	300.000,00	0,00	35.186.959,56

Total de Projetos: 33 = Novo Acréscimo Aumento (5)


José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Projetos de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG


1

RESOLUÇÃO CCPIS Nº 12/2016

Dispõe sobre a aprovação de projetos, para fins de execução, com recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza – FECOP, e dá outras providências.

O Secretário do Planejamento e Gestão, Presidente do Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social – CCPIS, instituído pela Lei Complementar nº 37, de 26.11.2003 (DOE de 27/11/2003), regulamentado pelo Decreto nº 29.910, de 29.09.2009 (DOE de 30/09/2009), no uso das atribuições legais, que lhe foram conferidas, e CONSIDERANDO a necessidade de conceder limites para projetos aprovados pelo CCPIS;

RESOLVE, MEDIANTE DECISÃO DO CONSELHO:

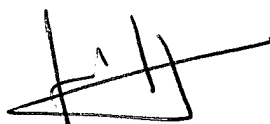
Art. 1º. Aprovar os projetos submetidos à sua apreciação, para efeito de aplicação de recursos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza - FECOP, durante o exercício de 2016, no seguinte valor:

Secretaria	R\$
Secretaria das Cidades - SCIDADES	-7.032.854,18
Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH	3.437.216,43
Secretaria da Cultura - SECULT	276.540,40
Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA	2.473.736,54
Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas - SPD	494.119,24
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS	38.000,00
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE	313.241,57
TOTAL GERAL	0,00

§ 1º. Os valores de cada recurso setorial encontram-se discriminados, por projetos, nos Anexos I e II, desta Resolução, cuja concessão de limites financeiros compete ao Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF.

§ 2º. Fica a Gerência Executiva do FECOP - GEF, autorizada a implantar a presente deliberação, tão logo o Comitê de Gestão por Resultados e Gestão Fiscal - COGERF, delibere acerca da concessão dos respectivos limites financeiros.

§ 3º. Fica autorizada a retificação do valor do Projeto Mapp 1777- Construção de Escola de Ensino Médio - EEM, oriundo da Secretaria da Educação - SEDUC, aprovado, pelo Conselho Consultivo de Políticas de Inclusão Social - CCPIS, por ocasião da 8ª Reunião Extraordinária, realizada em 08/04/2016, de R\$ 531.315,52, para R\$ 531.315,32.




José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**
Secretaria do Planejamento e Gestão

Art. 2º. Esta Resolução deriva da 9º Reunião Virtual, de 11/05/2016.

Fortaleza - CE, 11 de maio de 2016.

Hugo Figueiredo
Presidente

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoções de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPLAG

ANEXO I

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO GCCPIS Nº 12 DE 11/05/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE (1)														
294	Inclusão Social e Produtiva de Organizações Coletivas na Cadeia do Caju nos Territórios do Curu Aracatiapá, Município de Baturité e Litoral Norte.	-	-	-	-	313.241,57	-	-	-	-	-	-	-	313.241,57
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	313.241,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	313.241,57
2. Secretaria da Cultura – SECULT (1)														
730	Jardim de Agente – Agência de Formação e Desenvolvimento Cultural do Bom Jardim	-	-	-	-	-	156.828,00	29.828,00	18.158,00	18.158,00	18.158,00	18.158,00	17.252,40	276.540,40
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	156.828,00	29.828,00	18.158,00	18.158,00	18.158,00	18.158,00	17.252,40	276.540,40
3. Secretaria Especial de Políticas Sobre Drogas – SPD (5)														
6	Ponto da Cidadania: Corre pra Vida	-	-	-	-	120.000,00	-	-	-	-	-	-	-	120.000,00
7	Fortalecendo Minha Comunidade	-	-	-	-	80.000,00	-	-	-	-	-	-	-	80.000,00
12	Juventude em Ação	-	-	-	-	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
25	Juventude do Futuro	-	-	-	-	147.319,24	-	-	-	-	-	-	-	147.319,24
50	Projeto de Apoio à Casa Renata Couras	-	-	-	-	46.800,00	-	-	-	-	-	-	-	46.800,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	494.119,24	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	494.119,24
4. Secretaria das Cidades – SCIDADES (4)														
50	Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Conjunto Palmeiras – Fortaleza-CE	-	-	-	-	825.446,90	-	-	-	-	-	-	-	825.446,90
51	Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Cidades José Euclides – Sobral-CE	-	-	-	-	627.024,95	-	-	-	-	-	-	-	627.024,95
52	Projeto Cadastro de Imóveis Urbanos e Regularização Fundiária no Estado do Ceará – Bairro Pedrinhas – Juazeiro do Norte-CE	-	-	-	-	347.528,15	-	-	-	-	-	-	-	347.528,15
3097	Habilitação de Interesse Social – Unidades Habitacionais no Município de Pires Ferreira	-	-	-	-	175.000,00	-	-	-	-	175.000,00	-	-	350.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	1.975.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	175.000,00	0,00	0,00	2.150.000,00
5. Secretaria dos Recursos Hídricos – SRH (5)														
267	Instalação de 100 Sistemas Simplificados com Dessalinizador	-	-	-	-	383.054,11	383.054,11	383.054,11	333.054,10	-	-	-	-	1.482.216,43
270	Material de Construção de Poços Tubulares Profundos para Atender o Estado do Ceará no Período de Emergência de Seca.	-	-	-	-	100.000,00	200.000,00	100.000,00	100.000,00	-	-	-	-	500.000,00
221	Aquisição de Materiais para Manutenção de Poços e Dessalinizadores Instalados pela SOHIDRA	-	-	-	-	181.666,67	181.666,67	181.666,66	-	-	-	-	-	545.000,00
327	Elaboração de Projetos Executivos para Autorias Emergenciais	-	-	-	-	286.666,67	253.530,00	180.530,00	139.273,33	-	-	-	-	860.000,00
328	Implantação do SAA da localidade de Sítio Barro Branco, no Município de Jati.	-	-	-	-	25.000,00	25.000,00	-	-	-	-	-	-	50.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	976.387,45	1.043.250,78	845.250,78	572.327,43	0,00	0,00	0,00	0,00	3.437.216,43
6. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS (5)														
8	Criando Oportunidades – Qualificação Social e Profissional do Trabalhador Cearense (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional e Fomento)	-	-	-	-	1.073.300,00	873.300,00	205.400,00	-	-	-	-	-	2.152.000,00
40	Fortalecimento do Artesanato do Cariri	-	-	-	-	-	-	-	348.000,00	-	-	-	-	348.000,00
130	Geração Livre	-	-	-	-	212.278,00	212.278,00	-	75.444,00	-	-	-	-	500.000,00
181	Estrutura do Acesso, Área de Lazer e Paisagismo do Abrigo de Idosos – Fortaleza-CE	-	-	-	-	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	12.500,00	25.000,00	-	100.000,00
240	Garantindo a Acessibilidade – Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional	-	-	-	-	38.000,00	-	-	-	-	-	-	-	38.000,00
330	Garantindo a Acessibilidade – Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional	-	-	-	-	300.000,00	200.000,00	-	-	-	-	-	-	500.000,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	1.636.078,00	1.298.078,00	217.900,00	435.944,00	12.500,00	12.500,00	25.000,00	0,00	3.638.000,00
7. Secretaria do Desenvolvimento Agrário – SDA (3)														
55	Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite	-	-	-	-	2.133.290,22	-	2.139.669,32	-	-	-	-	-	4.315.959,54

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 12 DE 11/05/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS/INCLUSÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
469	Aquisição de Estações de Tratamento de Água(ETA's) Móveis para Purificação de Água de Pequenos Mananciais	-	-	-	-	100.000,00	-	-	-	-	-	-	-	100.000,00
505	Fortalecimento da Caprinocultura Leiteira	-	-	-	-	57.777,00	-	-	-	-	-	-	-	57.777,00
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	2.291.067,22	0,00	2.139.669,32	0,00	0,00	43.000,00	0,00	0,00	4.473.736,54
	TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	7.685.893,48	2.498.156,78	3.232.648,09	1.026.429,43	30.658,00	248.658,00	43.158,00	17.252,40	14.782.854,18

Total de Projetos: 24 = Nova (24) + Aumento (1)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOPI / SEPIAG

ANEXO II

FUNDO ESTADUAL DE COMBATE A POBREZA - FECOP
RESOLUÇÃO CCPIS Nº 12 DE 11/05/2016

MAPP	SECRETARIAS/PROJETOS /REDUÇÃO	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
1. Secretaria das Cidades - SCDADES (3)														
161	Ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba.	(323.852,61)	(35.026,10)	(832.391,80)	(118.624,13)	(145.480,53)	(114.398,28)	(616.351,24)	(85.172,56)	(63.143,24)	(63.069,20)	(48.531,65)	(53.958,66)	(2.500.000,00)
192	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades de Tapera, Machuca e Jacundá em Aquiraz-CE.	(88.067,71)	(830.898,65)	(739.635,10)	(905.782,70)	(684.320,33)	(617.086,35)	(671.661,72)	(1.373.274,49)	-	-	-	-	(5.910.727,05)
195	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água das Localidades de Açude Mal Cozinho, no Município de Cascavel-CE.	-	(82.348,26)	(158.648,27)	(60.639,70)	(126.682,52)	(110.022,35)	(112.927,64)	(120.859,39)	-	-	-	-	(772.127,13)
	Sub-total	-411.920,32	-948.273,01	-1.730.675,17	-1.085.046,53	-956.483,38	-841.506,98	-1.400.940,60	-1.579.305,44	-63.143,24	-63.069,20	-48.531,65	-53.958,66	-9.182.854,18
2. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS (4)														
26	Artisanato Competitivo	-	-	-	-	(5.000,00)	(165.000,00)	-	(195.000,00)	-	(135.000,00)	-	-	(500.000,00)
93	CE-Jovem Aprendizagem em Serviço(Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	-	-	-	-	-	(1.000.000,00)	-	-	-	-	(1.000.000,00)
44	Primeiro Passo (Inclusão Produtiva: Qualificação Profissional)	-	-	-	-	-	-	-	(1.000.000,00)	-	-	(686.700,00)	(313.300,00)	(2.000.000,00)
307	Primeiro Passo - Estagiário TRE	-	-	-	-	(100.000,00)	-	-	-	-	-	-	-	(100.000,00)
	Sub-total	0,00	0,00	0,00	0,00	-105.000,00	-165.000,00	0,00	-2.195.000,00	0,00	-135.000,00	-686.700,00	-313.300,00	-3.600.000,00
3. Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA (1)														
453	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades(Projeto Paulo Freire)	-	(1.379.040,19)	-	-	-	-	-	(400.434,84)	(55.131,23)	(55.131,23)	(55.131,23)	(55.131,28)	(2.000.000,00)
	Sub-total	0,00	-1.379.040,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-400.434,84	-55.131,23	-55.131,23	-55.131,23	-55.131,28	-2.000.000,00
	TOTAL GERAL	-411.920,32	-2.327.313,20	-1.730.675,17	-1.085.046,53	-1.061.483,38	-1.006.506,98	-1.400.940,60	-4.174.740,28	-118.274,47	-253.200,43	-790.362,88	-422.389,94	-14.782.854,18

Total de Projetos: 8 = Novo 0 = Redução (8)

José de Lima Freitas Júnior
Coordenador de Promoção de Políticas de
Combate à Pobreza e Inclusão Social
CCOP / SEPLAG

ANEXO 3

ANEXO 3 – Relação dos projetos de assistência à família (geral)

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
1. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS			
1	14	Novos Caminhos para Proteção e Profissionalização para Mulheres Vítimas de Violência	Garantir a integridade física e psicológica das mulheres em situação de risco de vida e de seus filhos (as)
2	15	Abrigamento de Crianças e Adolescentes em Situação de Abandono Abrigo Desembargador Olívio Câmara - ADOC e Tia Júlia	Acolher crianças, adolescentes e adultos com direitos ameaçados ou violados nos Abrigos Desembargador Olívio Câmara (ADOC) e Tia Júlia.
3	17	Pólos de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Sociais (ABC's, Circos e CIP's)	Apoiar e complementar as ações protetivas da família, possibilitando a vivência em espaços de convívio grupal e social, ampliando o universo informacional, cultural e esportivo das crianças e adolescentes, na perspectiva da formação cidadã.
4	18	Espaço Viva Gente	Atender crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social, através da oferta de atividades de cultura, esporte, formação social e qualificação profissional, desenvolvendo potencialidades e o protagonismo infanto juvenil, num trabalho integrado com a família e a comunidade.
5	19	Famílias - Desafios e Inclusão Social	Fortalecer as potencialidades e vínculos relacionais das pessoas da família, com o acesso aos serviços socioassistenciais, benefícios e projetos sociais, visando a inserção das famílias na rede de proteção social, minimizando as situações de vulnerabilidades sociais vivenciadas.
6	23	Juventude Empreendedora	Promover a formação do jovem através da capacitação SOCIAL E PROFISSIONAL, do desenvolvimento de valores de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando sua inserção no mundo do trabalho.
7	29	Fortalecimento dos Serviços Ofertados pelos Centros de Referência Especializados da Assistência Social - CREAS	Fortalecer o acompanhamento especializado no âmbito da proteção social especial da Média Complexidade às famílias e indivíduos com direitos violados, que se encontram em situação de risco pessoal e social, em Fortaleza e municípios de maior incidência de casos de violação de direitos, visando garantir a proteção social e a convivência familiar e comunitária.
8	43	Idoso Sujeito Pleno	Acolher idosos em situação de abandono e violação de direitos assegurando-lhes assistência integral
9	44	Primeiro Passo	Promover ações de qualificação social e profissional para jovens em situação de risco e vulnerabilidade social com vistas a sua inserção no mercado, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e efetivo exercício de cidadania.
10	65	Acesso de Pessoas com Deficiência à Inclusão Social	Garantir às pessoas com deficiência e seus acompanhantes o deslocamento para a escola e tratamento especializado na perspectiva da habilitação e reabilitação da vida pessoal e social
11	211	Cuidando do Futuro de Crianças e Adolescentes.	Acolher e garantir proteção integral para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, bem como crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados.
12	254	Apoio as Unidades de Proteção Social Especial (Renascer, Nova Vida, Santa Gianna, Casa da Criança, Casa Abrigo, Recanto da Luz, Nossa Casa, Comunidade Terapêutica São Pe. Pio).	Proteger integralmente crianças e adolescentes com direitos ameaçados ou violados que necessitam serem retirados da família, bem como, oferecer tratamento para dependência química à adolescentes e jovens de 16 a 21 anos, do sexo masculino, estimulando a reconstrução de sua cidadania e autonomia.

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
13	258	Política Integrada de Economia Solidária	Promover a inclusão socioproductiva de famílias beneficiadas nos territórios do Vale do Curu, Maciço de Baturité e Sertão dos Inhamuns, a partir das estruturação de Centros públicos, Formação de assessoria técnica, implantação de tecnologia de inclusão financeira, aos empreendimentos solidários que tem carência de formação, produção e orientação na perspectiva de fortalecer e desenvolver os empreendimentos.
14	262	Sociedade Justa e Segura	Contribuir para a redução do índice de violência e criminalidade entre adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em conflito com a Lei e egressos do Sistema de Atendimento Socioassistencial, oferecendo educação básica, apoio socioassistencial e atividades complementares como medida de prevenção social e segurança pública no Estado do Ceará.
15	307	Primeiro Passo – Estagiários do TRE	Proporcionar inserção de jovens em atividades de estágio nos postos de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por meio da linha de ação Jovem Estagiário do Programa Primeiro Passo.
16	312	Atendimento ao Trabalho em Situação de Vulnerabilidade Social	Contribuir para a inserção social e produtiva de trabalhadores desempregados e subempregados, em situação de vulnerabilidade social, visando à (re) inserção destes no mercado de trabalho cearense.
17	25	Cofinanciamento do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Contribuir para a melhoria da qualidade do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, executado junto às famílias vulneráveis referenciadas nos 181 CRAS em 159 municípios do Ceará.
18	26	Artesanato Competitivo	Fomentar o artesanato como atividade econômica sustentável e de inclusão social, integrando-o à cadeia produtiva do turismo e da cultura.
19	93	CE - Jovem Aprendizagem em Serviço	Promover a formação do jovem através da capacitação técnica, do desenvolvimento de valores, de responsabilidade social e da cultura empreendedora, possibilitando a criação do seu próprio negócio e inserção no mercado de trabalho.
20	249	Implantação de Espaços Lúdicos para o Desenvolvimento Infantil – Praças Mais Infância, Brinquedopraça e Brinquedocreche	Apoiar o desenvolvimento das crianças cearenses, ampliando a oferta de espaços lúdicos recreativos através da construção e reforma de praças e implantação de brinquedos em creches públicas, atendendo a faixa etária de 0 a 12 anos, visando ampliar a capacidade física e mental das crianças, bem como, fortalecer os vínculos familiares e comunitários.
21	307	Primeiro Passo – Estagiários do TRE	Proporcionar inserção de jovens em atividades de estágio nos postos de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por meio da linha de ação Jovem Estagiário do Programa Primeiro Passo.
2. Secretaria das Cidades - SCIDADES			
22	2	Rio Maranguapinho Trecho I, II e III (PAC I)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Maranguapinho em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Maranguapinho
23	3	Projeto: Rio Cocó (Barragem, Dragagem e Urbanização)	Melhorar as condições de habitabilidade da população que atualmente reside na faixa de alagamento do Rio Cocó em situação de alto risco e nas áreas adjacentes ao Rio Cocó.
24	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II – KfW II	Ampliar o número de habitantes atendidos com Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD's) contribuindo para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população beneficiada.

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral
25	1465	Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	Promover o reassentamento das famílias situadas nas áreas de intervenção de Projetos de Interesse Social do Estado
26	1613	Projeto: Fogões Sustentáveis (Fogões com Eficiência Energética)	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e para redução do déficit habitacional qualitativo do Estado.
27	1944	Mobilização e Transporte de Famílias	Promover o reassentamento das famílias situadas nas áreas de abrangência dos Projetos Especiais Rio Maranguapinho, Cocó e Dendê.
28	2459	Habitação de Interesse Social 60 Unidades habitacionais no Município de Massapê- CE	Diminuir o déficit habitacional quantitativo da área urbana do município de Massapê como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza.
29	2999	Habitação Rural – PNHR	Diminuir o déficit habitacional quantitativo da zona rural do Estado do Ceará como estratégia de inclusão social e de combate a pobreza.
30	34	Melhorias Sanitárias Domiciliares - Programa Ceará II – KfW II	Ampliar o número de habitantes atendidos com Melhorias Sanitárias Domiciliares (MSD's) contribuindo para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população beneficiada.
31	1465	Aluguel Social para Famílias de Baixa Renda	Promover o reassentamento das famílias situadas nas áreas de intervenção de Projetos de Interesse Social do Estado
32	835	Fogões Sustentáveis (Fogões com Eficiência Energética)	Contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população beneficiada e para redução do déficit habitacional qualitativo do Estado.
3. Secretaria de Desenvolvimento Agrário - SDA			
33	5	Agente Rural	Aumentar a renda e a ocupação dos agricultores familiares beneficiados, pelo incremento da rentabilidade dos seus empreendimentos
34	41	Assistência Técnica e Extensão Rural em Assentamentos Rurais no Estado do Ceará	Promover o desenvolvimento econômico, socioambiental e solidário dos assentamentos estaduais estruturando seus processos de produção e garantindo a segurança alimentar e nutricional às famílias assentadas.
35	76/77/ 78/94	Desenvolvimento de Projetos Produtivos em Reassentamentos, Comunidades Originárias e Tradicionais	Ampliar as oportunidades de trabalho e renda da população residente nos reassentamentos e comunidades beneficiadas.
36	85	Formação e Atuação de Jovens para o Desenvolvimento Sustentável do Ceará em Áreas Atingidas por Obras Hídricas	Promover o empoderamento da juventude camponesa de modo a contribuir para o acesso à ações de geração de renda, produção e consumo de alimentos saudáveis, acesso à água, moradia, e outras necessidades básicas.
37	183	Fortalecimento das Ações de Ater no Estado do Ceará	Promover a elevação da produção e da produtividade de agricultores familiares, residentes em municípios do Estado do Ceará
38	341	São José III – Componente 2 – Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário Simplificado.	Contribuir com o desenvolvimento rural sustentável do Estado do Ceará, garantindo o acesso a água de qualidade para o consumo humano e saneamento, integrando-se com as políticas estaduais de desenvolvimento econômico e social de segurança hídrica e alimentar das comunidades rurais do Estado.
39	434	Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará	Contribuir para o processo de estruturação dos assentamentos rurais no Estado do Ceará, subsidiando o acompanhamento e a implantação de projetos produtivos integrados aos princípios da agroecologia e da sustentabilidade econômica, social e ambiental.
40	451/452/453/454	Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades (Projeto Paulo Freire)	Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios cearenses por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres.

Nº		MAPP	Título do Projeto		Objetivo Geral
41	477		Modernização de Centrais de Recebimento de	Produtos da Agricultura Familiar	Fortalecer a agricultura familiar e a segurança alimentar de seus beneficiários por meio de melhorias nos processos de aquisição e armazenamento dos produtos adquiridos.
42	50		Assistência Técnica aos Agricultores em Situação de Extrema Pobreza no Ceará		Promover a inclusão social e produtiva de famílias remanescentes das vagas do Acordo de Cooperação Técnica/ PBSM, celebrado entre Governo do Estado do Ceará, Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.
43	457		Implantação de cisternas de polietileno.		Contribuir para a universalização do acesso à água em áreas rurais para consumo humano e alimentar
4. Secretaria da Educação – SEDUC					
44	807		Concessão de Bolsa Estágio para Alunos das Escolas Estaduais de Educação		Garantir a aproximação com o mundo de trabalho e o exercício de atividades relacionadas às futuras profissões.
45	1017		Formação Técnica para Alunos do Ensino Médio Integrado a Educação Profissional		Oferecer aos jovens estudantes uma formação técnica que possibilite sua inserção no mundo do trabalho.
46	1345		Apoio às Atividades de Aprendizagem dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional.		Contribuir para a redução da pobreza da juventude cearense oportunizando condições de ingresso dos jovens em atividades que sejam dignas e viáveis economicamente, seja no ingresso no mercado formal de trabalho, seja no incentivo ao micro-empendedorismo ou formas associativas de trabalho, no campo da economia solidária.
47	1350		Desenvolvimento do Projeto Jovem de Futuro		Contribuir para que os jovens concluam o ensino médio com qualidade
48	1382		Apoio às Ações de Formação Profissional dos Alunos das Escolas Estaduais de Educação Profissional		Contribuir para a redução da pobreza da juventude cearense oportunizando condições de ingresso dos jovens em atividades que sejam dignas e viáveis economicamente, seja no ingresso no mercado formal de trabalho, seja no incentivo ao micro-empendedorismo ou formas associativas de trabalho, no campo da economia solidária.
5. Secretaria da Cultura – SECULT					
49	68		Agentes de Leitura do Ceará		Ampliar a formação leitora das famílias beneficiadas
6. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE					
50	239		Agentes Digitais		Desenvolver o talento e o potencial de futuros empreendedores na prática na área da Tecnologia da Informação e Comunicação e como consequência, geração de novos negócios digitais.
51	5		Programa Bolsa Universidade da UVA		Viabilizar a permanência dos alunos de baixa renda na Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, por meio da concessão de estágio remunerado.
7. Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG					
52	41		Regularização Fundiária e Titularização dos Imóveis Construídos em Regime de Mutirão, pela COHAB-CE em Fortaleza		Promover a segurança jurídica do patrimônio fundiário de famílias de baixa renda, contribuindo para inclusão social destas famílias, bem como a inclusão dos imóveis no contexto urbano da cidade.
8. Gabinete do Governador - GABGOV					
53	102		Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem Urbano (5)		Elevar o grau de escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.
54	103		ProJovem Campo 3 - “Saberes da Terra”		Elevar o grau de escolaridade de jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental e que saibam ler e escrever.

ANEXO 4

ANEXO 4 – Relação dos projetos de assistência à família (selecionados)

Nº	MAPP	Título do Projeto	Objetivo Geral	Relatório I (1º Sem. 2016)	Relatório II (2º Sem. 2016)
1. Secretaria da Cultura – SECULT					
01	68	Agentes de Leitura do Ceará	Ampliar a formação leitora das famílias beneficiadas	X	
2. Gabinete do Governador – GABGOV					
02	102	Programa Nacional de Inclusão de Jovens ProJovem Urbano (5)	Elevar o grau de escolaridade de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o Ensino Fundamental e que saibam ler e escrever.	X	
03	103	ProJovem Campo 3 - "Saberes da Terra"	Elevar o grau de escolaridade de jovens agricultores na faixa etária de 18 a 29 anos, que não concluíram o ensino fundamental e que saibam ler e escrever.	X	
3. Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SDA					
04	434	Projetos Produtivos para Superação da Pobreza em Assentamentos do Estado do Ceará.	Contribuir para o processo de estruturação dos assentamentos rurais no Estado do Ceará, subsidiando o acompanhamento e a implantação de projetos produtivos integrados aos princípios da agroecologia e da sustentabilidade econômica, social e ambiental.	X	
05	453/ 454	MAPP 451 - Projeto Paulo Freire / FIDA - Componente 1 - Desenvolvimento de Capacidades; MAPP 452 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 2 - Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade Ambiental; MAPP 453 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 3 - Gestão do Projeto; MAPP 454 - Projeto Paulo Freire/FIDA - Componente 4 - Gerência de Monitoramento e Avaliação.	Contribuir para a redução da pobreza rural em 31 municípios cearenses por meio do desenvolvimento do capital humano e social e do desenvolvimento produtivo sustentável pautado na geração de renda, no âmbito agrícola e não agrícola, com foco principal em jovens e mulheres.	X	

4. Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS					
06	43	Idoso Sujeito Pleno	Acolher idosos em situação de abandono e violação de direitos assegurando-lhes assistência integral	X	
07	262	Projeto Sociedade Justa e Segura	Contribuir para a redução do índice de violência e criminalidade entre adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, em conflito com a Lei e egressos do Sistema de Atendimento Socioassistencial, oferecendo educação básica, apoio socioassistencial e atividades complementares como medida de prevenção social e segurança pública no Estado do Ceará.	X	
08	307	PRIMEIRO PASSO – ESTAGIÁRIOS DO TRE	Proporcionar inserção de jovens em atividades de estágio nos postos de atendimento do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por meio da linha de ação Jovem Estagiário do Programa Primeiro Passo.	X	
09	312	Atendimento ao Trabalhador em Situação de Vulnerabilidade Social	Contribuir para a inserção social e produtiva de trabalhadores desempregados e subempregados, em situação de vulnerabilidade social, visando à (re) inserção destes no mercado de trabalho cearense.	X	